

# Callipole

Revista de Cultura n.º 26 – 2019



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal

# *Callipole*

Revista de Cultura



# *Callipole*

Revista de Cultura

N.º 26 – 2019



Município de Vila Viçosa  
Câmara Municipal

**Propriedade**

Câmara Municipal de Vila Viçosa

**Director**

Manuel João Fontainhas Condenado

**Director Adjunto**

Licínio Lampreia

**Conselho de Redacção**

Ana Rocha

Antónia Ruivo

António Almas

António Rosa

João Ruas

João Tavares

Joaquim Barreiros

Licínio Lampreia

Luís Brito da Luz

Luís Lopes

Margarida Borrega

Mário Tavares de Oliveira

Moisés Cayetano Rosado

Noémia Serrano

Rute Pardal

Sandra Casaca

Tiago Abalroado

Tiago Salgueiro

**Colaboradores deste número**

Ana Campanilho Barradas

Ana Martins

Ana Rita Aurélio Ramos

Annabela Rita

Armando Quintas

Beatriz van Zeller

Carlos A. Cupeto

Carlos Aurélio

Carlos Filipe

Cláudia Thomé Witte

Fernando Duarte

Francisco Bilou

Hugo A. Guerreiro

Inês Borrões

João Gabriel Caia

João Ruas

Joaquim Saial

Jorge Fonseca

Juan Manuel Suarez Japon

Kateřina Ritterová

Licínio Lampreia

Luís Lopes

Manuel João Fontainhas Condenado

Maria de Jesus Monge

Paulo Pinto

Patrícia Monteiro

Tiago Passão Salgueiro

**Capa**

Retrato de Dona Maria II, PDVV...

© FCB

**Administração e Redacção**

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

**Endereço electrónico de *Callipole***

geral@cm-vilaviciosa.pt

**Execução gráfica**

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

**Periodicidade anual (26.º ano)**

**Tiragem:** 500 exemplares

**ISSN:** 0872 5225

**Depósito Legal N.º** 121787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

## **NOTA DE ABERTURA**

*Manuel João Fontainhas Condenado* ..... 9

## **BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE D.<sup>a</sup> MARIA II (1819-1853), PRINCESA DO BRASIL E RAINHA DE PORTUGAL**

PRINCESA BRASILEIRA, RAINHA DE PORTUGAL. D. MARIA DA GLÓRIA,  
UMA PRINCESA DOS TRÓPICOS NO TRONO DE PORTUGAL  
RIO DE JANEIRO, 1819 – LISBOA, 1853  
*Maria de Jesus Monge* ..... 13

D. MARIA II, SEUS PRIMEIROS ANOS NO BRASIL, EM INGLATERRA  
E EM FRANÇA  
*Cláudia Thomé Witte* ..... 19

## **ESTUDOS HISTÓRICOS**

D. MANUEL II DURANTE A GRANDE GUERRA DE 1914 A 1918  
*João Ruas* ..... 33

A IMACULADA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA, SÍMBOLO DE IRRADIAÇÃO  
E PERPETUAÇÃO DE DEVOÇÃO E SINÓNIMO DE VALORES PATRIÓTICOS  
E DA DEFESA DE PORTUGAL  
*Licínio Lampreia* ..... 39

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NOS SÉCULOS XVI E XVII:  
O PRÍNCIPE D. TEODÓSIO COMO ESTUDO DE CASO  
*Ana Martins e João Gabriel Caia* ..... 83

UMA GENEALOGIA DA CASA DE BRAGANÇA NA REAL ACADEMIA  
DE LA HISTÓRIA, DE MADRID. TRANSCRIÇÃO E ALGUMAS  
ANOTAÇÕES ARTÍSTICAS  
*Francisco Bilou* ..... 97

OS PIRES DE VEIROS – O PRELÚDIO DE UMA DINASTIA  
*Beatriz van Zeller* ..... 105

## Índice

IMACULADA CONCEIÇÃO E A LEGITIMIDADE PORTUGUESA <i>Annabela Rita</i> .....	119
OS ESCRAVOS EM GRÂNDOLA E A IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS (1718-1736) <i>Jorge Fonseca</i> .....	143
LA CORIA DEL RIO A LA QUE LLEGARON EL SAMURÁI HASEKURA TSUNENAGA Y LOS MIEMBROS DE LA EMBAJADA KEICHO (1613-1620) <i>Juan Manuel Suarez Japon</i> .....	159
<b>ESTUDOS DO PATRIMÓNIO</b>	
ARTE PÚBLICA ESCULTÓRICA DE VILA VIÇOSA – MONUMENTOS DE HOMENAGEM (FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/SÃO BARTOLOMEU) <i>Joaquim Saial</i> .....	181
O PROJETO DE INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO AZULEJAR CALIPOLENSE <i>Ana Campanilho Barradas, Fernando Duarte, Paulo Pinto e Tiago Salgueiro</i> .....	199
A GÉNESE DO ACTUAL BRASÃO DE ARMAS DE VILA VIÇOSA <i>Ana Rita Aurélio Ramos</i> .....	209
O ESTUDO, A VALORIZAÇÃO E A PROMOÇÃO DO MÁRMORE DE VILA VIÇOSA E DO ALENTEJO: DA FIMAL-FEIRA INTERNACIONAL DO MÁRMORE DO ALENTEJO AO ALSTONES – ALENTEJO’S STONES IN THE WORLD <i>Manuel Condenado e Licínio Lampreia</i> .....	227
ROTA DO MÁRMORE DO ANTICLINAL DE ESTREMOZ – UMA FORMA DIFERENTE DE CONHECER O MELHOR DO ALENTEJO <i>Armando Quintas</i> .....	243
A TERRA BEBE-SE NO VINHO <i>Carlos A. Cupeto e Luís Lopes</i> .....	251
AS PINTURAS TARDO-MEDIEVAIS DA ERMIDA DE NOSSA SENHORA DE ENTRE ÁGUAS EM BENAVIDA <i>Patrícia Monteiro</i> .....	261
<b>PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL</b>	
RELIGIÃO NAS FESTAS DOS CAPUCHOS DE VILA VIÇOSA <i>Carlos Aurélio</i> .....	281
CAPUCHOS: FESTA DE UM POVO <i>Inês Borrões</i> .....	289
A PRODUÇÃO DE FIGURADO EM BARRO É PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE <i>Hugo A. Guerreiro</i> .....	301

**ESTUDOS LITERÁRIOS**

A DOR E A MORTE NA OBRA POÉTICA DE FLORBELA ESPANCA  
– PERDIÇÃO OU ENCONTRO

*Kateřina Ritterová*..... 309

**RECENSÃO CRÍTICA**

VILA VIÇOSA: UMA VIAGEM DE MEMÓRIAS, DE ANTÓNIO ESPIGA PINTO

*Ana Rita Aurélio Ramos e Tiago Salgueiro* ..... 321

**NOTÍCIAS CULTURAIS**

O INSTITUTO DA PADROEIRA DE PORTUGAL PARA O ESTUDO  
DA MARIOLOGIA PRIMEIRA ETAPA

*Carlos Filipe* ..... 327





## NOTA DE ABERTURA

---

A Revista de Cultura *Callipole*, editada desde sempre pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, estreou-se com uma periodicidade anual que ainda mantém. Uma tarefa editorial com 26 anos, felizmente nunca suspensa na sua publicação. Este caminho foi trilhado com significativos avanços, contrariando a recorrente vida efémera das revistas de cultura. De facto, *Callipole* foi submetida, ao longo dos últimos anos, a várias e consideráveis renovações, através das quais enriqueceu o seu repertório e diversificou as suas escolhas, com novidade e inovação. Tudo ajuíza, portanto, que está aqui a génese embrionária da perduração da sua vida e da sustentação do seu prestígio, incontestavelmente considerada há mais de um quarto de século como um dos berços da cultura e do património local.

A Revista tem como objectivos prioritários a publicação de doutrinas sociais, históricas, artísticas e literárias, entendidas no seu sentido mais aberto e flexível, contribuindo assim, para o aprofundamento da recuperação e da preservação da memória do património cultural de Vila Viçosa e do Alentejo. Sendo estas as suas áreas privilegiadas, a publicação abre-se a outros espaços e temáticas no âmbito local, nacional e internacional, publicando textos de personalidades de destaque no plano académico, científico ou intelectual, portuguesas e estrangeiras, bem como de novos e jovens autores.

O presente volume da Revista está organizado em seis partes: textos sobre comemoração de efeméride (bicentenário do nascimento da Rainha de Portugal, D. Maria II); artigos sobre estudos históricos (conjunto de temas, de índole diversa, onde perpassa o vasto mundo do património cultural local e alentejano); estudos do património (núcleo de artigos sobre arte pública e decorativa e acerca do património geológico); património cultural imaterial (neste capítulo podem ler-se três estudos que incidem sobre o domínio do intangível); texto literário sobre a obra poética de Florbela Espanca; recensão de obra sobre Vila Viçosa, dada à estampa em 2018 e notícia cultural. O conjunto destes temas abrange uma imensa e múltipla bibliografia, orientada por critérios de qualidade, de rigor científico e de inquestionável respeito pela pluralidade de pontos de vista e de abordagens.

## **Manuel João Fontainhas Condenado**

Por um lado, sublinhe-se que todos os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores e, por outro, que a Revista respeita a opção de cada autor quanto à aplicação, ou não, do Acordo Ortográfico.

Finalmente agradeço, com profundo sentido de gratidão, a todos os membros do Conselho de Redacção que foram chamados a participar no longo processo de organização da edição deste número e a todos os autores que, de forma generosa e solícita colaboraram neste volume da Revista.

Manuel João Fontainhas Condenado  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Bicentenário do nascimento  
de D.<sup>a</sup> Maria II (1819-1853),  
Princesa do Brasil e Rainha de Portugal

---



# **Princesa Brasileira, Rainha de Portugal. D. Maria da Glória, uma Princesa dos Trópicos no Trono de Portugal Rio de Janeiro, 1819 – Lisboa, 1853**

---

**Maria de Jesus Monge\***

Assinalam-se em 2019 dois séculos de nascimento de uma figura singular na Casa de Bragança, D. Maria II marcou a história de Portugal, fruto do momento e circunstâncias do seu reinado, em que deixou impresso um carácter forte e decidido.

Segunda mulher a subir ao trono de Portugal, D. Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (Rio de Janeiro, 4.4.1819-Lisboa, 15.11.1853) teve uma existência curta mas muito atribulada. A sua vida ilustra o turbilhão que varreu a Europa e o mundo na primeira metade do século XIX. Nasce no Novo Mundo, primeira filha do herdeiro da coroa portuguesa e primeiro imperador do Brasil, D. Pedro (1798-1834) e de uma princesa austríaca, Maria Leopoldina de Habsburgo-Lorena (1797-1826). Passa os primeiros anos da sua existência a absorver o exotismo do Brasil, enformada por uma educação de matriz europeia mas sensível aos desafios do nascimento da maior nação da América Latina.

Órfã de mãe, rapidamente protagoniza o repto de manter os Bragança no trono do Brasil independente, salvaguardando a coroa portuguesa. O pai acorda o seu consórcio com o tio paterno, o Infante D. Miguel (1802-1866), visando garantir a estabilidade, mas este mesmo acordo ilustra a dificuldade em conciliar as duas facções que disputam os destinos de Portugal.

Na impossibilidade de instalar-se em Portugal enquanto a luta ideológica, transformada em guerra civil, grassa no país, vive em Inglaterra, regressa ao Brasil, instala-se em Paris. Chegada a Portugal em 1833, após a vitória dos exércitos liberais comandados por seu pai D. Pedro, conhece as dificuldades de concretização do sonho liberal: as desavenças entre grupos políticos marcam um quotidiano de golpes e jogos de bastidores.

Aos quinze anos, finalmente instalada em Portugal, a morte do pai acelera a necessidade de arranjar noivo conveniente. Após um breve enlace com o Príncipe Augusto de Beauharnais, duque de Leuchtenberg, que morre precocemente

---

\* Directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

## Maria de Jesus Monge

(1810-1835), em Abril de 1836 casa com o Príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (1816-1885). O casamento resulta em numerosa descendência, principal razão da morte prematura da Rainha, em 1853, quando do 11.º parto. O seu corpo jaz no Panteão Real da Dinastia de Bragança, no mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa.

Protagonista activa e empenhada na construção de um reino renascido, após uma intensa crise social, económica e política, marcada pela independência do Brasil, o fim do Antigo Regime, a implantação do regime constitucional e a guerra civil, D. Maria II reconstrói a imagem da monarquia portuguesa. Investe na educação exigente e actualizada dos filhos e mantém ligações privilegiadas com as várias cortes europeias.

O país que D. Maria II encontrou ao desembarcar em 1833 vivia um dos momentos mais desafiantes da sua longa história: uma mudança de modelo político (a implantação do regime de monarquia constitucional) que implicou a reformulação de todo o edifício administrativo e social do reino; uma sociedade dilacerada pelas invasões francesas a que se seguiu a guerra civil; uma economia afectada por todas as causas referidas atrás, a que se juntou a independência da maior colónia ultramarina, o Brasil; o tecido cultural desfeito pelas circunstâncias políticas e a ausência prolongada da Família Real.

A jovem rainha abraça energeticamente a causa da modernização do país, para o que terá contribuído a passagem por Inglaterra e França. No seu curto reinado sucedem-se os tumultos e golpes, mas vão sendo construídos os alicerces da nova ordem, designadamente no municipalismo, na criação de múltiplas associações e colectividades, na aposta no alargamento e melhoria do ensino...

A sua relação com o Império do Brasil revestiu-se de um envolvimento particular, resultado da profunda ligação pessoal.

É esta a personagem que pretendemos dar a conhecer melhor através de um projecto que visa suscitar iniciativas geograficamente descentralizadas, distribuídas ao longo de 2019/2020. Um conjunto de parceiros institucionais trabalham há mais de dois anos na construção de uma imagem (figura 1) e de um site ([www.dmariaini.pt](http://www.dmariaini.pt)), com o objectivo de facultar a divulgação de iniciativas, notícias, informações.

A opção por uma fórmula assente em instrumentos de comunicação *on line* permite a inclusão de propostas, a divulgação, a circulação por todas as instituições que pretendam assinalar a efeméride. Deseja-se construir, sem o clássico comisariado, uma rede de iniciativas, de perspectivas, que façam justiça a uma personagem também ela polifacetada e arauto de uma nova forma de olhar o mundo.

D. Maria II é tradicionalmente referida como mãe de grande prole, modelo de esposa e mãe, dentro de um quadro de referência conservador onde o papel feminino deve restringir-se ao âmbito do lar, mesmo tratando-se de uma soberana por direito próprio. Embora presente em vários temas de referência – na designação do Teatro Nacional D. Maria II, em notas e selos, na toponímia e edifícios, ... a memória da personagem é pouco informada, e não faz justiça ao papel activo que efectivamente desempenhou durante as duas décadas de reinado.

Estas comemorações não podem deixar de ter eco no Brasil, país de nascimento da princesa, local onde passou os primeiros anos de vida. Em contacto com ins-

**Princesa Brasileira, Rainha de Portugal.  
D. Maria da Glória, uma Princesa dos Trópicos no Trono de Portugal**



Figura 1 – Cartaz das comemorações.

tituições congêneres brasileiras, designadamente o Museu Imperial de Petrópolis para tal mandatado pelo Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil, estas comemorações inserem-se no período comemorativo alargado que assinala o bicentenário da independência, iniciado em 2015 e em crescendo até 2022.

As iniciativas a desenvolver abordam várias das muitas facetas, iniciaram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo a 21 de Janeiro com a exposição '*Dona Maria da Glória (1819-1853): um registo intimista*'. (figura 2)



Figura 2 – Cartaz da exposição organizada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



## Maria de Jesus Monge

A partir de 14 de Fevereiro está patente na Biblioteca Nacional de Portugal a mostra ‘D Maria II e a música no seu tempo’, revelando o animado ambiente musical e os interesses da monarca, incluindo composições de sua autoria. (figura 3)



Figura 3 – Cartaz da exposição organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal.

O Teatro Nacional Dona Maria II evoca a memória da rainha que o criou e deu nome através de uma figura cimeira da dramaturgia nacional, Almeida Garrett, e de uma peça de referência *Frei Luís de Sousa*.

A 4 de Abril assinala-se o dia do aniversário e nessa data o site das comemorações disponibiliza informação o mais completa e actualizada, com relevo para as iniciativas assumidas pelos parceiros institucionais.

Simultaneamente propõem-se várias linhas de fruição do grande legado de Dona Maria II:

- a música, como a temporada de concertos do Paço Ducal de Vila Viçosa, exclusivamente dedicada a esta efeméride; (figura 4)

- as edições, como os três números de Livros de Muitas Cousas: *Dona Maria da Glória, uma Princesa do Brasil no Trono de Portugal*, por Cláudia Thomé Witte, *Dona Maria II – O gosto de uma Rainha colecionadora*, por Eduardo Alves Marques, e *Dona Maria II no Arquivo Musical do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*, por Rui Castilho de Luna; (figura 5)

- visitas aos espaços residenciais associados à memória da soberana, como os palácios das Necessidades, Bemposta, Belém, Ramalhão, Vila Viçosa, Queluz, Pena...

Princesa Brasileira, Rainha de Portugal.  
D. Maria da Glória, uma Princesa dos Trópicos no Trono de Portugal

**TEMPORADA DE CONCERTOS 2019**  
CAPELA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA

**30 de Agosto**  
Cherubini d'Amour  
Quarteto de cordas:  
Catarina Bastos, Violino  
Eduarda Barros, Viola  
Catarina Gonçalves, Violoncelo  
Francisco Lopes, Contrabaixo

**27 de Setembro**  
Rainha Dona Maria II  
— Herança Musical  
Das Setes Artes, Dr. António e Orquestra  
Nuno Mendes, Violino  
Dorcas Diniz, Violão Barroco  
V. Van, Violoncelo Barroco

**26 de Abril**  
D. Maria II no Arquivo  
Musical do MBCE - I  
N.º 1 de L.ª, Hefner  
Flávia Viana de Almeida, Piano  
Pedro Santos, Acordeão  
Marco Lázaro, Violão

**25 de Outubro**  
A Música Siciliana  
no Tempo de D. Maria II  
Auro Silva  
Nuno Oliveira, órgão e criação musical

**31 de Maio**  
D. Maria II - Vilasena (trópicos)  
Francis Gilbray  
e Manuel Goebel

**13 de Dezembro**  
Concerto de Natal  
Quarteto de cordas:  
Catarina Bastos, Violino  
Eduarda Barros, Viola d'arco  
Catarina Gonçalves,  
Violoncelo  
Francisco Lopes, Contrabaixo

**28 de Junho**  
Hinos e Marchas para  
D. Maria II de Portugal  
Pedro Santos, Acordeão  
José Carlos Silva, Saxofone

**26 de Julho**  
Saraus em homenagem  
a D. Maria II  
Avaldo Reyes-Luzon e David Craxton

ENTRADA LIVRE  
Paço Ducal, Sociedade do Paço (900-21) Vila Viçosa - Telefone: 281 961 699  
www.fundacaocasa.debraganca.pt - www.museu.gov.pt

Figura 4 – Temporada de concertos PDVV.

**MUITAS COISAS**  
Cláudia Thomé Witte é natural de São Paulo, Brasil. Licenciada em administração, foi empresária para Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. A autora licenciou a edição e o período imprial brasileiro desde 2003, tendo publicado diversos artigos em livros e revistas sobre o tema. Foi colaboradora em muitos do Projeto Princesa Branca da Fundação Maria Luísa e César Albuquerque em São Paulo. Participou como convidada nos livros O Brasil como Império (2009) e O Império e a modernidade brasileira (2017). É integrante do Projeto Princesa Branca desde 2013, do Museu Histórico de Petrópolis, Itália, como pesquisadora independente e atualmente vive em Lisboa.

**8**  
Livros de Muitas Coisas  
Livros de Muitas Coisas nº8  
Abril 2019

Maria da Glória,  
uma princesa brasileira  
no trono de Portugal  
Cláudia Thomé Witte

D. MARIA II  
200 ANOS

Fundação Casa de Bragança

Figura 5 – Capa LMC 8.

– exposições nomeadamente no Paço Ducal de Vila Viçosa, *Um retrato em moedas*, onde estarão expostos numismas da Coleção de Numismática do rei D. Luís, propriedade da Fundação da Casa de Bragança, no Palácio Nacional da Pena e, a grande exposição monográfica organizada em parceria pelo Museu da Presidência e o Palácio Nacional da Ajuda;

– conferências, debates, e todas as iniciativas que contribuam para um melhor conhecimento desta figura.

No Brasil estão já confirmadas:

– a realização da exposição *Dona Maria da Glória: princesa nos trópicos, rainha em Portugal*, que terá lugar no Palácio Imperial de Petrópolis (Museu Imperial desde 1940), a partir de dia 7 de dezembro;

– durante a inauguração, a cravista Rosana Lanzelotte apresentará um recital utilizando a espineta Mathias Bostem, instrumento datado de 1785, do acervo do Museu Imperial.

## **Maria de Jesus Monge**

– simultaneamente, realizar-se-á um seminário que acompanha a exposição e ocorrerá no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de dezembro.

Durante o próximo ano é objectivo deste conjunto de entidades promover actividades e estudos em torno de uma figura paradoxalmente pouco conhecida e, por essa via, lançar nova luz sobre a época em que viveu e reinou. Ultrapassado o preconceito de género que a relegou para segundo plano num primeiro momento, acrescido de preconceito ideológico, que não tem permitido tratar com isenção os últimos reis da monarquia portuguesa, o corolário ambicionado será poder chegar ao fim deste período com a possibilidade de contribuir para uma nova biografia desta rainha.

## **D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França**

---

**Claudia Thomé Witte**

D. Maria II foi a última mulher a ocupar a chefia do estado português. Seu reinado, que de fato se iniciou quando a soberana contava apenas 15 anos, estendeu-se até sua morte prematura, aos 34. Muito se sabe sobre essas duas décadas tumultuadas de seu governo, permeado por revoltas, erros e acertos que marcaram a consolidação da monarquia constitucional em Portugal. Porém, antes de aqui chegar, a jovem rainha já tinha acumulado diversas experiências ao crescer entre três países distintos daquele a que viria a governar.

Nascida no dia 4 de abril de 1819, num domingo de Ramos, a princesa recebeu o nome de Maria da Glória Joana Carlota Leopoldina da Cruz Francisca Xavier de Paula Isidora Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga.

Duquesa do Porto, Princesa da Beira e do Grão Pará, ela veio ao mundo no Rio de Janeiro, no Palácio de São Cristóvão, onde viviam seus pais, o futuro D. Pedro IV, e sua esposa, a arquiduquesa austríaca Leopoldina de Habsburgo-Lorena. Após o casamento, sua mãe passou a assinar Maria Leopoldina, em consonância com a tradição da família real portuguesa que tão frequentemente batizava suas infantas com o prenome Maria. Também a primogênita de D. Pedro e D. Leopoldina seria Maria, a segunda de seu nome a reinar em Portugal. Batizada na Capela Imperial, foi em seguida consagrada a Nossa Senhora da Glória nos braços do avô, o rei D. João VI.

Quando a herdeira nasceu, a família real vivia já há mais de uma década no Brasil, para onde haviam se transferido quando das invasões napoleônicas em 1807. Algumas festividades já haviam sido comemoradas no Rio de Janeiro nos anos anteriores, como a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815, o casamento de D. Pedro e D. Leopoldina em 1817 e a aclamação de D. João VI em 1818. Também já haviam sido celebradas algumas solenidades fúnebres, como ao ocorrer a morte de D. Pedro Carlos, sobrinho de D. João VI e esposo de sua filha mais velha, a infanta D. Maria Teresa, ou o falecimento de D. Maria I em 1816. D. Maria da Glória também não era o primeiro membro da família a nascer no Brasil, já que em 1811 viera ao mundo D. Sebastião, filho de D. Pedro Carlos e de D. Maria



Figura 1 – Imagem de D. Maria II e suas irmãs ainda crianças. Coleção da autora.

Teresa. Mas ela seria a primeira rainha a nascer no Novo Mundo e, sobretudo, a crescer em uma corte tão diferente do que seria a de Lisboa.

Até os doze anos de idade, D. Maria da Glória morou na Quinta da Boa Vista, também conhecida como Paço ou Palácio de São Cristóvão. Nos arrabaldes da cidade, era mais fácil acessá-la desde o centro por barco. No topo de um pequeno morro e circundada por jardins, toda a decoração interna era encomendada na Europa, como atesta a correspondência de D. Leopoldina<sup>1</sup>. Assim como em Lisboa, viviam no paço não apenas a família real, como também diversos outros nobres que formavam uma grande corte a seu redor. Havia, no Brasil, no entanto, uma peculiaridade: essa corte não era formada apenas por antigas famílias aristocráticas que haviam acompanhado a trasladação para o Brasil. Ocorria também uma proximidade com a classe burguesa mais abastada que, através de subscrições e doações, financiava diversas despesas da corte. Negociantes e mercadores recebiam comendas, honras, títulos e privilégios e, em troca, ofereciam o capital necessário para a sobrevivência material da classe nobiliárquica portuguesa instalada no Rio de Janeiro.

Ao crescer em uma sociedade onde a antiga nobreza convivia tão de perto com a nova elite econômica, D. Maria da Glória não estranharia que fossem banqueiros e financistas a viabilizar em grande parte a guerra que a colocaria no trono alguns anos mais tarde. Também não teria escrúpulos em titulá-los, assim como seu avô fizera, e recebê-los entre as pessoas de sua confiança.

Se, internamente, D. João VI buscava apoio nos recursos econômicos da elite burguesa brasileira, externamente, ele procurou estabelecer uma aliança com a Casa da Áustria, bastião do absolutismo e sede da restauração que se deu na Europa após a queda de Napoleão.

Ao casar seu filho e herdeiro, D. Pedro, com a filha do imperador austríaco, o rei de Portugal assegurava um equilíbrio político em relação à crescente dependência que Portugal tinha de sua antiga aliada, a Inglaterra.

<sup>1</sup> KANN, Betina, LIMA, Patrícia Souza, *Cartas de uma imperatriz*, São Paulo, Estação Liberdade, 2006, p. 325.

## D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França



Figura 2 – Imagem da Quinta da Boa Vista / Palácio de São Cristóvão. © FCB.

A esposa de D. Pedro, D. Leopoldina, mãe de D. Maria da Glória, era uma arquiduquesa muito bem preparada para assumir o papel de futura rainha de Portugal, já que, ao chegar no Brasil em 1817 para se casar com o príncipe D. Pedro, ainda se acreditava que a estadia na América seria uma etapa provisória antes do retorno a Lisboa, onde, um dia, subiriam ao trono.



Figura 3 – Retrato de D. Leopoldina, litografia. Coleção da autora.

No entanto, a Revolução Liberal no Porto em 1820 mudou o cenário das relações entre os dois países, levando à volta da família real logo no ano seguinte. D. Pedro, sua esposa e filhos permaneceram no Brasil; ele, a princípio, como príncipe



Figura 4 – Retrato de D. Pedro IV por Ernesto Condeixa. © FCB.

regente, embora ao longo dos meses que se seguiram, acabasse por encabeçar o processo inexorável de independência da antiga colônia. Sua liderança assegurou o trono brasileiro para a dinastia Bragança e, ao mesmo tempo, impediu a fragmentação do país como ocorreu nas demais colônias latino-americanas após sua independência.

A rotina até então calma da família nuclear de D. Maria da Glória envolvia cavalgadas pela Floresta da Tijuca, serões musicais e estadias na Real Fazenda de Santa Cruz, onde seus pais desfrutavam de longas caçadas. Isto seria alterado a partir de meados de 1821, com as crescentes responsabilidades da regência, e, principalmente, após janeiro de 1822, com o intenso envolvimento de D. Pedro nos acontecimentos que antecederam a independência. Após uma viagem no primeiro semestre para a província de Minas Gerais e outra em Setembro para São Paulo, onde procurava angariar apoio para manter um governo centralizado e evitar movimentos separatistas, D. Pedro acabou proclamando a independência ainda na capital paulista a 7 de setembro de 1822.

A partir de então, a princesa D. Maria da Glória passou a aparecer nas imagens que retratavam os momentos oficiais de formação do novo país. Ela aparece no colo do futuro marquês de Cantagalo enquanto seu pai era aclamado defensor perpétuo do Brasil a 12 de outubro em uma litografia de Jean Baptiste Debret, por exemplo. Ou, ao lado de sua mãe na tribuna de honra enquanto seu pai era coroado primeiro imperador do Brasil a 1 de dezembro de 1822. Rapidamente, a princesa aprendeu a desempenhar seu papel representativo, como relata sua preceptora em 1824:

*“Em noites de aniversário, ou quando fosse preciso causar qualquer impressão particular sobre o público, a pobre Dona Maria era adornada com um diadema de diamantes, ficava acordada e acompanhava os pais à cidade, onde ficava à frente*

#### D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França

*do camarote oficial. Havia ela sido ensinada a portar-se como uma rainhazinha, com uma graça e maneiras que me espantaram a primeira vez que as vi<sup>2</sup>”. Espan-  
toso que a princesa tivesse cinco anos de idade quando este relato foi escrito!*

A inglesa Maria Graham desempenhou a função de preceptora de D. Maria da Glória por um curto período de tempo durante o ano de 1824 e o relato que ela deixou desta convivência foi publicado com o título *Esborço biográfico de dom Pedro I*; através dele ficamos sabendo pormenores do dia a dia em São Cristóvão, principalmente hábitos que a espantaram, como a seguir:

*“Era regra do Paço que a parte em que morávamos, a Imperatriz, Dona Maria com todo o seu séquito, eu inclusive, devesse se fechar cada tarde muito cedo, e não abrir senão pouco depois do nascer do sol<sup>3</sup>”.*

A falta de privacidade da princesa também foi digna de nota:

*“Quando fui para os apartamentos da Princesa, encontrei as criadas lavando-a, não na casa de banho, mas numa sala aberta, por onde passavam os escravos, homens e mulheres, e onde a Guarda da Imperatriz sempre estacionava. Não pude achar direito que ela fosse assim exposta, completamente nua, aos olhos de todos os que aparecessem. As criadas recusaram-se a mudar esta prática imprópria, até que eu obtivesse uma ordem escrita do Imperador<sup>4</sup>”.*

A alimentação da criança também foi criticada:

*“A próxima coisa aborrecida foi o almoço. Serviram-lhe uma coxa de galinha cozida em óleo com alho. Ela tomou o alho do prato com os dedos e comeu-o. Um copo de vinho forte e água seguiu-se, e, depois, com surpresa minha, café, torradas e doces<sup>5</sup>.”*

*“A fim de que não se perdesse tempo com a alimentação das Reais Crianças, a merenda era geralmente tomada no jardim e não obstante as duas pesadas refeições de carne e galinha com que haviam sido empanturradas ao almoço e ao jantar, cada criança poderia ser vista com uma perna de capão ou de peru na mão para comer, após o que recebiam um pedaço de bolo doce ou de fruta. Talvez se diga no futuro, e eu não me espantarei, que as infelizes doenças, tanto físicas como mentais, com que a miserável família Bragança foi perseguida, foram causadas por sua alimentação<sup>6</sup>.”*

A partir de 1825 houve uma mudança no dia a dia do Paço de São Cristóvão. O imperador D. Pedro I assumiu publicamente um relacionamento extra-conjugal com

---

<sup>2</sup> GRAHAM, Maria, *Esborço biográfico de Dom Pedro I*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 122.

<sup>3</sup> GRAHAM, p. 105.

<sup>4</sup> GRAHAM, p. 109.

<sup>5</sup> GRAHAM, p. 110.

<sup>6</sup> GRAHAM, p. 123.



uma mulher que conhecera dois anos antes, durante a viagem a São Paulo em que proclamou a independência e, em seguida, reconheceu a filha desta união. Durante os festejos do sexto aniversário de D. Maria da Glória, Domitila de Castro Canto e Melo foi nomeada dama camarista de D. Leopoldina, passando a ter acesso aos aposentos privados da imperatriz e de suas filhas. Elevada a viscondessa e logo depois a marquesa de Santos, a favorita do imperador passou a conviver de perto com as princesas imperiais. Em fevereiro de 1826, durante uma viagem oficial à província da Bahia, D. Pedro I se fez acompanhar em diversas ocasiões pela filha e pela amante simultaneamente em público, em total desrespeito à imperatriz que também estava presente.

Ao voltarem, D. Pedro perfilhou a criança que tivera com a amante, D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, concedendo-lhe o título de duquesa de Goiás. A partir de então, a meia-irmã de D. Maria da Glória passou a conviver com ela e as outras princesas na ala infantil do palácio de São Cristóvão.

Por esta altura, D. Leopoldina já havia tido sete filhos: dois meninos que faleceram ainda bebês, D. Maria da Glória, suas irmãs as princesas D. Januária, D. Paula e D. Francisca e, em dezembro de 1825, finalmente nascera o tão esperado filho varão para suceder o pai no trono brasileiro, o futuro imperador D. Pedro II.

Para D. Maria da Glória, tudo mudou quando, em maio de 1826, ao saber da morte de D. João VI, D. Pedro abdicou do trono de Portugal em sua filha primogênita. Com a idade de 7 anos, a princesa tornou-se rainha e passou a ter uma corte própria. Ciente de seu novo status, até as pequenas desavenças infantis começaram a ganhar outros rumos, conforme foi relatado por uma testemunha:

*“O imperador mostrava algumas vezes bastante dureza para com as jovens princesas e uma grande parcialidade a favor de sua filha natural. (...) A princesa (D. Maria da Glória) recusou a sentar-se à mesa com a que ela chamava de ‘a bastarda’. O imperador insistiu e ameaçou dar em D. Maria uma bofetada, ao que se voltou ela orgulhosamente para ele e disse: ‘Uma bofetada! Com efeito! Nunca se ouviu dizer que uma Rainha, por direito próprio, fosse tratada com uma bofetada!’”*

Embora D. Maria da Glória fosse, já aos sete anos de idade, “rainha por direito próprio”, como ela própria frisava, a abdicação de D. Pedro estipulava duas condicionantes: que a constituição por ele outorgada para Portugal fosse jurada e que o infante D. Miguel, seu irmão mais novo, se casasse com a sobrinha. D. Pedro definiu ainda que sua irmã, a infanta D. Isabel Maria, assumiria a regência em seu nome, por ser o único membro da família maior de 25 anos que poderia fazê-lo, uma exigência constitucional.

O plano de casar D. Maria da Glória com D. Miguel já vinha sendo acalentado pelo menos desde 1822, conforme a correspondência entre D. Pedro, seu pai e seu irmão atestam<sup>8</sup>. Era uma solução conhecida. Assim como D. Maria I havia reinado

---

<sup>7</sup> GRAHAM, P. 93.

<sup>8</sup> Carta de D. Pedro para D. João VI de 19 de junho de 1822 in: LIMA Jr., Augusto de, Cartas de D. Pedro I a D. João VI relativas à independência do Brasil, Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1941, p. 66.

## D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França



Figura 5 – Retrato da Infanta D. Isabel Maria. © FCB.

apoiada pelo tio e marido D. Pedro III, também esta segunda rainha D. Maria poderia fazer o mesmo casando-se com o tio. Até a diferença de idade entre os dois casais de tio e sobrinha seria a mesma: 17 anos. Porém, D. Miguel não pretendia tornar-se rei consorte de uma rainha constitucional, ele almejava ser um monarca absoluto por direito próprio.



Figura 6 – Retrato de D. Miguel. © FCB.

Em dezembro de 1826, D. Leopoldina faleceu de complicações após a perda de um bebê que esperava, deixando seus filhos órfãos com idades entre 1 e 7 anos. D. Maria II, a mais velha, seria então enviada para continuar sua educação em Viena, na corte do avô materno.

Enquanto isto não acontecia, D. Maria da Glória continuava a conviver com os irmãos no Rio de Janeiro, mas também com a amante do pai e a filha deles, chegando a passar longas estadias todos juntos na Serra dos Órgãos.

Embora D. Pedro I tenha efetivamente pretendido se casar com sua favorita, o bom senso prevaleceu e ele enviou diplomatas à Europa a fim de encontrarem uma noiva entre as princesas européias para ocupar o lugar da finada imperatriz. Era necessário resgatar o respeito e a admiração do povo, o império era ainda muito jovem para que o imperador pudesse prescindir de uma esposa proveniente da nobreza. Assim, em julho de 1828, o diplomata Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, dirigiu-se para a Europa a fim de negociar as segundas núpcias do imperador e, também, levar D. Maria da Glória para ser entregue aos cuidados de seu avô, o imperador Francisco I da Áustria.

Com nove anos, portanto, D. Maria II, já rainha de Portugal e órfã de mãe, despediu-se pela primeira vez da família e deixou o Brasil acompanhada apenas por suas damas, a condessa de Itapagipe, Ana Romana de Aragão Calmon, D. Mariana Carlota Brusco e D. Joaquina Teresa de Jesus. Uma única criança, filha da condessa, lhe fazia companhia: era D. Maria Francisca Calmon da Silva Cabral, futura viscondessa de Nogueira da Gama.

A viagem transcorreu normalmente até a chegada a Gibraltar exatos dois meses depois, onde receberiam um prático para guiá-los na entrada do mar Mediterrâneo. Porém, uma reviravolta política alterou completamente os planos ao serem recepcionados por um enviado que lhes comunicava que D. Miguel havia assumido o trono de Portugal. Desde 23 de julho de 1828, após ter sido confirmado rei legítimo pelos Três Estados, D. Miguel restaurara o absolutismo no reino.

Para o marquês de Barbacena, responsável pela pessoa de D. Maria II, impunha-se um impasse. As ordens que recebera eram para que a levasse para a corte do avô, mas ele desconfiava que a Áustria apoiava D. Miguel e temia que em Viena a rainha pudesse se tornar refém, como acontecera com seu primo, filho do imperador Napoleão. Levá-la para território português representaria um risco enorme de que se tornasse prisioneira do tio. Neste momento crucial, o diplomata decidiu procurar abrigo na Inglaterra. Apesar do parlamento britânico ter sido substituído pouco tempo antes por outro mais conservador, que certamente se alinhava melhor aos ideais de D. Miguel que aos de D. Pedro, ele esperava que pelo menos a família real oferecesse segurança para a rainha. Além disso, em Londres viviam diversos exilados portugueses que se refugiavam das perseguições aos liberais em Portugal e a presença da rainha entre eles poderia ter um efeito positivo sobre a causa em questão.

A partir deste momento, iniciava-se uma longa disputa para colocar D. Maria II no trono de Portugal. Longe de ser apenas uma questão de sucessão familiar, o embate representava o confronto entre os ideais liberais de um lado e os princípios absolutistas de outro. D. Pedro desejava instaurar uma monarquia consti-

## D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França

tucional, embasada por reformas e mudanças políticas, econômicas e sociais. D. Miguel defendia a legitimidade da continuidade de um governo baseado no poder divino, em que nobres e religiosos mantivessem a estrutura vigente dos séculos anteriores. Emblematicamente, a proposta de mudanças era personificada por uma criança. D. Maria II tornava-se objeto e símbolo de um novo país pelo qual uma guerra civil começava.



Figura 7 – Imagem de D. Maria II e D. Pedro IV, litografia. Coleção da autora.

Para a Inglaterra, receber esta rainha-menina destronada significava envolver-se diretamente no conflito. Durante mais de três meses, o rei Jorge IV evitou receber pessoalmente D. Maria II. Embora recepcionada com todas as honras que lhe eram devidas, o monarca provavelmente temia se indispor com o governo de D. Miguel e procurava não tomar partido. Mas o impasse se dissolveu em dezembro de 1828 às vésperas do Natal, quando o rei, também ciente de que não poderia romper as boas relações comerciais que mantinha com o Brasil, finalmente a convidou para visitá-lo no Palácio de Windsor.

Enquanto aguardava por este dia, D. Maria II viveu o primeiro mês em Inglaterra na cidade de Londres, onde passou a conviver com a família Palmela, cuja residência funcionava como uma embaixada inoficial de um futuro país constitucional. Foi também onde ela teve seus primeiros contatos com os súditos exilados por a apoiarem. Como, no entanto, sua permanência se estendia e os custos para manter sua pequena corte se tornavam muito elevados, aceitou-se a oferta de uma casa de campo a 50 km da capital, em Laleham, emprestada por lorde Lucan, um simpatizante do liberalismo. Ali se estabeleceu uma rotina de estudos em que só as segundas-feiras eram livres e logo foi contratada uma dama portuguesa para substituir a condessa de Itapagipe, brasileira, como mentora de sua educação. A escolhida foi D. Leonor da Câmara, futura marquesa de Ponta Delgada, aparentada com o marquês de Palmela.



Figura 8 – Imagem de D. Maria II com o ceptro oferecido por seus súditos na Inglaterra em 1828 como símbolo de seu reinado enquanto rainha constitucional de Portugal. Coleção da autora.

Após a apresentação oficial a Jorge IV, em que D. Maria II foi chamada de “amiga e aliada”, o que traduzia o apoio inequívoco do rei, a rainha passou a receber convites de todos os principais personagens da família e da corte britânica. Foi por esta altura que conheceu a futura rainha Victoria, de quem se tornaria amiga. A amizade nascida entre as duas meninas de dez anos se consolidou verdadeiramente ao longo dos anos através de cartas, retratos e presentes que elas trocaram por toda a vida. Poucas soberanas puderam contar com o privilégio de poderem se corresponder com alguém que compartilhava o peso de uma coroa e com quem tinham intimidade suficiente para dividir suas alegrias e tristezas. Quando, mais tarde, ambas se casaram com príncipes da família Saxe-Coburgo-Gotha, os laços de parentescos terminaram de aproximá-las ainda mais.

Ao longo do primeiro semestre de 1829, negociou-se o casamento de D. Pedro com uma princesa da Baviera, D. Amélia de Leuchtenberg. Neta do rei Maximiliano José, portanto uma Wittelsbach, sua genealogia só pecava pelo lado paterno, pois descendia da imperatriz Josefina da França, e não de uma casa de estirpe mais antiga. No entanto, sendo jovem, bonita, católica e proveniente de um reino constitucional, D. Pedro relevou este pormenor e as núpcias foram celebradas por procuração em Cantuária, já que não era tão longe de Laleham, de onde o marquês de Barbacena não queria se ausentar por muito tempo, pois ainda temia pela segurança de sua protegida.

Como desde a apresentação de D. Maria II à corte britânica nenhum apoio mais concreto surgira por parte da Inglaterra, era preciso uma nova estratégia para socorrer o exército liberal aquartelado nos Açores. Carentes de armas, soldados e embarcações com os quais pudessem atacar o continente e recuperar o trono da rainha, eram urgentes recursos materiais e não bailes e recepções em Londres. Percebendo que a permanência da filha em nada mudaria a situação, D. Pedro decidiu

## D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França



Figura 9 – Retrato de D. Amélia de Leuchtenberg – miniatura. © FCB.

que sua futura esposa e ela deveriam retornar juntas ao Brasil. Assim, após quase um ano na Inglaterra, D. Maria II embarcou de volta para o Brasil.

Foi durante a viagem que conheceu aquele que se tornaria seu primeiro marido: acompanhando D. Amélia, seguia seu irmão, o duque de Leuchtenberg, D. Augusto de Beauharnais. Eram os três muito jovens: a rainha com seus 10 anos, a imperatriz aos 17 e o duque com 19 incompletos. Durante a travessia, aproximaram-se; D. Maria II lhes dava aulas de português, faziam as refeições juntos e ao chegar, de tal forma se haviam afeiçoado, que a rainha e a imperatriz pediram para que não fossem separadas em palácios distintos. Assim, embora D. Maria tivesse um palacete à sua disposição, com corte e funcionários próprios, preferia, como a criança que ainda era, estar junto ao pai, à madrasta e seus irmãos em São Cristóvão.

D. Pedro simpatizou com o cunhado e passou a tecer planos de um dia casá-lo com a filha. Concedeu-lhe o título de duque de Santa Cruz e, durante os meses em que conviveram no Rio de Janeiro, percebeu que além da paixão pela caça, compartilhavam importantes convicções políticas.

D. Maria da Glória continuou seus estudos supervisionada por D. Leonor da Câmara e retomou o convívio com seus irmãos, embora, desta vez, sem a presença da meia-irmã duquesa de Goiás, afastada, assim como a mãe, ainda antes da chegada da nova imperatriz.

Mas esse período de paz teria curta duração. Após um ano e meio, a insatisfação popular e a necessidade de defender o trono português para a filha levaram D. Pedro a abdicar em abril de 1831. Dos quatro irmãos que deixou no Brasil, D. Maria II só voltaria a se encontrar com a princesa D. Francisca, e mesmo assim, muitos anos mais tarde.

Após uma rápida passagem pela Inglaterra, onde D. Pedro empenhou sua prata e as jóias da esposa e da filha a fim de levantar fundos para a guerra que estava prestes a iniciar contra o irmão, o ex-imperador decidiu se estabelecer na França.

Até então, a causa constitucional tinha sido financiada com os recursos que o Brasil devia a Portugal desde o acordo de reconhecimento da independência. Segundo a interpretação de D. Pedro, a defesa de sua legítima rainha era a melhor forma de empregar a quantia devida a Portugal. Ao abdicar, o ex-imperador perdia o acesso a estes recursos pagos pelo governo brasileiro, precisando levantar empréstimos pessoais para manter o exército da rainha.

Na França, contava com o apoio do novo rei, Luís Felipe, também adepto do constitucionalismo. Este ofereceu o palácio de Meudon como residência ao duque de Bragança, título com o qual o ex-imperador passara a assinar após a abdicação. Foi o início da convivência de D. Maria II com as princesas filhas do rei Luís Felipe e de sua esposa, a rainha Maria Amélia. Dentre elas, a afinidade de D. Maria II foi maior com a princesa Clementina, apenas dois anos mais velha. Durante os dois anos em que viveu em Paris, as duas jovens compartilharam diversos mestres, momentos de lazer e um tanto de cumplicidade, como se lembrariam anos mais tarde na assídua correspondência que trocaram.

Novamente, os altos custos fizeram com que D. Pedro decidisse se mudar de Meudon e arrendar uma casa na rua de Courcelles, onde o valor da aluguel ainda era muito mais baixo que as despesas de manutenção de um grande palácio com jardins e muitas cavalariças implicavam.

Foi neste endereço que nasceu a última irmã de D. Maria II, a princesa D. Maria Amélia, filha de D. Pedro e D. Amélia. Pouco após o nascimento, no final de janeiro de 1832, o duque de Bragança embarcou para iniciar aquela que seria a última grande empreitada de sua vida. Nos meses seguintes, o ex-imperador se sediou nos Açores para preparar o pequeno exército com o qual invadiu Portugal em julho de 1832.

Ao desembarcar no Mindelo, D. Pedro retornava após 25 anos a seu país natal e encabeçava uma guerra civil para não apenas garantir a coroa para seus descendentes, mas, também, implementar um sistema constitucional que modernizasse e permitisse o desenvolvimento de Portugal, conforme acreditava ser possível e necessário. No entanto, a guerra se arrastou por muito mais tempo do que ele previra. Houve um grave erro de julgamento: D. Pedro e os que o acompanhavam acreditavam que, ao chegar em Portugal, imediatamente contariam com o apoio da população e aumentariam suas linhas de soldados com voluntários. Isso nunca aconteceu. Conforme escreveu para D. Maria II, a decepção foi grande:

*“No dia 8 do corrente (julho de 1832) pus os pés, e o Exército Libertador; naquele país que me viu nascer e no qual já tu comesas a imperar, bem como a Carta Constitucional. (...) Nós viemos trazer a Portugal a liberdade, aos portugueses esta e a paz; eles, fanatizados pelos padres e frades, corja infame, não têm querido abraçá-las, têm-se-nos oposto com as armas nas mãos<sup>9</sup>.”*

A população, influenciada pela igreja, que naturalmente não via com bons olhos a intenção de D. Pedro de extinguir as ordens religiosas e seus privilégios, não só

---

<sup>9</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cartas de D. Pedro para sua filha D. Maria II de 11 de julho e 2 de setembro de 1832. ANTT, AHMF CCR, caixa 7321, cap. 134.

## D. Maria II, seus primeiros anos no Brasil, em Inglaterra e em França

não apoiou, como antes repeliu o exército liberal. O Cerco do Porto estendeu-se por muitos meses e, não fossem recursos externos, o exército liberal jamais teria vencido a guerra.

Levou um ano e meio para que pai e filha voltassem a ser ver, após um desfecho favorável aos liberais. Durante todo este tempo, D. Maria II permaneceu em Paris, sob os cuidados da madrastra. A rotina da jovem entre seus 12 e 14 anos envolvia, naturalmente, muitos estudos, ao que seu pai dedicava especial atenção nas dezenas de cartas que trocavam entre Paris e o Porto.



Figura 10 – Litografia de D. Maria II em 1832 – © FCB. (M. Anno. AET. XIII)

Após tanto tempo de extrema incerteza, finalmente, em setembro de 1833, D. Maria II desembarcou na capital de seu reino, onde até então jamais tinha estado.

Instalados no Palácio das Necessidades, D. Maria II ainda contaria com o apoio do pai por mais um ano e um dia. Desde a guerra, a saúde do ex-imperador estava comprometida pela tuberculose. E, no entanto, havia tudo por ser feito. Após anos de guerra civil, o país precisava ser reconstruído, e, a fim de levantar recursos para tanto, D. Pedro efetivou a lei de extinção das ordens religiosas. Antigos privilégios da nobreza e do clero foram suprimidos e medidas de fomento ao desenvolvimento das manufaturas e do comércio se tornaram prioridade.

A antiga preceptora de D. Maria II foi afastada e novos funcionários foram escolhidos entre as famílias que tinham apoiado a causa liberal.

Em julho de 1834, D. Pedro ainda cumpriu a promessa que tinha feito ao deixar o Porto e levou a esposa e a filha para visitarem a cidade que o acolhera e com ele lutara durante os terríveis meses do cerco. À invicta cidade ele legaria seu coração como símbolo do eterno vínculo que o unia àquela gente. A visita foi



uma despedida. Encenações das principais batalhas foram organizadas para que a rainha pudesse melhor compreender o sacrifício que lhe assegurara coroa e trono.

Ao voltarem para Lisboa, poucos dias antes da morte de D. Pedro, as cortes declararam D. Maria II como legítima soberana. Era urgente evitar nova crise dinástica e assim, aos 15 anos, ela se tornava a mais jovem monarca da dinastia Bragança a assumir o trono.

Para apoiá-la, D. Pedro deixava o pedido de que o irmão de D. Amélia, o duque Augusto de Leuchtenberg, se dirigisse a Portugal a fim de desposar a filha e dar continuidade à reconstrução do país nos moldes que havia iniciado. O casamento foi celebrado na Sé de Lisboa em janeiro de 1835, mas após dois meses, D. Augusto faleceu inesperadamente.

A rainha, órfã e viúva a poucos dias de completar 16 anos, teve que rapidamente negociar e contrair novas núpcias. A estabilidade política dependia em grande parte de que sua descendência estivesse assegurada. E assim, já no ano seguinte, D. Maria II casou-se com D. Fernando de Saxe-Coburgo e Gotha.

Quando, em 1837, nasceu o futuro D. Pedro V, a rainha lançava as bases de uma vida familiar harmoniosa a fim de dar continuidade à missão que seu pai lhe legara: a consolidação de uma monarquia constitucional encabeçada pela família Bragança. Foi o que ela fez até o último dia de seu vida.

Apesar da pouca idade, da inexperiência, dos erros e acertos, D. Maria II conduziu Portugal ao longo de 19 anos rumo a uma maior estabilidade e maior prosperidade do que quando o recebeu.

## D. Manuel II durante a grande guerra de 1914 a 1918

---

### João Ruas

O início da Grande Guerra em Agosto de 1914 vai alterar profundamente a atitude de D. Manuel II em relação à República Portuguesa e ao mesmo tempo vai fazer com que o Rei tome desde logo uma posição não só a favor da Inglaterra e dos Aliados, como também se assiste à sua dedicação a uma causa ímpar, mas sempre com todo o ânimo e empenho.

Em primeiro lugar, o Rei advoga um apoio inequívoco à Inglaterra, nossa tradicional aliada desde o reinado de D. João I, como às restantes nações que combatiam a Alemanha do Kaiser Guilherme II. Ordena a todos os monárquicos que cessem quaisquer ataques ao regime a vigorar em Portugal e propõe-lhes que se ponham ao serviço do País, caso seja necessário. Mais tarde chega mesmo a incentivar os oficiais a apresentarem-se como voluntários quando Portugal entrou na Guerra em 1917.

Devemos fazer aqui um parêntesis para referir que Portugal, muito antes dessa data, já entrara na Guerra, mas em África. A Alemanha começou a atacar as nossas colónias naquele continente desde 1914 quer em Angola quer em Moçambique e por isso Portugal já entrara numa guerra defensiva nessas duas colónias. Os alemães já estavam situados a norte de Moçambique, no Tanganika, após a conferência de Berlim que lhes permitiu terem os primeiros territórios em África. Portanto, a posição do Rei já estava tomada desde há muito, não foi só quando se formou o Corpo Expedicionário Português, em finais de 1916.

Outro facto que concorre para esclarecer esta sua atitude é ter feito e assinado o seu testamento a 20 de Setembro de 1915. Daí vem a criação de uma Fundação para reunir todos os seus bens, o que se concretizou em 1933 e tem durado até hoje.

Uma vez mais, segundo a fórmula feliz de Rocha Martins, o Rei colocara “o País acima do trono.”, tal como o fizera quando incentivou os monárquicos a apoiarem o País na Grande Guerra, porque viu nisso também um modo de salvar as colónias.

Ainda nesses anos de início da Guerra, o Rei vai oferecer-se como voluntário à Cruz Vermelha Britânica e, por isso, foi nomeado alto comissário dessa organi-



Foto 1.



Foto 2.

zação e começou a trabalhar junto dos Hospitais Ortopédicos, para assim prestar auxílio aos mutilados. (*Foto 1*)

Já em 1916, a acção do Rei se fazia sentir, como veremos mais à frente, mas no início de 1917 começa a trabalhar com Sir Robert Jones, Director dos Serviços Ortopédicos da Cruz Vermelha Britânica, e vão visitar vários hospitais.

A visita ao Hospital de Whitchurch, em Cardiff, País de Gales, está bem documentada no artigo do “Western Mail and South Wales News”, a 12 de Fevereiro de 1917. A visita do Rei é contada com todo o pormenor e até o seu apelo público para se conseguir uma soma de 5000 libras de auxílio aos hospitais ortopédicos, porque são os que vão continuar a trabalhar quando a guerra acabar. (*Foto 2 artigo*)

No entanto, essa visita fica marcada por um facto muito importante, que é o encontro do Rei com um médico português que ali trabalhava. O Dr. Bizarro, que se formara em Lisboa em 1913 e que no ano seguinte viera trabalhar e estudar para Inglaterra, estava ali a especializar-se em cirurgia ortopédica. O articulista faz uma descrição pormenorizada deste encontro a ponto de dizer que falaram no seu próprio idioma. Soubemos, por outra fonte, que o Rei falava sempre em português com os portugueses que encontrava ou o iam visitar, falando em inglês ou francês com os estrangeiros.

Esta circunstância vai estreitar a relação entre o Rei e o cirurgião ortopedista a ponto de a colaboração e os seus encontros durarem muito para além da Guerra. Isto é muito importante e a acção do Rei prolonga-se por vários anos após 1918, isto é, os serviços ortopédicos e o fabrico de próteses vão alongar-se no tempo.

Data também de 1917 a nossa entrada na Guerra, mas na Europa, e aí o Rei põe à disposição do Governo o seu Palácio das Carrancas, no Porto, para servir de Hospital de Sangue.

Além disto, desde a formação do Corpo Expedicionário Português, ainda em Tancos, os soldados começaram a receber dádivas em roupa, tabaco, bolachas,

## D. Manuel II durante a grande guerra de 1914 a 1918

material de saúde e outros géneros e utensílios que eram enviados por uma freira – Madre Augusta de Ornelas, irmã do Conselheiro Ayres de Ornelas. Mais tarde, já em França, os soldados continuaram a receber esses donativos pela mão do Padre José do Patrocínio Dias, capelão chefe do Corpo Expedicionário Português.

Referem-se estes factos porque os donativos não tinham indicação da sua proveniência e eram tidos como recolhas feitas e outras ofertas para serem veiculados pela mão de ambos os religiosos.

No entanto, em dado momento, já depois da Guerra, as entidades oficiais quiseram atribuir um louvor e mesmo uma medalha à madre que iniciara as ofertas desde Tancos. Nessa altura, a religiosa teve de dizer que o mérito não era seu e que tudo lhe fora enviado pelo Rei D. Manuel II. Por isso, ela não merecia honras ou distinção alguma. Deduziu-se também que tudo o que o Padre Dias trazia para os soldados tinha a mesma origem.

Exemplos destas e outras acções, diligências e serviços são relatados pelo Dr. Bizarro no livro que escreveu e que foi editado pela Fundação Casa de Bragança em 1952. Nessa altura também o cirurgião entregou em Vila Viçosa dois volumes de cartas, documentos e fotografias de onde extraímos esta carta que lhe foi escrita por D. Manuel II, cujo teor evidencia o carácter amistoso e a consideração que o Rei tinha pelo médico português. *(Foto 3 carta 1919)*

Aliás, no seu livro, o Dr. Bizarro conta-nos que quando foi aprovado no exame de cirurgia para passar a ser membro do “Royal College of Surgeons” e o Rei o encontrou, o médico ficou atônito: “King Manuel esqueceu-se de que o era e abraçou-me”.

A distinção que o Dr. Bizarro conseguiu tornou-o assim membro de pleno direito entre os cirurgiões ingleses, tal como pode observar-se no artigo do Jornal “O Século” de 29.XI.1921. *(Foto 4)*



Foto 3.



Foto 4.

Dá-se relevo ao facto de o Dr. Bizarro ser professor na Universidade de Londres, outro ponto alto na carreira deste médico português.

Como podemos observar, não só pela correspondência como também pelo testemunho do Dr. Bizarro e ainda de Sir Robert Jones, a acção do Rei foi ímpar e inigualável em dedicação, trabalho e influência, para ajudar os mutilados da Guerra muito tempo após o fim desta, porque todos eles ficaram marcados para sempre.

Para se compreender melhor a relação entre estes três homens, o Dr. Bizarro relata que Sir Robert Jones escreveu um livro sobre ortopedia aplicada aos militares e dedicou-o ao Rei – “Sir Robert Jones dedicou-lhe o seu livro ‘Notes of Military Orthopedics’, em Março de 1917”.

Contudo, devemos também referir a acção da Rainha D. Augusta Victória, que viveu nesse período uma situação muito delicada. Por um lado, estava inteiramente ao lado do Rei e participou em várias acções como enfermeira no Hospital de Sheperds Bush, logo desde o princípio de 1917. Por outro lado, a Rainha era alemã e tinha os seus familiares retidos no castelo de Sigmaringen e ainda dois irmãos que combatiam no exército alemão. Postura difícil para quem vivia em Inglaterra e tinha de conviver com e ajudar os britânicos e, ao mesmo tempo, tinha relações tão estreitas com quem estava no outro lado das trincheiras. *(Foto 5 Visita da Rainha a um hospital)*



Foto 5.

Esta visita, sobre a qual não existe informação alguma, permite identificar a Rainha ao centro e o Dr. Bizarro, de bata branca, no lado direito. A foto foi cedida, para se juntar aos dois volumes oferecidos em 1952, por um filho do Dr. Bizarro que visitou o Paço Ducal, em 2000.

## D. Manuel II durante a grande guerra de 1914 a 1918

Como sabemos, a acção do Rei prolongou-se por muitos anos após o fim da Guerra, mas o Rei George V, após o final do conflito aquando do desfile em Londres, dos Aliados vitoriosos, em 1919, convidou D. Manuel II para a tribuna de honra e daí assistir a esse desfile. *(Foto 6 em que se reconhecem as duas famílias reais)*



Foto 6.

Como nota final, gostaria de chamar a vossa atenção para o testamento do Rei que a 20 de Setembro de 1915 pretende doar todos os seus bens e colecções de arte para se fazer um museu e assim, o que o Rei tinha, não havendo descendência, ficaria ao serviço de Portugal para que todos pudessem fruir desse legado.

O Rei determinou e assim se fez, quando, após a sua morte, as Rainhas renunciaram à propriedade e posse dos seus bens de pleno direito, para se poder constituir a Fundação porque já tinha património.

No entanto, as Rainhas ficaram com o usufruto das propriedades durante cerca de 12 anos, até que, em 1945, mediante um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, a Fundação pôde comprar esse usufruto e começou assim a poder cumprir o que fora determinado pelo Rei, a acção cultural e de beneficência.

“Desejo que... todas as minhas colecções constituam um Museu para utilidade de Portugal, minha bem-amada Pátria.”

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Memórias do Sexto Marquês de Lavradio / D. José Luís de Almeida (Lavradio). – Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004. – 3.<sup>a</sup> ed.
- AMARAL, A acalmação e D. Manuel II .... / Augusto Ferreira do Amaral. – Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1966.
- BIZARRO, El Rei D. Manuel II na Grande Guerra / A. H. Bizarro. – Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1952.
- CARTAS, Cartas do Rei D. Manuel II e da Rainha D. Augusta Victória... Miss Margery Withers. – Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1997.
- FERRO D. Manuel II: O Desventurado / António Ferro. – Lisboa: Livraria Bertrand, 1954.
- LIVRO D'OURO, Livro d'ouro da primeira viagem de S. M. El-Rei de Portugal D. Manuel II ao norte de Portugal em 1908. – Douro: Carlos Pereira Cardoso, 1909
- MARTINS, D. Manuel II: História do seu reinado e da implantação da República / Rocha Martins. – [Lisboa]: Ed. do A., MCMXXXI (1931). Contém o testamento de 20.IX.1915.
- PROENÇA, D. Manuel II / Maria Cândida Proença. – Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- SANCHES, O Rei Saudade / José Dias Sanches. – Lisboa: António Maria Pereira, 1932
- SERRÃO, D. Manuel II (1889-1932): O Rei e o Homem à Luz da História / Joaquim Veríssimo Serrão. – Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

# A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

---

Licínio Lampreia

*“Uma excepcional conjugação de factores tornou possível a aparição de uma Fénix real: Vila Viçosa. (...) Aqui, o ideal pátrio conjugou-se com santidade e determinação; os valores da nobreza conjugaram-se com o sentido de servir o bem comum; construiu-se a história dos homens com uma confiança incomensurável que só do Céu nos podia vir, num rosto maternal”*

Mário Tavares de Oliveira, “Enquadramento Histórico”, in Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa – Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.

Começamos por referir que é bem verdade que Vila Viçosa se encontra expressivamente associada a tradições, a crenças e a simbolismos que são exclusivos desta vila alentejana e que não se podem aplicar a qualquer outro ambiente. O património intangível de uma sociedade é, em grande medida, o património da sua memória. Para o conhecimento de uma época e de uma sociedade, para encontrar o reflexo mais íntimo da mesma e o latido mais secreto de quem nela viveu, há que recorrer ao domínio do intangível. A historiografia religiosa calipolense, sobretudo a perceção sintetizada na devoção a Nossa Senhora da Conceição e a dimensão espiritual e patriótica, presente em todos os momentos determinantes na defesa de Portugal e do seu império e nos momentos difíceis da nossa história e dos seus valores pátrios, constituem a marca genética da existência de Vila Viçosa e um dos mais importantes sinais de identidade da comunidade calipolense. Mas, este domínio tão singular, onde emerge o padroado de Nossa Senhora da Conceição, constitui também o alimento imprescindível da vida devocional e espiritual e estamos tão incrustados nele como no ar que respiramos e com a mesma força com que estamos submersos na natureza.

Mas, a partir de uma visão integrada e holística do património cultural desta viçosa e leda vila, ao qual se encontra associado um conjunto de valências históricas, paisagísticas, urbanísticas, arquitetónicas e artísticas, o que faz com que



a excecionalidade de “*Vila Viçosa surja como a concretização do ideal de Obra Total*”<sup>1</sup>, resulta intorneável enfatizar que uma das principais faces da sua evolução e grandeza é a memória herdada da esplendorosa “vila-corte em Vila Viçosa”<sup>2</sup>, para utilizar a expressão de Mafalda Soares da Cunha, constituindo uma das principais imagens da estrutura da sua paisagem urbana.

Deixando de lado muitos pormenores, algum deles relevantes, podemos exaurir que se trata de uma vila que atravessa o tempo, integrando os diversos contributos de forma coerente e harmoniosa. Foi engrandecida pelos Duques de Bragança, a partir de meados do século XV, acabando por se tornar numa típica “vila ducal renascentista”, residência permanente da elite cortesã brigantina, com profundas ligações ao exterior. Por um lado, a corte senhorial em terras calipolenses, por outro, a força da Igreja Católica, afirmando sempre que possível a sua força e autonomia. São duas formas culturais, traduzidas, em ambos os casos, por uma forte identificação com as populações que ainda hoje deixaram marcos, materiais e imateriais, na herança patrimonial local. Estas imagens coexistem ao longo dos tempos e constituem não etapas de um progresso civilizacional em sentido único, mas aspetos de uma realidade dinâmica e de uma grande condensação de substâncias, encontrando-se submetida a variações, a várias progressões e a transformações muito complexas, em que as diferentes somas se adicionam para formar uma combinação favorável e indissociável.

Convém recordar que Vila Viçosa, terra onde o sol beija de uma forma muito intensa as suas casas brancas implantadas no coração da “charneca florida” de Florbela Espanca, é a imagem de um espaço físico povoado de marcas do seu secular e singular património religioso e a testemunha de exceção da tradição religiosa e modelo exemplar de vocação e de influência religiosa.

A “vila ducal renascentista”, apresenta ensimesmada, numa área relativamente pequena, uma das mais altas densidades de edificações religiosas<sup>3</sup>, grande parte

---

<sup>1</sup> Vide Aurora Carapinha, Proposta de Inscrição de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial da UNESCO, in “Declaração de Apoio ao Pedido de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal”, 2015, p. 3.

<sup>2</sup> Cf. Mafalda Soares da Cunha, ‘LA GRANDEZA DE LA CASA DE BRAGANÇA’. DISPUTAS DE PRIMAZIA E PRECEDÊNCIAS NOS SÉCULOS XVI E XVII, Callipole – Revista de Cultura n.º 22 – 2015, p. 82.

<sup>3</sup> Quanto às edificações religiosas, possui Vila Viçosa várias igrejas, oratórios, conventos e ermidas. A lista é muito extensa e difícil de reproduzir integralmente. Por isso, entre elas destaco: a Capela de São João Baptista da Carrasqueira; o Convento de Santo Agostinho (Ordem religiosa de Santo Agostinho); a Igreja e Real Convento de Nossa Senhora da Esperança e Ordem Terceira de São Francisco da Ordem de Santa Clara (feminino); a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Santa Maria do Castelo); o Convento e Igreja do Colégio de São João Evangelista da Companhia de Jesus (Sociedade de Jesus); a Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Milagres (o templo de construção mais recente da vila), hospedaria de peregrinos, moradia do capelão e do eremita; a Ermida de São Bento; a Ermida São Domingos; a Igreja e Real Convento das Chagas de Cristo, Panteão das Duquesas, (feminino, freiras de Santa Clara, localizado muito perto do Palácio Ducal); a Igreja dos Agostinhos (Panteão dos Duques de Bragança); a Igreja e Convento de Santa Cruz, o primeiro convento de religiosas que houve em Vila Viçosa (Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho); as Capelas de Nossa Senhora de Belém, S. Jerónimo e Santo Eustáquio (todas no interior da Tapada Real de Vila Viçosa); o Convento

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

protegidas pela lei portuguesa, quando comparada com outras vilas e cidades de igual ou superior dimensão geográfica.

A vida cultural de qualquer comunidade adora lugares comuns. Há uns anos ninguém falava de Vila Viçosa sem mencionar a “Princesa do Alentejo”. Hoje, pouca gente fala de Vila Viçosa sem referir a “vila ducal”, como causa antecedente para afirmar o seu carácter singular. Poderíamos acrescentar mais atributos. Mas, prefiro chamar-lhe algo mais do que Vila Viçosa, a “Corte Ducal Renascentista”; prefiro lembrar-me de um dos seus dons mais sublimes e chamar-lhe a terra da *Imaculada Conceição, Padroeira e Rainha de Portugal*, o que continua a ser rigorosamente canónico.

Por tudo isto, não é demais insistir que quando se considera historicamente a singularidade e a preeminência do património cultural desta vila raiana, devemos recordar que não só é a terra dos Duques de Bragança, como também é o Solar da Padroeira e Rainha de Portugal, que simboliza a alma religiosa da vila. Quando se fala de Vila Viçosa logo se regressa, de forma obsessiva, à memória religiosa. De facto, se considerarmos de modo combinado um certo número de tópicos relevantes para aferir o nível do significado da história religiosa calipolense, mormente o que significou para Portugal a partir do momento da consagração de Nossa Senhora da Conceição como Rainha e Padroeira de Portugal (1646), é impensável não reparar na posição destacada que a religião tem no imaginário da população local.

Nobreza, clérigos e plebeus partilham muito mais do que o mesmo carácter humano<sup>4</sup>. Dentro e fora da órbita da sede senhorial brigantina em terras alentejanas os esforços para unir a Casa de Bragança e a Igreja Católica e para ligar política e religião, sucedem e aumentam, procurando evidenciar o indiscutível contributo da religião para a vida coletiva. Por isso, é de reforçar que Vila Viçosa tem a seu crédito a cumplicidade fundamental e articulada entre a Fé e a História e entre a Igreja e a Casa Ducal.

Muito se escreveu sobre a História Religiosa de Vila Viçosa, em todas as épocas históricas que, desde um princípio, ficou registada em arquivos organizados e em documentos perenes, permitindo uma enorme inovação na história eclesiástica calipolense. A “religião” entra na História Local como sujeito de investigação de pleno direito, libertando-se do acantonamento a que estava confinada a velha “história eclesiástica”. A sua bibliografia é imensa e variada; porém, o tema parece que nunca se esgota. Cada vez que estudamos ou escrevemos algo sobre o padroado de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa descobrimos algo novo. E isso é estimulante.

E, agora sim, logo após esta breve reflexão, vou, sem mais delongas, para o objetivo principal deste artigo: falar de Vila Viçosa e da propagação e perpetua-

---

de Nossa Senhora do Amparo ou de São Paulo (Santo Agostinho); a Igreja de Santo António; a Igreja/Convento de São Francisco ou dos Capuchos (Franciscanos Capuchos); a Igreja do Espírito Santo ou da Misericórdia; a Capela do Paço Ducal; a Capela de São Luís; e os Passos de Cristo/Estações da Via Sacra de Vila Viçosa.

<sup>4</sup> A expressão desta perspetiva tem plena operatividade em Eduardo Pereira da Silva, “Ancorar o Invisível ao Visível”, in *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 3.

ção da devoção à Imaculada Conceição, da perspetiva do que esta povoação e do que o culto de Nossa Senhora representaram para Portugal, sobretudo, a partir do momento da sua consagração como Padroeira e Rainha de Portugal, na lógica de uma abordagem enquadrada num arco cronológico bastante dilatado.

Para acometer seriamente este tema, haveria que começar necessariamente pelo Solar da Imaculada Conceição.

Ao falar da história simbólica e religiosa da “vila dos sete conventos”, quero começar por simbolizá-la numa vertente física onde pontifica um nome que é um símbolo calipolense *per si*: O Santuário Mariano de Vila Viçosa. É o que Eduardo Pereira da Silva tão bem expressa quando diz que “*em Vila Viçosa existe um local de devoção onde a Fé de um povo e a sua História se entrelaçam: O Santuário de Nossa Senhora da Conceição*”<sup>5</sup>, que soa tão próximo, afinal, do imaginário da comunidade calipolense.

Aliás, é fácil dirimir que a associação da Fé e da História, em terras calipolenses, é extraordinariamente longeva, significativa, catalisadora e até indissociável, continuando a correr emparelhadas num curso claramente reconhecível e diferenciado de qualquer outro, em sentido que adiante se verá neste trabalho, mas que, desde já, posso anunciar singular e duradouro.

A religião, a história e a literatura, entre outras coisas, permitem a possibilidade de um diálogo desprovido de fronteiras geográficas, não só entre gerações mas também entre os vivos e os mortos, assim como entre os saberes e as artes. Enfim, uma aliança e “*una legión extranjera de desconocidos*”, para usarmos a distinção da novelista argentina Vlady Kociancick.<sup>6</sup>

No interior da área amuralhada, uma superfície de um verde intenso e uma paisagem de vegetação palpável, não muito longe do cinzento das oliveiras, adverte-nos que estamos a ponto de chegar ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição, Rainha e Padroeira de Portugal, onde repousa na serenidade e límpidez dos cálidos dias alentejanos. Situado na parte baixa de uma pequena elevação, desde o Santuário ascende-se progressivamente, em suave inclinação, ao velho castelo artilheiro, cujo cinzento da pedra faz ressaltar mais o azul do céu, que contempla a seus pés o templo.

Encontramo-nos, pois, num dos lugares onde mais intensa e mais fértil é a possibilidade desse diálogo entre Fé e História, que aparecem frequentemente entrelaçadas, muitas vezes em palavras e, outras vezes, em silêncio e solidão.

No osso da velhice do primitivo templo de Santa Maria do Castelo<sup>7</sup>, fundado no mesmo lugar, floresce a carne da atual igreja matriz de Vila Viçosa, imóvel clas-

---

<sup>5</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 3.

<sup>6</sup> Os pormenores desta formulação podem encontrar-se em Antonio Muñoz Molina, citando Vlady Kociancick, durante a leitura do discurso de receção pública na Real Academia Espanhola, *Destierro y destiempo de Max Aub*, que foi lido em Madrid no dia 16 de Junho de 1996, p. 11.

Disponível em: [http://www.rae.es/sites/default/files/Discurso\\_Ingreso\\_Antonio\\_Munoz\\_Molina.pdf](http://www.rae.es/sites/default/files/Discurso_Ingreso_Antonio_Munoz_Molina.pdf) [Acedido 26 Abril 2019].

<sup>7</sup> Está referenciado a partir de 1289, foi reconstruído no primeiro quartel do século XIV pelo Santo Condestável e, depois, ampliado tal como o conhecemos hoje, a partir de 1569, no reinado de D. Sebastião.

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal



Figura 1 – Vila Viçosa, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, dentro dos muros da cerca medieval do castelo da vila. Postal ilustrado da década de 1940.

sificado de Interesse Público<sup>8</sup>, situada no interior dos limites do bem *Vila Viçosa, vila ducal renascentista*, proposto para inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Quando de automóvel nos vamos aproximando de Vila Viçosa, em certas épocas do ano, os nossos olhos descobrem a airosa silhueta da torre sineira da igreja de Nossa Senhora da Conceição, que se ergue dominadora. Não há dúvida que estamos



Figura 2 – O Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa onde se encontra a imagem da Padroeira e Rainha de Portugal. Foto: Tiago Salgueiro.

<sup>8</sup> A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, foi classificada como Imóvel de Interesse Público, através do Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27 de Março de 1944.

em Vila Viçosa. O templo com alma de Mulher, que muitos calipolenses de inúmeras e distintas gerações e desde tenra idade, têm suspenso nos seus corações. É a mãe de quantas igrejas, conventos, ermidas e oratórios existem nas ruas, avenidas e praças da Vila-Museu. A sua fachada já denota o caráter e o destino da construção.

Visto de longe, o edifício não impressiona. O exterior da Casa, apesar da alvura da sua fachada, que contrasta com as escuras pedras da muralha envolvente, apresenta adornos severos e uma geometria austera. Ligada indissociavelmente à sua fachada de alvenaria, eleva-se a torre sineira do templo. Várias janelas rasgam-se na larga e sóbria fachada.

No interior do templo, de três imponentes naves, onde os passos ressoam sonoramente debaixo da pesada abóbada de pedra, à medida que nos aproximamos do altar-mor o primeiro que vemos é a imagem medieval da Padroeira de Portugal, exposta no seu aposento que, com o seu manto protetor e a sua coroa, atraía os portugueses com as auras das inspiradoras e sedutoras sirenes da Restauração. Durante muitos séculos esta imagem acompanhou os portugueses a todas as partes. Ano após ano, século após século, a Virgem presenciou todos os movimentos e escutou as palavras de todos os que levantaram a vista para esse altar-mor.



Figura 3 – Vista da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Foto: Rosário Salema, 2018.

É a Rainha da Casa, onde brilha como astro de primeira magnitude, e onde está presente a imagem escultórica do Beato Nuno Álvares Pereira, que tem vindo a receber também o culto devocional<sup>9</sup>. A companhia é sublime e o lugar é luminoso, exaltante e inspirador. No miolo da igreja há uma mistura e incandescência luminosa de fogo; ganham vida e exaltação as imagens.

Um feixe de luz espiritual e invisível que faz ver, que permanece em sossego e silêncio, mas que fala.

---

<sup>9</sup> Foi declarado Bem-Aventurado pela Igreja Católica que o reconheceu como Santo, canonizando-o em Roma, no dia 26 de Abril de 2009.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

Hoje, vemos o templo quase como o veríamos nas últimas décadas do século XVI. Nada se interpõe entre o momento em que foi edificado e os dias de hoje. Aqui o passado não enturvesce a visão. Não existe aqui o passado.

Os muros do templo ainda estão aqui, à vista. Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Padroeira de Portugal, e a sua Casa são imperecedoiras. Não definham, porque a Imaculada é, pela memória, a irmã gémea da inspiração divina e dos valores patrióticos.

Uma só visita ao Santuário Nacional equivale a um curso de História Religiosa e a um curso de Arte, sem assomo algum de dúvida.



Figura 4 – Imagem da Imaculada Conceição, Padroeira de Portugal, no Santuário Nacional de Vila Viçosa. Foto: Carlos Aurélio.

Como complemento a estes aspetos, vamos abrir aqui um pequeno espaço e atentar tão só nalguns exemplos da coleção de obras de arte sacra que esta igreja atesoura, obviando agora o detalhado apontamento. Parece que nada liga um caso ao outro, a devoção a Nossa Senhora da Conceição e as peças originais de arte sacra. Mas, há uma linha de ligação indelével: a da forte expressão artística que imprime sentido e significado ao serviço da Fé. Começo por referir o Tombo da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição que é um valioso e raro cimélio, cujo documento mais antigo foi escrito no século XIV<sup>10</sup>. O seu conteúdo permite desenterrar prevalentes perspetivas religiosas e civis, sumidas no esquecimento. Quero agora desviar o meu olhar para outro exemplo que acrescenta grandeza a esta Casa: o conjunto escultórico da “Nossa Senhora da Boa Morte” de Vila Viçosa, originário do Real Convento das Chagas de Vila Viçosa e atualmente pertencente à Igreja da Conceição. Trata-se de uma peça de excepcional valor litúrgico, espiritual, histórico e artístico, como um profundo sinal identitário.

<sup>10</sup> Segundo Joaquim Torrinha, no texto “Um Precioso Cimélio do Século XIV. Da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição”, Revista de Cultura Callipole, 7/8 – 1999/2000, pp. 301-302.



Figura 5 – Conjunto escultórico “Dormição da Virgem”, em madeira dourada, policromada, estofada e talha dourada, existente no Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

© Carlos Pombo / Fundação Eugénio de Almeida.

A digna proximidade do Palácio Ducal de Vila Viçosa e do Terreiro do Paço, que constitui, ainda, o coração simbólico de Vila Viçosa, para naturais e forâneos, e que é considerada uma das mais belas praças-rossio do País, sem esquecer, naturalmente, a Capela Real edificada no seu interior, enquadram em terras calipolenses um teatro místico para as figurações da memória e um proscénio para as vozes e os clamores espirituais e históricos do passado.

Desde há muitos séculos, dentro e fora de portas, muitos consideram as dinâmicas religiosas e espirituais como uma representação veraz da vida que nos amparam, confortam e guiam pelo labirinto das contrariedades, das frustrações e das incertezas que afligem todas as sociedades. Muitos, ainda, recorrem a elas para procurar decifrar, pelo menos parcialmente, o hieroglífico que costuma ser a existência para a grande maioria das sociedades humanas, principalmente, nos momentos em que se confrontam com mais dúvidas do que certezas e que expressam a sua perplexidade perante o destino individual e coletivo da sua história.

Não se compreende bem o modo como nos afirmámos na história, aventurando-nos pelos mares, territórios inexplorados e povos incógnitos, e como recuperámos a nossa independência se não estava presente um pensamento de motivação e de missão religiosa. Com efeito, em conjunturas e momentos difíceis da nossa história, a força simbólica, espiritual e devocional foi decisiva para o bom sucesso das pretensões portuguesas. Essa feição espiritual e devocional, tal como tinha acontecido nos alvares da nacionalidade, em que a presença protetora de Cristo deu alento ao Rei Conquistador, voltou a estar presente nas crises do séculos XIV e XVII. Podemos dizer que aqui brotou a erva patriótica e nacionalista, que imprimiu carácter a Portugal e que fundiu a espiritualidade e a identidade do país. Vila Viçosa é, pois, a essência de Portugal.

Falar da crescente importância do culto de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e do seu ulterior destino como Padroeira e Rainha de Portugal, obriga que

**A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação  
de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal**

recuemos, pelo menos, à época em que D. Nuno Álvares Pereira, foi o primeiro donatário da vila.

A “vila ducal” foi ponto de apoio fundamental a Nuno Álvares Pereira, Homem providencial, a quem o reino ficou a dever a sua independência durante a crise sucessória de 1383, que ameaçou Portugal de perder a sua autonomia. Escolheu-a várias vezes como seu quartel general, de onde urdiu a estratégia da defesa da independência do reino. Estes acontecimentos ligaram D. Nuno Álvares Pereira às terras alentejanas, mormente a Vila Viçosa, estando na origem mais remota da constituição da Casa de Bragança. O Santo Condestável, o “grande senhor”<sup>11</sup> e profeta de Vila Viçosa e o exímio guerreiro português que encarnou o brado inconfundível e a força indestrutível de um Reino, confiava mais na intervenção divina do que na espada para consolidar a defesa de Portugal.

Já ao homem do século XVII estariam reservadas as fadigas do labor da independência de Portugal. A este propósito não posso deixar de rememorar a estabelecida e bem divulgada ação de D. João IV (1604-1656), como rei restaurador da independência nacional, e esta memória engloba inevitavelmente a “vila ducal renascentista” e o seu Solar da Rainha e Padroeira de Portugal. Vila Viçosa, pátria da Restauração da Independência, foi novamente um fervoroso e indefetível



Figura 6 – São Nuno de Santa Maria, beato desde 1918 e canonizado em 2009.  
Foto: Carlos Aurélio.



Figura 7 – Retrato de D. João IV, fundador da 4.<sup>a</sup> Dinastia de Bragança. Pintura a óleo atribuída ao atelier de P.P. Rubens. Castelo Real de Varsóvia.

<sup>11</sup> Manuela Mendonça, “NUNO ÁLVARES PEREIRA, SENHOR DE VILA VIÇOSA”, in Revista de Cultura *Callipole*, n.º 18 – 2010, p. 38.



centro de afirmação dos valores patrióticos, da identidade nacional e da defesa de Portugal e do seu império, devido ao facto de ter desempenhado um papel absolutamente decisivo na restauração da independência de Portugal em 1640, o que cimentou e acentuou a ligação da bela *Callipole* à história de Portugal. A grande casa senhorial do reino do século XVII, alimentava a esperança dos portugueses que ansiaram e conseguiram a restauração da monarquia, contra as pretensões dos Filipes de Castela.

A atenção que tenho dedicado a Vila Viçosa, como sede da defesa e da consolidação da independência do reino, leva-me agora a afirmar que o prestígio da Corte Ducal de Vila Viçosa adquiriu maior protagonismo entre 1580-1640, durante o período da união dinástica, quando a vila alentejana simbolizava a Corte portuguesa que o reino não possuía e, ao mesmo tempo, a alternativa ao domínio filipino<sup>12</sup>.

No período pós restauração, quando se procurava a legitimidade dinástica da Casa de Bragança e se viviam as campanhas de Restauração, que correspondem a um novo ciclo crucial na História de Portugal, Vila Viçosa foi mais uma vez chamada à empresa da mobilização e adesão para a causa e para o exercício defensivo, que cumpriu inteiramente.

A Casa de Bragança protagonizou com êxito a “*prodigiosa Restauração*”, porque teve a intercessão do “poder divino a autorizá-la”<sup>13</sup>. Por anúncio divino,



Figura 8 – Frontispício da *Restauração Prodigiosa de Portugal*, de 1643-1644.  
Gravuraem:Gregório de Almeida, *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, 1643, 3v.  
<http://purl.pt/11978/> [Acedido 26 Abril 2019].

<sup>12</sup> Vide Maria Marta Lobo de Araújo, “Vila Viçosa, as “esmolos” e os “pobres” do duque D. João II (1636-1646)”, *Revista de Demografia Histórica*, n.º XXII, Madrid, 2004, pp. 183-205.

<sup>13</sup> João Francisco Marques, *DEFESA DA INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADE DE PORTUGAL NA LITERATURA APOLOGÉTICA DA RESTAURAÇÃO DE 1640: O Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa*, in *Revista de Historia das Ideias* Vol. 28 (2007), p. 8. [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa\\_da\\_independencia\\_e\\_identidade\\_de\\_Portugal.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa_da_independencia_e_identidade_de_Portugal.pdf) [Acedido 30 Abril 2019].

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

predestinação excecional e extraordinário valor, estava D. João IV, que foi o oitavo titular da casa brigantina e que abriu as portas à dinastia de Bragança, fadado a conduzir o país de novo à sua autodeterminação, constituindo um trascendental acontecimento histórico e espiritual.

É incontornável sublinhar que uma das mais admiráveis manifestações da historiografia religiosa nacional, e até, internacional, que mais em concreto parece encarnar a exaltação devocional, patriótica e libertadora de Portugal do século XVII, tenha os seus prolegómenos remotos em Vila Viçosa.

Podemos dizer, com toda a propriedade, que a vila alentejana dos tempos da Restauração era o centro da devoção dos portugueses à Imaculada Conceição de Maria, o epicentro da esperança, a capital do otimismo, de modo a transformar esta terra num verdadeiro meridiano de fé e de veneração, capaz de transmitir uma chama viva de esperança e de coesão nacional, centrada em exclusivo em Nossa Senhora. Uma atmosfera subtil e espiritual, emana de Vila Viçosa e envolve todos os portugueses. No século XVII, a Pátria verdadeira era o ambiente religioso.

Sobreleva todavia um outro aspeto que se nos afigura importante ao entrarmos no universo do Portugal restaurado, e, sobretudo, na sua umbilical ligação com Vila Viçosa. No dia 3 de Dezembro de 1640, Pedro de Mendonça e Jorge de Melo, dois destacados elementos do grupo nacionalista e patriótico português, dirigem-se para esta vila alentejana a fim de dar conta da Aclamação do Rei de Portugal. Quando aqui chegaram estava o rei na Capela Real, acompanhado da rainha, a assistir à missa, à qual começou a ouvir como duque e acabou como rei, que apenas soube da sua Aclamação em Vila Viçosa. Depois, seguiu para Lisboa.



Figura 9 – Aclamação de D. João IV no Terreiro do Paço, tendo o rio Tejo como fundo. Quadro de Veloso Salgado (1864-1945). Museu Militar de Lisboa. <http://www.arqnet.pt/portal/imagemsemanal/dezembro01.htmlrio>

Como Luís de Meneses (1632-1690), 3.º Conde da Ericeira, deixaria inscrito na sua “História de Portugal Restaurado”, a defesa do reino parecia de facto “*muito dificultosa*”<sup>14</sup>. Quando D. João IV subiu ao trono, em Dezembro de 1640, o potencial militar do Reino era muito precário para se opor à anunciada tentativa do poderoso exército espanhol para retomar o trono. Os efetivos militares eram manifestamente insuficientes. Não havia armas. Não eram conhecidas as novas táticas permitidas pelo desenvolvimento do armamento já em curso no resto da Europa. Não existiam chefes nem comandantes militares capazes, encontrando-se os mais preparados a servir fora do reino. E, pior que tudo, não havia dinheiro.

Contudo, neste contexto particularmente adverso, a nação lusitana restaura, por um lado, o seu estado primitivo e a sua época esplendorosa, recuperando o que lhe havia sido arrebatado em 1580; por outro, Portugal recupera definitivamente a sua primacial genuidade de reino “*per si*”. Portanto, o sucesso das campanhas da Restauração foi duplo, pois Portugal voltava a ser um reino e não uma província, ao mesmo tempo que se restituía o seu governo ao herdeiro da dinastia legítima<sup>15</sup>.

Fernando Bouza Álvarez, que tão aguda e profusamente estudou o processo da Restauração de Portugal, citando uma perspectiva de José Cepeda Adán<sup>16</sup>, propôs uma interpretação muito semelhante ao afirmar que: “*Como otros muchos estados nuevos, la Restauración satanizó el pasado inmediato que venía a cambiar el antiguo esplendor e idealizó el futuro gobierno*”<sup>17</sup>.

Deveria acrescentar, para uma maior precisão deste tema, que um novo e decisivo passo foi calcorreado com o reconhecimento da independência de Portugal pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica. Salta à vista que o Papa Urbano VIII (1623-1644), certamente devido a intensa influência exercida pela coroa espanhola, resistia a reconhecer a restauração da independência de Portugal, o que só veio a acontecer em 1670, trinta anos depois da aclamação do rei D. João IV e cerca de dois anos após a assinatura do Tratado de Paz entre os dois países ibéricos (1668), já no início do pontificado de Clemente X (1670-1676).

É relevante e oportuno trazer à colação que quando a dinastia da Restauração veio a reencontrar a pátria em Vila Viçosa, existe um momento em que a sua história culmina num processo em que a ação se alia, não a um fim terreno e limitado, mas sim a um plano transcendente e espiritual, em que o sentido devocional alcança a sua mais alta e excelsa expressão: a entronização da Imaculada Conceição de Vila Viçosa, como Padroeira e Rainha de Portugal, em vínculo perpétuo feito em

---

<sup>14</sup> Vide Luís de Meneses (1632-1690), “História de Portugal Restaurado”, Tomo I-II, Lisboa, 1679-1698.

<sup>15</sup> Registe-se, na sequência da narrativa supra mencionada, o trabalho de Fernando Bouza Álvarez, (1991). “Primero de diciembre de 1640: una revolución desprevenida?”. In *Manuscrits* n.º 9, p. 208.

<sup>16</sup> José Cepeda Adán foi catedrático de História de Espanha das Idades Moderna e Contemporânea nas Universidades de Santiago de Compostela (desde 1963) e de Granada. A partir de 1976, ocupou a cátedra de História de Espanha na Idade Moderna na Universidade Complutense de Madrid.

<sup>17</sup> Cf. Fernando Bouza Álvarez (1986), “‘Clarins de Jericho’. Oratoria sagrada y publicística en la Restauração portuguesa”. In *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporânea*, vol. 7, p. 21.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

Cortes no ano de 1646, perante os três Estados<sup>18</sup>. Foi eleita por D. João IV, acima de todas as outras mulheres do país. Os calipolenses ganharam a Imaculada Conceição e a Imaculada Conceição ganhou os portugueses.

O Rei Restaurador, ao colocar a coroa real sobre a cabeça da Santa Imagem de Nossa Senhora pretendeu significar que, a partir de então passava a ser, de direito e de facto, a Rainha e a Padroeira de Portugal, como tributo de reconhecimento pelo sucesso das Campanhas da Restauração (1640-1668)<sup>19</sup>, tratando-se de um período absolutamente marcante para os desígnios da História de Portugal.

Num artigo que leva o expressivo título “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, Joaquim Chorão Lavajo lança luz sobre outras motivações que se encontram associadas à decisão de proclamar Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal, expressando que tinha como objetivos centrais “*atrair o patrocínio de Maria para “os Reinos e Senhorios de Portugal”, seriamente ameaçados pela pretensão espanhola de refazer a União Ibérica, e introduzir a festa de Nossa Senhora da Conceição como festa de primeira classe com oitava, criando assim condições para a sua inclusão no rol dos dias de preceitos nacionais, já que Urbano VIII, ao publicar a bula “Universa per Orbem”, de 13 de Setembro de 1642, não o havia feito em relação à Igreja universal*”<sup>20</sup>.

A dinastia de Bragança começa com um rei sem coroa. Trata-se de um acontecimento de extrema importância e significado, único em toda a Europa e no mundo inteiro: o Rei renúncia ao uso da Coroa na cabeça, já que ela pertence de direito a Nossa Senhora da Conceição. Na verdade, todas as representações iconográficas contemporâneas ou posteriores a D. João IV representam o rei de Portugal com a coroa real ao lado. Não lhe bastava ser consagrada como Padroeira do Reino para ganhar reconhecimento nacional pela libertação de Portugal do domínio espanhol; precisava, além disso, de se propor como Rainha de Portugal. Desde então, nenhuma outra Mulher foi tão enaltecida como Nossa Senhora da Conceição. Como um símbolo nacional, tem constituído uma presença constante na vida dos calipolenses, em particular, e dos portugueses, em geral, desde há vários séculos. Nossa Senhora, entronizada como Padroeira e Rainha, é muitas vezes o trampolim

---

<sup>18</sup> Portugal foi o primeiro país europeu a instituir, com carácter definitivo, a participação de representantes do povo nas Cortes.

<sup>19</sup> Na sequência da Restauração da Independência de Portugal, a 1 de Dezembro de 1640, após o período filipino (1580-1640), é assinado em 1668, doze anos após a morte do Rei Restaurador, o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha. O rei Carlos II de Espanha, assina o documento em Madrid, a 5 de Janeiro, e D. Afonso VI, ratifica-o a 13 de Fevereiro, em Lisboa. Nos seus 13 artigos, o Tratado estabelecia uma paz perpétua, a cessação imediata das hostilidades e dos conflitos nos reinos e senhorios dos dois países ibéricos e o regresso da “boa correspondência e amizade”. (“1668. Tratado de Pazes entre o senhor rei D. Afonso VI e Carlos II rei católico de Espanha concluído no convento de Santo Elói da cidade de Lisboa, sendo mediador Carlos II rei da Grã Bretanha [...]”. Portugal, Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 2542).

<sup>20</sup> Para o entendimento desta problemática, vide Joaquim Chorão Lavajo, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005. p. 137.

que permite ligar o céu e a terra, que permite ligar o invisível e o visível e tornar o impossível em possível.

Contudo, ao mesmo tempo que aceitamos todas estas leituras, não podemos subtrairmo-nos à força da definição de João André de Araújo Faria, que considera a “*Aclamação da Virgem de Imaculada Conceição como Padroeira de Portugal como o “Monumento Eterno” da Restauração de Portugal*”<sup>21</sup>.

Aos estudos de João André de Araújo Faria também lhe caberiam como anel ao dedo as palavras de Frei João de São Bernardino, falando da proclamação joanina. Com efeito, também o franciscano insiste na natureza *ad aeternum* da consagração à Virgem, ao afirmar no final do sermão, pronunciado no dia 8 de Dezembro de 1640, na presença do rei D. João IV, que “*Seja assi, Senhora, seja assi, & eu vos prometo em nome de todo este Reyno, que elle agradecido levante hum tropheo a Vossa Imaculada Conceição, que vencendo os séculos, seja eterno monumento da Restauração de Portugal*”<sup>22</sup>. Em síntese, um “monumento” espiritual a Nossa Senhora.

Portugal não voltaria a ser igual depois da sua consagração à Imaculada Conceição. Como resulta evidente, a sua escolha para Padroeira de Portugal produziu reflexos perpétuos na construção de uma memória cristã da Casa de Bragança, de Vila Viçosa e de Portugal, com extensas ramificações pelo seu vasto Império. Mas, tal entronização implicou, não apenas uma rutura definitiva com várias ideias sobre a religião, vigentes desde há muitos séculos, mas também uma revolução nos hábitos espirituais e devocionais dos portugueses, com qualidades que atestam uma curva de inexorável ascendência.

A necessária resposta papal à proclamação joanina de Nossa Senhora como “Rainha e Padroeira do Reino e dos Senhorios de Portugal”, foi concedida pelo papa Clemente X<sup>23</sup>, precedendo consulta dos bispos do mundo, o que confirma o decreto da Congregação Lusitana dos Ritos e, sobretudo, comprova a dimensão mundial da transcendência do ato, sem que, paradoxalmente, D. João IV o tivesse conhecido. Esta consagração foi confirmada, cerca de duzentos e sessenta e cinco anos mais tarde, em 25 de Março de 1936, pelo Santo Padre Pio XI, o que mostra bem o complexo e inédito processo de eleição de Nossa Senhora da Conceição como Rainha e Padroeira de Portugal.

Terminado este processo, em consonância com os procedimentos formais da Igreja Católica, os reis de Portugal e a família real nunca deixaram de lhe prestar a maior veneração.

O culto particular a Nossa Senhora da Conceição alicerça-se em fundamentos e antecedentes históricos e religiosos, pelo que não o podemos perspetivar somente

---

<sup>21</sup> Leia-se, a este propósito, o artigo de João André de Araújo Faria O “Monumento Eterno” da Restauração de Portugal (1640-1668): A aclamação da Virgem de Imaculada Conceição como Padroeira de Portugal, XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades. [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213103076\\_ARQUIVO\\_EnsaioANPUH-RJ2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213103076_ARQUIVO_EnsaioANPUH-RJ2008.pdf) [Acedido 8 Maio 2019].

<sup>22</sup> Cf. João de São Bernardino, in: BARBOSA MACHADO, Diogo. Sermões da feliz aclamação do Augustissimo Rey de Portugal D. João IV, v1, p. 24v.

<sup>23</sup> Através do breve Eximia dilectissimi, datado de 8 de Maio de 1671.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

como um processo isolado e descontextualizado, assim como não podemos olhar apenas para a sua florescência seiscentista, mas sim considerá-lo unido aos ramos, tronco e raízes que o fizeram brotar e lhe deram a substância e a utilidade. Por isso, parece-nos que uma perspetiva mais dilatada é, particularmente, adequada para permitir um entendimento desta questão.

Se a veneração do povo português à Imaculada Conceição não nasceu no século XVII, com a entronização de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, como padroeira de Portugal, vindo de trás, da Idade Média (designada, então, habitualmente por Santa Maria), e principalmente de quinhentos, que foi o século da sua generalização a todo o território português, também nele não morreu; a devoção e a perpetuação da fidelidade à Padroeira e Rainha continua e desenvolve-se em momentos posteriores. A sua sombra protetora é bastante alargada e o seu manto oferece segurança.

O patrocínio que Nossa Senhora já exercia sobre a corte dos bragança em Vila Viçosa, terra de D. João IV, alarga-se a todo o Reino e ultrapassa a veneração da festa da Assunção<sup>24</sup>, até aí preeminente sobre os demais cultos.

Portugal constitui um caso deveras singular de inspiração divina, motivação e entrega. A determinação, estratégica e espiritual, e a devoção dos portugueses é comprovada pelo melhor testemunho, o do frade da Ordem de Santo Agostinho na Província de Castela, Antonio Seyner, autor da “*Historia del levantamiento de Portugal* (1644)”, que se encontrava em Lisboa em Dezembro, e que numa síntese imediata e assertiva diz que “*Fue tal el sucesso de Portugal que, experimentado, apenas es creído. No se pudo temer, ni discurrir y assí no admira se dificulte la credulidad. Lo preuenido de los sediciosos para la execución, la*



Figura 10 – Frontispício do livro “*Historia del levantamiento de Portugal*”, de Antonio Seyner.

Fonte: [https://www.europeana.eu/portal/es/record/9200110/](https://www.europeana.eu/portal/es/record/9200110/BibliographicResource_1000126558540.html)

[BibliographicResource\\_1000126558540.html](https://www.europeana.eu/portal/es/record/9200110/BibliographicResource_1000126558540.html)

<sup>24</sup> Joaquim Chorão Lavajo, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”... p. 125.

*presteza en el obrar y, finalmente, el modo con que todo se asentó no pudo ser inteligencia de hombres y, así, sólo fue disposición de los Cielos*<sup>25</sup>.

Se deixarmos esta narrativa espanhola e regressarmos a casa, a exclamação de Antonio Seyner de imediato recorda uma outra de António de Sousa de Macedo (1606-1682)<sup>26</sup>, cuja afinidade é flagrante, chegada também do período restauracionista, não obstante aqui a voz ser dada a um diplomata, escritor, jornalista e político português no período da Restauração: “*não duvidarei dizer, que nesta guerra contra Castella temos experimentado maravilhas tão estupendas, que claramente se vee, que o Ceo peleija por nós*”<sup>27</sup>. (António de Sousa de Macedo, 1664).

Ainda a este propósito, vejamos outro exemplo subsidiário que coloca especial ênfase no plano espiritual, na estratégia militar, na determinação portuguesa e, sobretudo, na importância de Vila Viçosa para a defesa de Portugal e do seu Império, através de Nuno Lemos Pires (2018) que evoca, por sua vez, a decisiva Batalha de Montes Claros, que ocorreu em 1665 (os combates desenrolaram-se em Borba, próximo da Serra da Vigária, Vila Viçosa), para explicar que a referida batalha “*juntou determinação estratégica, génio militar, motivação moral e determinação espiritual, (...). No domínio do intangível, a dimensão espiritual estava bem presente em todos os momentos da Batalha porque, Nossa Senhora da Conceição estava “com os portugueses” (...). Lutar pela libertação de Vila Viçosa, era uma demonstração clara na defesa de uma Coroa que representava um sentido mais elevado que a simples dedicação a uma família: ali lutava-se pela Rainha de Portugal que era, nem mais nem menos, a Nossa Senhora da Conceição*” (Nuno Lemos Pires, 2018, no prelo)<sup>28</sup>.

O que está em jogo é a imperiosa necessidade e a vontade de socorrer Vila Viçosa, que deu origem à Batalha de Montes Claros, visto que a vila não podia ser derrotada, em 1665, porque era um símbolo da determinação de muitos povos espalhados por todo o globo e uma afirmação da independência e da soberania do Império.

Se Guimarães foi o berço de Portugal, Vila Viçosa foi a pátria da Restauração da Independência. Aqui sente-se o mais profundo clamor, não de um império agonizante, mas da dignidade e da determinação de uma vila na defesa de Portugal.

Em meados do século XVII, o culto da Imaculada Conceição conquista Portugal inteiro, desde os reis e os teólogos, até à população do reino em geral. Sempre que

---

<sup>25</sup> Antonio Seyner, Historia del levantamiento de Portugal (1644), Lanaja, Primera Publicación de 1644. Original na Biblioteca Nacional Austríaca.

<sup>26</sup> António de Sousa de Macedo foi um destacado jurista, embaixador e secretário ao serviço da Casa Real.

<sup>27</sup> António de Sousa de Macedo, citado por João André de Araújo Faria (2010) – A RESTAURAÇÃO PRODIGIOSA DE PORTUGAL. 1640-1668. Tese de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 10. Disponível em: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2017/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-JO%C3%83O-ANDR%C3%89-FARIA.pdf>. [Acesso 27 de Abril de 2019].

<sup>28</sup> Nuno Lemos Pires, Vila Viçosa, símbolo da soberania portuguesa nas Campanhas da Aclamação. Texto para o VOL. III – ESTUDOS HISTÓRICOS, que é parte integrante da candidatura do Bem “Vila Viçosa, vila ducal renascentista” a Património Mundial da UNESCO, 2018. No prelo.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

a nobreza, a hierarquia eclesiástica, o clero, os académicos, os letrados, os fiéis e o povo português, estavam reunidos em nome do sucesso das armas portuguesas, aí estava, simbolicamente, Nossa Senhora da Conceição, no meio de todos. Trata-se de um clamor generalizado e popular, uma expressão que nos arrasta e motiva e uma significação coletiva de um país que configura uma verdadeira comunidade religiosa, devocional e institucional, desprovida de um carácter privado.

Esta realidade cultural tão particular, que é o processo histórico que se desenvolve na Península Ibérica, provoca com frequência o que podemos considerar como um contínuo fluxo e refluxo de demonstrações de adesão ao culto. Nesses tempos históricos, muitos recorriam à benevolência e à intercessão da religião e do divino na vida coletiva do reino, de maneira a afrontar os tempos difíceis e os riscos da Guerra da Restauração. Fácil se torna entrever a importância do veio que mistura a convergência da intercessão que desce dos Céus e da chamada que para lá nos eleva. Num dos planos desta dupla via, os mais altos dignitários da Igreja Católica, como é o caso de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643), Arcebispo de Lisboa, que também desempenhou um importante papel político a apoiar a Restauração da Independência de Portugal, deu indicações para se celebrarem orações, a invocar a intervenção do Altíssimo, e para se organizarem múltiplas procissões de Graças, com toda a solenidade, devoção e emoção. Outras, como, por exemplo, as irmãs religiosas da Madre de Deus e da Esperança, solicitaram o auxílio do Céu e fizeram preces neste sentido. Todas, procuraram recorrer à religião e ao divino para encontrar um refúgio, uma transparente realidade e uma ordem no caos e no vazio.

Por isso, seria muito mais exato considerar este processo em si mesmo como um movimento contínuo, a que não devemos estabelecer estreitos limites, um país de gente que fala numa só direção e uma enorme multidão de portugueses abraçados por uma só Mulher: a Virgem Nossa Senhora da Conceição.

A sua principal virtude reside, aliás, no carácter integrador da coesão do Reino de Portugal, sobre o qual recaía a ameaça espanhola. O culto mariano gerou dinâmicas, despoletou vivências religiosas e experiências espirituais e devocionais, arrebatadoras e genuínas, com impactos difíceis de precisar na vida das pessoas, da comunidade local e das instituições, renovando com maiúsculas a própria forma de entender a espiritualidade. Mas, sabemos que esta devoção à Virgem Maria criou e induziu uma prontidão sobrenatural no devoto, através da qual emanou um novo alento, alegria e vontade. Enfim, uma comunicação espiritual e um sopro misterioso e divino de inspiração e de devoção para enfrentar dificuldades e sentimentos contraditórios que se agolpavam no período restauracionista. Em poucas palavras, tratava-se de motivar, de mobilizar e de ir sempre em frente, ou simplesmente claudicar.

A fé na Imaculada Conceição de Vila Viçosa converteu-se no vetor simbólico da alma pátria e na chama viva da identidade lusitana. E é ela que bombeia o gás que permite dar sentido e determinação à luta pela independência de Portugal.

A Padroeira e Rainha de Portugal materializou a força insubmissa de todo um povo, no drama vivido por um reino despojado da coroa própria, usurpada por cabeça alheia, e na angustiante indefinição quanto ao desfecho da dramática situação, a força espiritual voltou a ser absolutamente decisiva na luta pela restauração.



Como se compreende, adquiriu o particular e inquebrantável matiz de se associar indelevelmente ao destino de Portugal. E isto faz toda a diferença. Num breve espaço de tempo, a nossa vida coletiva convertia-se, inexoravelmente, não em passado perdido, mas sim em passado irrepitível e em futuro promissor.

Ou, dito doutro modo, o rei para consumir a gesta que havia de levar a bom porto a restauração de Portugal, remete para as mãos de Nossa Senhora da Conceição uma esperança religiosa e uma proteção e segurança de todo um povo e, mais do que isso, de todo o devir histórico. E é isso precisamente que o faz profundo, duradouro, persistente e sempre reatualizado. Uma transcendente estrela de pontas infinitas encarregada de dar alento e conforto à aridez da época.

A Virgem Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa era a marca indelével da inspiração divina e a luz que os portugueses buscavam ansiosamente: que iluminou o horizonte; que mostrou o caminho; e que alumiu a escuridão da nossa incompreensão. A chama viva de fé e de amor. O ânimo omnipresente do Portugal católico, que assumiu continuamente a sua missão providencial na História de Portugal e assinalou o sentido feliz e o desenvolvimento do futuro da nossa vida coletiva e do génio nacional. Enfim, o manto do majestoso amparo e inspiração da Padroeira e Rainha de Portugal foi exaltante e motivador e foi verdadeiramente vencedor, porque, apesar do caminho eivado de dificuldades, alcançou o sublime objetivo político concreto a que se propunha, não alcançável apenas pela via humana.

Todas estas operações são muito numerosas e demasiado complexas para que o acaso possa explicá-las. Cada uma delas, tomada isoladamente nada significa, só a sua combinação imaginada, desejada e procurada permitiu o êxito da “prodigiosa” e orgulhosa independência de Portugal.

Como complemento a estes aspetos, atente-se agora numa perspetiva densamente significativa que importa não esquecer. Com efeito, dentro do panorama religioso relacionado com o solar da Padroeira resulta incontornável salientar o carácter popular da devoção. Com efeito, a veneração a Nossa Senhora da Conceição não era apenas apanágio dos nobres de Vila Viçosa, da Casa Ducal de Bragança ou das elites eclesiásticas locais, mas também dos mais humildes fiéis e dos anónimos filhos do povo que habitam esta vila periférica. Na história, como aliás, na religião, as personagens secundárias são fundamentais para que a história dos protagonistas alcance toda a sua significação. A cúspide das classes dirigentes, os distintos corpos intermédios e os secundários oferecem a mesma importância estrutural.

A este respeito, cabe também recordar que a devoção a Nossa Senhora da Conceição mereceu consagração na toponímia e na paisagem urbana local, onde muitos edifícios distribuídos pelos espaços da vila conservam a sua imagem em azulejos de rua comemorativos da veneração, colocados em inúmeras fachadas, o que facilita a compreensão do enraizamento e do carácter popular do culto. Valentes e anónimos portugueses comprometidos na restauração de Portugal. E imersos na atmosfera mental e psicológica da época, porque, em última instância, a história também é feita por pessoas concretas – os indivíduos.

Na historiografia religiosa calipolense, a aproximação de duas realidades indissociáveis, Vila Viçosa e Imaculada Conceição, leva-nos, mais uma vez, à irreprensível devoção imaculista. Aquilo que em muitas situações era uma representação

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal



Figura 11 – Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal.  
Foto: Carlos Aurélio.



Figura 12 – Atual Brasão de Armas de Vila Viçosa, que se encontra no teto da Biblioteca / Arquivo Histórico Municipal.  
Foto: Ana Rita Aurélio Ramos.

individual, espontânea e privada, a figuração iconográfica de Nossa Senhora da Conceição no atual brasão de armas da vila, passa a ter um plano e uma transcendência distinta, com estatuto institucional e representativo. Experimenta-se aqui a vontade de recalcar a imagem da Santíssima Virgem Imaculada e de incentivar o seu reconhecimento e fidelidade, constituindo um dos elos cruciais da continuidade do consistente veio de medidas complementares de veneração.

A documentação conhecida, recenseada no Livro Receitas e Despesas de 1632-33 da Confraria, refere, por exemplo, esmolas de fiéis de Barbacena, S. Mansos (Évora), S. Bento do Mato (Évora Monte), Portel, Redondo, Olivença, Juromenha, Estremoz, Borba, Elvas, Crato, e até mesmo Espinhel (Penela). Por isso, não admira que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição fosse local de peregrinação popular, como resulta evidente nas linhas do Livro das Sentenças (1624): “*romaria notável donde ocorre muito concurso de gente de ordinário*”.

A feição religiosa é, pois, o motivo superior que supera quanto há de pessoal e de humano. Trata-se de um acontecimento de extrema importância, único em toda a Europa e de universal significado, até pelo estridente e persistente eco que ainda hoje continua a despertar.

Com a ascensão de D. João IV ao trono de Portugal, a partir de 1640, e a sua transferência para Lisboa, a Corte da Casa Ducal em terras calipolenses deixaria de ser a residência oficial dos Duques de Bragança. Apesar de ausentes, têm permanente e afetiva presença na monumentalidade e na longa lembrança da memória, especialmente devido à ligação devocional a Nossa Senhora da Conceição, à vene-

ração dos túmulos dos seus antepassados, que se encontram na Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça, um verdadeiro monumento sepulcral em arquitetura de sólido mármore, com uma dimensão simbólica ímpar no domínio do património alentejano<sup>29</sup>, e à implementação de medidas de fidelidade à Rainha e Padroeira.



Figura 13 – Igreja de Nossa Senhora da Graça ou dos Agostinhos, túmulo policromado do 1.º Duque de Bragança, de configuração renascentista, coroado pelo seu escudo heráldico, na terceira capela do lado do Evangelho, junto ao transepto. Foto: Flávio Lopes, 2019.

É um facto inquestionável a prevalência da importância da irradiação e da perpetuação deste acontecimento excecional, em especial nesta vila alentejana e nos vastos domínios ultramarinos do reino português de seiscentos. A propagação do culto à Padroeira de Portugal não é espontânea, nem automática. Necessita da continuidade como o fruto precisa da semente, e a semente da terra. Demais não será, certamente, referir a densidade das medidas e das ações régias de veneração, de perpetuação histórica, de irradiação e de fidelidade à devoção imaculista ao longo da dinastia bringantina. Na verdade, a literatura, os escritos religiosos e as indagações históricas do tempo estão cheios de referências sobre estas medidas, sobretudo após a subida ao trono do rei da restauração.

Há pelo menos vários aspetos que merecem ser observados de perto. Começo precisamente pelo fundador da dinastia de Bragança, que tem, por isso, um valor acrescido sobre qualquer outro, o qual em 1648 mandou cunhar duas medalhas comemorativas, de ouro e de prata (as moedas têm gravado o ano de 1648, ano em que foram abertos os cunhos, mas apenas a 3 de Dezembro de 1649 o Conselho da Fazenda autorizou a Casa da Moeda a receber o engenho vindo de França, em que

---

<sup>29</sup> Para uma visão de conjunto da Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça, vide o recente trabalho de Miguel Soromenho, “O Convento dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos duques de Bragança”. Livros de Muitas Cousas n.º 3. Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2017, p. 13.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

depois se cunharam)<sup>30</sup>, que ostentavam no reverso a efigie da Rainha e Padroeira de Portugal, rodeada por símbolos marianos. As medalhas-moeda originais da Conceição são consideradas as primeiras moedas comemorativas portuguesas, permitindo avivar a memória da sagração do reino a Nossa Senhora da Conceição e do seu simbolismo consubstanciado em tributo nacional.

Não obstante o salto de plano, que vai do numismático ao epistolográfico, o propósito é o mesmo: perpetuar a consagração e incentivar a acrisolada devoção à Virgem. Ainda sob o influxo de D. João IV, esta intensa movimentação de perpetuação da devoção imaculista veio a aumentar, a ganhar mais significado e a conhecer um farto caudal, com a carta régia de 30 de Junho de 1654 que determinou “*que em todas as portas e entradas das cidades, vilas e lugares dos seus reinos fossem colocadas inscrições comemorativas do juramento*”<sup>31</sup>, (Joaquim Chorão Lavajo, 2005), expressando a fé do povo português na Imaculada Conceição.

Passemos agora aos finais de seiscentos, onde nos aguardam novos e indefectíveis marcos desse preito. De facto, em 1694, D. Pedro II confirmou a Confraria dos Escravos da Imaculada Conceição no Santuário de Vila Viçosa e no seu reinado foi fundada a província franciscana da Imaculada Conceição, tendo como protetor o terceiro rei da Dinastia de Bragança.

Acresce o alento régio de D. João V (que seguindo a tradição iniciada pelo seu avô, o rei Restaurador, não foi coroado, coroando-se no seu lugar uma estátua de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino), para a celebração, dignificação e generalização da festa da Imaculada Conceição.

Demos agora um salto no tempo e situemo-nos no século XIX, para ver novos tributos. Com efeito, a tudo isto há que juntar que o rei D. João VI, criou em 1818, no santuário da Padroeira, a “Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa”, como preito de gratidão e de reconhecimento público pela proteção da Padroeira do Reino nas campanhas de libertação da opressão das invasões francesas<sup>32</sup>, que ocorreram no território português entre 1807 e 1810, convertendo Portugal no primeiro país da Europa que derrotou, por três vezes, os exércitos do Imperador Napoleão Bonaparte, um dos maiores líderes e estratégias militares da história.

Contudo, estes exemplos de veneração, entre muitos outros possíveis, não são atos isolados. De facto, há outro que acrescenta grandeza à veneração. Sabe-se que a rainha D. Maria II (1819-1853)<sup>33</sup>, em 1844, cerca de onze anos após a sua chegada a Portugal, solicitou ao Santo Padre “*que autorizasse a Igreja em Portugal*

---

<sup>30</sup> Artur Goulart (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa, Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 28.

<sup>31</sup> Joaquim Chorão Lavajo, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Atas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005, pp. 141-142.

<sup>32</sup> Francisco Belard da Fonseca, “A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa”, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.

<sup>33</sup> Em 2019, incia-se um período comemorativo alargado no âmbito do bicentenário do nascimento de D. Maria II, que foi a última mulher que reinou em Portugal, ao longo de 19 anos, ao qual se associa também a Revista de Cultura Callipole que inclui um Capítulo denominado BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE D.<sup>a</sup> MARIA II (1819-1853), PRINCESA DO BRASIL E RAINHA DE PORTUGAL.

a introduzir no prefácio da Missa do dia 8 de Dezembro a palavra “*immaculata*”, no contexto “*et te in immaculata conceptione*”<sup>34</sup>.



Figura 14 – Cartaz alusivo às Comemorações do Bicenário do nascimento de D. Maria II. © FCB.

Os reis sucessores continuaram com esta política de engrandecimento da proclamação de Nossa Senhora como Rainha e Padroeira de Vila Viçosa e nunca deixaram de lhe prestar preito de homenagem, em nome do povo português. Nesta incessante movimentação, destacamos a solenização e a celebração anual de officios divinos matinais específicos à Imaculada Conceição, na Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa.

A relevância do valor simbólico da Capela Real no cerimonial religioso e político, assim como na forte aproximação entre o culto divino e o culto ducal, merece uma atenção especial e interessa muito no caso de Vila Viçosa. Na vila brigantina, a Capela Ducal, seguindo o modelo real, foi considerada como Capela Real e, por isso, a atenção dada à música sacra tornou-se uma das vertentes fundamentais, numa lógica de plena encenação do espetáculo litúrgico, em que os assistentes cumpriam as devidas cerimónias, constituindo uma espécie de banda sonora de um grande filme que mostra a distinção e a grandeza da Casa de Bragança<sup>35</sup>. A Capela cumpre, pois, a função do serviço de Deus e da prática religiosa, a função de recriação cortesã

<sup>34</sup> Joaquim Chorão Lavajo, “A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional”, in Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Atas. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005, p. 146.

<sup>35</sup> Esta singularidade do património musical de Vila Viçosa tem uma das suas principais expressões em Rui Vieira Nery, mormente na sua comunicação denominada “A Biblioteca de Música de D. João IV”, apresentada nas II Jornadas do Património de Vila Viçosa (2004).

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

e a função de representação simbólica da dignidade e do estatuto político e social da Casa Ducal. É possível que, num primeiro momento, o essencial da excecional coleção de música de Vila Viçosa estivesse associada, sobretudo, à Capela, uma verdadeira instituição e um símbolo de distinção por excelência, atingindo, no seu tempo, um nível de perfeição invejável em toda a Europa. Em certos momentos, verifica-se uma certa articulação musical com várias instituições, designadamente, com o Santuário de Nossa Senhora da Conceição e a Capela Real.



Figura 15 – Paço Ducal de Vila Viçosa, Capela Real. Foto FCB.

A Capela Real e o Santuário de Nossa Senhora da Conceição continuaram a ser motivo de atenções e de visitas reais. Entre outros, D. João V visitou Vila Viçosa duas vezes, em 1716 e em 1729. A primeira visita, para agradecer à Padroeira e Rainha de Portugal a paz celebrada no tratado de Utreque (11 de Abril de 1713) e para assistir a um *Te Deum* na Capela Real.

Na segunda, visitou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ouviu o *Te Deum* na Capela. Por seu lado, D. João VI substituiu o padroeiro da Capela Real, que até esse momento fora S. Jerónimo, por Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, submetendo a Capela, simbolicamente, à Igreja Matriz.

Com todas estas sumárias formulações de exemplos de veneração queremos deixar testemunho inequívoco da fidelidade coletiva à Virgem Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Estas medidas régias, onde apenas perpassa um repertório de algumas vertentes desse preito, permitem tirar a prova decisiva quanto à resplandecente devoção da dinastia de Bragança à Virgem. Na verdade, os monarcas portugueses nunca deixaram de impulsionar a irradiação e a perpetuação deste acontecimento excecional, em especial nesta vila alentejana, no país e nos vastos domínios ultramarinos do reino português.

A vertente externa da propagação da veneração a Nossa Senhora incluía a colaboração de diferentes instituições, como as Misericórdias, as distintas confrarias e os agrupamentos religiosos. Esta colaboração permitia congregar esforços para que as regras e os modelos emanados do Paço de Lisboa alcançassem não só Portugal, como também as mais longínquas regiões do Reino, como é o caso do Brasil e das praças africanas e asiáticas. Como exemplo, entre outros possíveis, este tópico é reconhecível na ação de D. João IV, que em 1654 escreveu às Câmaras de Vereadores de todas as cidades portuguesas do Império, ordenando fixar nas portas das respetivas muralhas lápides alusivas à Rainha e Padroeira de Portugal. Sabe-se, como abonação, que na cidade de S. Salvador da Baía, primeira sede da administração colonial portuguesa do Brasil que ainda conserva um valioso património de origem portuguesa, a inscrição foi colocada na fachada da Casa dos Governadores.

Não obstante, a convivência secular e a proximidade física do Solar da Padroeira, os destinatários imediatos do repositório da espiritualidade mariana, não são de modo algum unicamente os calipolenses, nem apenas os portugueses. São todos aqueles, que nos vários cantos do mundo, se sentem identificados, tocados e confortados com a sua comunicação. A partir deste lugar e deste tempo, a sua mensagem voou para muito alto e para bastante longe. Quanto mais alto voamos, menos palavras necessitamos, porque se chega a um ponto em que o inteligível apresenta-se cada vez mais simplificado. A sua extensão e os seus limites geográficos e cronológicos são bastantes extensos, alcançando até aos nossos dias.

A isto há que juntar a presença da palavra, sobretudo veiculada através da oratória religiosa, em sentido que adiante se verá, mas que, desde já, podemos anunciar contudente, possante e singular. Os cerca de vinte e oito anos que medeiam entre o dia 1 de Dezembro de 1640 e a assinatura do Tratado de Paz de 1668, entre Portugal e Espanha, através do qual a Monarquia Católica reconhecia a existência de um Portugal separado, deram lugar a uma retórica de pendor restauracionista e a uma pouco conhecida atividade publicista que, a par das campanhas militares, das missões diplomáticas e da imprensa, almejavam preparar as mentalidades e justificar a aclamação da nova dinastia de Bragança, bem como a sucessão lusitana.

Como encarnação dos grandes princípios pátrios, como eco estridente da retórica católica de legitimação e como personificação das grandes forças históricas nacionais, no seu mais completo e profundo sentido, surgem perante os olhos dos portugueses da Restauração, o coro de insígnos oradores sagrados, que formam a mais brilhante constelação das nossas letras, para iluminar os entendimentos dos homens e para exacerbar as vontades, tratando-se de verdadeiros “*condutores de condutas*”. Tratam-se de pregadores, de homens da Igreja, de teólogos católicos, de tratadistas espirituais e de letrados que estavam bem acostumados ao sublime exercício da eloquência da palavra e conheciam a importância da oralidade, ocupando os clérigos um lugar proeminente no universo das alegações nacionalistas. Todos tinham uma perfeita consciência da situação política do reino, sabiam ler o sentido da história, possuíam uma orientação devocional intrínseca, sabiam exatamente para onde queriam ir e utilizam de forma repetida os mesmos repertórios, que corriam de boca em boca e que tiveram uma larga e profunda influência na opinião pública portuguesa.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

Há neste clamor inconfundível toda uma intencional concentração de sugestões, na lógica de uma linguagem discursiva de grande dureza, que manifestavam uma sede de algo novo e eram a caixa de ressonância do que acabaria por chegar. Enfim, valentes, penetrantes e iluminadores testemunhos da oratória sagrada e publicista a partir dos púlpitos e confessionários, num tempo em que o mundo das notícias valoriza apenas os protagonistas.

Ao recrudescimento da reação castelhana, os inúmeros e vibrantes discursos de letrados e, mormente os sermões de clérigos, proferidos logo a seguir à Restauração, apelavam à coesão nacional, à união e ao orgulho da alma pátria portuguesa.

Foi neste pano de fundo que, em 1641, surgiu o primeiro número da patriótica “Gazeta em Que Se Relatam as Novas Que Houve Nesta e Que vieram de Várias Partes”, que também ficou conhecida pelo título de Gazeta da Restauração, tendo surgido no mesmo período em que outras publicações similares começavam a circular na Europa. Trata-se do primeiro periódico português de publicação regular que tinha como orientações editoriais os fins propagandísticos, nomeadamente, dar notícias dos acontecimentos que eram favoráveis para os desígnios da nova dinastia de Bragança e para a sua legitimação simbólica. Tudo isto mostra bem que o rei fundador da dinastia de Bragança, percebe a força e a influência da imprensa e ajuda a explicar as origens do jornalismo e da sua histórica relação com o poder político<sup>36</sup>.

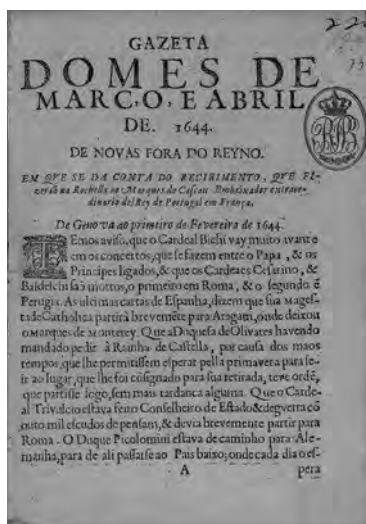


Figura 16 – Gazeta da Restauração, edição de de 1644, com notícias de fora do reino. Gazeta da Restauração | BNP. Expresso de 01.12.2017 [Artigo inicialmente publicado na edição do Expresso Diário de 30 de novembro de 2016]. <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-12-01-Foi-o-primeiro-jornal-portugues.-E-ajudou-D.-Joao-IV-a-consolidar-o-poder-em-1640#gs.KQZpd2SV>

<sup>36</sup> Estou a referir-me às declarações de Felisbela Lopes, Professora no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ao Jornal Expresso, que constam de um artigo intitulado “Foi o primeiro jornal português. E ajudou D. João IV a consolidar o poder em 1640”, de Manuela Goucha Soares que foi inicialmente publicado na edição do Expresso Diário de 30 de Novembro de 2016. Disponível para consulta em <http://expresso.sapo.pt/palavra/entity/organization/Gazeta-da-Restauracao> [Acedido 20 Abril 2019].



No domínio da comunicação de seiscentos, ambos os registos, oralidade e imprensa escrita, não coincidiam por obra do acaso, encontrando-se intimamente ligados na mensagem e nos argumentos que veicularam. De igual modo, foram especialmente tenazes na sua paixão e no seu empenho.

São muitas as razões que ambos explicitaram, quer para enaltecer a imagem da nova dinastia de Bragança, que acabava de chegar ao poder, quer para explicar os argumentos históricos de legitimação. Neste sentido, colocaram especial ênfase num entrelaçado de argumentos históricos, religiosos, jurídicos, políticos, sanguíneos e linguísticos. Um tópico marcante e convergente da retórica das sucessivas campanhas é o facto de apelar, repetidamente, para uma mítica nacionalista e cristã, para a natureza divina da pátria lusa e para a tomada de consciência da grandeza do passado.

A dimensão religiosa, que fora a chave no imaginário da fundação de Portugal, sê-lo-ia mais tarde, no século XVII, no complexo processo da Restauração.

Nesta conformidade, é pertinente não só falar da vertente política, comunicacional e diplomática, como da vida espiritual e das afirmações de religiosidade que envolvem a todos os portugueses. No século XVII, o ambiente religioso era a verdadeira Pátria, como já referi, configurando o que poderíamos designar por “*Lusitânia religiosa*”. Isso remete-nos para o mito da essência católica da identidade nacional, sendo a religião católica considerada uma qualidade peculiar da nacionalidade portuguesa.

Estes últimos aspetos situam-nos numa perspectiva chave para compreender melhor outras facetas e distintas dimensões da atmosfera mental dominante no século XVII, que se organizam em torno de várias vertentes fundamentais: universalistas, religiosas, alegóricas, profético-messiânicas, ideológicas, jurídicas, simbólicas e míticas, que aliás se reconhecem na obra ímpar do Padre António Vieira. Tratam-se de eixos significantes da cadeia argumentativa que melhor expressa a imbricação entre argumentos proféticos e jurídicos e que, de facto, foi o mais eficaz instrumento de afirmação patriótica na luta pela consolidação da independência recuperada em 1640.

Não há dúvida de que a disputada e complexa narrativa da Restauração de 1640, encontra antecedentes robustos e remotos na crença do destino providencial do reino, estabelecida com o “Milagre de Ourique” que, no quadro da narrativa concetual e ideológica, nos “deu a pátria”, que vivifica uma percepção peculiar da pátria e da história, que é, ao mesmo tempo sinónimo de patriotismo e fé, e que exprime um passado que, elevando o futuro, nele se projeta, o explica e o promete, para usarmos a argumentação de Ana Isabel Buescu (2000).

Com clareza de visão, a mesma autora (Buescu 2000: 13-28), destaca a influência que teve, a partir de 1580, a doutrina da imagem mítica de D. Afonso Henriques, sobretudo como o arquétipo de príncipe cristão e de rei português, o que marca a narrativa política daqueles que, em Portugal do domínio filipino, desejavam um Rei com Corte instalada em Lisboa, e não em Madrid.

Vários momentos da vida de D. João IV foram associados ao rei D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade, que em 15 anos transforma um condado de

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

300 anos num reino independente. O estabelecimento de uma ligação entre o voto de juramento constituído por D. João IV em eleger a Virgem Maria como Padroeira de Portugal, com o voto atribuído pela memória mítica de D. Afonso Henriques, que teria instituído laços de vassalagem de Portugal com a “Virgem Mãe de Deos Senhora nossa”, como tributo da sua Sagrada proteção e amparo, está presente em meados do século XVII. O voto de vassalagem do primeiro rei de Portugal com a “Virgem Mãe de Deos Senhora nossa”, constituía o “lugar de memória” propício aos argumentos políticos e ideológicos do Rei Restaurador, enquanto formação de identidade e de legitimidade do seu poder político. Não é, pois, por acaso que se estabelecia uma continuidade histórica e uma ligação especial entre D. Afonso Henriques, na origem do Reino, e a Restauração de 1640. E não é com certeza por acaso que o rei brigantino, D. João IV, personificava a conexão necessária entre esses distantes períodos históricos.

Mas, o relato profético do “milagre” de Ourique, onde marcou presença a figura tutelar do rei conquistador, D. Afonso Henriques, vai mais longe e aponta, também, para o futuro lugar de Portugal como condutor e “imperador do mundo”, fundamentando, deste modo, a teoria do “Quinto Império”, de acordo com a mentalidade visionária dos principais sacerdotes e frades pregadores da Restauração, com o Padre António Vieira (1608-1697) à cabeça. Vieira foi o pregador jesuíta mais famoso de sempre, que protegeu os oprimidos, defendeu os direitos humanos, denunciou injustiças e atacou os poderes dominantes, convertendo-se num “revolucionário” de seiscentos, bem como num pregador régio, conselheiro, confidente e amigo pessoal de D. João IV, sendo que os seus sermões cedo causaram furor em Lisboa.

Através da palavra que emana providencial, fácil, penetrante, vibrante e viva, como a água borbulhante de uma fonte, os verdadeiros pregadores, como o Padre Vieira, foram de grande ajuda para as pessoas comuns, no sentido de difundir e exaltar os ideais patrióticos, a força indestrutível de um Reino e a legitimação do novo poder político, face às ameaças da Independência de Portugal.

Ninguém profetizou melhor que António Vieira o destino universalista de Portugal. Daí que se afirme como intrépido e acérrimo defensor da utopia do “Quinto Império”, que para si não constitui uma fantasia, mas sim um advento que não se podia questionar, visto que tinha como base os sólidos alicerces do voto divino. Ainda hoje não seria possível tentar desvencilhar os diversos feixes argumentativos presentes no imaginário da sociedade de seiscentos, sem o seu contributo.

O facto seria repetido, curiosamente, pelo Padre António Ardizzone Spinola (1609-1697), religioso da Ordem dos Clérigos Regulares ou Teatinos, que permaneceu longos anos em Portugal, na sua obra “*Cordel triplicado de amor a Christo Jesu sacramentado: ao encuberto de Portugal nacido, a seu reyno restaurado, lançado em tres libros de sermoens, da felis aclamaçam d’el rey Dom Ioam IV*” (1649), na seção dedicada à Aclamação de D. João IV, onde argumenta que o Rei Restaurador tem a Deus por Pai. E será, por isso, o imperador nascido “*para todo o Mundo, para senhorear inimigos, desfazer as Abetas dos Herejes, derrubar as*

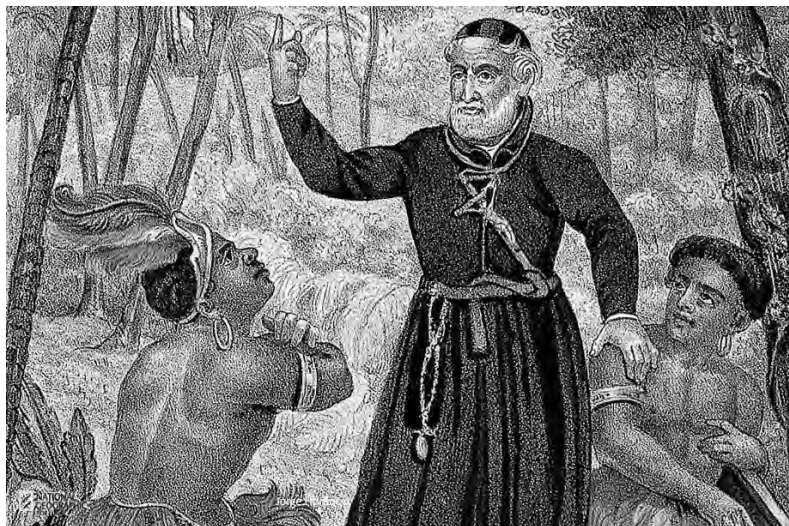


Figura 17 – Padre António Vieira, famoso pregador jesuíta.

Fonte: <https://nationalgeographic.sapo.pt/historia/actualidade/1719-padre-antonio-vieira-defensor-dos-indios>

*Mesquitas dos Mouros, destruir os ídolos dos gentios*<sup>37</sup>. Na linha narrativa de Vieira, reafirma a natureza universalista e cristã do império a formar, a partir da monarquia portuguesa, para exclusivo serviço da fé católica, e idealiza a imagem de um povo eleito, predestinado a grandes feitos.

Há pelo menos outra componente nesta problemática que merece uma abordagem sucinta, relacionada, sobretudo, com os conhecidos sermões de António Vieira (1642 e 1644) e de Ardizzone Spinola (1649 e 1650), nos dias de S. José, na Capela Real, devido ao facto de D. João IV ter nascido no dia de José de Nazaré (19 de Março), que motivaram referências explícitas às predições que se desejavam ver concretizadas no seu reinado.

Regresse-se agora a Ardizzone Spinola, antes de mais à sua ideia alegórica sobre o evangelho da festa de S. José, onde se distinguem, pela sua voz, três tipos de natividades do rei fundador da dinastia de Bragança: a natural, a política ou civil e a milagrosa.

Por seu lado, em 1649, na sua visão alegórica, Fr. Luís de Sá refere-se a D. João IV como o “nosso Leão de Villaviçozza do nosso Portugal foraõ buscar os nossos portugueses, & acompanharãõ este verdadeiro gigante em animo, poder, & forças até Lisboa, entrando em cauallos de pao todos, paasando o Tejo em bateis”<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> O episódio a que João Francisco Marques se refere, citando Ardizzone Spinola, insere-se na “A utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração”, *Etopia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10551.pdf> [Acedido 10 Maio 2019].

<sup>38</sup> João Francisco Marques, “A utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração”, *Etopia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X, evocando Fr. Luís de Sá. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10551.pdf>, [Acedido 8 Maio 2019].

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal



Figura 18 – António Ardizzone Spinola, *Cordel triplicado de amor a Christo Jesu sacramentado: ao encuberto de Portugal nacido, a seu reyno restaurado, lançado em tres libros de sermoens, da felis aclamaçam d’el rey Dom Ioam IV*. Representação da Aclamação de D. João IV Cabral Moncada Leilões <https://www.cml.pt/leiloes/2017/186-leilao/2-sessao/811/cordel-triplicado-de-amor-a-christo-jesu-sacramentado>

Muitos outros pregadores religiosos, constituiram uma plataforma narrativa e uma tendência largamente partilhada, que procurou legitimar a Restauração mediante o recurso à interpretação dos textos sagrados, na ótica dos acontecimentos políticos, analisando-os, minuciosamente, à procura de trechos e de passagens bíblicas para fundamentar a restituição política do reino, naquilo que foi designado por Fernando Bouza Álvarez de “exegésis prorestauradora”<sup>39</sup>.

A oratória religiosa, enquanto consolidação e legitimação da nova dinastia de Bragança, que acabava de chegar ao poder, tão comum em meados do século XVII, a que vai, como vimos, de António Vieira a Ardizzone Spinola e Luís de Sá, entre outros, está também muito viva na retórica ideológica-patriótica de Jorge da Costa. Muda o pregador, sem que com isso a natureza do discurso seja rasurada.

Se me detenho agora nos substantivos modelos propostos por João Francisco Marques, na sua obra “*Defesa da independência e identidade de Portugal na literatura apologética da restauração de 1640: o Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa*”<sup>40</sup>, é com o propósito de levar mais longe as elocuições anteriores

<sup>39</sup> Fernando Bouza Álvarez, “*Clarins de Jéricho, Oratoria sagrada y publicística en la Restauração portuguesa*”, Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea, VII, 1986.

<sup>40</sup> João Francisco Marques, “*Defesa da independência e identidade de Portugal na literatura apologética da restauração de 1640: o Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa*”, in Revista de História das Ideias, Vol. 28, 2007. [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa\\_da\\_independencia\\_e\\_identidade\\_de\\_Portugal.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa_da_independencia_e_identidade_de_Portugal.pdf)



Figura 19 – D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra, mulher de Carlos II, filha de D. João IV. Portugal, Torre do Tombo, Secretariado Nacional de Informação, Arquivo Fotográfico, Documental, Fotos pessoais e iconografia, Membros da Família Real, n.º 25318. <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/casamento-de-d-catarina-de-braganca-com-carlos-ii-de-inglaterra/>

sobre os contornos e a profundidade do entrelaçado processo político e da eloquente oratória restauracionista, a fim de justificar a legitimidade da revolta patriótica de 1640, e de poupar explicações mais longas e imperfeitas.

A retórica em defesa da Restauração e as pertinentes advertências políticas, vemo-las a cada passo do *Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa*<sup>41</sup>, e que potencia uma interativa correlação analítica bem expressa no título do referido artigo.

Tomando como ponto de partida o passo onde se fala da tutela divina, o autor avisa que a certeza da ajuda de Deus não exime o “brigar como homens”. Dito doutro modo, “a assistência há-de ser divina, e a indústria há-de ser humana”<sup>42</sup>, trazida pelo valor dos Portugueses. O jesuíta, que recebia volumosas dádivas de D. Catarina de Bragança, rainha de Inglaterra<sup>43</sup>, falava, sobretudo, da intercessão

<sup>41</sup> COSTA, Jorge da -Sermam da Circuncisaõ do Senhor: mysteriosa allegoria a Portugal resgatado... / Pelo P. M. Jorge da Costa... – Lisboa: na officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1711. – [2], 70, [2] p.; 4o (20 cm). – Há impr. idêntica com rosto diferente de 1675 e f. com Licenças e Apresentação de António Brandão. – Sob pé de impr.: Com todas as licenças necessarias. – Sobre pé de impr., pequena jarra com flores e folhagem. – P. 67 com 6 horizontal. – Última f. em branco. – BN Lisboa. Restauração 1, 413. – Arouca C 677 refere impr. de 1675. Portugal, Torre do Tombo, Biblioteca SP 3519 (8) C.F.

<sup>42</sup> João Francisco Marques, “DEFESA DA INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADE DE PORTUGAL NA LITERATURA APOLOGÉTICA DA RESTAURAÇÃO DE 1640: O Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa”, Revista de História das Ideias, Vol. 28, 2007. [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa\\_da\\_independencia\\_e\\_identidade\\_de\\_Portugal.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa_da_independencia_e_identidade_de_Portugal.pdf).

<sup>43</sup> D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, nasceu a 25 de Novembro de 1638, em Vila Viçosa, e casou-se, em 1662, com o rei Carlos II (1630-1685), que mediou e ficou como garante do cumprimento das cláusulas do Tratado de Paz assinado entre Portugal e Espanha, em 1668 (ver nota de rodapé n.º 18), tornando-se, assim, a única portuguesa a ser rainha da Inglaterra. Foi, também, por duas vezes regente do trono de Portugal, tendo tido ainda um contributo primordial para a independência de Portugal face a Espanha. Sobre Catarina de Bragança, a escritora britânica Lillias Campbell Davidson (1853-1934) escreveu que foi “uma das melhores e mais puras mulheres que se sentaram no trono de Inglaterra”. (Vide Lillias Campbell Davidson, “Catherine of Bragança, Infanta of Portugal, & Queen-Consort of England”, 1908).

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

divina, mas, até se lhe advinhava uma vontade tremenda de participar nos enfrentamentos a que aludia.

Na sequência das referências supra mencionadas, merece consideração a florescente investigação dada à estampa por João Francisco Marques, que evoca, mais uma vez, o jesuíta Jorge da Costa para explicar o seu ponto de vista ao afirmar que *“mesmo que o reino andasse “metido nas entranhas de Castela, obrou tantas maravilhas, pera descobrir” esse João encoberto na tapada de Vila Viçosa que, resistindo por modéstia a tantos desejos do reino, acabou por aceder à porfia da demanda, tornando-se, “não precursor da nossa liberdade, mas Redentor de nosso cativoiro”*<sup>44</sup>.

A frase de João Francisco Marques sobre D. João II, oitavo duque de Bragança, de imediato recorda um acontecimento que se encontra muito presente em Vila Viçosa: D. João II, futuro primeiro rei da dinastia de Bragança, recebeu, precisamente na Tapada Real de Vila Viçosa<sup>45</sup>, a visita, em 1640, de D. Pedro de



Figura 20 – Fotografia do marco comemorativo da Restauração de 1640, existente na Tapada Real de Vila Viçosa. Foto: Tiago Salgueiro.

<sup>44</sup> Vide idem, *ibidem*. [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa\\_da\\_independencia\\_e\\_identidade\\_de\\_Portugal.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41620/1/Defesa_da_independencia_e_identidade_de_Portugal.pdf)

<sup>45</sup> D. João II, oitavo duque brigantino e primeiro rei da Quarta Dinastia dos Reis de Portugal, recebeu na Tapada Real de Vila Viçosa, D. Pedro de Mendonça, em 1640, emissário do Movimento dos Conjurados, a que já nos referimos. É isto que explicam as palavras de Tiago Salgueiro: *“Nesse local, numa esplanada junto da margem esquerda da ribeira de Borba, que a atravessa, no dia 11 de Março de 1967, durante a visita do Presidente da República, Contra-Almirante Américo Thomaz, o Conselho Administrativo da FCB, evocando o célebre encontro do Duque D. João II com Pedro de Mendonça, em 1640, mandou descerrar um marco comemorativo, de mármore regional, com uma legenda associada ao escudo ducal”*. Tiago Salgueiro, *“Famoso lugar de delícias... a Tapada Real de Vila Viçosa”*, Revista de Cultura Callipole n.º 19 – 2011, pp. 111-112.

Mendonça (1592-1652), um dos principais “conjurados”. Nem o alcaide-mor de Mourão, nem o grupo patriótico de conjurados portugueses, certamente que nunca souberam que a posteridade ia considerá-los de heróis absolutos da Restauração de 1640. Deste encontro em terras calipolenses, resultou a definitiva e esperada adesão à causa restauracionista do então titular da cadeira ducal, que ocorreu poucas semanas depois.

A predição do futuro de Portugal, por inspiração divina, foi comungada, durante séculos, pela maioria dos pregadores sagrados do reino. Seguir essa trajetória é ver, historicamente, a importância do mito fundador da monarquia lusitana na pregação coeva, empenhada na justificação da autonomia política, recuperada em 1640 e na defesa da independência sob a égide de um rei natural.

Ensaie-se, agora, um exame do que atrás se disse, levando mais longe as deduções anteriores sobre a teia dos argumentos da legitimação restauracionista. Por um lado, deu-se a entender que prevalece uma imagem de Portugal sustentada na conceção do estatuto de reino superior, que fundamenta a tese do “providencialismo português”; nesta complexa relação entre história e mentalidades, convém recordar que a Restauração da Independência de Portugal do domínio filipino, em 1640, originou um conjunto de elocuições que, paulatinamente, foram assimiladas por parte significativa da sociedade portuguesa do século XVII. Por outro, explorou-se o imaginário da “Providência Divina”, que foi considerada como fundamental na aclamação do Rei Restaurador e na manutenção da soberania da monarquia de Portugal, nos anos de guerra contra Castela; na época moderna, esta imagem de uma tutela sobrenatural dos céus sobre os reinos cristãos era historicamente aceite, assim como os milagres atribuídos a Deus, aos santos e à Virgem Maria em favor de Portugal.

Pretendemos agora colocar em evidência que as grandes forças históricas lusitanas, com o seu poder imaginativo e os esforços encarniçados da comunidade patriótica e do conjunto de organizações e instituições, civis, militares e religiosas, do século XVII, sentiram-se ao serviço de uma causa. Mas, costuma esquecer-se que, efetivamente, todos estavam ao serviço da causa das causas, da alma de todas as causas.

E se apetece aproximar o plano patriótico e religioso de D. João IV e da Rainha e Padroeira de Portugal, não cativa menos lembrar que, tanto um como outro, são parentes próximos da defesa primeva, inquebrantável e solene do dogma de que a Imaculada Conceição foi concebida sem pecado original.

Na verdade, até aqui, falei muito da devoção e da força espiritual no quadro da sua intercessão no êxito das armas portuguesas, da peleja dialética pela independência de Portugal e das suas possessões espalhadas pelo mundo e da coroação de Nossa Senhora da Conceição como Rainha e Padroeira de Portugal, que constituíram um inestimável contributo à vida religiosa portuguesa e mundial, e pouco da definição dogmática, que é uma componente complexa e excelsa desta problemática.

Para já atente-se no conspeto sobre este tema, na pena de Joaquim Chorão Lavajo: “*Ao longo dos séculos os fiéis de todo o reino de Portugal acreditavam*

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

*profundamente, como doutrina da Igreja católica, que a Mãe de Deus foi concebida sem mácula de pecado.*<sup>46</sup>

Acontece que a história da consagração de Portugal à imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a promessa que os reis de Portugal fizeram de defender, a todo o custo, o dogma de que a Virgem Maria Mãe de Deus foi concebida sem pecado original, configuram uma das mais belas páginas do imaginário religioso português e mundial.

O dogma é uma definição da doutrina teológica da Igreja Católica meditada ao longo de séculos. Em termos resumidos, a verdade dogmática baseia-se na Fé, ergue-se na Razão e vê o Logos. Dito doutro modo, neste processo a Filosofia e a Fé, complementam-se e equivalem-se. A teologia nos seus mais inefáveis mistérios divinos; a filosofia com os seus mais elevados princípios; e a Fé nas suas convicções mais íntimas e recônditas.

Os longos caminhos da afirmação dogmática do mistério da Imaculada Conceição de Maria, que Portugal desejava veementemente, apesar de se encontrarem eivados de dificuldades e de vicissitudes, de conhecer momentos frustrantes ou risinhos e, sobretudo, de muita espera e paciência, sempre conheceram um esforço possante e um ritmo ascendente. O tenaz, vivo, reflexivo e profundo debate teológico, ilustra-se pela tolerância e, algumas vezes, pelas tensões.

Contudo, as disputas e as dissonâncias humanas servem melhor do que as semelhanças para iluminar e elevar a nossa mente ao reino do espírito.

É, pois, fácil de comprovar que, para chegar ao âmago da questão, foi necessário promover uma vasta reflexão teológica, percorrer um longo caminho que parecia não terminar nunca e realizar um esforço esquadrinhador, como o labor dos escultores que quando trabalham as suas obras de arte despojam a matéria-prima do seu envoltório. Nesses tempos históricos e confessionais, Portugal, com destaque para as ordens religiosas e para Coimbra e Évora, as grandes universidades portuguesas, sem esquecer, naturalmente, Vila Viçosa, converteram-se em bandeiras e paladinos da defesa do dogma junto de Roma. Neste tema elevado, profundo e sem fronteiras nacionais e teológicas, Portugal, e subsidiariamente a “vila ducal”, foi um dos primeiros lugares do mundo em promover uma movimentação eclesial para a declaração dogmática da Imaculada Conceição. Cada manifestação sobre a pureza da Virgem Maria passava a ser uma forma de atualizar, de forma indireta, a sua intercessão pela Restauração da independência portuguesa de 1640. Era um modo de interiorização política e portuguesa de um relevante costume medieval – “*pietas mariana*” –, com uma pujante e contemporânea presença na Península Ibérica.

Ao longo dos séculos os fiéis, em particular, e o povo português, em geral, acreditavam piamente, como doutrina da Igreja Católica, que a Mãe de Deus nasceu sem mácula de pecado, pelo que desejavam ardentemente a definição do significado do dogma do mistério da Imaculada Conceição. Foi, em grande parte, este

---

<sup>46</sup> Joaquim Chorão Lavajo, “*A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional*”, in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Atas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005, p. 149.



clamor e esta devoção popular que impulsionou na Igreja Católica uma doutrina, que só foi proclamada dogmaticamente mais tarde.

Interessa aqui lembrar que o culto da Imaculada Conceição era bem mais recente do que a antiga devoção mariana, mas encontrava-se no seu pleno apogeu doutrinário e teológico. Chegamos, agora, no rasto de precedentes históricos da definição dogmática do mistério mariano, ao último ato e ao momento do auge final: a bula *Ineffabilis Deus* de Pio IX, de 8 de Dezembro de 1854 (a pouco mais de meio século do fim da monarquia), a todos os títulos indispensável, que afirma que a Virgem Maria foi concebida sem pecado original.

Ora, não é demais sublinhar que o documento pontifício chegou cinco séculos depois do primeiro templo português e peninsular dedicado à Imaculada Conceição, precisamente em Vila Viçosa. Todavia, apesar de o dogma da Imaculada Conceição ter sido instituído em 1854, esta devoção está inscrita na fé dos portugueses, praticamente, desde a “formação da nacionalidade”.

Neste processo para a declaração dogmática da Imaculada Conceição, Portugal antecipou-se vários séculos à oficialização da definição. Por isso, a doutrina da Igreja não constituiu qualquer novidade.

A caminhada histórica da devoção a nossa Senhora da Conceição, quer em Portugal, quer no mundo, conheceu a sua maior elevação com a definição deste mistério mariano.

As cartas pastorais da época e as opiniões que os bispos portugueses então emitiram atestam bem o apreço em que era tido essa definição dogmática e o clima de regozijo que despertou em todo o reino, ativando a chama da devoção à Imaculada Conceição. De signo expansivamente centrífugo, o ato, aplaudido de forma prolongada e veemente por quase todo o povo português, tem potencialidades para desencadear uma série interminável de comemorações.

E quando lembramos a história da complexa definição dogmática do mistério da Imaculada Conceição, convém não esquecer que como centro de devoção dos portugueses à Imaculada Conceição de Maria, a “vila ducal renascentista”, terra de D. João IV, viveu uma vibrante e generalizada explosão de fé e vestiu-se de gala para celebrar de forma condigna e com igual intensidade, no dia 1 de Julho de 1855, a sua Padroeira, atraindo milhares de peregrinos de todo o país. Um momento marcante das celebrações em Vila Viçosa foi a composição e a execução do “Hino do Dogma”, com texto do poeta local José Maria de Almeida Reixa e música de Francisco Peres, responsável pela direção musical das comemorações.

Este processo, que nunca interrompido, enriqueceu-se no Ano Santo da Redenção de 1933, com o recomeço do movimento das grandes peregrinações ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que congregaram muitos milhares de fiéis oriundos de todo o país, sendo profusamente comentado pelos círculos religiosos e mediáticos da época.

Demos agora um salto no tempo, deixemos a eficácia espiritual do Ano Santo, que emana da oração da Igreja, e situemo-nos na década de cinquenta do século XX, e em Vila Viçosa, para ver um panorama algo distinto. Em 1954, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Eng.º Leopoldo Portas, acariciava a ideia de tentar elevar o Santuário de Nossa Senhora da Conceição a Basílica. A ideia

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal



Figura 21 – Visita do Santo Padre João Paulo II, ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, no dia 14 de Maio de 1982 (Foto: Carlos Aurélio); e busto do Papa João Paulo II, comemorativo da sua peregrinação a Vila Viçosa (Foto: Joaquim Saial).

surgira durante uma visita do nuncio apostólico, Monsenhor Fernando Cento<sup>47</sup>, a Vila Viçosa. Contudo, “*o assunto era da competência do Governo português e das autoridades eclesiásticas e o prelado apenas podia exercer a sua influência junto destes*”<sup>48</sup>

A propósito deste assunto, que potencializou todo um universo de histórias e de acontecimentos, cabe recordar que em 14 de Maio de 1982, com a presença do grande peregrino da Virgem, que foi o sumo pontífice João Paulo II (1920-2005), o Santuário da Padroeira de Portugal adquiriu uma abertura e uma dimensão expressiva e irradiante de seguimentos, que transcende o contexto nacional e fala uma linguagem universal, que se perfila como um “autêntico Património da Humanidade”. Em local de destaque do Solar Nacional da Padroeira, ergue-se o busto em bronze do Santo Padre João Paulo II, obra assinada pelo escultor Lagoa Henriques, sendo o primeiro a ele dedicado, em Portugal.<sup>49</sup>

O imaginário local adverte-nos de que a “Vila Florida”, conserva no seu interior monumentos maravilhosos e lugares emblemáticos e singulares, que acentuam a sua beleza e harmonia, cuja numerosa lista inclui, entre outros: praças e majestoso

<sup>47</sup> O Monsenhor Fernando Cento (1883-1973), foi nuncio apostólico em Portugal, entre 1953 e 1958. A imposição do Barrete Cardinalício ao Cardeal Fernando Cento, teve lugar em 30 de Dezembro de 1958.

<sup>48</sup> Joaquim Saial, “1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA (1.ª parte: 1953-1955)”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 20 – 201, p. 301, evocando a notícia publicada no *Diário Popular* de 11.07.1954, p. 11.

<sup>49</sup> Trata-se de um busto em bronze, sobre pedestal de mármore, da autoria do escultor Lagoa Henriques (1923-2009), situado junto ao pequeno muro que delimita o adro, virado para a Rua de Nossa Senhora. Foi inaugurado em 8 de Maio de 1983, durante a 21.ª Peregrinação Diocesana ao Solar da Padroeira, com a presença de D. Maurílio Gouveia e do Nuncio Apostólico, Monsenhor Sante Portaluppi (foi Nuncio Apostólico entre 15 de Dezembro de 1979 e 31 de Março de 1984), ambos já falecidos. No pedestal, pode ler-se a seguinte inscrição: S. S. JOÃO PAULO II / PEREGRINO / DE / N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO / PADROEIRA DE PORTUGAL / VILA VIÇOSA / 14 DE MAIO DE 1982.

palácio ducal; castelo artilheiro; igrejas; conventos; ermidas; passos de Cristo e oratórios; obras de escultura pública; cruzeiros; portas; pelourinho; edificações civis; casas senhoriais; núcleos museológicos; tapada real; e vergéis e jardins de eterna primavera, embelezados pelas janelas e varandas floridas e sublinhados pela presença de um contínuo de laranjeiras.

Quem percorra as praças, as avenidas e as ruas da “Vila, Capital da Região dos Mármore” poderá ler uma parte importante da história local, mas no seu trajeto minucioso e ritual nunca poderá deixar de se deter ante o Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.



Figura 22 – Aspeto do conjunto de casas do núcleo urbano original, intramuros, do final do século XIV, contíguas à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na atualidade.

Foto: Tiago Salgueiro.

As várias peregrinações de caráter nacional foram recordando a importância do padroado de Nossa Senhora da Conceição. No imaginário e no pensamento de muitos calipolenses e portugueses, existe um espaço muito especial para a celebração do Dia da Padroeira de Portugal (8 de Dezembro). O andamento lento, calmo e compassado das suas procissões, nas encruzilhadas das calçadas das ruas de Vila Viçosa, autênticos “*tapetes de pedra que nem sempre as pessoas notam*”<sup>50</sup> e um dos fatores essenciais do equipamento dos espaços urbanos calipolenses, irrompem no dia e rasgam o imponente silêncio das noites, como que se as ruas estivessem desertas, com as orações sagradas e que, em muitos aspetos, imprimem particularidade e caráter a Vila Viçosa.

<sup>50</sup> Os pormenores desta formulação podem encontrar-se no recente artigo de Kathleen Beckett, intitulado “*In Lisbon, a Carpet of Stone Beneath Their Feet*”, publicado em 30 de Março de 2019 no New York Times.

<https://www.nytimes.com/2019/03/30/fashion/pavements-limestone-lisbon-portugal.html> [Acedido 05-05-2019].

**A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal**



Figura 23 – Procissão da Padroeira, do dia 8 de Dezembro, nas ruas de Vila Viçosa.  
Foto: António Espiga Pinto.

Quanto mais se amplia o registo da historiografia religiosa, teológica, devocional e histórica, tecido à volta do Santuário e da imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, mais cresce a evidência da sua excecionalidade e transcendência, exercendo notoriamente um relevante papel de liderança no processo de alteração devocional em Portugal.



Figura 24 – Procissão noturna a sair do Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Foto: António Espiga Pinto.

Hoje em dia, Vila Viçosa continua a ser a sede de um grande santuário nacional de peregrinação, que atrai milhares de peregrinos cada ano. De gentes que vão em direção ao imenso adro, ou que regressam de visitá-lo. É deveras impressionante o grau de devoção a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, por parte dos portugueses, representando um fenómeno global. Com efeito, as grandes peregrinações têm um duplo sentido: a imagem que visita o mundo e o mundo que também passa pelo Santuário Mariano de Vila Viçosa.

Permitam-me, todavia, umas observações particulares a este propósito, inseridas no tempo atual e nos indivíduos dos nossos dias, centradas em exclusivo em Nossa Senhora. Mais recentemente, no âmbito das reflexões sobre a devoção a Nossa Senhora, por ocasião do feriado do 8 de Dezembro de 2015, Festa da Padroeira, num artigo publicado no Diário de Notícias que leva o expressivo título “A mulher mais poderosa”<sup>51</sup>, Anselmo Borges introduz com grande acerto algumas questões acerca do poder, da influência e do espírito de Nossa Senhora, tendo como pano de fundo Fátima.

Esta questão aberta pelo artigo de Anselmo Borges encontra sólido desenvolvimento em passagens da obra “*Maria, a mulher mais poderosa do mundo*”, da autoria de Maureen Orth. O olhar arguto e certo da escritora e jornalista americana é um guia que nos ajuda a entender o sentido e o significado do fenómeno mundial da devoção de Maria, como personagem nevrálgica na história da religião. De facto, não é por acaso que o artigo do Padre e professor de Filosofia evoca, por sua vez, a autora do artigo publicado no National Geographic, que analisou profusa e detalhadamente esta problemática, da qual transcrevemos o seguinte trecho: “*Ela é a confidente espiritual de milhares de milhões de pessoas, independentemente de estarem isoladas ou esquecidas*”, e conclui em escassas e assertivas palavras que “*A invocação da intercessão de Maria e a devoção por ela são um fenómeno global*”<sup>52</sup>.

Não serão, somente, estas vertentes que pretendo aqui lustrar, mas também o facto de a Virgem Maria ter motivado muito mais do que devoções e de contar com lugares e santuários em várias partes do mundo, que atraem milhões de peregrinos. Ao lançar um pouco mais de luz sobre algumas perspetivas subsidiárias que importa aqui destacar, verificamos que outro elemento marcante é o facto de Maria ter inspirado a criação de obras de arte de valor universal excepcional, na escultura e na arquitetura, (*Pietà* de Michelangelo, a catedral de Notre Dame), na pintura e na da música (*Vésperas da Beata Virgem*<sup>53</sup>, de Monteverdi), contando

---

<sup>51</sup> Anselmo Borges (2015, 5 Dezembro), “*A mulher mais poderosa*”, Diário de Notícias/ Opinião. Disponível em <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/anselmo-borges/interior/a-mulher-mais-poderosa-4916501.html>.

<sup>52</sup> Maureen Orth, “*Mary, the most powerful woman in the world*” (“*Maria, a mulher mais poderosa do mundo*”), in National Geographic Estados Unidos da América, publicado na edição do dia 8 de Novembro de 2015. A capa da edição americana traz uma bela imagem de Maria.

<sup>53</sup> As *Vésperas da Beata Virgem*, de Claudio Monteverdi (1567-1643), que se publicaram em 1610, em Veneza, é considerada a principal obra da cosmogonia monteverdiana e uma peça magistral da história da música ocidental, que do ponto de vista confessional toca profundamente a fé católica.

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

com inúmeros quadros (“Imaculada Conceição”, de Bartolomé Esteban Murillo) e esculturas com a sua imagem.



Figura 25 – “Imaculada Conceição”, 1678, pintura a óleo de Bartolomé Esteban Murillo (1617-1682), Museu do Prado, Madrid. Dimensão: Altura 274 cm.; Largura: 190 cm. Número de inventário P002809. ©Museo Nacional del Prado.  
<https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/the-immaculate-conception-of-los-venerables/76179d81-beaf-4f9e-9a05-ef92340a00d1>

Como exemplo do que digo antes, gostaria, ainda, de lembrar, brevemente, o cântico teológico *Magnificat*, uma verdadeira súplica da espiritualidade cristã na óptica mariológica. Neste hino não se fala de Maria, mas ela converte-se na porta-voz de todos os humildes e fala de Deus e das maravilhas que deu ao Mundo e a todo o seu povo. É considerado a verdadeira “alma de Maria”.

Passando para outro exemplo, recentemente, o Coro e Orquestra Gulbenkian interpretaram, no dia 15 de Outubro de 2017, em Lisboa, a obra mariana de Carrapatoso, “*Salve Regina*”, sendo inspirada na proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Rainha de Portugal, pelo Rei Restaurador.

A partir de uma leitura contemporânea, tudo ajuíza que apesar da passagem dos séculos, que costuma arrefecer os afetos humanos, e não obstante os diversos acidentes, vicissitudes e rumos históricos, a importância do padroado de Nossa Senhora da Conceição, como cimentado em rocha viva da “capital do mármore”, resistiu e conheceu uma larga perduração e uma prolongação fora do seu território. Nem uma nuvem empalideceu até ao presente tão esplendorosos acontecimentos.

Basta dizer que as várias peregrinações foram recordando a sua importância, cujas celebrações reuniram em Vila Viçosa dezenas de milhares de pessoas e a quase totalidade dos bispos do país e do mundo, que, longe de apresentar-se face ao seu território como um facto religioso isolado, estendeu-se, a partir desta vila, a todos os domínios portugueses espalhados pelo mundo, permitindo, deste modo, uma singular perdurabilidade de um acontecimento religioso de excepcional importância.

Em síntese, um culto gravado na alma do nosso povo, que atravessando séculos no espírito do tempo, persiste fervoroso nos nossos dias e que continua a ocupar um lugar central no seio da representação da imagem simbólica da “*alma pátria*”. Não é, certamente, pouca coisa. Hoje as sociedades mudaram muito, mas o simbolismo que apela ao sentimento de um povo e o poder da sua mensagem continuam incólumes.

A “vila ducal renascentista” como a designam, utopicamente, os seus próprios naturais e forâneos, deu lugar a um “renascimento espiritual” e teológico, que constitui um profundo diálogo religioso e um sopro misterioso e divino de inspiração, com rumo ao sucesso da Restauração da Independência de Portugal que, depois, deu lugar à paz entre os reinos peninsulares.

No dilatado oceano da cultura e da história de Portugal, país que se orgulha “*de ter sido a primeira nação a abolir a pena de morte para os crimes comuns sem jamais a ter voltado a instaurar*”<sup>54</sup>, pesará sempre o amparo e a sombra venerada da Imaculada Conceição, o seu poder e sua influência na vida social e política, sobretudo pela via da reconciliação e da pacificação. Hoje, “continuamos a recorrer a Ela como mãe, como protetora, e sabemos que a sua proteção é para nós conforto e guia”<sup>55</sup>, para seguir a definição de D. José Alves, Arcebispo Emérito de Évora.

Mas, independentemente, de todos estes motivos, há um outro, de índole muito especial: a Imaculada Conceição não é só a nossa Padroeira e Rainha, mas também o nosso amor e o nosso orgulho, tanta é a largura desse amor e a dimensão dessa altivez.

Todas estas razões atestam que se trata de um lugar que possui esse carácter único que se presta à memória e à identidade local, porque como sociedade conserva com afago e primor os lugares materiais e o ambiente intangível, dotados de uma ressonância emocional.

Há muito que a “vila ducal renascentista” não precisa de credencial de apresentação. Mas, na sua meritória bagagem e no seu impecável *curriculum* transporta o cartão no qual, com letras de vulto, o mais provável é que se diga: Vila Viçosa, Solar da Padroeira e Rainha de Portugal. Uma coisa é certa, a história da devoção

---

<sup>54</sup> Sobre esta questão ver o testemunho insuspeito de Anabela Pinto de Miranda Rodrigues, “*PORTUGAL COMO PAÍS PIONEIRO DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE*”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 25 – 2018, p. 133. Na mesma página, a autora explica que “*De entre os atuais estados europeus, o nosso país foi somente antecedido por São Marino, onde a pena de morte, que já não se executava desde 1468, foi abolida em 1848, para os crimes comuns, e em 1865 para todos os crimes*”.

<sup>55</sup> D. José Alves, Homília proferida na Festa da Imaculada Conceição da Virgem Maria, Sé de Évora, no dia 8 de Dezembro de 2008.

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

a Nossa Senhora permanecerá para sempre onde começou, ou seja, num lugar de Portugal, cujo nome é Vila Viçosa.

E se agora desviamos o olhar para trás e contemplamos o caminho percorrido pelas representações do culto à Imaculada Conceição, podemos medir bem a verdade do enunciado de que partíamos inicialmente: Vila Viçosa e Portugal pensaram e sentiram a inspiração divina em Nossa Senhora da Conceição.

Uma última e breve reflexão a respeito do tema que ora nos ocupa. Esta problemática justifica outros estudos, acompanhados de novas pesquisas e de análises de repertórios históricos e religiosos, com o objetivo de permitir a plena reabilitação da importância do Padroado de Nossa Senhora da Conceição no contexto da História da Religião e de evidenciar o seu espírito mais característico. Esses estudos, não podem deixar de ser perspetivados senão num enfoque interdisciplinar e numa visão holística e interpelante, que este estudo não tem margem para desenvolver.

Aqui os deixo ao cuidado de futuros investigadores e, naturalmente, do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia, fundado em 12 de Julho de 2018, e que tem, precisamente, como objetivos fomentar estudos multidisciplinares em torno da mariologia e da Padroeira de Portugal, no âmbito de uma dimensão nacional e internacional, tendo como epicentro Vila Viçosa.

### Bibliografia

- ALEGRIA, José Augusto – “*História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Vila Viçosa, as esmolos e os pobres do duque D. João II (1636-1646)*, in *Revista de Demografia Histórica*, n.º XXII, Madrid, 2004.
- . “*Servir a dois Senhores: a real confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa através dos seus estatutos de 1696*”, *Revista de Cultura Callipole* n.º 9-2001, Vila Viçosa.
- AURÉLIO, Carlos – *UMA CAPELA COM NOME – CAPELA DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA*, in *Callipole* n.º 23-2016.
- BECKETT, Kathleen, “*In Lisbon, a Carpet of Stone Beneath Their Feet*”, *New York Times*, 30 de Março de 2019.
- BENTO, Cláudio Moreira – “*As Batalhas dos Guararapes: Descrição e Análise Militar*”, Resende, Genesis – Academia de História Militar Terrestre do Brasil.
- BERGER, José Paulo – “*A Batalha de Montes Claros: perspetiva de um Engenheiro Militar*”, Lisboa, Exército Português, 2015.
- BLANCO, Julián García – “*Vila Viçosa no se rinde. El sitio de 1665 (1.ª Parte)*”, *Revista de Cultura Callipole* n.º 23 – 2016, Vila Viçosa.
- BORGES, Anselmo, “*A mulher mais poderosa*”, *Diário de Notícias/Opinião*, 5 Dezembro de 2015.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (Coord.) – “*Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa – Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*”, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- BORGES, Emília Salvado, “*A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668)*”, Lisboa, Colibri, 2015.



## Licínio Lampreia

- BOUZA, Álvarez Fernando – “*Portugal no Tempo dos Filipes: Política, Cultura, Representações (1580-1668)*”. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- . “*Primero de Diciembre de 1640: una revolución desprevenida?*”, in *Manuscripts*, n.º 9, 1991.
- . “*Clarins de Jéricho, Oratoria sagrada y publicística en la Restauração portuguesa*”, *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, VII, 1986.
- BUESCU, Ana Isabel – “*Memória e Poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-X-VIII)*” Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- . “*O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*”. Porto: INIC, 1987.
- BULA *Ineffabilis Deus*, Pio IX, 8 de Dezembro de 1854.
- CARAPINHA, Aurora, “*Declaração de Apoio ao Pedido de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal*”, in “*Proposta de Inscrição de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial da UNESCO*”, 2015.
- CARDIM, P. – “*Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*”. Lisboa: Cosmos, 1998.
- COSTA, Leonor F., CUNHA, Mafalda S. da – “*D. João IV*”. Lisboa: Círculo dos Leitores. 2006.
- CUNHA, Mafalda Soares da – “*A Casa de Bragança. 1560-1640: Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*” Lisboa: Estampa, 2000.
- . “*‘LA GRANDEZA DE LA CASA DE BRAGANÇA’. DISPUTAS DE PRIMAZIA E PRECEDÊNCIAS NOS SÉCULOS XVI E XVII*”, *Revista de Cultura Callipole* n.º 22 – 2015.
- DAVIDSON, Lillias Campbell, “*Catherine of Bragança, Infanta of Portugal, & Queen-Consort of England*”, 1908.
- DIAS, Eurico Gomes, “*Gazetas da Restauração: 1641-1648 uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas*” (edição transcrita) Lisboa, MNE – Instituto Diplomático, 2006.
- ESPANCA, Joaquim da Rocha, “*Memórias de Vila Viçosa*”, *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 24, 1985.
- FARIA, Ana Leal, “*Arquitetos da Paz: A diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*”, Lisboa, *Tribuna da História*, 2008.
- FARIA, João André de Araújo (2010) – “*A RESTAURAÇÃO PRODIGIOSA DE PORTUGAL. 1640-1668*”. Tese de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- FONSECA, Francisco Belard da – “*A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*”, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1955.
- GOULART, Artur (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- LAMPREIA, Licínio, “*VILA VIÇOSA – PAISAGEM CULTURAL CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO*”, *Câmara Municipal de Vila Viçosa: Revista de Cultura Callipole* n.º 23 – 2016.
- LAVAJO, Joaquim Chorão – “*A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional*”, in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Atas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005.
- LOUSADA, Abílio – “*A Restauração Portuguesa de 1640: Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*”, Lisboa, *Fronteira do Caos*, 2011.
- MARQUES, João Francisco, “*DEFESA DA INDEPENDÊNCIA E IDENTIDADE DE PORTUGAL NA LITERATURA APOLOGÉTICA DA RESTAURAÇÃO DE 1640: O*

## A Imaculada Conceição de Vila Viçosa, símbolo de irradiação e perpetuação de devoção e sinónimo de valores patrióticos e da defesa de Portugal

- Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa*”, in Revista de Historia das Ideias Vol. 28, 2007.
- “*A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668*” Porto: INIC, 1989, 2v.
- “*A utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração*”. E-topia: Revista Eletrónica de Estudos sobre a Utopia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 2, 2004.
- MENDONÇA, Manuela – *A Casa de Bragança: uma corte alternativa*, in Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Atas. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005.
- “*NUNO ÁLVARES PEREIRA, SENHOR DE VILA VIÇOSA*”, in Revista de Cultura *Callipole*, n.º 18, 2010.
- MENEZES, Luís de, “*História de Portugal Restaurado*”, Lisboa, Parte Segunda, Tomo IV, 1662-1668.
- OLIVEIRA, António de – “*Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*” Lisboa: Difel, 1991.
- ORTH, Maureen, “*Mary, the most powerful woman in the world*” (“*Maria, a mulher mais poderosa do mundo*”), in National Geographic Estados Unidos da América, Novembro de 2015.
- PIMENTEL, Alberto – “*História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*”, Guimarães Libanio e C.ia, Lisboa, 1899.
- PIRES, Nuno Lemos: “*A Primeira Guerra Global Portuguesa: A Restauração*”, em A GUERRA, Coimbra, Revista de História das Ideias, Vol. 30, Faculdade de Letras da Univ. Coimbra, 2009.
- “*A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da Batalha de Montes Claros*”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 22 – 2015, Vila Viçosa.
- REIS, Maria de Fátima – “*Vila Viçosa – do esplendor da corte ducal à simbólica da casa real*” Revista de Cultura *Callipole* n.º 22 – 2015, Vila Viçosa.
- RODRIGUES, Anabela Pinto de Miranda, “*PORTUGAL COMO PAÍS PIONEIRO DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE*”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 25 – 2018.
- SAIAL, Joaquim, “*1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA (1.ª parte: 1953-1955)*”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 20 – 2012.
- SALGUEIRO, Tiago “*Famoso lugar de delícias... a Tapada Real de Vila Viçosa*”, Revista de Cultura *Callipole* n.º 19 – 2011.
- SANTO, Gabriel Espírito, “*Montes Claros 1665*”, Lisboa, Tribuna, 2005.
- SEYNER, Antonio – “*Historia del levantamiento de Portugal (1644)*”, Lanaja, Primera Publicación de 1644.
- SILVA, Eduardo Pereira da, “*Ancorar o Invisível ao Visível*”, in *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- SOROMENHO, Miguel, “*A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa: o projecto quincentista à luz da campanha de obras da Restauração*”, in MONUMENTOS – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos N.º 27, 2007.
- SPINOLA, Antonio Ardizzone. “*Nacimientos da Mgestade del Rey (...) Dom Joam IV (...) celebrados na solmnidade do Espozo da Virgem Sam Joseph*”. In: Cordel Triplicado de Amor (...): lançado em tres livros de sermoens. Lisboa: na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello, anno 1680.
- TEIXEIRA DE PASCOAES, *Os Poetas Lusíadas*, Assírio e Alvim, 1987.
- TORRINHA, Joaquim, “*Um Precioso Cimélio do Século XIV. Da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição*”, Revista de Cultura *Callipole*, 7/8 – 1999/2000.

**Licínio Lampreia**

- TRIGUEIROS, António Pacheco, *A Conceição: moeda, medalha e venera da Padroeira de Portugal*, NVMMVS, 2.<sup>a</sup> S., XXXVII, Porto, S.P.N., 2014, p. 44.
- XAVIER, Ângela Barreto – “*ITINERÁRIOS FRANCISCANOS NA ÍNDIA SEISCENTISTA, E ALGUMAS QUESTÕES DE HISTÓRIA E DE MÉTODO*”, in LUSITANIA SACRA, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2.<sup>a</sup> Série, Tomo XVIII, 2006.

# O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

---

Ana Martins\* | João Gabriel Caia\*\*

**Resumo:** O conceito de *educação* aqui apresentado traduz-se numa evolução desde o século XV ao XVII. Um dos estudos de caso mais interessantes para a abordagem desta temática é o D. Teodósio, príncipe da Casa de Bragança, não só por a sua educação ter sido quase irrepreensível, destacando-se em várias áreas bastante distintas, mas principalmente por se verificar um claro reflexo da sua educação nas suas ações político-militares. Embora tenha tido uma vida curta de apenas dezanove anos, a dimensão do impacto da sua presença política percebe-se através da quantidade de elogios fúnebres que recebeu.

**Palavras-chave:** Evolução na educação; D. Teodósio; Guerra da Restauração; Elogios fúnebres.

## Nota introdutória

O presente artigo incide sobre a temática da educação dos príncipes no século XVII, para a qual foi explicada a sua evolução a partir de finais do século XV, prolongando-se pelo século XVI. Como estudo de caso, analisar-se-á particularmente a educação do Príncipe D. Teodósio, da Casa de Bragança, tendo como fonte os Elogios Fúnebres, cuja análise foi complementada com a escassa bibliografia existente.

Este estudo iniciar-se-á com a apresentação dos modelos educacionais dos séculos XV e XVI, explicados de acordo com a sua inserção nas conjunturas do Renascimento e das Reformas Religiosas. Seguiremos com a análise do percurso educacional do Príncipe Teodósio, e o reflexo na sua vocação para as questões político-militares, e concluiremos com o tratamento de alguns elogios fúnebres,

---

\* Mestranda em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

\*\* Mestrando em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

que contribuíram com cruciais informações sobre a sua personalidade e percurso de vida.

Teodósio de Bragança, filho herdeiro de D. João IV e D. Luísa de Gusmão, nasceu em Vila Viçosa a 8 de Fevereiro de 1634 e veio a falecer em Lisboa a 15 de Maio de 1653<sup>1</sup>. Foi o 9.º duque de Bragança e o 1.º Príncipe do Brasil. O seu talento para as artes, letras e guerra era inegável e reconhecido pelo seu pai, que o apelidava de *Meu Salomão*. A sua morte precoce trouxe grande tristeza ao reino, que em si depositara as esperanças de fazer renascer a nação de Portugal<sup>2</sup>. Será neste curto período de dezanove anos que o presente estudo se desenvolverá, abordando a sua educação numa perspectiva transversal e a sua actividade política nos seus últimos quatro anos de vida.

## 1. Contextualização: a educação dos príncipes nos séculos XV e XVI – modelos base do XVII

Muitos historiadores dedicados ao estudo do período moderno definem a relação de pai-filho como muito distante, especialmente na infância, o que é justificado pela elevada mortalidade infantil, que era característica daqueles períodos, indicando que os pais estavam preparados para que os seus filhos não chegassem à idade adulta<sup>3</sup>, embora também muitos sejam os textos que nos chegam que retratam relações bastante afetuosas entre pais e filhos. No que respeita à educação, que começa a assumir um papel fulcral no período referido, não só em membros da nobreza, cujo estudo será a base do presente artigo, mas especialmente na burguesia, pois constituía-se como uma “rampa” de ascensão social, apresentava claras diferenças quer fosse para raparigas ou para rapazes. Considerando que pretendemos caracterizar a educação do Príncipe Teodósio, explicaremos de uma forma muito mais aprofundada a educação masculina, e abordaremos a educação feminina apenas para comparação, sem descrições profundas.

Nas primeiras décadas do século XVI verifica-se o aparecimento de duas perspectivas educacionais. Por um lado os *espelhos de príncipes*, que visava a continuação de um modelo educacional assente na tradição clássica e medieval, em que se valorizava a instrução e formação literária e política dos príncipes, dirigido especialmente aos membros da aristocracia. Neste sentido, é importante não esquecer o papel fulcral desempenhado pelos humanistas no movimento do Renascimento, iniciado no século XV e prolongado pelo século XVI, que possibilitou um

---

<sup>1</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006), p. 254.

<sup>2</sup> Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa: Concelho Da Provincia Do Alentejo e Reino de Portugal* (Redondo: Typ. de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892), p. 442.

<sup>3</sup> Maria de Lurdes Correia Fernandes, *Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e Espiritualidade Na Península Ibérica 1450-1700* (Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995), p. 164.

## O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

regresso aos valores da Antiguidade e um corte epistemológico com o “período das trevas” que se fazia sentir por toda Europa, facilitando uma junção do modelo clássico ao modelo cristão. Por outro lado, *os espelhos de casados*, que valorizavam uma educação moral e cristã, o que não implicava que estes “espelhos” não pudessem coexistir, pois nada obrigava a que as letras se opusessem às armas. Antes pelo contrário, só iria *favorecer a imagem do príncipe*<sup>4</sup>.

Aquele movimento humanista do século XV e inícios do XVI deu lugar à criação de várias obras de cariz educativo, diferenciadas entre elas. Uma para as princesas, outras para os príncipes, para os pais ou mães, a educação feminina e a educação infantil, que eram claramente elitistas, pois uma obra dedicada a um *pai* não era uma obra dedicada a um *príncipe*, e marcadamente diferenciadoras de género. O que se salienta desde logo é uma *educação mais literária e política para o príncipe, uma educação mais moral e religiosa para os filhos em geral*.<sup>5</sup> A questão da educação religiosa parece mais simples de explicar, mas a verdade é que também ela se insere num momento de rutura na Europa: o cisma entre as Igrejas Católica e Protestante, que se iniciou no século XV e culminou no XVI. Sendo uma das principais directrizes do Concílio de Trento o catequizar, é normal que a educação se tivesse “catolizado” de certa forma. Muito embora não se possa confundir a questão da *catequização*, com *educação religiosa*, pois constituem-se como universos diferentes.<sup>6</sup>

Muitas obras de *humanistas preocupados com a reforma pedagógica*<sup>7</sup>, que consistiam numa articulação muito equilibrada entre vida social e familiar, economia e vida cristã, começam a chegar à Península Ibérica, transpondo o movimento de “revolução cultural” iniciado em Itália. O termo parece um pouco exagerado, mas atendendo ao período de repressão e manipulação cultural, muito provocado pela Igreja, vivido ao longo dos séculos anteriores, cremos que seja uma expressão aplicável. É importante referir também que os principais destinatários destas obras eram os príncipes e grandes senhores (a aristocracia, portanto), como referido anteriormente.

Ao longo do século XV, esta foi uma educação feita no contexto familiar, muito por influência da figura materna, como comprova um dos “livros guias”<sup>8</sup>, *Avisación*, de Fr. Hernando de Talavera, a D. María Pacheco, condessa de Benavente, indicando que ao fim da tarde, e cita-se *Dénde ver vuestros hijos é haver com ellos consolación, é darles alguna doctrina buena...* No caso da alta aristocracia, os pais interferiam pouco na educação, ficando essa ao cuidado *de amas, aios e mestres especialmente escolhidos para tal*. A partir do século XVI, mesmo que os modelos educativos tivessem mantido, genericamente, as características anteriores, assisteu-se a uma grande valorização da educação, que é visível, por exemplo, nas extensas

---

<sup>4</sup> Fernandes, p. 169.

<sup>5</sup> Fernandes, p. 171.

<sup>6</sup> Fernandes, p. 173.

<sup>7</sup> Fernandes, p. 173.

<sup>8</sup> Uma espécie de calendarização para o que fazer no dia a dia.

fontes que nos chegam sobre os critérios de escolha para os mestres e amas<sup>9</sup> <sup>10</sup>. Guevara, citado por Maria de Lurdes Fernandes, defendeu que *se seguiria grande provecho en que los padres fuessen los próprios maestros de sus hijos*<sup>11</sup>, não num sentido de menosprezar o papel dos mestres, mas defendendo que este deveria ser complementado com a presença dos pais.

Apresentado o panorama geral, pretendemos agora apresentar a educação destinada particularmente aos rapazes, em especial aos príncipes e grandes senhores. Estando estes destinados às grandes funções políticas, era natural que a sua educação fosse orientada em função da preparação para o desempenho das mesmas, em que era valorizada a *educação moral, literária e política dos rapazes*<sup>12</sup>, não descuidando actos simples, mas cruciais, como o saber falar e agir de acordo com os diferentes cenários. Daí a importância na minuciosa escolha dos aios e mestres, sobre quem *recaíam, tradicionalmente, as responsabilidades de criação e de instrução dos príncipes e dos nobres*. O bispo António de Guevara, várias vezes citado por Fernandes, reforça constantemente, o que é visível ao longo das citações apresentadas, o papel preponderante dos mestres e aios, concluindo que *todo esto* (as teorias da boa formação) *aprouecha poco, si a sus hijos ya que crecen no les dan buenos maestros que les enseñen la escritura, y no los encomiendan a buenos ayos que les enseñen a viuir a ley de caualleria*. Não se pode descuidar, contudo, o papel preeminente do contexto familiar no controlo da educação, que se pretendia que fosse uma educação severa e vigiada também pelos pais, que visava, principalmente, que não houvesse um exagero na educação religiosa, pois os mestres e aios pertenciam, na sua generalidade, à Igreja, evitando que se negligenciasse, por exemplo, a política, as artes da guerra e as questões económicas (estas últimas embora num nível secundário), ou seja, prevenindo que a educação não entrasse em desacordo com os seus objetivos fundamentais.

Concluindo esta questão, e apresentando o exemplo curioso de D. Sebastião, presente na crónica do Padre Amador Rebelo, *El-Rei, como fôra criado por vontade, sem jugo de pai e mãe, não acudia muito aos avisos do Cardeal, seu tio, nem da Rainha, sua avó*, o que nos indica que o facto da sua educação ter sido entregue totalmente “nas mãos” de aios e mestres se constituiu um contorno ao costume tradicional do modelo educativo da família real, que previa a presença constante dos pais.

---

<sup>9</sup> Reforçando as ideias supramencionadas, e citando Maria de Lurdes Fernandes, *a educação religiosa e o estudo as primeiras letras* (conceberam-se) *como algo a empreender logo na primeira infância, quando a criança ainda estava a ser amamentada e no ambiente doméstico, e não apenas, como a maioria dos seus contemporâneos, quando estava na idade da “razão” – que, para muitos, se situava por volta dos sete anos –, sob a autoridade de mestres.*

<sup>10</sup> Fernandes, p. 176.

<sup>11</sup> Fernandes, p. 188.

<sup>12</sup> Fernandes, p. 189.

## 2. Estudo de caso: o Príncipe D. Teodósio

### 2.1. A sua educação

A educação do Príncipe D. Teodósio foi especialmente desenvolvida com vista à sucessão ao trono. Aquando da Restauração, o príncipe D. Teodósio, em Vila Viçosa com apenas 6 anos, já era acompanhado, a mando de D. João IV, por *exce-lentes mestres, que vieram a ministrar-lhe uma educação esmerada*<sup>13</sup>. De facto, os principais mestres do príncipe foram jesuítas, conhecidos pela excepcional qualidade de ensino e também pelas boas relações que mantinham com o Rei.

É elogiado pela maioria dos cronistas a inteligência do príncipe para as mais diversas disciplinas: Filosofia, Teologia, História, Cosmografia, Náutica, Equitação, Esgrima, Direito Civil e Canónico. Porém, eram a Matemática e a Ciência que melhor dominava, áreas nas quais teve como mestre o Padre João Sciermans, vulgarmente conhecido por Cosmander. Era conhecedor de uma variedade de línguas, com uma apetência maior que a do pai, que espantava o Padre António Vieira. Falava muito bem o latim, falava castelhano, percebia francês e italiano e tinha conhecimentos de grego e hebraico. Dedicou-se, com talento, à relojoaria, como era costume da época, entre a nobreza, aprender uma arte mecânica.

O Conde de Ericeira menciona um talento do príncipe para as artes militares (jogar de armas, manejo de cavalos, desenho de fortificações), talvez por ter sido um interesse que cultivou desde infância, ao contrário do que D. Vicente Nogueira, humanista tardio, bibliófilo<sup>14</sup> e um dos principais agentes de D. João IV, afirmava quando defendia que os “grandes príncipes” se dedicavam ao estudo da filosofia, apesar de considerar esta prática de pouca glória, apontando ainda, particularmente ao Príncipe Teodósio, a suas erradas orientações literárias e estudos inadequados, afirmado que era pouco usual que um príncipe não fosse atraído pelas actividades bélicas<sup>15</sup> e de caça. Este interesse pela guerra pode ser lido como um presságio daquilo que viria a ser a sua curta actividade política.

Após o que foi referido, pode concluir-se que o Príncipe D. Teodósio recebeu uma educação de teor profundamente humanista e algo erudito. Aprendeu a pintar com o famoso pintor José de Avelar Rebelo (o pintor régio designado da corte de D. João IV) e colheu a tradição e conhecimento musical da corte ducal de Vila Viçosa, além de que o seu pai era um grande compositor de música sacra. O rei entendia que tudo o que não fosse música sacra “afeminava” as vozes<sup>16</sup>. Esta instrução e gosto pela música, segundo Costa e Cunha, começa ainda mais cedo com o duque de Bragança, D. Teodósio II, pai de D. João IV, que convidava

---

<sup>13</sup> Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e Do Brasil, Vol. 1* (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960), p. 514.

<sup>14</sup> Escrevem Costa e Cunha que Vicente Nogueira pensou em oferecer a sua vasta biblioteca ao príncipe, por achá-lo “variado de pensamento”.

<sup>15</sup> Ignorando que o príncipe já se interessaria por esta arte, como se verifica em Costa; Cunha, p. 240.

<sup>16</sup> Costa; Cunha, p. 240.



frequentemente músicos portugueses e europeus reputados para actuar no Paço de Vila Viçosa.

Apesar de toda a aprendizagem e erudição nas ciências e artes já referidas, é fundamental perceber que durante a juventude do príncipe a maior parte do seu tempo foi dedicado à excessiva devoção pelo catolicismo. Tratou-se, então, de uma educação puramente católica. Aliás, uma das suas áreas de estudo de maior interesse foi a política cristã, sobre a qual *deixou compostos alguns livros de suma erudição, e outros discursos de grande eloquência*<sup>17</sup>. Não há qualquer elemento que caracterize melhor a sua educação do que a formação religiosa, da qual foi grande responsável D. Pedro Pueros. Foi este que desde muito novo o motivava a distribuir esmolas aos pobres, desenvolvendo no príncipe qualidades humanitárias que o permitiam ser bastante sociável e amado pelo povo<sup>18</sup>. O Conde da Ericeira descreve bem a devoção do príncipe: rezava frequentemente, emocionava-se com a missa e ofendia-se com palavras obscenas. Além disso, praticava o jejum e comedia frequentemente actos de autoflagelo.

Este nível rigoroso de devoção assemelhava-o ao seu avô, Teodósio II, mas distanciava-o do seu pai. A relação que o Príncipe D. Teodósio manteve com o seu pai é bastante interessante e peculiar, e será mais aprofundada no capítulo seguinte. Porém, é de realçar que até no modo de vestir, ainda muito novo, o filho já se distanciava do pai (aos 9 anos gostava de se vestir à francesa). Costa e Cunha mencionam uma conversa de D. João IV com um fidalgo que se pode tornar bastante pertinente para a discussão relativa à postura educacional do pai perante o filho: *o príncipe [D. Teodósio][...] me disse quando me parti que se ia por a cavalo para ir matar um porco-montês e me pediu umas luvas; eu lhe respondi que sendo de idade de quinze anos pedira umas luvas a meu pai e me as não quisera dar, dizendo que as luvas eram para mulheres e que quando eu tivesse frio esfregasse as mãos*<sup>19</sup>. Esta revela alguma rigidez e uma transmissão de modelos bases (ou, neste caso, apenas princípios) educacionais de períodos anteriores, comuns a quase toda a nobreza portuguesa e europeia.

Em suma, e citando o Conde de Ericeira, o príncipe aprendeu *o que lhe era necessário para a administração do governo do reino*<sup>20</sup>.

## 2.2. O reflexo nas acções político-militares

Tendo em conta os objectivos políticos da educação do Príncipe, já referidos, aliados ao facto de o seu pai ter sido coroado rei após a Restauração, em 1640, foi natural a escolha do príncipe herdeiro para suceder na liderança do ducado de Bragança, em 1645, porém, apenas lhe foram entregues os bens da Casa em 1652. Por conseguinte, em 1647 foi concretizada a separação formal dos bens da Coroa

---

<sup>17</sup> Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado Vol. II* (Porto: Livraria Civilização Editora, n.d.), p. 419.

<sup>18</sup> Zuquete, p. 514.

<sup>19</sup> Costa; Cunha, p. 10-11.

<sup>20</sup> Ericeira, p. 419.

## O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

dos da Sereníssima Casa de Bragança, marcando uma ruptura institucional na monarquia portuguesa<sup>21</sup>. D. Teodósio foi também nomeado Príncipe do Brasil (título criado de raiz), notícia que lhe foi dada pelo capelão-mor, D. Manuel da Cunha, acto que recebeu os agradecimentos do príncipe, mostrando o respeito que mantinha pelos prelados da Igreja. Os gentis-homens da câmara nomeados para servir a casa do Príncipe foram os seguintes: Henrique de Sousa; Conde de Miranda; Marquês de Arronches; Fernão Teles da Silva; Conde de Vilar-Maior; Nuno de Mendonça; Conde de Val de Reis; D. Gregório de Castelo Branco, conde de Vila-Nova; D. Luís de Portugal, conde de Vimioso; João Nunes da Cunha; D. Tomás de Noronha, conde de Arcos; e D. João Lôbo da Silveira, conde de Oriola e barão de Alvito<sup>22</sup>.

O Príncipe, assim que lhe foram entregues mais posses, começou a demonstrar as suas virtudes: assistia a todos os Conselhos, ouvia todos os pretendentes e decidia os negócios e requerimentos: *por instantes se aumentava em seus vassallos o amor e em seus inimigos o receio*<sup>23</sup>. De facto, a educação humanitária de que beneficiou terá contribuído para a qualidade em conseguir aumentar o número de pessoas afectas a ele.

A curta vida política do Príncipe coincidiu com a Guerra Civil inglesa, que se estendeu ao território português quando os príncipes Rupert e Maurice foram acolhidos no reino. Para se ter consciência do contexto histórico inglês, é importante reter dados muito sucintos: durante a Guerra Civil Inglesa (1642-1651), que confrontou os partidários do Rei Carlos I aos partidários dos parlamentos de Inglaterra e Escócia, liderados por Oliver Cromwell, o rei foi executado em 1649. A guerra continua até 1651 frente ao filho Carlos II, culminando na vitória dos parlamentares e consequente abolição da monarquia. O rei D. João IV e os seus ministros não se decidiam entre conceder ou não proteção aos príncipes, uma vez que, se não o fizessem, estariam a “ofender a fé pública e a hospitalidade” (para desagrado da nobreza), porém, se o fizessem, correriam o risco de desrespeitar os parlamentares (para desagrado do povo), mais poderosos, que contavam, na Europa, com os apoios das forças de Castela, e, na América, com o apoio das forças da Holanda. D. Teodósio, na altura ainda com 16 anos, foi um grande opositor deste acto de acolhimento, tendo-se destacado com os seus dotes intelectuais e de oratória para a resolução deste problema.

A vida política do príncipe Teodósio insere-se num período europeu conturbado e decisivo para a afirmação dos Estados-Nação e, no caso português, para a restauração da independência. Após a Paz de Vestefália a França aumenta o seu poderio e, conseqüentemente, as atenções portuguesas direccionam-se para Paris. Como tal, iniciam-se negociações para o casamento do príncipe. D. João IV trabalhou imenso na preparação do casamento de D. Teodósio, de preferência com a filha do Duque Filipe I de Orléans, irmão de Luís XIII (rei da França, da Casa de Bourbon). Para garantir uma aliança importante na consecução da independência, já

---

<sup>21</sup> Manuel Inácio Pestana, “A Casa de Bragança: Um Sereníssimo Estado Dentro Do Estado”, *Revista de História* VIII (n.d.): 259-72.

<sup>22</sup> Ericeira, p. 308.

<sup>23</sup> Ericeira, p. 308.

decorriam os preparativos no Paço para a habitação do príncipe e *nomeados gentis homens para a sua companhia*. Os *moços fidalgos* serviam tanto a Sua Majestade como a Sua Alteza, dividindo o serviço pelos dois, de forma a que o príncipe pudesse almoçar às mesmas horas que o rei, e que ao jantar comessem juntos. À parte do cerimonial das refeições, o príncipe ouviria também a missa na presença de Sua Majestade e retirar-se-ia, depois, aos seus aposentos. Todos os rituais eram acompanhados por homens-gentis (ou gentis-homens), até mesmo o *vestir*, em que o ajudante desempenharia a função de camareiro-mor. No entanto, estas negociações falharam por, sugere Zuquete, uma condição do contrato matrimonial, ou “*por isso ou por outra razão*”<sup>24</sup>. O padre António Vieira, muito próximo do Rei e agora grande amigo do Príncipe e seu mestre particular, em 1650 sugerira o casamento com a Infanta de Espanha, D. Maria Teresa, com o propósito de pôr fim à guerra com Espanha. Porém, outros jesuítas com influência em Madrid comunicaram este plano ao Rei Filipe IV, pelo que falhou.

No dia 2 de Novembro do ano de 1651 o príncipe D. Teodósio decide, por vontade própria, entrar em Elvas, acompanhado dos seus gentis-homens da câmara, João Nunes da Cunha e D. Luís de Portugal, conde do Vimioso, motivado pela sua educação e conhecimentos adquiridos, de forma a aumentar a sua reputação com vitórias militares contra os castelhanos. Já teria tentado fazer esta jornada meses antes, mas cancelou-a por receio de que o Rei descobrisse e a cancelasse. A escolha de João Nunes da Cunha justifica-se por este ser muito favorecido pelo Rei, enquanto que o Conde do Vimioso viajou “*com o traje de cortesão, por mostrar a El-Rei que cooperava na deliberação do Príncipe mais como criado que como conselheiro*”<sup>25</sup>.

No dia seguinte, a notícia da jornada do príncipe chega ao conhecimento do Rei. D. João da Costa, primeiro Conde de Soure, era grande opositor do 2º Conde de São Lourenço, Martim Afonso de Melo, governador de armas no Alentejo, que tinha como grande mote para as necessidades de meios para a guerra o de *acode-se o possível*. Esta sua teoria não agradava a D. Teodósio, que queria recuperar a *dignidade do Conselho de Guerra*. Assim, com o apoio de D. João da Costa, em Novembro de 1651, o príncipe partiu clandestinamente para Elvas, aproveitando o facto de o Conde de São Lourenço estar em Lisboa. D. João IV, na tentativa de remediar o acto imprudente do seu filho, nomeia-o Governador-geral das armas de Portugal, assim, quando Martim regressasse ao Alentejo (como Governador de Armas), já não teria autoridade sobre o seu filho.

D. João IV, ainda em auxílio do filho faz chegar-lhe o *fato necessário à logística do herdeiro, nomeadamente armações e camas*, bem como uma missiva, por si redigida, contendo não só conselhos políticos, como também uma repreensão pela sua imprudência, como referido anteriormente. Quanto aos conselhos, pede-lhe que recolha informação junto das povoações por onde passasse, escrevendo *vindo vós da fronteira pelo ofício de soldado saibais pedir melhor dinheiro que eu, e dê o reino o que falta para a sua defesa; e se assim o fizer grande utilidade*

---

<sup>24</sup> Zuquete, p. 516.

<sup>25</sup> Ericeira, p. 359.

## O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

*fica tirada de vossa jornada*. Ericeira escreve que o Rei “*sentiu a ausência como pai, e publicou-se que a temera como Rei*”<sup>26</sup> – ou seja, existe a preocupação de D. João IV pelo filho, que já se encontrava num estado de saúde frágil, e a preocupação pelo seu próprio poder, face a um incremento de popularidade de D. Teodósio. A própria D. Luísa de Gusmão escreveu ao seu filho uma carta de cariz muito sentido e emotivo, contrariamente à racionalidade verificada na missiva de D. João IV, que inclusive repreendeu o príncipe. A mãe manifestava a sua agonia por o seu *amado filho* estar naquele destino incerto e dizia-lhe que sentia a sua falta<sup>27</sup>. Constatam-se, portanto, diferentes reacções dos progenitores, reveladoras de relações contrastantes que se podem ter traduzido no ensino do Príncipe. O rei D. João IV, com uma abordagem rígida à educação do filho devido às exigências inerentes à sua importância social, causadora de alguns atritos entre ambos. A mãe, D. Luísa de Gusmão, que se manifesta de um modo muito mais emocional, pesando maioritariamente na sua reacção um sentido puramente materno.

Após várias diligências diante do Rei para poder permanecer no Alentejo, o Príncipe D. Teodósio é nomeado, em 1652, Capitão-general do Reino *ficando todos os postos militares e consultas que tocavam à guerra subordinadas ao seu poder*<sup>28</sup>. Uma das suas primeiras ordens foi a de que não se fizessem entradas em Castela, nem se pudesse trazer gado, nem queimar aldeias, para que o esforço fosse concentrado nas fortificações das praças. Esta ordem gerou alguns inconvenientes, sobretudo no Alentejo, uma vez que muitos dos sucessos militares resultavam de acções nas fronteiras, com imensos saques de cavalos aos castelhanos, além de que as fortificações já eram suficientemente seguras. D. João da Costa, que governava o exército do Alentejo, envia uma carta de queixa ao Príncipe, que este satisfaz e revoga então a ordem.

A guerra era vista aos olhos do povo como inútil, servindo apenas para a *nobreza de corte melhor pressionar o rei a redistribuir honrarias e mercês no provimento dos postos de governo das armas*, e muitos defendiam que *as razias e o saque (...) também suscitavam retaliações do inimigo, com isso gerando a insegurança nos campos*. Contudo, a guerra ofensiva, fortemente apoiada por D. Teodósio, ganhava adeptos nas cortes de Lisboa, onde se defendia que a oposição do Rei tinha origem, não na falta de recursos, mas de um mau aconselhamento de nobres pouco instruídos *em assuntos da arte e estratégia militar*<sup>29</sup>. Assim sendo, o príncipe beneficiava mais uma vez da elevada educação que teve, que agora lhe permitia assumir a liderança das tropas do Reino, com todo o destaque e prestígio inerente.

Quando o príncipe Teodósio partiu de Lisboa e, antes de chegar à Venda do Duque, encontra-se com o General da Cavalaria com dez cavalos e a tropa de Diogo de Mendonça. Entre Estremoz e Elvas, aguardavam-no quinze tropas e, na Fonte dos Sapateiros, três terços de infantaria. André de Albuquerque entrega-lhe as chaves da cidade e D. João da Costa cumpre o ofício de alcaide-mor, em lugar

---

<sup>26</sup> Ericeira, p. 360.

<sup>27</sup> Costa; Cunha, p. 253.

<sup>28</sup> Ericeira, p. 375.

<sup>29</sup> Costa; Cunha, p. 249.

do Conde de S. Lourenço. A chegada a Elvas de Teodósio provoca felicidade e confiança nos soldados.

O Príncipe obteve sucesso militar durante esta jornada (*começaram a resplan-decer as virtudes do Príncipe e, mostrando a justiça guiada pelos caminhos da prudência, igualava o ardor de soldado ao primor político*<sup>30</sup>), porém, seguiu-se uma negociação através de cartas e diligências para que o Rei enviasse dinheiro para pagar aos soldados (o príncipe chegou a ir à tapada de Vila Viçosa para matar dois porcos monteses e enviá-los ao Rei, dado o dom do monarca para a caça). Uma vez que não conseguia vencer a vontade do Rei de o ter em Lisboa, D. Teodósio parte de Elvas para Lisboa nos últimos dias de Dezembro com tão eficaz deliberação de voltar brevemente a continuar o exercício da guerra<sup>31</sup>. O príncipe Teodósio regressava então a Lisboa, para já não voltar a Elvas, vindo a falecer a 15 de Maio de 1653.

### 3. Elogios fúnebres: análise da fonte para o estudo da problemática

O elogio fúnebre, por ser extenso e descritivo, revela-se uma fonte essencial no estudo das principais figuras do período moderno. As informações que se podem retirar das caracterizações presentes nos elogios, por enaltecem sempre as qualidades do falecido, nunca podem ser assumidas como absolutas, pelo que se torna sempre necessário recorrer a estudos historiográficos de modo a obter conclusões sólidas. Por outro lado, os elogios, funcionam como excelentes fontes para conhecer aspectos, importantes ou apenas elementares, relativos às vidas dos elogiados.

Foram estas as conclusões que retirámos assim que se deu início à análise dos elogios fúnebres ao Príncipe D. Teodósio. Foram eles: o elogio do Conde de Ericeira, presente no segundo volume sua obra *Portugal Restaurado*, entre as páginas 418 e 421; o *Threnos funeraes a morte do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio*, do Padre Manoel das Chagas; o elogio do Padre Jerónimo de São Paulo, *Exequias feitas a memoria do Serenissimo Principe, e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome: celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra: offerecidas a Serenissima, e Real magestade delRey Dom João o IV. nosso senhor, o muito Reverendo Padre Jeronymo de São Paulo, Conego secular da sagrada Ordem de S. João Evangelista, & Provedor do mesmo Hospital; e Sermão nas honras do Serenissimo Princepe de Portugal Dom Theodosio que fez o Reverendo Cabido da Santa Sè do Porto em 28. de Junho de 1653 / pregouo [sic], o Doutor Jeronimo Ribeyro de Carvalho, Conego Doutoral na mesma Sé, Lente de sagrada Theologia na Universidade de Coimbra*, publicado por Jerónimo Ribeiro de Carvalho. Tratam-se de quatro fontes muito importantes para o estudo da problemática a que nos propusemos abordar, a educação do Príncipe D. Teodósio, uma vez que nos revelam importantes elementos sobre a relação deste com o

---

<sup>30</sup> Ericeira, p. 361.

<sup>31</sup> Ericeira, p. 362.

## O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

ensino, os seus mestres e as matérias. Esta importância pode verificar-se pelas referências aos elogios que fizemos nos capítulos anteriores, onde abordámos a educação e a vida político-militar do Príncipe. Porém, à excepção do elogio do Conde de Ericeira, o carácter arcaico da grafia dos restantes elogios dificultou a nossa análise.

Para suportar o estudo das fontes, ainda recorremos ao artigo “Lágrimas por um príncipe”, de Anabela Bouça, onde é analisada a obra *Tvmvlvs Serenissimi Principis Lvsitaniae Theodosii: Ornatus virtutibus, oppletus Lachrymis; illius Immortalitati à D. Lvdoxico Sovsa Comitiss Mirandae Filio Vno Ex Intimis Avlae Erectvs*, s.d., do Cardeal Luís de Sousa (1630-1702), amigo íntimo do príncipe. Trata-se de *um grandioso monumento literário de dor e amor, ornado das quatro partes do mundo*<sup>32</sup>. Escrita em latim e impressa em Roma, sem data registada. A estrutura da obra em análise por Bouça (e semelhante à dos elogios que utilizámos como fonte, já referidos) é a seguinte: poemas longos; oração fúnebre em prosa; epigramas, nébias fúnebres ou elogios sepulcrais. A autora conclui a sua análise realçando a importância da obra em análise para o estudo da cultura portuguesa do séc. XVII, nas representações de um grupo social para os restantes, e afirma que se podem conhecer as linhas de pensamento correntes (neste caso, o desejo utópico de regressar a um tempo e espaço histórico) pelo *testemunho das ânsias imperiais, políticas, militares e socio-económicas*<sup>33</sup> depositados no Príncipe, assim como as características políticas, filosóficas e religiosas marcantes da sua personalidade.

Muitos dos elogios fúnebres por nós encontrados (com a particular excepção para o do Conde de Ericeira) partilham de uma linguagem erudita com recurso, em muitos casos, a alegorias e simbologias mitológicas, constituindo uma prova da existência de uma tradição de estilo, com cânones muito bem definidos, em torno destes sermões pronunciados em funerais e – sobretudo no caso de membros da casa real como o Príncipe Teodósio – em cerimónias eclesiásticas por todo o país, ou por vezes deixados apenas por escrito<sup>34</sup>. Bouça sugere que, através das alegorias que são feitas a continentes e rios, se pretende exaltar o carisma e os imensos atributos do Príncipe: *O mundo ficará, para sempre, incompleto. A Europa desespera, a África inveja a Europa por não estar ao pé do seu príncipe, a Ásia desfalece, a América geme, luto pela esperança da Cristandade na reconquista de Jerusalém, lamento da África subjugada pelos sarracenos e o Oriente abraça ainda mais o amor que lhe tem. Estas alegorias pretendem potenciar uma imagem de dimensão altamente simbólica e humanitária, típica do paradigma da época: Neste sentido, por ambas as dimensões (intencionalidade e formalização) o Tvmvlvs pode ser; de algum modo, e no âmbito em que se situa, lido como um lugar da memória, na aceção de memória não espontânea, antes construída*<sup>35</sup>. Também no *Threnos Funeraes* o padre Chagas escreve sobre a mágoa de Apolo (deus grego

<sup>32</sup> Anabela Bouça, “Lágrimas Por Um Príncipe”, *Via Spiritus* 2 (1995): 245-50, p. 245.

<sup>33</sup> Bouça, p. 250.

<sup>34</sup> Caso do elogio do Conde de Ericeira.

<sup>35</sup> Bouça, “Lágrimas Por Um Príncipe”, p. 249.

do Sol), menciona o lamento da lua cheia e outras divindades gregas (Marte, Euterpe, Thalia, e Vénus)<sup>36</sup>.

A fervorosa devoção do Príncipe ao Catolicismo é um traço de personalidade referido em todos os elogios. O Conde de Ericeira afirma que *Logo que teve juízo de razão, fundou o edifício da sua vida sobre a segura base do temor de Deus*<sup>37</sup>, o Padre Manoel das Chagas diz que apenas de *Santo lhe não chamará, que isso toca à Romana Santidade*<sup>38</sup>, o Reverendo Cabido adjectiva o Príncipe de *Catholico e muito santo*<sup>39</sup> e o Padre Jerónimo de São Paulo revela que D. Teodósio aos *cinco anos já se abraça em amores de Cristo crucificado*<sup>40</sup>. De facto, constata-se uma importante relação entre o poder terreno do Príncipe e o poder divino afirmada nos elogios.

Por fim, o considerável número de elogios fúnebres em homenagem a um príncipe que apenas viveu 19 anos, e o registo trágico destes, pode justificar-se pelas esperanças depositadas em D. Teodósio numa futura governação real feliz, capaz de restabelecer as relações intelectuais com as cortes europeias e consolidar a independência e o Império, esperanças essas que se traduziram na educação que lhe foi atribuída.

## Considerações finais

Em 1653 a doença pulmonar do Príncipe agravara-se. Este muda-se, por conselho dos médicos, para uma quinta em Palhavã, mas sem qualquer efeito, pelo que regressa a Lisboa. Nos últimos dias da sua vida, o Príncipe, tendo consciência da sua inevitável morte, torna-se extremamente devoto. Ordenou que nos conventos, freguesias e oratórios se deixasse de rezar pela sua vida, mas sim pela salvação da sua alma. Parece ter tido uma reacção optimista perante a morte, fruto dessa crença e confiança em Deus (*Notou-se que todas as vezes que o confessor lhe falava na morte se alegrava com excesso*<sup>41</sup>) que já manifestara na sua juventude. De acordo com Frei Rafael de Jesus, D. Teodósio terá afirmado na hora da sua morte, não querer exuberância e exageros nas suas cerimónias fúnebres, tendo feito, também, um último pedido para a construção de um Templo à rainha Santa Isabel. Os relatos da cerimónia parecem atestar que tanto um pedido como o outro foram ignorados. A sua despedida contou com a presença de representantes das mais distintas famílias da aristocracia portuguesa. Quanto ao rei D. João IV *cumpriu o rigor do ceremonial que não permitia lágrimas e gemidos como expressão de dor*<sup>42</sup>.

---

<sup>36</sup> Chagas, P. Manoel das, *Threnos Funeraes*, p. 2.

<sup>37</sup> Ericeira, p. 418.

<sup>38</sup> Transcrito de Chagas, P. Manoel, *Threnos Funeraes*, p. 4.

<sup>39</sup> Transcrito de Carvalho, Jerónimo, *Sermão nas Honras* (...), p. 2.

<sup>40</sup> Transcrito de São Paulo, Padre Jerónimo de, *Exequias feitas a memoria do serenissimo Principe* (...), p. 7.

<sup>41</sup> Ericeira, p. 417.

<sup>42</sup> Costa; Cunha, p. 254.

## O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso

As suas cerimónias fúnebres foram preparadas por Vieira da Silva, e obedeceram a todo um ritual que seria comum para todos os defuntos da família real. Eram fechadas as janelas do Paço (dos aposentos reais) e o caixão ficava em câmara até seguir, em liteira (esta em particular, forrada a tela, guarnecida de galão de ouro e cravação dourada), para Belém. Na cerimónia de D. Teodósio, *o caixão, colocado em um andor, foi depositado na capela-mor*, sendo também usado *o catafalco construído por ocasião da morte de D. Sebastião*. Também em Londres foram realizadas cerimónias em memória do príncipe, com um mausoléu erguido e exibindo as insígnias do defunto, e com as paredes da sala revestidas com vários temas alusivos à juventude do príncipe.<sup>43</sup>

Através do presente estudo foi possível compreender a evolução da educação ao longo dos séculos XV e XVI, bem como os movimentos que daí surgiram, inseridos numa conjuntura religioso-cultural profundamente complexa. Esta evolução reflectiu-se na educação de D. Teodósio, mesmo que fosse já no século XVII. É curioso verificar como áreas tão diferentes como as artes, as armas, a ciência, as letras, entre outras, possam ter suscitado o interesse do príncipe, que tanto se destacou em cada uma delas. O facto de a sua presença na guerra pela Restauração, bem como as suas posições diplomáticas, terem sido decisivas, embora efémeras, revela o quanto a sua educação rigorosa se manifestou nos seus dotes político-militares. Foi um período de vida muito curto, contudo não deixou de se destacar como um caso singular no que respeita ao estudo da história da educação em Portugal.

### Fontes

- Carvalho, Jerónimo Ribeiro de, *Sermão nas honras do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio que fez o Reverendo Cabido da Santa Sè do Porto em 28. de Junho de 1653 / pregou [sic], o Doutor Jeronimo Ribeyro de Carvalho, Conego Doutoral na mesma Sé, Lente de sagrada Theologia na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Officina de Thome Carvalho, 1653.
- Chagas, Manuel das, *Threnos funeraes a morte do Serenissimo Principe de Portugal Dom Theodosio*, Lisboa, Officina Craesbeekiana, 1653.
- São Paulo, Jerónimo de, *Exequias feitas a memoria do Serenissimo Principe, e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome: celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra: offerecidas a Serenissima, e Real magestade delRey Dom João o IV. nosso senhor; o muito Reverendo Padre Jeronymo de São Paulo, Conego secular da sagrada Ordem de S. João Evangelista, & Provedor do mesmo Hospital*, Officina de Manoel Dias, 1654.

### Bibliografia

- BOUÇA, Anabela. “Lágrimas Por Um Príncipe.” *Via Spiritus* 2 (1995): 245-50.
- COSTA, Leonor Freire; Cunha, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

---

<sup>43</sup> Costa; Cunha, pp. 254-255.



- ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado Vol. II*. Porto: Livraria Civilização Editora, n.d.
- ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha. *Compendio de Noticias de Villa Viçosa: Concelho Da Província Do Alentejo e Reino de Portugal*. Redondo: Typ. de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e Espiritualidade Na Península Ibérica 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- PESTANA, Manuel Inácio. “A Casa de Bragança: Um Sereníssimo Estado Dentro Do Estado.” *Revista de História* VIII (n.d.): 259-72.
- ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e Do Brasil, Vol. 1*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960.

# Uma genealogia da Casa de Bragança na Real Academia de la História, de Madrid. Transcrição e algumas anotações artísticas

---

Francisco Bilou

Na *Biblioteca da Real Academia de la História*, de Madrid, no fundo da Coleção de Salazar y Castro e inserto num volumoso códice, encontra-se um precioso manuscrito em linguagem portuguesa, hoje felizmente já disponível à consulta digital. Tido como de autor desconhecido e de data incerta, é, pela análise caligráfica, escrita claramente do século XVII e pelo estilo, elegante e com citações em latim, composição de um letrado cortesão português. Na verdade, pode ser alguém do círculo palatino da Casa Ducal e próximo do eborense D. Miguel de Castro (1536?-1625), Arcebispo de Lisboa (1586-1625) e vice-rei de Portugal sob domínio Filipino (1615-1617)<sup>1</sup>.

O facto de se tratar aparentemente de um “fragmento” como se explicita na entrada do documento, na verdade é uma peça íntegra, decerto um apontamento para uma redação final. E produzida no âmbito de uma oferta laudatória feita a sua *Excelência*, o Duque D. Teodósio II, o que significa que terá sido concluída, possivelmente, antes de 1625, com alguma verosimilhança logo após 1621 dada a referência “a sua Alteza que Deus tem”.

O conteúdo do manuscrito, escudado na ampla consulta notarial e no contraditório com outras fontes documentais credíveis, parece constituir um importante contributo para a história da Casa de Bragança desde a sua função até ao início do séc. XVII. Talvez valha um trabalho mais aprofundado além daquele que aqui se sumaria à luz da História de Arte, e que se sublinha:

– A referência à *traça e modelo* do Castelo de Porto de Mós se inspirar “no castelo de Magdala, de Maria e Marta sua irmã”;

– O *retrato* do Duque D. Afonso e o “tecto de obra Romana” dos paços de Guimarães, ambos desaparecidos;

---

<sup>1</sup> Sobre Dom Miguel de Castro, veja-se: OLIVAL, Fernanda – *Filipe II. De cognome “O Pio”*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013; GIEBELS, Daniel Norte – “A Inquisição e a Mitra de Lisboa: análise a partir do governo do arcebispo D. Miguel de Castro (1586-1625)”. *Lusitania Sacra*, N.º 23, 2011, pp. 121-150.

– O facto de se atribuir o Castelo Novo de Vila Viçosa, sem reserva (e sem surpresa, como já o escrevemos), à iniciativa dos Duques D. Jaime, que o iniciou, e D. Teodósio I, que o acabou<sup>2</sup>;

– A atribuição à iniciativa mecenática de D. Teodósio I da fundação do Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, dando-lhe rendas para o efeito, a ermida de São Cláudio, em Borba, e São Marcos no termo desta vila. Ainda em Vila Viçosa, “os Alpendres da igreja de Santo Agostinho” e o começo da obra da igreja de São Bartolomeu, “obra real”, que com a morte não foi por diante” tendo fama de que “queria passar pera esta igreja a de Ourém”; finalmente ao facto, já bem conhecido, de ter começado “uma universidade em Vila Viçosa, onde concorriam de Portugal e Castela”.

– A referência ao Duque D. João no esmerado “gosto e cuidado” (que) punha em mandar concertar oratórios, armas e altares, e rever-se em imagens.

*“Dom Afonso foi filho d’El Rey Dom João o primeiro, casou com Dona Brites pereira filha do Condestable Dom Nuno Alvrez pereira. Deulhe el Rey o condado de Barçellos de juro pera sempre. Ninhuma cousa notavel se sabe aqui, deste primeiro Duque, e Duqueza, que possa servir pera seus elogios.*

*Nascerão deles Dom Afonso, que foi em vida de seu pay, Marquez de Valença, e conde d’ourem. O titulo de Marquez lhe deu el Rey Dom Afonso o quinto, pera se achar em seu nome no concilio de Basilana (sic), quando levou sua filha Dona Lionor que casou com o Emperador Maximiliano. O titulo de conde d’ourem renunciou nelle o condestable seu auo.*

*Fundou a jgreja colegiada d’ourem da invocação de nossa Senhora da Misericordia, no anno de 1445 foi confirmada a criação desta jgreja pelo papa Eugenio, e deuesse á execução a Bulla de sua Santidade, sendo executor della o Bispo de çeita Dom Pedro, em Mayo de 1446.*

*Mandou fazer o castello de porto de mos. E Antonio correa da costa me dixeu que ouuira dizer ao pay de Antonio mouro, que o Marquez de Basilea se fora a veneza, e daly a jerusalem visitar os lugares santos e que de la trouxera a traça e modelo do castelo de Magdalo de Maria e Martha sua irmãa e que por elle fizera o castelo de porto de moz. Mandou mais fazer huns Paços na Aldea do Olival, outros na Aldea de seissa ambos huma legoa d’ourem. Os de seissa já estão arruinados, nos do Oliual ainda se mora, e sua Excelência os tem aforados a hum escudeiro.*

*Falleceo em Thomar a 25 dias d’Agosto no anno de 1460 e foi trazido seu corpo e sepultado numa capella da sai Jgreja colegiada d’ourem que agora he de nossa Senhora do rosario, na qual esteue sepultado ate que seu Jrmão Dom Fernando primeiro que succedeo a seu pay Dom Afonso (porque falleçeu o marquez em uida de seu pay) lhe começou hum tumulo numa capella que esta debaxo do Altar mor, à qual se entra por duas portas deçendo alguns degraos. Este tumulo mandou depois acabar el Rey Dom João o segundo. He fermosa sepultura. Sustentãona aos ombros seis escudeiros de marmore e o Marquez, deitado em sima da sepultura, com a cabeça sobre duas almofadas, muito gentil homem, com o cabelo copado, sem sinal de barba. A sepultura esta muito bem lançada de folhagem e com a sua*

---

<sup>2</sup> Sobre esta dupla atribuição mecenática veja-se o que defendemos em: BILOU, Francisco – *Património Artístico no Alentejo Central. Obras, Mestres e Mecenaz, 1516-1604*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 145-156.

*empresa, que são huns gindastes, que uão levantando humas letras ao alto, que dizem NEIS. E esta mesma empresa está em algumas pedras de Igreja, em frontais, calices e no pe de hum fermoso Relicario de prata d'ourado, com grandes reliquias que trouxe de Roma (fl. 19v) Teue hum filho, Dom pedro, que foi Bispo d'Euora. E veu a Ourem pera tresladar seu corpo da capella onde estaua sepultado à sua noua sepultura no anno de 1487 aos oito dias do mes de junho trouxe consigo o chanfre d'Euora, e Thesoureiro de Coimbra, e conego, e dous capelães d'el Rey, sendo priol da jgreja, João de Deus, o qual com as Dignidades e conegos solenizou a dita tresladação, à quinta feira, à vespora. E tirarã da sepultura o corpo do marques, e o troxerão diante do Altar mor, e o meterão em hum ataude que ahy estaua muito ornado, assi debaxo como de sima e das jlhargas. E 24 tochas ao redor, e mui solenemente com capas e outros cantarão hum Nocturno. E o dito Prior fez o officio e dixe a Missa ao outro dia, que erão 8 do dito mez e era sexta feira. E Gonçalo anes conego dixe o Evangelho e João anes, Prior da villa fermosa, dixe a Escritura. E depois de se cantarem alguns responsos, 24 escudeiros tomarão as tochas e o chanfre d'Euora e hum dos capelães d'El Rey e quatro nobres fidalgos leuarão o Ataude, e fizeram procissão polla jgreja, cantando todos in paradisum, etc. estando eu em ourem, achei esta lembrança no cartório e a tresladei.*

*Teue mais o Duque Dom Afonso de sua molher huma filha, a qual casou com o jnffante Dom João, meo irmão do dito Duque, e filho del Rey Dom João o primeiro, a quem o Condestable Largou por este respeito o titulo de Condestable e deste casamento nasceo D. Jsabel que casou com Dom João o 2.º de castella, etc. e os mais filhos que v. Excellencia bem deue saber.*

*[À margem]: Esta relação me deu António d'abreu que lhe deu Antonio mouro*

*Nas duuidas que ouve em tempo do infante Dom Pedro com a Rainha, molher que foi do jnffante Dom Duarte, sobre a tituria d'El Rey Dom Afonso o v seu sobrinho, que ficou de 4 annos, continuou com elle o Marquez de Valença. E com a Raynha e o Rey minino, o conde Dom Afonso vagou nesse tempo a çidade de Bragança, de que erão senhores os Pimenteis por se pensar que então a possuuya a el Rey de castella, em tempo que auia guerras com este Reyno. E o jnffante Dom Pedro em agradeçimento do serviço que o Marquez de Valença lhe fazia, lhe deu a dita çidade com titulo de Duque. E elle lhe pediu que fizesse esta merce a seu pay porque como elle era seu filho primogenito e herdeiro ahy lhe ficaria por sua morte, e assi fazia a ambos merce, o qual lhe conçedeo o jnffante, como governador que era em nome d'El Rey Dom Afonso o V, E por esta maneira ficou tendo o titulo de Duque de Bragança.*

*E polla mesma rasão do Marquez de Valença acompanhar o jnffante Dom Pedro, seu tyo, lhe fez depois merce de o fazer tão bem Duque de Guimaraes, que elle não quis aceitar, pedindo ao tyo que da mesma maneira o desse a seu pay, como dera Bragança. E assi o fez o infante. E assi fizeram estes dous Ducados (fl. 20) Encorporados nesta casa. E o Conde Dom Afonso gozou d'ambos os titulos em quanto uiueo; ate qui he relação de Antonio d'Abreu. Pedro de Mariz na sua uaria historia no cap. 7 del Rey Dom Afonso o v, fo. 166 p. 2 diz jnffante Dom Pedro em nome d'el Rey Dom Afonso o v fez a seu meo irmão Dom Afonso Conde de Barçellos primeiro Duque de Bragança<sup>3</sup>.*

<sup>3</sup> MARIZ, Pedro de – *Dialogos de Varia Historia* (...). Coimbra: oficina de Antonio de Mariz, 1594.

*Damião de Goes na cronica do principe Dom João diz que el Rey Dom Afonso o v pelo serviço que lhe fez Dom Fernando, primogenito de Fernando, primeiro Duque de Bragança, o fez Duque de Guimaraes e o foi em uida de seu pay.*

*Huma historia antiga escrita de mão, tirada da torre do tombo que eu tenho afirma que o Marquez de Valença, Conde d'ourem, não esteue nunca da parte do jnffante Dom Pedro, antes com o Duque seu pay foi inimigo declarado do jnffante.*

*O Duque Dom Afonso segundo a tradição dos velhos de Guimaraes (como me dixe Manuel da rocha) e de hum retrato que afirmão ser seu, esculpido no tecto da sua camara maior, que ficava ao norte dos seus paços, era grande de corpo, levantado de testa, descorado de rosto, olhos negros, e barba mui comprida, o dito retrato e tecto de obra Romana, a grandeza e insigne fabrica dos ditos passos consumio o tempo não deixando deles mais que as paredes que são inuenciueis.*

*O Duque Dom Afonso casou 2.º vez com D. Constança filha de Dom Afonso Conde de Gijon e Noronha, filho bastardo d'el Rey Dom Henrique, a quoa esta enterrada na capella maior de São Francisco de Guimaraes. E aly em uida e morte foi venerada por santa, e resplandeceu com milagres que estão prouados com testemunhas fidedignas. E no cartório de São Domingos de Santarem se achou disto, este anno hum instrumento que aqui se mandou a sua Excellencia. E no terreiro de seus paços nasce ainda oje huma rua a quoa chamão da Duqueza Santa com a qual curão de muitas enfermidades. Os frades lhe tirarão o tumulo de pedra na qual estava o vulto da jmage da dita senhora por desocupar a capella. E disto se auizou a sua A(teza) que Deus tem e a sua Excellencia e sobre o caso senão fez diligência. E por que se não perdesse a memoria desta santa, diz Manuel da rocha, que achandosse aly lhe mandou esculpir este disticho*

*Hie dueis Alphonse coniu Constantia, Regis  
Castella neptis mira perata jacet*

*Ao Duque Dom Afonso primeiro succedeo seu segundo filho Dom Fernando, primeiro deste nome que chamarão das pernas gordas, dizem que foi bom principe.*

*A Dom Fernando primeiro succedeo seu filho Fernando 2.º que casou com D. Isabel, filha do jnffante Dom Fernando, irmão d'El Rey Dom Manoel, e da Rainha D. Lianor, molher d'El Rey Dom João o 2.º Foi excellente príncipe.*

*Achou-se na tomada de Arzilla, com el Rey Dom Afonso o V e com o jnffante Dom João que depois foi el Rey Dom João 2.º.*

*(fl. 20v) A Dom Fernando 2.º Succedeo o Duque Dom James que casou com a Duqueza D. Lionor, filha do Duque de Medina sydonia. Este Duque tomou Azamor E se lhe renderão a cidade de Almedina, e Tite e outros lugares muitos, Reynando el Rey Dom Manoel.*

*Começou o castello de vila viçosa que depois acabou seu filho o Duque D. Theodosio primeiro.*

*Foi o Duque Dom James muito respeitado e temido e assi não duuido o que v. Excellecia se lembre do que lhe aconteceu com hum arcebispo de Braga com o cassador mor. E quando estando com el Rey Dom Manoel se fez na rua huma briga que elle aquietou so com aparecer e lançar hum cajado. E com hum fidalgo que numa rua os seus moços d'esporas apearão do caualllo e queixandose lhe o fidalgo deles, lhe respondeo eu sou enxurrada que leuo São barco e tudo.*

*E no cartório da jgreja d'ourem achei huma prouizão sua em que mandava com penas que nenhum secular estivesse nem se assentasse na capella mor.*

*A Dom james suçedeo Dom Theodosio primeiro deste nome, grande príncipe e que sustentou suas terras em grande justiça e paz. Teve grande inclinação e afeição das letras e aos homens letrados – E assi começou aqui huma uniuersidade em villa viçosa, onde concorriam de Portugal e castella.*

*Quis acompanhar o Emperador Carlos V juntamente com o jnfante Dom Luis seu cunhado. E jndo já a caminho teue carta d’el Rey Dom João o 3.º em que lhe mandou que não passasse adiante. E que uendo se lhe diria os respeitos por que assi o ordenaua, E assi ficou repartindo grande copia de seu thezouro que leuaua em peças de muita importancia com os fidalgos que foram naquela jornada, prouendoos de muitas armas que não forão de pouco efeito pera aquela empresa da cidade de Tunes.*

*Como el rey lhe não deu licença para se achar naquela jornada e a do Reyno, fez prestes hum nauio co grande preça e diligencia carregado de mantimentos e regalos pera os enfermos e de medicinas muito bem artilhado, e o nauio aportau a Barçellona, e desembarcou á uista da armada com grande salua. E sabendo o emperador o que era, dixeu grande homem he o Duque. No nauio mandou ao conde de Lemos, filho do Marquez que hya na armada, huma fermosa espada com cabos e goarnições d’ouro.*

*N’outra ocasião em tempo d’el Rey Dom Phelippe 2.º, mandou ao Duque de Saboya quatro excelentes ginetes na guerra de sanquintim, dos quaes uendo os el rey se contentou tanto de hum deles que o mandou meter na sua estrebaria, dizendo que ambos os Duques se contentarião disso.*

*Fez o Mosteiro das chagas desta villa, e lhe deu rendas, fez a ermida de São Claudio em Borba e São Marcos no termo desta villa. Os Alpendres da jgreja de Santo Agostinho. Começou a fundar (fl.21) a jgreja de São Bertholameu, obra real, que com sua morte não foi por diante e dizem que queria passar pera esta noua jgreja a de ourem.*

*Foi chamado da Rainha D. Catherina pera ir de sercar Mazagão e se fez prestes com muito gasto de sua fazenda e estado e estando ja em lisboa veu noua que o cerco era levantado.*

*Acabou o castello desta villa, provendoo de muitas armas etc.*

*Ao duque Dom Theodosio suçedeo o duque Dom João seu filho, o quoa logo na sua primeira idade todo o seu gosto e cuidado punha em mandar concertar oratórios, armas e altares, reuersse em imagens. Erão flores da uirtude da religião que com elle nasceo, brotando naquela infancia tenra, vio o mundo depois e recolheo os frutos com mais admiração e edificação de todos. Teue grande zello de acrescentar o culto diuino. Gastou com grande liberalidade de sua fazenda, enriquecendo a sua capella de riquissimos ornamentos e de muitos uasos sagrados de prata e ouro pera o serviço della.*

*Alcançou do papa Gregório 13. No anno de 1575 algumas terças e pensões de jgrejas de sua apresentação pera distribuições cotidianas do dayão, Thesoureiro, e grande numero de capellães dando de sua fazenda, alem das distribuições, a capellães e grande numero de cantores, partidos segundo o talento de cada hum.*

*Foi o príncipe tão santo que inuiolauelmente goardaua os jejuns da jgreja cada dia rezaua o offiço de nossa Senhora, e aos dias de festa rezou juntamente as horas maiores todas teue grande misericordia aos pobres charidade com os catiuos, grande zello da justiça e grande inteireza. Foi muito liberal. Teue grande temor de Deus. Nenhuma coisa mais agardeçia que dizerem-lhe claramente isso*

*he peccado. E para que diga em huma pallaura tanta posse tinha tomado de sua Alma o temor diuino que tenho por certo e digno de toda a fe que minhum peccado venial deixara a mor de Deus fazer ao Duque a conta do maior imperio da terra. Nem pollo septro faria o Duque hum comprimento sobejo se fosse peccado uenial. Nem duuidara disto quem conheço a sinceridade e uerdade de suas palavras que não soube fingir nem encarecer, nem dissimular ouuindolhe diser por vezes que não queria coroa destes Reynos se por ella auia huma uez de peccar uenialmente o spirito mais que real. Não quero dizer que fosse e uiuesse o Duque innoçente de culpas ueniais. Homem era como nos sogeito a fraquezas e misérias. Erraria e pecaria como homem mas por deliberação e pretendendoho assi seria cousa dificultosa ofender a Deus.*

*Casou o Duque Dom João com a Senhora D. Catherina, filha do jnfante Dom Duarte e da jffante Dona jsabel, etc.de seu estado mas de suas uirtudes o qual sendo de idade de dez anos e quatro meses passou em Africa na ocasião da jornada d'El Rey Dom Sebastião por o Duque Dom João seu pay a não poder fazer por sua indisposição na quoaal jornada foi acompanhado de muitos fidalgos e uassalos da casa de seu pay e que despenceo huma (fl.21v) grande parte de seus tesouros por que todos hyão por sua conta, assi os de cauallo como os de pe. Muitos dos seus fidalgos morrerão na batalha e poucos depois de feridos ficarão catiuos com elle que do tranze sahyo ferido na testa e permittio Deus que não fosse com muito perigo e assi se pode dizer delle o que Claudiano in Honorio diz do emperador Theodosio 2º Reptasts per senta puer:*

*Depois sucedendo uir a estes Reynos a armada jngreza acompanhanda do senhor Dom Duarte seu jrmao segundo com o maior poder que ajuntou de seus criados e uassalos segundo abreuidade do tempo requeria leuando com tudo muito jnfantaria consigo de muitos ginetes e se ficaua preparando as mais gente das terras de seu estado, a armada jngreza que linha tomar e saquear lisboa dentro em breues dias se fez ao mar e se foi dizendosse com aplauso comum que a sua boa uinda fora causa de se levantar aquelle cerco que tanto espanto tinha feito. E assi mo dixerão a mim Dom Miguel de Castro Arcebispo de Lisboa, Dom Fernão Martins Mascarenhas que naquele tempo era reitor da universidade de coimbra e todos os prelados das religiões que fiquei uizitando de parte de sua Excelencia que se partio de lisboa se fazer estas uizitas por çerta ocasião e me mandou a mi que as fizesse de sua parte.*

*Temendosse a 2.a uez que querião uir os jngrezes a destruir lisboa uindo em companhia de senhor Dom Antonio prior do crato tornou o Duque Dom Theodosio a levantar muitas bandeiras em seu estado de jnfantaria com huma grossa banda de caualllos com os quaes acompanhando do senhor Dom Phelipe seu irmão se meteo e, lisboa com toda sua gente não uiuerão os inimigos porém o bom animo E despeza, ficou da parte de sua Excelencia.*

*Casou o Duque Dom Theodosio o 2 com a Duqueza Dona Ana de Velasco, filha de Dom João uelasco condestable de castella de que que ouue três filhos e huma filha. O senhor Dom João Duque de Barcellos, o senhor Dom Duarte e o senhor Dom Alexandre, príncipes de tão rara habilidade e entendimento que se a infatia he pronóstico da uelhice e huma primavera que dá matéria de adeuinhar o que á de suceder no Agosto da uida uere nati uidentur ad suma rerum fastigia.*

*A sra Dona Catherina faleço minina.*



*A historia que tenho escrita de mão diz em tempo que o jffante Dom Pedro regia o Reyno se finou hum Dom Gonçalo senhor de Bragança e de castelo d'outeiro. E pedindo estas terras o Conde de Barçellos ao jffante regedor elle como mui nobre príncipe esqueçendosse dos seus próprios filhos, a que que a ley natural mais obriga mui liberalmente lhas conçedeo com titulo de Duque que com ellas lhe deu chamando-lhe noua, E primeiramente Duque de Bargança.*

*Os pimenteis se forão pera castella no tempo del rey Dom João o primeiro (fl. 22) e não forão senhores de Bargança, senão que o que se passou a castella era alcaide mor<sup>4</sup>.*

---

<sup>4</sup> Real Academia de la Historia-Biblioteca Digital, *Fragmentos de una genealogía de la Casa de Braganza*. [9/119, fº 19 a 22].





## Os Pires de Veiros – o prelúdio de uma dinastia

---

Beatriz van Zeller\*

D. Afonso, 1º duque de Bragança e 8º conde de Barcelos, era filho de D. João I, rei de Portugal e de Inês, uma mulher solteira.<sup>1</sup> Esta informação é-nos dada pela carta através da qual o rei legitimou o seu filho natural, que nascera quando ele era o mestre da Ordem de Avis.

D. João era ele próprio filho natural de rei e foi nomeado mestre da Ordem de Avis aos sete anos de idade, após a morte de D. Martim do Avelar, o mestre que o antecedeu. Sabemos pouco sobre a liderança de D. João na ordem de Avis, estando apenas certa a forma prudente com que governava, mantendo uma continuidade política em relação ao anterior mestrado.<sup>2</sup> A visita frequente às terras pertencentes ao seu mestrado fazia parte das suas obrigações. Terá sido numa dessas ocasiões, na localidade de Veiros, que D. João conheceu Inês e onde a sua relação se desenrolou. Dela nasceram dois filhos: D. Afonso e D. Beatriz.

A atual freguesia de Veiros é uma povoação antiga que já existia na época romana com o nome de Valerius.<sup>3</sup> Nela foram encontradas algumas inscrições romanas.<sup>4</sup> D. Afonso II de Portugal conquistou Veiros em 1217 e em 1258 já tinha termo próprio. Veiros dispunha então de uma igreja primitiva dedicada a Santa Maria Madalena. Reza a lenda que durante a conquista aos muçulmanos, um dos soldados

---

\* Mestre em História. Especialização em História Medieval. Centro de História da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Vide “Legitimação de dom afonso filho d el rey”. Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 187-187v, publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 3, (1391-1407), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 243.

<sup>2</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I – o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 21-22.

<sup>3</sup> Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, distrito de Évora: conselhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975, p. 250.

<sup>4</sup> Américo Costa, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico, etymologico*, Porto, Editora Civilização, p. 290, 1949.

dizia de modo encorajador que um cavaleiro cristão valia por mil mouros: mil eu/mileu. Esta lenda pode estar relacionada com a igreja de Nossa Senhora do Mileu.<sup>5</sup>

O território de Veiros foi então integrado na jurisdição da ordem militar de Avis, em 1308.<sup>6</sup> Nesse mesmo ano foi mandada construir a fortaleza que ainda hoje se encontra no alto da vila, pelo mestre da Ordem de Avis, D. Lourenço Afonso.<sup>7</sup> A construção contou com o consentimento do rei D. Dinis. Sem certezas, podemos considerar que no local do atual castelo existia um castro lusitano, aproveitado pelos romanos e ocupado pelos mouros.<sup>8</sup> A fortaleza original contava com uma torre de menagem que era das mais altas e fortes de Portugal, com uma cerca de muralhas apoiada em 7 torres e 4 portas de entrada.



Figura 1 – Vista Exterior do Castelo de Veiros – Fotografia da Autora.

Figura 2 – Única entrada atual do Castelo de Veiros – Fotografia da Autora.

Em 1510, D. Manuel I deu foral a Veiros, que era em tudo semelhante ao foral de Avis. Contava então com 361 fogos<sup>9</sup>.

Veiros representou durante séculos um local fulcral para os portugueses pela sua proximidade com Castela e ao longo do tempo foi sofrendo os males a que se predispunha uma praça de armas no século XIV. Também no século XVII, e tal como todo o Alentejo, Veiros foi especialmente assolada no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668). Foi repetidamente atacada e incendiada pelos castelhanos. Foi neste mesmo sentido que a grande torre de menagem do castelo foi destruída por Juan de Áustria, em 1662.<sup>10</sup>

Para além destes apontamentos, uma das questões mais mencionadas na bibliografia sobre Veiros é o facto de ter sido o local de nascimento de D. Afonso, primeiro duque de Bragança e filho de D. João I.

<sup>5</sup> Monsenhor José Filipe Mendeiros, *Património cultural – Estremoz (Portugal) / Arquitectura religiosa – Estremoz (Portugal)*, Estremoz, Camara Municipal de Estremoz, 2001, p. 165.

<sup>6</sup> Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 250.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

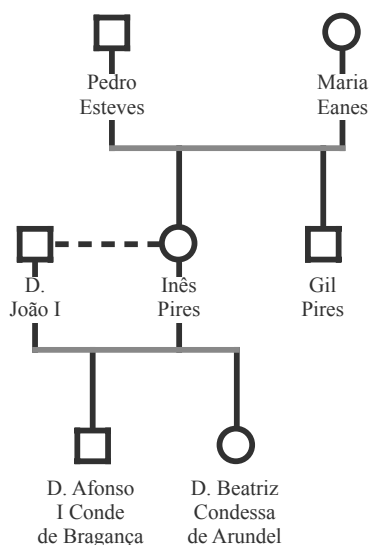
<sup>8</sup> Américo Costa, *op. cit.*

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>10</sup> Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 251.

Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes diz-nos que D. Inês, a mulher solteira sobre quem D. João escrevera na carta de legitimação do filho, era D. Inês Pires, natural de Veiros e que veio a ser Comendadeira no convento de Santos-o-Velho, em Lisboa.<sup>11</sup>

Mas quem era mesmo Inês? Quem era esta família de Veiros, que através de D. Afonso acabou por se tornar numa família ducal e depois real? Sabemos que Inês era filha de Pedro Esteves e de Maria Eanes. Sabemo-lo graças aos documentos régios que cedem casas em Lisboa a Pedro Esteves e a Maria Eanes, os pais da comendadeira de Santos, Inês Pires e que analisaremos mais adiante. Sabemos também que Inês tinha um irmão, Gil Peres. Na análise desta família incluímos também os filhos de Inês: Afonso e Beatriz.



Esquema 1 – Árvore Genealógica dos Pires de Veiros.

Foi do primeiro nome do pai que Inês recebeu o seu apelido – Pires ou Peres. Pedro Esteves, foi durante muito tempo associado ao Barbadão, um homem que ao ver a honra da sua filha, e logo a sua, serem levadas pelo jovem mestre da Ordem de Avis, deixou a sua barba crescer, para nunca mais a cortar, de forma a mostrar o seu desgosto.

Oliveira Martins, descreveu a dor do pai desonrado:

*Nas suas cavalarias alentejanas, à volta de alguma monteria aos lobos, ou aos castelhanos, perdeu-se pelos olhos negros da filha de Mendo da Guarda, em Veiros. Amou-a, seduziu-a, e trouxe-a para o convento de Santos em Lisboa. O velho Mendo, de raiva não cortou mais as barbas, de onde lhe puseram por alcunha o Barbadão.*<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol II, Barcelos, Livraria Civilização, 1990, pp. 319-320.

<sup>12</sup> Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, [s.l.], Editora Ulisseias, 1998, pp. 36-37.

Isabel Violante Pereira identificou o Mendo da Guarda de Oliveira Martins como um judeu fugido de Salamanca. Segundo esta teoria, Mendo instalou-se na Guarda, em Portugal [localidade que ficaria então associada ao seu nome], onde exercia a atividade de sapateiro ou outra atividade ligada aos curtumes. Mendo teria posteriormente mudado de nome para Pêro [Pedro] Esteves. A partir desta teoria a autora desenvolveu um raciocínio segundo o qual o local onde o Mestre de Avis conheceu Inês foi na Guarda e não em Veiros.<sup>13</sup> Foi então, tal como nos conta Oliveira Martins, que depois do seu desgosto deixou a barba crescer, ganhando a alcunha de o Barbadão.

O Barbadão de Veiros existiu, mas não era o pai de Inês Pires. Pelo seu testamento, temos acesso a alguns detalhes da sua vida e posses. Chamava-se João Afonso, e a sua mulher chamava-se Mafalda Inês e o filho de ambos tinha o mesmo nome do pai.<sup>14</sup> A campa do Barbadão encontra-se na Igreja da Senhora do Mileu em Veiros.<sup>15</sup> A esta campa está associada uma história que conta que D. Jaime 4º duque de Bragança, acompanhado pelo rei D. João III, esteve na Igreja da Senhora do Mileu.



Figura 3 – Igreja Nossa Senhora de Mileu – Fotografia da Autora.

Dentro da igreja, o duque terá apontado para uma campa rasa e dito ao rei:

*aqui está enterrado o mais honrado homem da nossa geração; porque depois que el Rey D. João teve trato com a sua filha, já mais a quis vir, nem fazer a barba.*<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Isabel Violante Pereira, *De Mendo da Guarda a D. Manuel I*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

<sup>14</sup> Vide Joseph Soares da Sylva, *Collecçam dos Documentos com que se authorizam as Memorias para a vida del rey D. João I*, tomo IV, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 120-128.

<sup>15</sup> J.T. Montalvão Machado, *Dom D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, pp. 44-46.

<sup>16</sup> J.T. Montalvão Machado, *Dom D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, pp. 44-46.

O duque de Bragança a quem foram atribuídos estes dizeres era descendente de D. Afonso, e em questão encontrar-se-ia a campa de um antepassado seu. No entanto, na obra *Dom Afonso primeiro duque de Bragança – sua vida e obra*,<sup>17</sup> J.T. Montalvão Machado mostrou como esta não poderia ser a campa do avô de D. Afonso através da leitura de uma inscrição existente na campa e na qual se lê:

*Aqui jaz Afoço Barbacho e sua molher Mafalda Ines faleceo na era de 1475.*

J.T. Montalvão Machado indicou a impossibilidade de o Barbadão ser o avô de D. Afonso porque D. Afonso morrera em 1461 com cerca de 90 anos. Se o seu avô tivesse morrido em 1475 isso significaria que o Barbadão teria cerca de 132 anos. Mesmo tendo em conta a diferença da Era e do Ano, é improvável que o avô de D. Afonso tivesse tal longevidade.<sup>18</sup>

Ainda hoje o mito do barbadão está bem vivo e é muito associado a D. Afonso. No entanto, se o homem que assinou o seu testamento como Barbadão e que está enterrado na igreja de Mileu [conseguimos ter esta certeza pelo nome da sua mulher: Mafalda Inês que é mencionada no testamento e que repousa na mesma campa] nunca falou nem de Afonso, Maria Eanes, de Inês e de Gil Pires. No testamento nenhuma destas pessoas foi contemplada e simultaneamente não existe qualquer referência às várias casas que sabemos que Pedro Esteves dispunha.

Em comum com Pedro Esteves, o Barbadão tinha apenas a terra.

Foi então em Veiros, segundo conta a tradição, que durante uma cerimónia religiosa D. João, na altura apenas o Mestre de Avis, se enamorou de Inês.<sup>19</sup> As únicas verdadeiras provas que temos deste relacionamento amoroso são os dois filhos que dele nasceram. A D. Afonso, que os historiadores sempre indicaram como sendo o mais velho, foram sendo atribuídas várias datas de nascimento entre os anos de 1370 e 1380. Dado que D. João I nasceu em 1357<sup>20</sup>, o mestre seria sempre bastante jovem quando se deu a sua relação com a mãe dos seus filhos mais velhos.<sup>21</sup>

A acreditar que exista algum fundo de verdade na fúria e desgosto do seu pai, Inês seria também ela jovem e donzela.

Dentro deste espaço de 10 anos marcado para o nascimento do seu filho mais velho, nasceu também Beatriz. A irmã de Afonso veio anos mais tarde a casar em Inglaterra, tornando-se na condessa de Arundel.<sup>22</sup> Frei Manuel dos Santos,

---

<sup>17</sup> J.T. Montalvão Machado, *Dom D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra*, Lisboa, Edição do Autor, 1964.

<sup>18</sup> J.T. Montalvão Machado, *Dom D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, pp. 44-46.

<sup>19</sup> Idem, *ibidem*, p. 44.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 49.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>22</sup> Manuela Santos Silva, *O Casamento de D. Beatriz (filha Natural de D. João I) com Thomas Fitzlan (Conde de Arundel) – Paradigma documental da negociação de uma aliança*. Problematizar a História, Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata, coordenação de Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, pp. 77-91.

Beatriz van Zeller

na *Monarquia Lusitana*, indicou que os dois irmãos nasceram no castelo de Veiros.<sup>23</sup>



Figura 4 – Casa Apontada por Montalvão Machado como casa dos Pais de Inês Pires no Largo dos Combatentes da Grande Guerra em Veiros. – Fotografia da Autora Santa Maria do Castelo.



Figura 5 – Vista da suposta casa dos pais de Inês Pires Vista desde o castelo de Veiros. Fotografia da Autora.

J.T. Montalvão Machado, na sua biografia de D. Afonso, acrescentou que no Largo dos Combatentes da Grande Guerra em Veiros existe uma casa onde segundo a tradição local viviam os pais de Inês Pires.<sup>24</sup>

O biógrafo acrescentou ainda que existe a possibilidade de ter sido nessa casa que nasceram os filhos de Inês e não no castelo, que se encontra apenas a poucos metros.

<sup>23</sup> Frei Manuel dos Santos, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. Lisboa, 1988, Parte Oitava, liv. XXIII, cap. II, p. 429.

<sup>24</sup> J.T. Montalvão Machado, *op. cit.*, p. 52.

Em relação à infância de D. Beatriz e de D. Afonso dispomos de pouco mais do que palpites. Numa primeira infância D. Afonso terá ficado em Veiros com a mãe e com a irmã. No início da idade adulta foi enviado pelo pai para Leiria, ao cuidado de Gomes Martins de Lemos.<sup>25</sup>

Encontramo-nos então na década de 80 do século XIV, em plena crise nacional. A infância dos filhos coincidiu com a prisão de D. João em Lisboa, com a morte do rei seu irmão, com a ameaça castelhana e com a batalha de Aljubarrota.<sup>26</sup> A pouca informação de que dispomos a propósito dos primeiros anos de vida dos filhos de Veiros foi justificada com uma procura pela clandestinidade por parte de D. João, de forma a manter Afonso, Beatriz e Inês em segurança. No entanto, é tão ou mais provável que em vez de clandestinidade para proteger os filhos, fosse o caso de que até ao fim da guerra da independência os filhos do mestre de uma ordem religiosa não fossem dignos de nota.<sup>27</sup>



Figura 6 – Vista do Castelo de Veiros, onde o 1.º Duque de Bragança terá passado a sua infância.  
– Fotografia da Autora.

Apesar de D. Afonso e D. Beatriz terem nascido fora do casamento, não nasceram enquanto o pai estava casado com outra mulher que não a sua mãe. Nestas condições, os filhos mais velhos de D. João I são seus filhos naturais ou ilegítimos e não bastardos como muitas vezes são referidos na historiografia portuguesa.

Ultrapassada a crise, depois de ter sido aclamado rei, D. João, agora D. João I de Portugal deu os filhos a conhecer<sup>28</sup> mas a sua vida havia sido alterada para sempre. Em 1387 casou com D. Filipa de Lencastre, o que não impediu que Afonso e Beatriz fossem trazidos para junto da corte.<sup>29</sup> Nos primeiros anos de reinado,

---

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>26</sup> Alexandra Barradas, *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, p. 55.

<sup>27</sup> Beatriz van Zeller, *Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, filho de D. João I*. Dissertação de Mestrado em História, com especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

<sup>28</sup> Alexandra Barradas, *op. cit.*, p. 54-56.

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*.



D. Afonso continuou em Leiria a receber educação religiosa, letrada e de armas.<sup>30</sup> Em 1401 o pai legitimou-o, afirmando que:

*O conde dom afonso meu filho foe gerado de mjm.*<sup>31</sup>

A justificação para a legitimação foi também dada logo no início da carta, indicando ser porque à época D. João era mestre de Avis e professo na ordem de Cister. Por este motivo, D. Afonso não pôde receber as dignidades, as honras e os privilégios próprios dos fidalgos, assim como muitas outras coisas que seriam devidas e que filhos nascidos noutras circunstâncias poderiam usufruir. O rei procurava agora cumprir este direito que julgava ser do filho. Entre eles deveriam incluir-se: o direito a receber doações, o direito de agir se algo fosse feito em seu prejuízo, suceder em feudos, em morgados e noutras heranças. Como qualquer outro filho legítimo, D. Afonso poderia agora ter nobreza, fidalguia e honras. O rei acrescentou que esta legitimação não poderia prejudicar os filhos legítimos que já tinha ou que viesse a ter, com Filipa de Lencastre ou com outra mulher.<sup>32</sup>

A carta data de 1401, mas nessa altura D. Afonso já tinha um papel ativo na corte e na defesa do reino há anos.<sup>33</sup> A legitimação teve lugar para que D. Afonso pudesse casar com D. Beatriz de Alvim, filha do condestável D. Nuno Álvares Pereira.<sup>34</sup> Este casamento é de uma importância extrema, por simbolizar a união da linhagem de D. João I, ainda que ilegítima, com a linhagem do condestável. Com o seu casamento, Afonso recebeu várias terras no Norte de Portugal por parte do sogro, incluindo o condado de Barcelos, o que o tornou no conde de Barcelos. D. Afonso, nascido em Veiros, filho de mulher solteira e do mestre de uma ordem militar tornara-se assim num conde. Importa ainda mencionar que então, num Portugal que ainda estava no rescaldo de crise nacional, a nobreza havia sido praticamente abolida e todos os títulos nobiliárquicos divididos entre o rei e o condestável. E agora também com D. Afonso.

Como já vimos, em 1405 Beatriz, irmã de Afonso, casou em Arundel e até casar terá ficado a viver com a mãe.<sup>35</sup> Sabemos, no entanto, que mãe e filha saíram de Veiros e foram viver para Lisboa. Foi com essa mudança que a mãe, Inês, ingressou

---

<sup>30</sup> J.T. Montalvão Machado, *op. cit.*, p. 71.

<sup>31</sup> Vide “Legitimação de dom afonso filho d el rey”. Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 187-187v, publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 3, (1391-1407), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 243.

<sup>32</sup> Vide “Legitimação de dom afonso filho d el rey”. Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 187-187v, publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 3, (1391-1407), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 243.

<sup>33</sup> Beatriz van Zeller, *Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, filho de D. João I*. Dissertação de Mestrado em História, com especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018, p. 24.

<sup>34</sup> Idem, “D. Beatriz de Alvim e D. Constança de Noronha – Mulheres de D. Afonso, filho natural do rei”. *Casamentos da Família Real Portuguesa: êxitos e fracassos* coordenação de Ana Maria Rodrigues, Manuela Santos Silva e Ana Leal de Faria, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018.

<sup>35</sup> J.T. Montalvão Machado, *op. cit.*, p. 83.

no Convento de Santos o Velho, tendo sido conhecida desse momento em diante como comendadeira do convento e mulher de virtudes.<sup>36</sup>

Não podemos precisar a data em que Inês foi para Lisboa nem quando profesou no convento de Santos o Velho. Terá sido, no entanto, entre 1387 e 1392. Em 1387 celebrou-se o casamento de D. João I e 1392 é a data do primeiro documento que refere Inês como comendadeira de Santos.<sup>37</sup>

Pela bibliografia referente ao convento de Santos o Velho em Lisboa,<sup>38</sup> sabemos que desde o momento em que Inês entrou para o convento, a jovem de Veiros agiu com honestidade e virtude, motivo pelo qual se tornou comendadeira. Enquanto o foi, seguiu todas as leis e estatutos que lhe competiam da melhor forma. Tratava todos com quem se cruzava de forma virtuosa e por todos era respeitada. Ao escrever sobre a comendadeira, o Frei Agostinho de Santa Maria mostrou como a única falta que Inês havia cometido na vida havia sido o nascimento dos filhos fora do matrimônio.<sup>39</sup> Tal como aconteceu com os seus filhos, Inês não foi esquecida pela família real. Agostinho de Santa Maria indicou que o infante herdeiro, D. Duarte, doou os Paços do Limoeiro ao Convento pela grande estima que tinha por Inês Pires. Esta doação foi datada, segundo o Frei de Santa Maria, de 1425, tendo então D. Duarte apenas 13 anos. No texto foi também feita referência a uma carta de D. Filipa de Lencastre a oferecer proteção real ao convento.<sup>40</sup>

Inês terá mantido por toda a vida uma relação com o filho. Em 1425, a comendadeira fez o emprazamento de umas propriedades junto a Alcântara, em Lisboa. As testemunhas do emprazamento foram dois criados de D. Afonso, o que mostra a proximidade entre mãe e filho.

O autor da *História Tripartita* referiu que a comendadeira de Santos faleceu na Quinta do Andaluz, que pertencia a D. Afonso. A morte de Inês terá sido entre 1404 e 1434.<sup>41</sup>

Inês e os filhos não foram viver sozinhos para Lisboa. Pedro Esteves e Maria Eanes, pais de Inês deixaram Veiros e também foram viver para Lisboa. Foi o próprio rei quem lhes garantiu casa.

A 27 de dezembro de 1392, Pedro Esteves entregou ao tabelião do rei uma carta de D. João I, escrita em pergaminho, aberta e selada, que havia sido escrita 5 dias antes. Nela o rei mandava saber que:

---

<sup>36</sup> Fernão Lopes, *op. cit.*

<sup>37</sup> O ano de 1387, por ser o casamento de D. João, *Vide* Maria Helena da Cruz Coelho, *op. cit.*, p. 155. E o ano 1392, por ser a data do primeiro documento que a refere como comendadeira de santos, *Vide* Joseph Soares da Sylva, *Collecçam dos Documentos com que se authorizam as Memorias para a vida del rey D. João I*, tomo IV, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 84.

<sup>38</sup> Frei Agostinho de Santa Maria, “Tratado Terceyro da Fundação do Real Convento dos Santos Martyres”. *História Tripartita Compreendida em Tres Tratados*, Lisboa, Officina Antonio Pedrozo Galram, 1724, pp. 418-420.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> Este é o intervalo de anos entre o último documento em que D. Inês é mencionada enquanto comendadeira, e o primeiro documento que mencionada a comendadeira no passado, tendo já falecido. *Vide* Joseph Soares da Sylva, *op. cit.*, pp. 84-107.

*querendo fazer graça e merçe a Pero estes, e a Maria Annes, Padre e Madres de Donna Ighes Comenda-deira de Santos, nossa criada; Hauemos por bem, e mandamos, que eles tenhaõ e hayaõ, de nós em dias de suas vidas, em quando nossa merçe for; huma [...] Câzas sobradas que foraom Almazem, que saõ na Pedreira [...]*<sup>42</sup>

A 9 de julho de 1395, o pai de Inês, Pedro Esteves apresentou em Lisboa, uma procuração passada em Veiros, pela qual tornava a sua mulher, Maria Eanes sua procuradora. Com a procuração de Pedro Esteves, Maria recebeu de foro umas casas na cidade de Lisboa, situadas no Beco do Almirante, que haviam anteriormente servido de armazém<sup>43</sup>.

Em 1404, Pedro Esteves voltou a dirigir-se ao rei, a pedir por mercê mais casas públicas, que se encontravam vazias na Pedreira. Este pedido foi concedido pelo rei em três vidas e com as mesmas condições que as casas no beco do Almirante.<sup>44</sup> Não foram só os pais de Inês a deixar o Alentejo, também o irmão, Gil Peres em 1411 comprou pardieiros em Coina:

*Em nome de Deos amem, Saibam quantos esta carta de venda virem, como eu Aluáro Vasques, e eu, Guimár Lourenço sua mulher moradores em Couana, vendemos e outrogamos, de digo, e otrogamos por uenda, deste dia pera todo sempre, a Gil Pes Irmão de Donna Eghes Comendadeira de Santos, toda a nossa direita parte, e quinhaõ que nós hauemos em hums Pardieiros*<sup>45</sup>

Ao contrário do que viria a acontecer com a irmã e com os avós, D. Afonso manteve um contacto de proximidade com o tio. Teria aliás extrema confiança nele, como podemos ver através de um documento de 1412, no qual Gil Peres figura como procurador de D. Afonso:

*Saibam todos que eu o Conde Dom Afonso Filho de ElRey, faço por meu Procurador Gil Pes meu Thio, o portador desta desta, procuração, ao qual eu dou, e otorgo, todo o meu cumprido poder, que por mim, e em meu nome possa pedir, e demandar, e receber e resçeba todollos Páços, e câzas, e Pardieiros e Attafona, que eu hey na Cidadê de Lixboa.*<sup>46</sup>

Assim podemos ver a forma como a família materna se manteve sempre de alguma forma ligada a Afonso. Afonso, que por seu turno se encontrava fixado em Chaves, onde teve três filhos: D. Isabel, D. Afonso e D. Fernando. Apesar da distância, o conde de Barcelos esteve sempre presente nos momentos mais importantes da corte e da governação do reino enquanto o seu pai foi vivo. Em 1415, D. Afonso esteve junto dos seus meios-irmãos em Odivelas, aquando da morte da Rainha, D. Filipa de Lencastre. Depois da morte da rainha, num momento de impasse em Portugal, com o rei perdido no luto, D. Afonso terá desempenhado um

<sup>42</sup> Vide Joseph Soares da Sylva, *op.cit.*, pp. 86-90.

<sup>43</sup> Vide Joseph Soares da Sylva, *op. cit.*, pp. 90-94.

<sup>44</sup> Vide Joseph Soares da Sylva, *op. cit.*, p. 94.

<sup>45</sup> Vide Idem, *ibidem*, p. 100.

<sup>46</sup> Vide, Idem, *ibidem*, p. 104.

papel fundamental de apoio a D. João I. Sabemos que foi na barca de D. Afonso que D. João regressou a Lisboa para anunciar que ia prosseguir com a ida para Ceuta, vindo de Allhos Vedros, onde se havia recolhido depois da morte da rainha. D. Afonso, esteve com o pai, irmãos e com o seu sogro na conquista de Ceuta, tendo inclusivamente estado envolvido neste empreendimento desde muito cedo. Esta proximidade que está mais do que documentada pode ser justificada com a proximidade de idade entre D. João I e D. Afonso. A vida de D. Afonso na corte sofreu um grande revés com a morte do rei e outro revés ainda maior com a morte do seu meio-irmão, D. Duarte, que havia herdado o trono do pai. Impôs-se a questão da regência, dado que o herdeiro ao trono era então menor de idade. D. Duarte havia deixado em testamento que a regência deveria ficar a cargo da rainha, D. Leonor de Aragão. O infante D. Pedro discordava e exigia a regência para si próprio. D. Afonso tomou o lado da rainha, antagonizou-se com o irmão, que se tornou, apesar das contestações, no regente de Portugal. Apesar das suas diferenças, foi o próprio Infante D. Pedro que cedeu, em 1442 o ducado de Bragança a D. Afonso. Foi então que D. Afonso se tornou no 1º duque de Bragança.

Isabel, filha de D. Afonso, casou com o seu tio, o infante D. João. D. Fernando herdou o título do pai depois da morte do irmão mais velho. A casa de Bragança, através desta linhagem, chegou ao trono português após a guerra da restauração, com D. João IV, duque de Bragança.

Ainda que pouco verosímil, a história de D. Jaime e D. João III na igreja de Nossa Senhora de Mileu, ela mostra a importância que sempre se deu, dentro da casa de Bragança e dentro da casa real, às origens alentejanas da família. O mito que se criou à volta do Barbadão é igualmente sintomático do papel da família materna. Ainda que em algumas histórias de Portugal e Crónicas da nossa história, D. Afonso seja referido negativamente como bastardo e a sua mãe seja mencionada como alguém que pecou, existe sempre como que uma salvação do nome de Inês, salva pelas suas próprias virtudes, ou pelas do filho. Por exemplo:

O conde de Barcelos era mais velho que nenhum deles. O qual, posto que falecesse na nobreza da geração quanto à parte da madre, fizera-o Deus tão virtuoso e de tamanha grandeza de coração que em todas as cousas de honra escondia a baixeza do sangue da madre.<sup>47</sup>

D. João I foi aliás, o primeiro a exonerar a culpa de Inês, quando na carta de legitimação de D. Afonso põe todo o ónus da culpa em si mesmo, indicando que D. Inês era solteira ao tempo no nascimento do filho.<sup>48</sup> *A própria raiva do dito barbadão para com D. João I vai no mesmo sentido: como se a honra do pai, que era tão forte, compensasse a falta de honra da filha.* Tal como vemos pelos repetidos pedidos de casas ao rei.

---

<sup>47</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta.*, cap. VIII, Mem Martins, Publicações Europa América, 1992, p. 57.

<sup>48</sup> Vide “Legitimação de dom afonso filho d el rey”. Lisboa, DGA/TT, *Chancelaria de D. João I*, Livro II, fls. 187-187v, publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 3, (1391-1407), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 243.

## Beatriz van Zeller

Esta foi uma família que nunca se separou. O único membro dos Pires de Veiros que acabou por ficar longe do restante núcleo foi D. Beatriz, ao ir para Inglaterra. No entanto, o irmão acompanhou-a e esteve presente no seu casamento, partindo depois para uma viagem para a Terra Santa. Pedro Esteves lutou bastante pelo que acreditava ser seu, e que o rei, pai dos seus netos, lhe devia garantir. Inês expiou as suas culpas, devidas ou indevidas, no convento onde ficou para sempre lembrada como uma das melhores e mais virtuosas comendadeiras a passar por lá. Gil esteve presente na vida de D. Afonso, representando um papel político de bastante importância e relevância.

Entre os descendentes dos Pires de Veiros, encontramos D. Manuel I, Isabel a Católica e D. João IV, que recuperou a independência para os portugueses em 1640. A dinastia de Bragança iria manter-se no trono português até ao final da monarquia em 1910. Em plena crise nacional, no século XIV, nasceu em Veiros o prelúdio da Dinastia de Bragança.

## Bibliografia

### Fontes Impressas

- FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol II, Barcelos, Livraria Civilização, 1990.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de, “Tratado Terceyro da Fundação do Real Convento dos Santos Martyres. *História Tripartita Compreendida em Tres Tratados*, Lisboa, Officina Antonio Pedrozo Galram, 1724. Disponível em [https://www.europeana.eu/portal/pt/record/2022706/lod\\_oai\\_galician\\_bibliotecadegalicia\\_xunta\\_es\\_9479\\_ent1.html](https://www.europeana.eu/portal/pt/record/2022706/lod_oai_galician_bibliotecadegalicia_xunta_es_9479_ent1.html)
- SANTOS, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana*. Publicado com a edição fac-similada de 1727, vol. VIII – Parte Oitava, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., 1988.
- SYLVA, Joseph Soares da, *Collecçam dos Documentos com que se authorizam as Memorias para a vida del rey D. João I*, tomo IV, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, Lisboa, Academia Real, 1744.
- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1992.

### Estudos

- BARRADAS, Alexandra, *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.
- Casamentos da Família Real Portuguesa – Êxitos e fracassos*, volume III, Coordenação de RODRIGUES, Ana Maria S.A. SILVA, Manuela Santos, FARIA, Ana Leal de, Círculo de Leitores, 2018.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I – o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

## Os Pires de Veiros – o prelúdio de uma dinastia

- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, distrito de Évora: concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, vol I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975.
- MACHADO, J.T. Montalvão, *Dom D. Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra*, Lisboa, Edição do Autor, 1964.
- MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, [s.l.], Editora Ulisseias, 1998.
- Mendeiros, José Filipe, Monsenhor, *Património cultural – Estremoz (Portugal) / Arquitectura religiosa – Estremoz (Portugal)*, Estremoz, Camara Municipal de Estremoz, 2001.
- PEREIRA, Isabel Violante, *De Mendo da Guarda a D. Manuel I*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- SILVA, Manuela Santos, “O Casamento de D. Beatriz (filha Natural de D. João I) com Thomas Fitzlan (Conde de Arundel) – Paradigma documental da negociação de uma aliança”. *Problematizar a História, Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, coordenação de Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga, Lisboa, Caleidoscópio, 2007, pp. 77-91.
- VAN ZELLER, Beatriz, *Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, filho de D. João I*. Dissertação de Mestrado em História, com especialização em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.



# A Imaculada Conceição e a legitimidade Portuguesa

---

Annabela Rita<sup>1</sup>

## Antes da Imaculada Conceição

Tudo começa... pelo princípio. A velha historiografia mítica desenha as genealogias e a história a partir do modelo que a religião lhe oferece: a Bíblia, o Livro dos Livros. *Da monarquia Lusitana*, dos frades crúzios, à *História de Portugal*, de Fernão de Oliveira, eis que a miraculosidade se escreve também no feminino. E a arte ocupa-se da genealogia dos reis<sup>2</sup>. A fé desenha itinerários de reconfigurações desde o politeísmo telúrico até às mais modernas espiritualidades<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Membro do Conselho Científico do IPPEM. (CLEPUL-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

<sup>2</sup> NOTA: este artigo será depois desenvolvido em versão mais alargada para integrar uma obra minha em preparação avançada com o título: *SFUMATO. Figurações in hoc signo* (Lisboa, Edições Esgotadas, 2019).

Cf. “Genealogia dos reis”, “Genealogia iluminada do infante D. Fernando”, “Árvore genealógica dos reis de Portugal”, “Genealogia por António de Holanda”, “Iluminuras de Simão de Bening”, etc., designações por que foi sendo conhecida a obra pela qual António de Holanda reclama o pagamento em 1534, resultado da colaboração entre António de Holanda, pai de Francisco de Holanda e Simon Bening. Damião de Góis referiu-a como encomenda do infante D. Fernando, filho de D. Manuel I, que desejava uma árvore genealógica desde o tempo de Noé até ao reinado de seu pai, projecto inconcluso, representando apenas a união das Casas Reais portuguesa e espanhola, na pessoa do infante D. Fernando, antepassado de D. Manuel e igualmente descendente do conde D. Henrique e de seu pai, o rei Santo Estêvão da Hungria (<https://twiggietruth.wordpress.com/2015/07/16/the-portuguese-royal-genealogy-genealogia-dos-reis-de-portugal-illustrations-by-antonio-de-holanda-1530-34/>; consultável na British Library).

Cf. Catálogo das genealogias manuscritas (Torre do Tombo, 2016) ([http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2016/12/Catalogo-L-733-PT-TT-GMS-v1\\_2016.pdf](http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2016/12/Catalogo-L-733-PT-TT-GMS-v1_2016.pdf); <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2022%20-%20artigo%207.pdf>).

<sup>3</sup> P. ex., sobre o itinerário do cultos das Virgens Negras à Nossa Senhora da Conceição, cf. breve síntese de António Maria Romeiro Carvalho. “Virgem Negra, Maria Madalena e Nossa Senhora da Conceição”, *AÇAFA On Line*, n.º 4 (2011), Associação de Estudos do Alto Tejo, 2011.



Em 919, o conde Hermenegildo Mendes e sua mulher fundam a igreja de Guimarães (hoje, da *Oliveira*) que o conde D. Henrique, devoto de Sta. Maria, elevou a capela real<sup>4</sup>. D. Teresa, por sua vez, manifestou devoção pela imagem de Nossa Senhora da Sé de Braga, aí substituindo o antigo culto de Isis<sup>5</sup>. E, em 1112, ambos doaram o couto de Braga “à gloriosíssima Mãe de Deus, a sempre Virgem Maria”, em cuja honra estava fundada a igreja, metrópole das outras dioceses da Galécia, estratégia continuada por D. Afonso Henriques, que, a 27 de Maio de 1128, ampliou a “*Sancte Marie Bracarensi*”<sup>6</sup>, dotando-a de muitos privilégios, incluindo o de cunhar moeda<sup>7</sup>. Tratava-se de privilegiar e opor Braga, a antiga capital dos Suevos e a única e verdadeira metrópole da Galécia, quer a Toledo, antiga capital política e religiosa dos Visigodos e moderna primaz da Espanha, quer a Compostela, santuário nacional<sup>8</sup>.

Frei António Brandão, continuando a obra (tomo II, 1584), no livro X, conta o milagre de Ourique (noite de 24 de Julho de 1139), com a visão de Cristo como anunciada por um velho ermitão, mas também da ermida (“a ermida daquele servo de Deus, que veio falar a El-rei a noite antes da batalha, do qual nos não ficou outra memória, nem ainda notícia de seu nome”<sup>9</sup>)<sup>10</sup> que ficou no lugar a assinalar a “celebradíssima vitória que chamamos do Campo de Ourique, famosa entre as que venera a antiguidade, pela desigualdade do número da gente, pertinácia dos mouros, e duração de tempo”<sup>11</sup>. Será, segundo ele, “esta igreja venerada pelos moradores da terra” que D. Sebastião, viu “mui desfeita, sem outro algum sinal de vitória tão sinalada”<sup>12</sup>.

---

<sup>4</sup> Alberto Pimentel. *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libanio, s.d., pp. 2-3.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>6</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 22.

<sup>7</sup> Cf. *ibidem*, p. 23. Cf. Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 16.

<sup>8</sup> Significativa disso é a declaração expressa na carta de couto: “Assim como meu avô, el-rei D. Afonso, auxiliou a construir a igreja de Santiago, do mesmo modo dou eu e concedo a Santa Maria de Braga o direito de cunhar moeda para construir a sua igreja” (José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 23).

<sup>9</sup> António Brandão (1584-1637) *Monarchia Lusitana* [1584], Tomo II, Livro X, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1806; cap. III.

<sup>10</sup> O alegado original do Juramento já aparecera impresso em latim (seu suposto original) e traduzido para o vernáculo na segunda edição dos *Diálogos de vária história* (1594), de Pedro de Mariz, em apêndice ao diálogo sobre o primeiro rei de Portugal ([http://purl.pt/22932/4/res-54-p\\_PDF/res-54-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-54-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22932/4/res-54-p_PDF/res-54-p_PDF_24-C-R0150/res-54-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)).

<sup>11</sup> António Brandão (1584-1637) *Monarchia Lusitana* [1584], Tomo II, Livro X, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1806; Cap. I.

<sup>12</sup> António Brandão (1584-1637) *Monarchia Lusitana* [1584], Tomo II, Livro X, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1806; António Brandão (1584-1637) *Monarchia Lusitana* [1584], Tomo II, Livro X, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1806; Cap. III.

Deixando de lado as muitas manifestações de fé mariana que autores diversos relatam, cumpre lembrar a do milagre da cura de D. Afonso Henriques ainda criança e entregue a Egas Moniz, a quem a Virgem Maria apareceu em sonhos, recomendando-lhe que fosse a um certo lugar e

*cava em aquele lugar e acharás uma Igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e uma imagem minha [...], e como isto for feito farás hi vigília, e porás o menino sobre o altar e sabe que será são e curado... e fá-lo bem guardar que meu filho quer por ele destruir os inimigos da fé.<sup>13</sup>*

E tudo se passou como previsto, tendo, depois, Egas Moniz construído ali uma igreja em honra da Nossa Senhora, que D. Afonso Henriques muito beneficiou e dotou de rendas, igreja a que se juntou, mais tarde, o Mosteiro de Cárquere, junto a Lamego.

Mais ainda, segundo frei António Brandão, em 28/4/1142, o fundador ter-se-ia colocado a si, ao reino e ao povo sob a protecção de Sta. Maria de Claraval, prometendo o pagamento do feudo de vassalagem correspondente:

*desejando agora de ter também por advogada diante de Deus a bem-aventurada Virgem, de consentimento de meus vassallos, os quais por seu esforço sem ajuda nem socorro estranho me colocaram no trono real, ordeno que eu, meu reino, minha gente, meus sucessores fiquemos debaixo da tutela e protecção, defensão e amparo da bem-aventurada Virgem Maria de Claraval: e mando a todos e cada um de meus sucessores que legitimamente entrarem na sucessão deste reino, que dêem todos os anos à Igreja de Santa Maria de Claraval, que é da Ordem de Cistercita no reino de França no bispado de Longrès, em modo de feudo, e vassalagem cinquenta maravedis de ouro bom, e digno de se receber.<sup>14</sup>*

Mais do que a simples vassalagem espiritual a Sta. Maria de Claraval, é também ao mosteiro e ao abade, o célebre S. Bernardo de Claraval, que D. Afonso Henriques afirma a vassalagem e se compromete a pagar o feudo:

*[...] e os religiosos que servem a Deus no sobredito Mosteiro de Claraval, e nos mais de sua Ordem terão lembrança de encomendar devotamente a Deus o estado de nosso reino, e ajudar com missas, e vigílias minha alma, e a de meus pais, e do feudo, ou censo que se lhe pagar; repararão o altar de Santa Maria, e o abade Dom Bernardo, e seus sucessores para sempre receberão, cada ano este feudo em dia da anunciação da Virgem Santa Maria.*

*Portanto vós Virgem mãe de meu Senhor Jesus Cristo, em cujo louvor se fundou, e floresce esta Ordem, eu humilde servo vosso Dom Afonso rei de Portugal vos peço que defendais meu reino dos mouros inimigos da cruz de vosso filho, e conserveis*

---

<sup>13</sup> Alberto Pimentel. *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libanio, s.d, p. 6. José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, pp. 20-21.

<sup>14</sup> Cap. XII do mesmo livro e obra. Alberto Pimentel. *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libanio, s.d., p. 7.

*minha coroa livre da sujeição estranha, e corroboreis no trono real fiéis servos de minha geração, que paguem este feudo.*

E a promessa régia termina como terminarão os juramentos reais de Ourique e de D. João IV, com a afirmação da sua perenidade e a *maldição* para quem o quebre:

*E se alguém intentar coisa que contrarie esta vassalagem, e promessa de feudo, sendo vassalo seja desterrado de meu reino, e sendo rei (o que Deus não consinta) aja nossa maldição, e não se conte no número de meus descendentes, seja despojado da dignidade pelo mesmo Deus, que nos deu o reino, e seja vencido de seus inimigos, e sepultado no inferno, como Judas o traidor*<sup>15</sup>

Frei António Brandão salienta o acto real de constituição da Nossa Senhora de Claraval como “advogada e padroeira deste reino”:

*se esta sujeição do reino de Portugal a Nossa Senhora de Claraval foi feita por El-rei Dom Afonso [...] como nela se tomou por advogada e padroeira deste reino à Virgem Sacratíssima por consentimento e aceitação comum, já não pode ser que se diminua este título com padroeiros de menores quilates, nem se prive este reino da glória que alcança com tão grande advogada, como é a mãe de misericórdia.*

E evoca o precedente e paralelo modelo do avô do fundador, D. Afonso VI, rei de Castela e Leão, que D. Afonso Henriques invoca noutra ocasião<sup>16</sup>:

*E porque não pareça a alguns estranho fazer um rei soberano seu reino feudatário a um particular mosteiro, e por esta causa duvidem da escritura referida, saibam que não foi El-rei Dom Afonso o Primeiro a quem aconteceu este lanço. Já El-rei de Leão e Castela, Dom Afonso o Sexto seu avô, tinha usado outro semelhante com o Mosteiro de Cluny, renovando nele a obrigação feita por seu pai El-rei Dom Fernando*<sup>17</sup>

Entretanto, a Virgem Maria já tinha vindo a adquirir o título de rainha em alguma documentação, como é o caso da da Sé de Braga:

- em 25 de Julho de 1124, na doação de Faiões (Chaves), por D. Teresa, onde essa realeza parece manter-se ainda religiosa (“*desideramus placere Deo regi et Beate Marie regine celi*”);

<sup>15</sup> Frei António de Brito, *Da monarquia lusitana*, tomo II, livro X, cap. XII. Alberto Pimentel. *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libanio, s.d., p. 12.

<sup>16</sup> Cf. José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 24.

<sup>17</sup> Frei António de Brito, *op. cit.* Também Avelino de Jesus da Costa afirma que, na carta de couto, disse expressamente: “Assim como meu avô, el-rei D. Afonso [VI], auxiliou a construir a igreja de Santiago, do mesmo modo dou eu e concedo a Santa Maria de Braga o direito de cunhar moeda para construir a sua igreja” – *et sicut avus meus rex Alfonsus dedit adiutorium ad ecclesiam Sancti Jacobi faciendam, simili modo dono et concedo Sancte Marie Bracaraensis monetam, unde fabricetur ecclesiam* (“A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 16).

- em 27 de Maio de 1128, 28 dias antes da batalha de S. Mamede, na carta de couto concedida por D. Afonso Henriques, em fórmula (“*Regine Sancte Marie*”) que parece já estendê-la ao reino em projecto<sup>18</sup>.

Em 1632, o pe. António Soares de Albergaria, nos seus *Tropheos lusitanos* (1632), intitulou uma gravura “NOSSA SENHORA DA ASSVMPCAM PROTECTORA DO REYNO DE PORTUGAL PATRONA AC MATER PIÍSSIMA LUSITÂNIA” (fls. 16), facto que sinaliza um padroado da Virgem da Assumpção anterior ao do da Imaculada Conceição.

Lenda ou não, reza a tradição... e, sem pretensão historiográfica, prescrito, apenas, a caminhada de uma espiritualidade mariana em diálogo com a gesta e a identidade nacionais através de tradições, lendas, sinais, monumentos e documentos<sup>19</sup>, como o reconhece D. Manuel Clemente, Cardeal Patriarca.

*Se nós olharmos para a história portuguesa, ela teve uma marca Mariana muito forte. As várias épocas culturais e mesmo políticas da história portuguesa, desde o princípio do século XII, têm tido essa marca Mariana. A organização do país com a conquista de D. Afonso Henriques e dos seus sucessores, foi marcada por uma série de construções de catedrais e todas elas têm uma vocação Mariana, são Catedrais de Santa Maria, na altura<sup>20</sup>. Quando chegámos ao período decisivo enquanto nação autónoma de Portugal, entre a 1.ª e a 2.ª Dinastia, também a marca Mariana, quer da parte do Mestre de Avis, fundador dessa Dinastia, D. João I, com Santa Maria da Vitória – Mosteiro da Batalha – quer do Contestável, com a Nossa Senhora do Vencimento, que nós chamamos vulgarmente Convento do Carmo em Lisboa, também tiveram a marca Mariana. Depois a Restauração também teve a marca Mariana à volta de D. João IV, a Casa de Bragança, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, feita Padroeira e Rainha de Portugal... Portanto, reparámos que as várias épocas que enquadram o país, têm uma marca Mariana. Isto é acompanhado pela devoção popular. Basta ver os vestígios de norte a sul e as romarias constantes. Todos os meses há festas de Nossa Senhora, às vezes até mais do que uma. Há aqui um poder de convocação por parte da Mãe de Cristo que é muito definidor da sensibilidade portuguesa. E até da emigração portuguesa, porque se formos ao Brasil, por exemplo a Belém de Pará, que mantém o culto da Senhora de Nazaré, Nazaré de Portugal, que para lá foi com os pescadores e com os mari-*

<sup>18</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 24.

<sup>19</sup> Cf., dentre muitas sínteses, sobre a sua expressão mais moderna: Geraldo J. A. Coelho Dias. “A Devoção do Povo Português a Nossa Senhora nos Tempos Modernos”, *Revista da Faculdade de Letras* [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2061.pdf>]; SALGADO, Heliodoro – *O culto da Imaculada. Estudos críticos e históricos*, Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão, editora, 1905.

<sup>20</sup> Avelino de Jesus da Costa (“A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 36) contradita esta ideia, afirmando haver “algumas catedrais com outros titulares” e remetendo para bibliografia a esse respeito: Sebastião Martins dos Reis, *As catedrais portuguesas e a dedicação a Santa Maria*; P. António Brásio, *As catedrais portuguesas e a dedicação a Santa Mana*, em “*Letras e Artes*” das “*Novidades*” de 27 de Novembro de 1955; mons. Miguel de Oliveira, *Santa Maria titular das catedrais portuguesas, ibidem*, a 13 de Novembro de 1956.

*nheiros, que é a grande manifestação religiosa daquela zona do Brasil, também lá temos a marca da identidade portuguesa. Este ano é o Centenário de Fátima, mas também é o Tricentenário da Senhora da Aparecida, que é também a grande devoção Mariana do Brasil. Por tudo isto, nós reparamos que a marca Mariana é tão definidora da cultura portuguesa, até para além do espaço confessional estrito.*<sup>21</sup>

## 2. A Imaculada Conceição e a legitimação da nacionalidade<sup>22</sup>

Numa síntese perspéctica da cultura europeia, a fé e o culto marianos foram-se impondo e florescendo em crescendo. Geraldo Coelho Dias afirma que a Idade Média (sécs. X-XV) viu a devoção à Virgem Maria invadir

*toda a piedade cristã, desde a Liturgia às Artes e Literatura, [desdobrarem]-se as festas do Calendário Litúrgico e [...] [as] múltiplas invocações a Nossa Senhora[, com a popularização do] [...] ofício menor de Nossa Senhora, e o Sábado, em honra de Maria, [...] hinos, orações (Avé-Maria) e [...] a devoção do Rosário, das ladainhas, do “Angelus” [,] [...] a construção de catedrais, igrejas e capelas dedicadas a Nossa Senhora, [...] as imagens e relíquias da Virgem, [tendo-se acentuado] o fenómeno das aparições e [multiplicado] os milagres e Cantigas de Santa Maria*<sup>23</sup>

O dealbar da Modernidade (sécs. XVI a XVIII), “confrontad[o] com o Protestantismo e a ridicularização das práticas devocionais”, viu o Catolicismo reagir

*increment[ando] o culto e a devoção a Nossa Senhora, criando festas como a do Rosário, a das Mercês, a do Nome de Maria, instituindo com o papa Clemente VIII (4-1606) a prática de coroar, como sinal de realeza, as imagens de Maria e de a proclamar rainha de diversos países (França, Espanha, Portugal), propagando a reza do Rosário e do Terço e espalhando as ladainhas lauretanas[, fundando] [...] ordens religiosas consagradas a Nossa Senhora sob diversas invocações e alguns santos [como S. João Eudes (+ 1680), S. Luis Grignon de Monfort (+ 1716), Sto. Afonso Maria de Ligório (+ 1787), etc.] [...] paladinos dessa onda de devoção.*<sup>24</sup>

E os sécs. XIX e XX observaram

*o auge da devoção mariana[, com a retomada e aumento das] anteriores devoções a Nossa Senhora e respectivas invocações; [...] os meses de Maria e do Rosário, [...] as confrarias do Rosário, [...] as congregações e pias associações marianas, [...] novas festas como a do Imaculado Coração de Maria, a de Maria Auxiliadora, a de Maria Medianeira de todas as graças e a da Maternidade Divina*

<sup>21</sup> <http://lusojournal.com/2017/10/21/d-manuel-clemente-fatima-marca-da-identidade-portuguesa/>.

<sup>22</sup> Annabela Rita, *Focais literárias*, Lisboa, Esfera do Caos, 2012; “A Imaculada Conceição e a legitimação da nacionalidade”, pp. 155-173.

<sup>23</sup> Geraldo Coelho Dias, “A devoção do povo português a *Nossa Senhora* nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 4, 1987, p. 228.

<sup>24</sup> Geraldo Coelho Dias, “A devoção do povo português a *Nossa Senhora* nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 4, 1987, p. 229.

de Maria; [...] novas congregações religiosas sob a invocação de Maria<sup>25</sup> [...]. Mas, acima de tudo, o nosso tempo é a era privilegiada das grandes aparições de Maria: Rue du Bac, Paris, 1830; La Salette (1846), Lourdes (1858) e Fátima (1917), que fazem recrudescer o fenómeno das peregrinações. A definição do Dogma da Imaculada Conceição (8/XII/1854) e da Assunção de Maria ao Céu (1/XI/1950) são dois marcos do climax teológico que consagrou o fervor devocional mariano no nosso tempo.<sup>26</sup>

Nesse panorama europeu, sob o seu signo devocional, Portugal emerge como país mariano por excelência<sup>27</sup>. Em *terras de Santa Maria*, ao som das suas *cantigas*<sup>28</sup>... A paisagem surge pontuada por santuários marianos, com destaque para a trilogia nacional (Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Nossa Senhora da Conceição do Sameiro e Nossa Senhora de Fátima), dentre a numerosa presença

---

<sup>25</sup> A título de curiosidade: em 1967, o pe. Jacinto dos Reis assinalou 972 títulos ou invocações marianas em igrejas, altares e imagens. Cf. pe. Jacinto dos Reis, *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de aquém e além-mar e seu padroado*, Lisboa, União Gráfica, 1967.

<sup>26</sup> Geraldo Coelho Dias, “A devoção do povo português a *Nossa Senhora* nos tempos modernos”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 4, 1987, p. 229.

<sup>27</sup> Cf. Avelino de Jesus da Costa ao assinalar que “a fundação e povoamento de Portugal coincidiram com um grande incremento da devoção mariana, motivada pelo ideal cavaleiresco da Idade Média de exaltação da mulher, cujo protótipo perfeito era a Virgem Maria, razão por que se deve ‘atribuir justamente ao culto de Nossa Senhora o próprio desabrochar do lirismo trovadoresco’; pelas cruzadas; por influência das ordens de Cluny, de Cister e Mendicantes e pela expansão de novas devoções – a Santa Maria da Caridade, de Guadalupe, do Pilar, de Puy, de Rocamadour, de Roncesvales, etc.” – Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na idade média”, *Lusitania Sacra*, vol. 2, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 13. V. sua listagem de santuários marianos.

*A Virgem e Portugal* (dir. Fernando de Castro Pires de Lima), 2 vols., 1955-56; *Segundo Congresso Mariano Nacional* (Actas), 1954; J. A. Pires de Lima, “Nossa Senhora em Portugal”, *Acta Congressus Mariologici-Mariani*, 6 vols., Lisboa/Fátima, 1976, Roma, Pontificia Academia Mariana Internationalis, 1970; Joaquim O. Bragança, “A devoção dos portugueses a Nossa Senhora”, *Communio Revista Internacional Católica*, ano IV, n.º 1, 1987, pp. 54-70; Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, pp. 7-49; Mário Martins, “Ladainha a Nossa Senhora em Portugal (Idade Média e século XVI)”, *Lusitânia Sacra*, V, 1960/61; pe. Miguel de Oliveira, *Santa Maria na história e na tradição portuguesa*, Lisboa, União Gráfica, 1967; Alberto Pimentel, *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, Libânio & Ca., 1899; Sebastião Martins dos Reis, *As catedrais portuguesas e a sua dedicação a Santa Maria*, Lisboa, 1955; Bartolomeu Ribeiro, “Ladainha mariana dos portugueses”, *Itinerarium*, Braga, ano II, 1956, pp. 415-423; Gonçalo de Serpa, *A Virgem da lusitânia. Historia, paisagens, mistérios*, Lisboa, Coimbra Editora, 1947. Para outra bibliografia: mons. Manuel Anaquim, *O génio português aos pés de Maria* (bibliografia mariana portuguesa), Lisboa, 1904.

<sup>28</sup> As *Cantigas de Santa Maria* são 427 composições em galego-português (séc. XIII) reunidas em quatro manuscritos (um deles na Biblioteca Nacional da Espanha (Codex To, por Toledo), dois no Escorial (Codex E e T) e o quarto em Florença (Codex F)). Originárias da corte do rei Afonso X, o Sábio, que se crê autor de algumas, dividem-se em dois grandes grupos: as “*Cantigas de Nossa Senhora*” (com louvores à Virgem e histórias e milagres seus) e as *cantigas de loor* (louvor), de oração e reflexão sobre ela.

de diocesanos e outros centros de devoção mariana<sup>29</sup>. E a vida tradicional era ritmada por festas de diferente tipologia: peregrinações, romarias (com círios, etc.), festas de igreja, festas mistas<sup>30</sup>. No *Censo da população do reino de Portugal* de 1890, c. de um terço das freguesias eram dedicadas a Nossa Senhora (1032 em 3736)<sup>31</sup>. O seu próprio nome parece derivar do da cidade da Virgem: *Portucale* (*Portucale (Portus Cale) castrum novtim* ou *Portucale castrum novum Suevorum* (actual Porto), não da primitiva povoação de *Portucale*, chamada também *Portucale castrum antiquam* ou *Portucale castrum antiquum Romanoruni*, hoje, Gaia), *Terra de Santa Maria*<sup>32</sup>. E, a partir do séc. X, a festa da Assunção da Virgem tornou-se a sua *magnum Festum*<sup>33</sup>, a única com vigília e oitava, glorificada em apologias de autores como Santo António de Lisboa e frei Paio Menor ou “*Pelagius Hispanus*”<sup>34</sup>.

Falar da Imaculada Conceição é, pois, falar de um mistério e dogma de fé cuja elaboração se inscreve nas clivagens que feminino e masculino abriam e desenvolviam nas sociedades de outrora. Mas é também falar de uma representação teológica que marca a senda da dignificação da mulher na cultura e na sociedade: o feminino nas suas diferentes faces de filha, esposa e mãe, feminino caldeado pela vida no que ela tem de *aquém* e *além*, feminino que imprime a paz e a harmonia até no belicismo cujos protagonistas invocam o divino em batalha. E é sentir o enigma do eterno feminino talvez como verbo declinado pelos mistérios de Maria, sua máxima e intangível representante...

Antes, porém, oscilou-se, sem que estivesse em causa a questão da (*i*)*maculada*, entre Senhora da Conceição, Santa Maria e Nossa Senhora: a primeira celebrava a maternidade (conceição-*concepção*), a segunda, a santidade que justificava a dignidade religiosa da última.

A longa e sinuosa história do debate teológico sobre a Imaculada Conceição tem bons cronistas que a perscrutaram e salientaram datas, factos, intervenções,

---

<sup>29</sup> Cf. *Geraldo Coelho Dias, op. cit.*, pp. 244-248. Cf. José Eduardo Franco (dir.). *Lugares sagrados de Portugal* (2 vols.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2016.

<sup>30</sup> Cf. *ibidem*, pp. 248-252.

<sup>31</sup> Cf. Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na idade média”, *Lusitania Sacra* (2), Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, pp. 7-49, p. 12. Segundo nos diz adiante, as freguesias invocavam a Virgem Maria sob 99 títulos diferentes: Santa Maria (com 227 freguesias), Senhora da Assunção (com 152), da Conceição (com 144), da Graça (com 70), da Purificação (com 40, mais cinco da Senhora das Candeias, cinco da Apresentação e 11 da Senhora da Luz), das Neves (com 37), da Expectação (com 37, sendo nove da Senhora do Ó) e do Rosário (com 22), da Assunção (quase todas as 19 freguesias dedicadas a Santa Maria Maior, 11 de Nossa Senhora dos Anjos, duas de Nossa Senhora da Glória, duas de Nossa Senhora da Ascensão e uma de Nossa Senhora dos Altos Céus, ou seja, c. de 187 freguesias dedicadas ao mistério da Assunção.

<sup>32</sup> Paulo Merêa, *Do “Portucale civitas” ao Portugal do Conde D. Henrique*, cit. por Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 17.

<sup>33</sup> Cf. Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 30.

<sup>34</sup> Cf. *ibidem*, p. 31.

argumentos, razões, protagonistas, etc.<sup>35</sup>. A matéria de debate teológico situa-se a montante da Mãe de Cristo: na sua concepção pela mãe Sant'Ana. Imaculada ou afectada pelo pecado original? Foi longo e aceso debate científico, entre lógica, filosofia, teologia:

- em 1497, a Sorbonne impôs, com os graus, o juramento da defesa da Imaculada Conceição, exemplo que outras seguiram;
- na Igreja, a questão foi clivante até o dogma se definir, por fim, na bula *Ineffabilis Deus* (8/Dezembro/1854)<sup>36</sup>, de Pio IX, que evoca os que o precederam nessa mesma fé, incluindo o Papa Sisto IV, que definira, em 1476, a festa da Imaculada Conceição como uma festa universal<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> No caso da sua história em Portugal, cf., dentre outros, António Leite, “Portugal e a definição dogmática da Imaculada Conceição”, *Brotéria*, vol. LVIII, fasc. 6, Junho de 1954, pp. 633-646.

<sup>36</sup> Os termos da definição do dogma são:

“Por isto, depois de na humildade e no jejum, dirigirmos sem interrupção as Nossas preces particulares, e as públicas da Igreja, a Deus Pai, por meio de seu Filho, a fim de que se dignasse de dirigir e sustentar a Nossa mente com a virtude do Espírito Santo; depois de implorarmos com gemidos o Espírito consolador; por sua inspiração, em honra da santa e indivisível Trindade, para decore e ornamento da Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica, e para incremento da religião cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e com a Nossa, declaramos, pronunciamos e definimos: *Doctrinam, quæ tenet, beatissimam Virginem Mariam in primo instanti suæ conceptionis fuisse singulari omnipotentis Dei gratia et privilegio, intuitu meritorum Christi Jesu Salvatoris humani generis, ab omni originalis culpæ labe præservatam immunem, esse a Deo revelatam atque idcirco ab omnibus fidelibus firmiter constanterque credendam.*”

A doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante da sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus, e por isto deve ser crida firme e inviolavelmente por todos os fiéis.”

E prevê sanção para a transgressão: “Portanto, se alguém (que Deus não permita!) deliberadamente entende de pensar diversamente de quanto por Nós foi definido, conheça e saiba que está condenado pelo seu próprio juízo, que naufragou na fé, que se separou da unidade da Igreja, e que, além disso, incorreu por si, *ipso facto*, nas penas estabelecidas pelas leis contra aquele que ousa manifestar oralmente ou por escrito, ou de qualquer outro modo externo, os erros que pensa no seu coração.” (<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>).

<sup>37</sup> Cita, p. ex., Alexandre VII, que afirmara:

“Nós temos bem presente que a santa Igreja Romana celebra solenemente a festa da Conceição da imaculada e sempre Virgem Maria, e aprovou outrora um ofício especial e próprio para a dita festa, segundo as disposições que então foram dadas por Sisto IV, Nosso Predecessor. Desejamos, pois, favorecer esta louvável e piedosa devoção, a festa e o culto a ela prestado e que permaneceu inalterado na Igreja Romana desde a instituição da mesma; e, consoante o exemplo dos Romanos Pontífices Nossos Predecessores, defender este devoto modo de venerar e honrar a beatíssima Virgem preservada do pecado original por virtude da graça proveniente do Espírito Santo. Além disto, é Nossa viva preocupação conservar no rebanho de Cristo a unidade do espírito no vínculo da paz, suprimindo as ofensas e as contendas, e removendo os escândalos. Por isto, acolhendo as instâncias e as súplicas a Nós apresentadas pelos preditos bispos, pelos Cabidos das suas igrejas, e pelo rei Filipe e pelos seus reinos, renovamos as Constituições e os Decretos emanados dos Romanos Pontífices Nossos Predecessores, e especialmente de Sisto IV, Paulo V e Gregório XV, em defesa da sentença que sustenta que a alma da bem-aventurada



A arte é um modo de prece e esta, por sua vez, verte-se em desenho homeageante nas múltiplas versões do *belo* espiritualizado: as representações da Senhora nas diferentes e sucessivas fases da sua história oferecem-no-la como *modelo* a admirar, a convocar e a seguir, mas também como a figura feminina que emoldura a masculina de breve, marcante e prenante presença, o Filho: como Mãe, parece trazê-lo para a humanidade familiar do nosso convívio, demonstrando a sua existência pessoal, dando-lhe e testemunhando-lhe a vida e assistindo e pranteando a sua morte física. A imagem é, como sabemos, eminentemente funcional na comunicação de massas e na interiorização individual.

Nas representações iniciais da Imaculada Conceição, o Menino ao colo sinaliza a Maternidade Maravilhosa, evocando a da própria Senhora, dupla *concepção*. Murillo representou-a de pé no crescente lunar, sendo a pintura do Prado a que mais agradou e se impôs na iconografia mariana.

No caso de Portugal, cujos contornos conceptuais se foram definindo na sua elaboração identitária, desenharam-se, em ponto de fuga, sinais da sua *aliança* com Deus como legitimadora da independência e da sua manutenção, da sua existência, em suma. Foi a mensagem correspondendo ao desejo de uns e à perplexidade de outros relativamente à sua independência no quadro peninsular e europeu: a *bênção* imprimiu uma teleologia à História e ao discurso sobre a facticidade, justificando a cifra heráldica dos seus símbolos maiores (bandeira, escudo, hino, etc.), legitimando, em suma, um Portugal-povo-país-nação *diferente e escolhido*, com um estatuto *sagrado* e com uma *missão* inscrita no seu ADN. “[E]stes reinos para glória de Christo nosso Deus”<sup>38</sup>. Elabora-se e consolida-se o mito de Ourique e do juramento de D. Afonso Henriques.

No reino que foi Portugal, os reis foram personificando o corpo social e político em movimento que se foi historiografando nas crónicas dos seus reinados. Não é por acaso que José Mattoso, na sua magnífica biografia de D. Afonso Henriques, comenta que, no corpo do herói, as cicatrizes sinalizavam a história do país emergente... Na República em que se torna, a Constituição consagra o Presidente como seu representante máximo: persiste a simbolização pelo homem decidida pela forma de legitimação vigente e reconhecida, emoldurada por sinais heráldicos desse ponto de fuga fundacional.

Assinalemos alguns marcos cronológicos do entrelaçamento entre a fé mariana e a nacionalidade (já mencionados ou não) cuja informação poderá ser consultada na antologia anexa:

- 25/7/1139: milagre de Ourique

---

*Virgem Maria, na sua criação e infusão no corpo, teve o dom da graça do Espírito Santo e foi preservada do pecado original; e em favor da festa e do culto da Conceição da mesma Virgem Mãe de Deus, entendidos segundo a piedosa sentença supra exposta; e ordenamos que tais Constituições e Decretos sejam plenamente observados sob pena de incorrer nas censuras e nas outras sanções previstas pelas próprias Constituições.*” – reproduzido de <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>.

<sup>38</sup> Cf. ANTT: Livro IV de Leis, fl. 181v-182v. Cf. Andrade e Silva, *Coleção cronológica da legislação portuguesa*, 1640-1647, Lisboa, Imp.de J.J.A. Silva, 1855-1859, pp. 314, 636-637.

- 28/4/1142 (1.<sup>a</sup> aliança mariana<sup>39</sup>): vassalagem de D. Afonso Henriques a Sta. Maria de Claraval e consagração de Portugal à sua protecção<sup>40</sup>
- 29/10/1152: juramento de D. Afonso Henriques
- 23/5/1179: bula *Manifestis Probatum*
- 1383-1385 (2.<sup>a</sup> aliança mariana): crise, revolução e celebração<sup>41</sup>. Com cerco de Lisboa e Atoleiros (1384), eleição do mestre de Avis como rei de Portugal e batalha de Aljubarrota (1385). D. João I, mestre de Avis<sup>42</sup>, e D. Nuno Álvares Pereira, condestável<sup>43/44</sup>

<sup>39</sup> Esta numeração está consagrada em <https://familiacrista.paulus.pt/nossa-senhora-na-nossa-historia-seis-aliancas>, da autoria de D. Francisco Senra Coelho, bispo auxiliar de Braga, autor do livro *Nossa Senhora e a história de Portugal – Alianças com Santa Maria* (2017).

<sup>40</sup> Sob a sua égide, assinala-se, pelo menos, alguma monumentalidade correspondente e em acção de graças: Santa Maria de Alcobaça (voto que precedeu a conquista de Santarém), Santa Maria de Alcáçova (sete anos após a conquista de Santarém), Nossa Senhora dos Mártires (pela protecção no combate próximo de Sacavém, após o cerco de Lisboa (cf. Duarte Nunes, *Crónica d'el-rei Afonso Henriques*, 1899) e a dedicação da Catedral de Lisboa. O mestre de Avis foi a pé, como peregrino, à Senhora da Oliveira (Guimarães) e prometeu construir o monumento em caso de vitória na batalha onde o seu grito de combate foi “Em nome de Deus e da Virgem Maria, cujo dia de manhã é, sejamos todos fortes!”. Os soldados jejuaram nesse dia em honra de Maria (Vigília da Assunção). Segundo o cardeal patriarca D. Manuel Clemente, desde D. Afonso Henriques, todas as catedrais de Portugal foram dedicadas a Nossa Senhora da Assunção, sendo Catedrais de Santa Maria (<http://lusojornal.com/2017/10/21/d-manuel-clemente-fatima-marca-da-identidade-portuguesa/>).

<sup>41</sup> O Mosteiro da Batalha foi construído, em cumprimento de um voto de D. João I (1385-1433), em 14 de Agosto de 1385, na batalha de Aljubarrota, em louvor de Nossa Senhora da Batalha ou da Vitória.

<sup>42</sup> D. João I aprovou as determinações da Câmara, a 3 de Novembro de 1385 (Chancelaria de D. João I. L.º 2.º, fl. 16 e ss.) e declarou Maria “nossa defensora”:

- “Nós aa honrra da *Virgem Maria nossa deffensor* [...] e consirando as muitas e stremadas graças que do seu Filho beento a rogo delia sempre recebemos assy em guarda do nosso corpo como em exalçamento dos ditos regnos specialmente na batalha e campo que ouvemos com os Castellâaos dando nos delles vitoria maravilhosa mais polia sua misericórdia que pollos nossos merecimentos e polia grande devaçom que em Ella sempre ouvemos e avemos...” – Chancelaria de D. João I, L.º 1.º, fl. 178 (doação de Santa Maria de Ermelo às freguesias de Britelo e Soajo);
- “Nós por honrra da *Virgem Maria nossa defensor e destes regnos, consirando as muitas e stremadas graças que do seu Filho beento a rogo delia sempre recebemos* [...] specialmente na batalha e campo que ouvemos com os Castellâaos dando nos delles Victoria maravilhosa [...] preposemos em relenbrança dos *benefícios por Ella recebidos* de edificar e mandar fazer casa de oraçom, em a quai a hourra e louvor da dicta Senhora se faça serviço a Deus...” – Chancelaria de D. João I, L.º 1.º, fl. 191 (doação do Mosteiro da Batalha aos Dominicanos, em 4 de Abril de 1388).

<sup>43</sup> D. Nuno Álvares Pereira, em agradecimento à Virgem Santa Maria pela protecção em Valverde, Atoleiros e Aljubarrota, mandou construir a Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, e encomendou a imagem da Senhora em Inglaterra. No Convento do Carmo em Lisboa, assume, como irmão leigo, o nome de frei Nuno de Santa Maria. Renovou uma antiga Confraria de Vila Viçosa, existente pelo menos desde 1349, consagrando-a Nossa Senhora da Conceição: a “*Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição*”.

<sup>44</sup> Em 1648, D. João IV mandou cunhar moedas de ouro e de prata chamadas Conceição (legenda: *no anverso Joannes IIII, D. G. Portugaliae et Algarbiae Rex, a cruz da Ordem de*

- 8/7/1497-18/5/1498-10/7/1499<sup>45</sup> (3.<sup>a</sup> aliança): a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Santa Maria de Belém, a Torre de Belém e os Jerónimos são a realização da promessa de D. Manuel I e da aliança entre a Portugal e Nossa Senhora, padroeira de Portugal<sup>46</sup>, “epopeia de pedra”<sup>47</sup> em memória da gesta

---

*Cristo, e no centro as armas de Portugal. No reverso a imagem de Nossa Senhora da Conceição, sobre o globo e a meia-lua, com data de 1648, e nos lados o sol, o espelho, o horto, a casa de ouro, a fonte selada e a arca do santuário e a legenda TVTELARIS REGNI).*

Em 30/6/1654, enviou a todas as Câmaras cópia da inscrição latina comemorativa do juramento solene feito em 25/3/1646 e (“*que a Virgem Senhora Nossa foi concebida sem pecado original*”) e ordenou que aquela inscrição fosse gravada em pedra e colocada nas portas e lugares públicos das cidades e vilas do reino (texto em tradução livre: “D. JOÃO IV, EM CORTES GERAIS CONSAGROU-SE PARA SEMPRE A SI E AO SEU REINO À SAGRADA E IMACULADA CONCEIÇÃO DE MARIA SOB UM CENSO ANUAL E JUROU DEFENDER PERPECTUAMENTE QUE A MÃE DE DEUS, POR ELE ESCOLHIDA PARA A DEFENSORA DOS SEUS ESTADOS, FORA PRESERVADA DO PECADO ORIGINAL, E PARA QUE A PIEDADE PORTUGUESA SE NÃO APAGASSE MANDOU LAVRAR NESTA PEDRA VIVA ESTA MEMÓRIA PERENDE NO ANO DE CRISTO DE 1646, SEXTO DO SEU REINADO. 1654”).

Também em 1654 o reitor, lentes, doutores e mestres da Universidade de Coimbra, reuniram-se e determinaram que a fórmula do juramento de todos os futuros graduados começasse pela declaração de “defender sempre e em toda a parte que a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, foi concebida sem a mancha do pecado original” e manteve-se até 1910 como condição para obtenção de grau universitário.

Em 20/6/1696, o príncipe regente D. Pedro, futuro D. Pedro II, aprovou, por decreto, a “*Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição*” para promover uma especial devoção a Nossa Senhora da Conceição.

O rei D. João V, em 12/12/1717, em circular enviada à Universidade de Coimbra e a todos os prelados e colegiais do reino, recomendava-lhes que todos os anos celebrassem nas suas igrejas a festa da Imaculada Conceição, recordando o juramento de D. João IV.

O futuro rei D. João VI, por decreto de 6 de Fevereiro de 1818, fundou a “*Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição*”, honorífica, com sede em Vila Viçosa, dando-lhe estatutos por alvará de 10/9/1819.

<sup>45</sup> <http://www.mosteirojeronimos.gov.pt/data/A%20viagem%20de%20Vasco%20da%20Gama.pdf>.

<sup>46</sup> D. Manuel I tinha a intenção de erguer 12 conventos Jerónimos, obtendo o beneplácito papal, mas tal não se concretizou totalmente. Fundaram-se então, na primeira metade do século XVI, os Mosteiros de Santa Maria de Belém (Lisboa), Nossa Senhora da Pena (Sintra), Berlengas (Peniche), o qual, por razões de segurança foi substituído pelo de Valbenfeito (Óbidos), Santa Marinha da Costa (Guimarães) e um Colégio Universitário (Coimbra).

Em 1452, o infante D. Henrique ordenou a construção da Ermida de Santa Maria de Belém, onde navegadores como Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e outros, faziam vigílias antes de partirem para as suas grandes viagens marítimas. Os primeiros navios de que conhecemos os nomes são do reinado de D. Dinis e chamavam-se *Nossa Senhora, Santa Maria e Deus de Portugal*.

Em 1496, antes da descoberta do caminho marítimo para a Índia, D. Manuel I pediu à Santa Sé autorização para construir um grande mosteiro no lugar da velha ermida da Ordem de Cristo à entrada de Lisboa, junto ao Tejo, construção que se iniciou em 1501 ou 1502, após a viagem de Vasco da Gama, e custeada com verbas do comércio com o Oriente. Em 1518, D. Manuel decidiu, em testamento, transformá-lo no seu próprio panteão, assinalando “o caráter excepcional da monarquia e da linhagem que com ele nascera, como ramo da dinastia de Avis.

- 1/12/1640 e 25/3/1646 (4.<sup>a</sup> aliança): restauração e juramento da Imaculada por D. João IV. Santuário de Vila Viçosa. 1696: *Real Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*<sup>48</sup>
- 6/2/1818, dia da aclamação real (5.<sup>a</sup> aliança): D. João VI instituiu no Brasil, Rio de Janeiro, a Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição<sup>49</sup>, celebrando a manutenção da independência nacional, apesar das invasões napoleónicas<sup>50</sup>. 1863: Santuário de Nossa Senhora do Sameiro (ou Santuário do Sameiro ou Imaculada Conceição do Monte do Sameiro)<sup>51</sup>
- 1917 (6.<sup>a</sup> aliança<sup>52</sup>): visões de Fátima precedidas de e anunciadas por três visões do Anjo de Portugal. As mensagens e os três segredos<sup>53/54</sup>

---

Mas quis distingui-la através de uma obra sumptuosa, que estivesse de acordo com os princípios da propaganda régia e da glorificação de um reino, que se confundia com a sua pessoa” – Paulo Pereira, *Arte portuguesa: história essencial*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, pp. 434-444.

<sup>47</sup> Avelino de Jesus da Costa, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitânia Sacra*, II, Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, 1957, p. 18.

<sup>48</sup> Cf. sua história em [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8766/1/Servir%20a%20dois%20senhores\\_A%20real%20confraria%20N%20S%20Conceicao.PDF](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8766/1/Servir%20a%20dois%20senhores_A%20real%20confraria%20N%20S%20Conceicao.PDF). Também em <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/79-vila-vicosa/5105-vila-vicosa-nossa-senhora-da-conceicao>.

<sup>49</sup> “Por alvará datado do Rio de Janeiro aos 10 de setembro de 1819 ordenou D. João VI, que sendo muito frequentes os conhecidos benefícios que a nação portuguesa recebeu sempre do patrocínio da Santíssima Virgem da Conceição em todas as épocas arriscadas da monarquia, de tal maneira que o rei D. João IV, por decreto de 24 e carta régia de 25 de março de 1646, se lhe constituiu feudatário, e a fez padroeira do Reino, continuando com a mesma devoção o rei D. Pedro II, que em 1694 confirmou a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, erecta na igreja de Vila Viçosa, e o rei D. João V, que por carta régia de 12 de novembro de 1717 mandou celebrar a mesma festividade com toda a pompa; e D. Pedro III engrandeceu a real capela da Conceição no palácio da Bemposta, que tinha sido erecta pela rainha D. Catarina, da Grã-Bretanha, quando se recolheu a Portugal; e a rainha D. Maria I que em 1751 se alistou na confraria dos Escravos da Conceição, havendo-se igualmente alistado na mesma o rei D. João VI, então príncipe, no ano de 1769, resolvendo-se ultimamente no dia da sua coroação, por decreto datado do Rio de Janeiro de 6 de fevereiro de 1818, a criar a nova Ordem militar da Conceição, cujos estatutos e desenhos das medalhas de condecoração se encontram juntas no citado alvará de 10 de setembro de 1819. A capital da nova ordem era Vila Viçosa, e o deão da capela real desta vila era comendador nato da ordem, e os cônegos, prior e beneficiados desta colegiada, e os da mesa da corporação dos Escravos seus cavaleiros natos.” (<http://www.arqnet.pt/dicionario/nsconcvv.html>). Cf. também <http://monarquiaportuguesa.blogs.sapo.pt/6510.html>. Cf. Francisco Belard da Fonseca, *A ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955.

<sup>50</sup> Mais tarde, um decreto régio definiu que a Ordem deveria ser conferida como condecoração militar aos que serviam o rei, aos devotos católicos fiéis a Nossa Senhora e ao papa ([http://www.snpcultura.org/Nossa\\_Senhora\\_e\\_a\\_historia\\_de\\_portugal\\_aliancas\\_com\\_Santa\\_Maria.html](http://www.snpcultura.org/Nossa_Senhora_e_a_historia_de_portugal_aliancas_com_Santa_Maria.html)).

<sup>51</sup> Segundo D. Francisco Senra Coelho, a “aposta na racionalidade e na compreensão de Deus sem dogmas de fé”, consequência do liberalismo, provocou um movimento popular em que se inscreve a construção da Basílica do Sameiro, em Braga.

<sup>52</sup> A 7.<sup>a</sup> aliança seria, segundo D. Francisco Senra Coelho, um movimento diferente resultante de Fátima e da mariana “mensagem de paz”.

- 1934-37-59: projecto da construção do Monumento a Cristo Rei (ideia do então cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, numa visita ao Rio de Janeiro). 1936: proposta transmitida ao “Apostolado de Oração” e proclamada oficialmente na pastoral colectiva da Quaresma de 1937. 20/4/1940: face à tragédia da II Guerra Mundial, os bispos portugueses prometeram erguer Cristo-Rei de Almada se Portugal fosse poupado à guerra. 1959: inauguração<sup>55</sup>
- 1940: duplo IV centenário: da Fundação (1140) e da Restauração (1640) da nacionalidade
- 1946: três séculos da Proclamação de Maria Santíssima: coroação de Fátima
- Consagrações de Portugal nos séculos XX-XXI<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Vasta e acessível é a bibliografia a respeito. A controvérsia do 3.º segredo tem originado, até, policiais. Sobre a sua perspectiva crítica, particularmente no que se refere à consagração da Rússia, cf., p. ex., a “Cronologia de um Encobrimento” em <http://www.fatima.org/port/essentials/opposed/croncvrport.asp>. Cf. referência às mesmas contradições em <http://www.amen-etm.org/ConsagracaoDaRussia.htm>.

<sup>54</sup> Assinalam-se mais destacadamente algumas manifestações marianas (“aparações”) como: em 1531 (designada Guadalupe), na Cidade do México; 1830 (Rue du Bac), em Paris; 1846 (La Salette) em La Salette – Ablandins, França; 1858 (Lourdes), em Lourdes, França; 1917 (Fátima), na Cova de Iria, Portugal; 1961-65 (Garabandal), em San Sebastián de Garabandal, Espanha; 1968/1971 (Zeitoun), no Cairo, Egipto; 1981 e ss. (Medjugorje), em Medjugorje, Bósnia (<http://www.amen-etm.org/MensagensdaVirgemMariaemVariosLugares.htm#Grandes>). As últimas três não contam com aprovação oficial da Igreja Católica. Uma listagem mais alargada das aprovações (episcopais ou já do Vaticano) consta em <http://www.amen-etm.org/MensagensdaVirgemMariaemVariosLugares.htm#Grandes>. Entre as do séc. XX, alguns assinalam nexos de um crescendo milenarista: p. ex., a Virgem Maria teria dito, em 18/Outubro/1961, em Garabandal, “Já se está enchendo a taça”, e, em 18/Junho/1965, terá dito “Antes, o cálice estava enchendo, agora está derramando”; também a Mirjana, uma das videntes de Medjugorje, em 19/Abril/2009, terá dito “O que comecei em Fátima, Eu vou terminar em Medjugorje” (<http://www.amen-etm.org/MensagensdaVirgemMariaemVariosLugares.htm#Grandes>).

<sup>55</sup> Em 17 de Maio de 1959, na inauguração do Cristo-Rei de Almada, o cardeal Cerejeira revelou:

“Em 2 de Dezembro do mesmo ano (1940), a vidente e confidente da Virgem escrevia ao papa Pio XII, o papa de santa e altíssima memória, o papa que poderemos chamar de Fátima, em carta com Seu assentimento certamente divulgada: – Santíssimo Padre, se é que na união da minha alma com Deus não sou enganada, nosso Senhor promete, em atenção à Consagração que os Excelentíssimos Prelados Portugueses fizeram da Nação ao Imaculado Coração de Maria, uma protecção especial à nossa Pátria durante esta guerra e que esta protecção será a prova das graças que concederia às outras nações se, como ela, lhe tivessem sido consagradas” – José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 49.

<sup>56</sup> Em 14/5/1982, o papa João Paulo II visitou o Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e no discurso de saudação ao novo embaixador de Portugal, junto à Santa Sé, disse: “*A Deus Todo-poderoso confio a sociedade portuguesa inteira, sobre todos, invocando a abundância dos favores celestes por intercessão de Nossa Senhora da Conceição, que Portugal, há 350 anos, no Santuário de Vila Viçosa e pela voz da sua máxima Autoridade civil com explicita adesão dos Representantes da Nação, escolheu servir e honrar como Padroeira e Rainha. Deus abençoe e proteja Portugal!*” – *L’Osservatore Romano*, n.º 8, 24-2-1996.

- 13/5/1931: Consagração Episcopal (ideia da Irmã Lúcia)<sup>57</sup>
- 13/5/1938: Consagração Episcopal
- 14/9/1975: Consagração Presidencial de Portugal
- Consagrações reais: de 8/6/1998 (Sé Patriarcal de Lisboa), renovada em 8/12/2001 (Vila Viçosa, na Festa da Imaculada Conceição), 2/2/2002 (Capelinha das Aparições de Fátima) e anos subsequentes
- 2000: publicação de documentos referentes a visões de agonia de soror Filipina em 16/10/1454, no Mosteiro de Santa Maria Madalena, das religiosas dominicanas de Alba, Itália, relativas ao triunfo futuro de Nossa Senhora sobre “um certo monstro do Oriente, tribulação da humanidade, [...] que seria morto por Nossa Senhora do Santo Rosário de Fátima, se todos os homens a tivessem invocado com grande penitência”<sup>58</sup>, ou seja, no local em que, reza uma antiga tradição, Nun’Álvares Pereira teria previsto os acontecimentos de Fátima (“Aqui há de dar-se um grande milagre”), o mesmo lugar onde ele teria planeado a batalha de Aljubarrota.

---

<sup>57</sup> O texto do cardeal Cerejeira foi uma interpelação a nossa Senhora:

“Os Pastores escolhidos pelo Vosso Filho para vigiar e alimentar em Seu nome as ovelhas que Ele resgatou pelo preço do Seu Sangue – nesta ‘Terra de Santa Maria’, cujo nome não pode ser pronunciado sem se pronunciar o Vosso – vêm hoje – como representantes oficiais e consagrados dos seus rebanhos e num acto de ‘homenagem’ filial, de fé, amor e confiança – consagrar solenemente a nação portuguesa ao Vosso Imaculado Coração. Tomai-a das nossas frágeis mãos para as Vossas; defendei-a e guardai-a como Vossa propriedade; fazei com que Jesus reine, vença e impere nele; pois fora d’Ele não há salvação” – José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 48.

<sup>58</sup> Em 1454 todos os presentes lavraram documento para a posteridade, narrando a visão de soror Filipina que, em 1638, o pe. Jacinto Baresio O. P. queimou, mas que foi de imediato reconstituído de memória pela abadessa e as mais antigas religiosas do mosteiro, rubricado por todas em sinal de autenticidade, em 7 de Outubro de 1640. Em 1655, uma religiosa que só anotou as suas iniciais deixou mais um documento escrito, confirmando e comentando o anterior:

“Dizem as memórias escritas que lá, na Lusitânia, há uma igreja numa cidadinha que se chama Fátima, edificada por uma antepassada de nossa Santa Fundadora Margarida de Sabóia, Mafalda rainha de Portugal e filha de Amadeu terceiro de Sabóia, e que uma estátua da Virgem Santíssima falará sobre acontecimentos futuros muito graves, porque Satanás fará uma guerra terrível; porém perderá, porque a Virgem Santíssima Mãe de Deus e do Santíssimo Rosário de Fátima, ‘mais forte que um exército em ordem de batalha’, vencê-lo-á para sempre.

A. D. 1655. São Domingos, te confio estas folhas.

Soror C. R. M.”

Os documentos históricos do Convento de Alba são três: 1) uma nota manuscrita (4 pp.), acrescentada a um livro do pe. Jacinto Baresio (datada de 7 de Outubro de 1640), com o essencial da revelação; 2) um acréscimo com a descrição da mesma visão ao caderno com a inscrição “1624 – Livro no qual se anotam as Missas, Milagres, ex-votos que acontecem diariamente à Beata Margarida de Sabóia em Alba” (datado de 1655). *Manuscrito, começa na p. 52 e é subscrito pela soror C.R.M.*; 3) apontamentos de 1855 da Irmã Lúcia Mantello, que não conheceu os dois documentos anteriores. Os três foram “reencontrados casualmente em 19 de agosto do ano passado [1999]” e publicados em 2000 (<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=9A873097-D0B7-B67F-B1D09D778905CD34&mes=Maio2004&pag=3>).

Regista-se uma clara emergência de fé mariana em épocas de crise e de celebração que vão ritmando os ciclos de fundação, refundação (1640), re-refundação (República & I Guerra Mundial) e suas versões mais atenuadas (centenários de 1940, Revolução de 1974).

E regista-se, também, a intervenção do arcanjo S. Miguel, Anjo Custódio de Portugal, nas batalhas, mas que também associado à Virgem e anunciador (anuncia a Senhora de Fátima aos pastorinhos em 1916, p. ex., como já anunciara Cristo em Ourique).

No caso da tomada de Santarém, realizada sob o signo do grito “Santa Maria e S. Miguel com as suas milícias entrem em nossa ajuda”, não só não teria morrido nenhum português, como “o monarca viu então no ar, junto de si, por cima da sua cabeça, um braço alado que brandia uma espada brilhante, o que provava deste modo que o Anjo do Senhor, como nos tempos bíblicos com o povo eleito, os ajudava”<sup>59</sup>. Daí que

*“Segundo a tradição, D. Afonso Henriques, como forma de agradecimento pela intercessão divina do Celestial Condestável, consagrou-lhe o seu jovem reino, confiando-lhe a sua protecção. É hoje tomado como certo que o Arcanjo S. Miguel terá sido o primeiro padroeiro de Portugal, até que durante o reinado de D. João I, por influência do seu casamento com D. Filipa de Lencastre, se adoptou S. Jorge como orago nacional.”*<sup>60</sup>

Relativamente à importância de Santarém e de Lisboa como objectivos estratégicos e à importância da invocação régia da protecção mariana, convirá lembrar que D. Afonso Henriques prometeu “construir um mosteiro (que viria a ser o de Alcobaça<sup>61</sup>) se conseguisse conquistar a cidade” e, “sete anos depois da conquista da cidade, em acção de graças a nossa Senhora, mandou construir em Santarém a igreja de Santa Maria da Alcáçova”<sup>62</sup>. Por testamento, deixa importâncias consideráveis às igrejas e mosteiros de Lisboa, de Alcobaça, de Santa Cruz.

---

<sup>59</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 29.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> Cf. sobre a sua história: <http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=169>.

<sup>62</sup> *Portugal católico*, p. 29. Frei António Brandão relata:

“Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo.

Eu Dom Afonso por graça de Deus rei dos portugueses, começando minha jornada para o Castelo, que se chama Santarém propus em meu coração, e fiz voto, que se Deus por sua misericórdia mo concedia, lhe ofereceria todo o direito eclesiástico, e aos cavaleiros e mais religiosos do Templo de Salomão, que residem em Jerusalém, em defesa do Santo Sepulcro, alguns dos quais me acompanharam nesta empresa.

E porque o Senhor me fez tão grande mercê, que deduziu a próspero fim meu desejo, portanto eu Dom Afonso sobredito rei, com minha mulher a rainha Dona Mafalda, fazemos doação aos cavaleiros nomeados, de todo o direito eclesiástico de Santarém, para que o tenham e possuam assim eles, como seus sucessores, para sempre, de modo que senão entremeta nele pessoa alguma secular, nem eclesiástica.

E mais se acaso suceder, que em algum tempo me conceda o Senhor por sua piedade aquela cidade, que se chama Lisboa, tratarei de os concordar com o bispo dela.

Também Nuno Álvares Pereira, condestável, era devoto de Sta. Maria: jejuou, com os seus soldados, em Aljubarrota em honra da Assunção de Nossa Senhora, que se celebrava no dia seguinte (15 de Agosto). E a Senhora constava da sua bandeira dividida em quatro partes, em forma de cruz:

*Em cima, à esquerda, está Jesus Crucificado com nossa Senhora e S. João. Do lado direito, nossa Senhora com o Menino. Em baixo, à esquerda, S. Jorge, que viria a ser padroeiro de Portugal durante a 2.ª dinastia. Em baixo, à direita, S. Tiago, que tinha sido padroeiro do exército português até então. Em cada uma das partes, está a cruz de Calatrava. Esta bandeira, era muitas vezes um altar. Era aqui que se rezava diante das batalhas<sup>63</sup>*

Desejando uma “espada mágica” como a do rei Artur, uma nova *caliburna* ou *Excalibur*, unvida, pediu ao alfageme de Santarém, Fernão Vaz, que alterasse a sua com têmpera e feição nova e colocasse duas inscrições: num dos lados, *Excelsus super omnes gentes Dominicus*; no outro, *Maria*, e dentro de um círculo, as palavras *Dom Nuno Álvaro*, vendo-se ainda uma contramarca, com a cruz entrelaçada por flores. A peça original é a que está patente ao público no Museu Militar de Lisboa, mas há réplicas desta espada no claustro arruinado do Convento do Carmo, à entrada da Igreja do Santo Condestável, em Lisboa, havendo outra igual na Sertã, por cima da porta lateral da Capela de N.ª Sr.ª dos Remédios<sup>64</sup>. E a espada é símbolo associado, também, à mitologia arturiana, tão prezada por Nun’Álvares, que, em criança, aspirou ser cavaleiro do Santo Graal para o depor no Altar da Pátria Lusitana, razão pela qual a mãe lhe chamava “o meu *Galaaz*”, herói da Távola Redonda que teria conquistado a Taça Sagrada e apodo do próprio *Cristo*. *Quando ingressou no convento, passou, significativamente, a usar o nome de Nuno de Santa Maria*.

---

Foi feita esta escritura no mês de abril da era de 1185 que é ano de 1147 em que El-rei ganhou aquela praça.

Em virtude desta doação (da qual também consta, como Santarém estava ganhado em o mês de abril, (a) e assim é erro dizerem nossas crônicas se tomou em maio) vemos fundada em breve tempo pelos cavaleiros do Templo a Igreja de Santa Maria de Alcáçova, colegiada da dita vila, como consta do letreiro seguinte, o qual está sobre a porta principal da mesma igreja.

[...]

Quer dizer.

Em o ano do Senhor de 1154 e havendo sete anos que esta cidade se ganhara, reinando El-rei Dom Afonso filho do conde Dom Henrique, e sua mulher a rainha Dona Mafalda, foi fundada esta igreja em honra de Santa Maria, Virgem Mãe de Cristo, pelos cavaleiros do Templo de Jerusalém, mandando-o o mestre Hugo, e tendo cuidado da fábrica Pedro Arnaldo.

Suas almas descansem em paz. Amém.” – Da monarquia lusitana, tomo II, livro X, cap. XXIII: “De alguns cavaleiros que acompanharam a El-rei na jornada de Santarém: como foram a ela os templários, e das mercês que El-rei lhe fez”.

<sup>63</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 33.

<sup>64</sup> <http://www.nossasenhordosremedios.com/historia-lenda/> e <https://2.bp.blogspot.com/-4TZ6Nq8BA38/V7JTEtc22jI/AAAAAAAAAP08/AvSO7f4Yx-0BS4y5w3WAQgfn7nK7gj-LhwCLcB/s1600/h.JPG>.



Deixando de lado debates e documentos históricos que muitos já perscrutaram com maior ou menor sensibilidade, rigor, emoção ou racionalidade, a verdade é que a comunidade portuguesa mantém vivo o mito de Ourique, entre convicção e dúvida: nos símbolos (bandeira) e nas escolas, a memória evoca-o, *apresentacional*. Mais delido, mas vibrando ainda, está o milagre de Nossa Senhora de Cárquere, segundo o qual, na expressão do pe. Nuno da Cunha, “nascendo o Santo Rei D. Afonso Enriques com os pés torcidos, lhos sarou sendo menino”<sup>65</sup>, potenciando na criança o herói fundador da nacionalidade. A sequência do milagre, tal como reza a tradição popular, tem sido reproduzida e Diogo Freitas do Amaral narra-a na biografia do rei<sup>66</sup>.

E a comunidade nacional mantém viva, também, a sua devoção à *Mater* divina desde os primórdios fundacionais. Na toponímia geográfica: “Terras de Santa Maria” designava o território que vai de Guimarães a Coimbra; o Porto foi conhecido como a *civitas Virginis* (cidade da Virgem); os arredores de Vila da Feira eram a “Terra de Santa Maria”, etc. Na toponímia feminina: Maria é o nome mais comum, acompanhado pelas contas do rosário mariano (Conceição, Anunciação, Encarnação, Visitação, Natividade, Apresentação, Purificação, Paixão, Calvário, Dores, Soledade, Ressurreição, Assunção), como se o povo desejasse rever-se nelas... Nas orações: a “Salve Rainha” era oração de todos, que celebravam os passos maiores da vida de Maria (Anunciação, Natividade, Assumpção, Purificação, etc.). Na poesia popular, são conhecidas quadras de alusão à concepção e à rosa mística e poesias populares há que deslizam para a prece e para a oração com forma de pronunciamiento prescrita (circunstâncias, número de vezes, etc.)<sup>67</sup>. Também por via erudita, clerical e aristocrática nos chegam sinais da devoção à Imaculada Conceição.

Quando as imagens da Senhora ainda não contemplavam a designação dos seus mistérios, o primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto (1147-1166), inglês que acompanhou os cruzados da reconquista, adoptou o calendário de Salisbury, que já consagrava a festa da Conceição aprovada pelos bispos ingleses (Londres, 1129)<sup>68</sup>. Em 17/Outubro/1320, D. Raimundo, bispo de Coimbra, ordenou a celebração das festas de Maria no dia 8 de Dezembro, “no qual dia a virgem gloriosa sancta Maria foy concebuda”<sup>69</sup>.

Por influência franciscana e, depois, jesuíta, o culto foi impondo as suas celebrações e foi assimilado pela academia portuguesa. A rainha Santa mandou erguer-lhe uma capela no séc. XIV. Breviários bracarenses consagram referências à Imacu-

---

<sup>65</sup> Cf. carta a D. João IV de 26/Dezembro/1644. Reproduzida por Domingos Maurício no texto “Iniciativa da consagração de Portugal a N.ª Senhora da Conceição”, *Brotéria*, vol. XLIII, Lisboa, 1946, pp. 626-627.

<sup>66</sup> *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Bertrand, 2000.

<sup>67</sup> Cf. Luís Chaves, “A ‘Imaculada Conceição’ nas tradições e no folclore de Portugal”, *Brotéria*, vol. XLIII, Lisboa, 1946, pp. 579-590.

<sup>68</sup> F. Lopes, “Introdução do culto da Imaculada Conceição em Portugal”, *Brotéria*, vol. XLIII, Lisboa, 1946, p. 501.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 505.

lada Conceição em letra gótica do séc. XIV ou XV e em pergaminho medieval<sup>70</sup> e diversos *Flos sanctorum* assinalam-lhe a festa. No *Leal conselheiro* (1438), D. Duarte pronuncia-se afirmativamente e de modo argumentado sobre a Imaculada Conceição. Na *Chronica do infante santo D. Fernando* (XV), fr. João Álvares deixa perceber a presença da devoção à Imaculada na família de Avis e na sua corte<sup>71</sup>. Sto. António de Lisboa (sécs. XII-XIII), Álvaro Pais (sécs. XIII-XIV), fr. Luís de Sottomaior, fr. Bartolomeu dos Mártires, etc.

Na literatura, a sua figura foi iluminando o verbo poético. No teatro de Gil Vicente (1465-1540), na lírica de Sá de Miranda (1485-1558), na elegia X de Camões (1524-1580), na poesia de frei Agostinho da Cruz (1540-1619), na sermónística de pe. António Vieira (1608-1697) e de pe. Manuel Bernardes (1644-1710). A lista é infundável.

No séc. XVI, Beatriz da Silva, nobre portuguesa, funda em Toledo a *Orden de la Inmaculada Concepción*, enlaçando a Península através do gesto de fé e da história miraculosa que a iluminava e consagrando uma Ordem a este mistério e dogma. Na sua evocação, suspendo esta enumeração.

Na Restauração, o *facto/lenda fundacional* de Ourique regressou à boca de cena do nosso imaginário. A tradição lembrava a lenda, os eruditos confirmavam-na e as evocações criavam o itinerário da galeria de lembranças dessa aliança de Portugal com a divina transcendência: a ermida dedicada a Nossa Senhora dos Mártires, por iniciativa atribuída a D. Afonso Henriques celebrando a vitória da Batalha de Sacavém (1147), a construção, lembrada por frei João de S. Bernardo na coroação de D. João IV, do Mosteiro da Batalha por D. João I, do Convento do Carmo por D. Nuno Álvares Pereira e do Mosteiro da Conceição (Beja) pelos infantes D. Fernando e D. Beatriz, etc. O calendário da Restauração sobreimprime-se no da Senhora da Conceição: 1 de Dezembro de 1640 era sábado de novena da Conceição e a sua festa foi, em diversas ocasiões, acarinhada por D. João IV, seu devoto.

D. João IV, a crer em referências dispersas, na sequência de outras iniciativas e pronunciamentos<sup>72</sup>, e correspondendo, também, à sugestão do pe. Nuno da Cunha<sup>73</sup>, fez eleger, em cortes de 28/Dezembro/1645 a 16/Março/1646, por todos os Estados do reino, N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição padroeira e “rainha dos reinos e senhorios de Portugal” (itálico meu) em cerimónia a realizar no dia 25 de Março, domingo de Ramos e festa da Anunciação, de acordo com o descrito na ordenança de corte *Relação do juramento da Imaculada Conceição de Virgem Nossa Senhora*<sup>74</sup>. Depois, D. João IV enviou ao desembargo do Paço o decreto em que declarava que faria o juramento no dia seguinte na capela real, perante os representantes das cortes e que se obrigaria ao feudo anual de 20 mil reis.

---

<sup>70</sup> Mário Martins, “A Imaculada Conceição na espiritualidade portuguesa”, *Brotéria*, vol. XLIII, Lisboa, 1946, pp. 563-564.

<sup>71</sup> *Ibidem*, pp. 565-567.

<sup>72</sup> Cf. Domingos Maurício, “Iniciativa da consagração de Portugal a N. Senhora da Conceição”, *Brotéria*, vol. XLIII, Lisboa, 1946, pp. 625 e ss.

<sup>73</sup> Cf. *ibidem*, pp. 625-626.

<sup>74</sup> Reproduzido por Domingos Maurício, *ibidem*, pp. 632-634.

O juramento foi solenemente pronunciado em 25 de Março de 1646, primeiro, por D. João IV, depois, pelo príncipe D. Teodósio e, em seguida, pelos representantes das cortes, tal como planeado. Descritas as cerimónias, assim se comenta, conclusivamente, em *Portugal católico*:

*O acto terminou com solene Te Deum.*

*Por outras palavras: o Governo transferia para Ela o poder e domínio de que gozava, tornando-se nossa Senhora verdadeira Soberana de Portugal Os reis, em sinal de que aceitavam o Seu domínio, pagar-lhe-iam cada ano um tributo de submissão e desde essa altura mais nenhum monarca colocou a coroa na cabeça, pois isso equivaleria a usurpar um direito pertencente a nossa Senhora. Nos quadros onde aparecem reis ou rainhas, a coroa está pousada ao lado, sobre uma mesa, num tamborete ou almofada de cetim. A cerimónia da coroação dos reis de Portugal passou a denominar-se Aclamação.<sup>75</sup>*

Na mesma altura, fez-se a carta de feudo e vassalagem à Senhora da Conceição de Vila Viçosa e, a 27 de Abril ou 30 de Maio, foi decretado que se pagaria o feudo anual de 50 maravedis de ouro prometidos por D. Afonso Henriques a Santa Maria de Claraval (v. anexo). Era um modo de corresponder a ambas as devoções que numa mesma instância maternal e divina se fundiam.

Trata-se de um juramento de vassalagem pessoal, de linhagem familiar real e de alegada renovação e continuação da *aliança* entre Portugal e Deus, revitalizada e reformulada em discurso de vinculação de toda a comunidade política, enunciado em cerimónia solene e lavrado em documento notarial com três exemplares, assinalando o tributo e a sanção, vínculo que todos os poderes locais laicos<sup>76</sup> e eclesiásticos consagrarão e, às vezes, até com votação (nominal e secreta) pelos representantes do povo, como se pode observar na documentação do processo da Câmara do Porto. E a Universidade foi também chamada a participar, como se pode constatar na cronologia da “Memória de Coimbra” no que se refere ao ano de 1646<sup>77</sup>:

<sup>75</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 40.

<sup>76</sup> *Na Justa Aclamação. Tratado Analítico dividido em três partes. Ordenado e divulgado em nome do mesmo Reino. Dirigido ao sumo pontífice da Igreja Católica, Reis, Príncipes, Republicas e Senhores soberanos da Cristandade* (1664), Francisco de Gouveia declara logo na Primeira Parte o direito e a legitimidade por direito do povo português soberano que explica o processo de eleição pelas instâncias municipais:

“Que o Reino de Portugal tem legítimo poder, para aclamar Rei a quem tiver legítimo direito para o ser; e privar o que não tiver, e for intruso. Sem ser necessária autoridade, ou sentença do Sumo Pontífice, nem de outra pessoa alguma” – reproduzido em [http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta\\_1644\\_justa\\_aclamacao.htm](http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1644_justa_aclamacao.htm).

Esta questão da soberania popular, diversamente glosada, será retomada por Alexandre Herculano, autor de texto com título expressivo dessa posição: “Que o País seja governado pelo País” (*O português*, 1853), *Obras completas de Alexandre Herculano: Opúsculos*, tomo I: *Questões públicas, política*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, pp. 450-454 ([http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta\\_1853\\_alexandre\\_herculano.htm](http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1853_alexandre_herculano.htm)).

<sup>77</sup> Cf. <https://sites.google.com/site/memoriadecoimbra/coimbra-em-datas/sec-xi-a-xx-d-c-1/de-1-2>.

## A Imaculada Conceição e a legitimidade Portuguesa

– 18 de Janeiro – Carta régia de D. João IV ordenando a todos os lentes e estudantes da Universidade o juramento de defender o mistério da Imaculada Conceição.

– 20 de Janeiro – A Universidade de Coimbra manda que se faça o juramento da Imaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa.

– 28 de Julho – A Universidade faz juramento solene de defender a Imaculada Conceição de Nossa Senhora.

– 28 de Julho – Colocação de uma lápide na capela da Universidade junto ao altar de Nossa Senhora, do lado do evangelho, em comemoração do juramento da Imaculada Conceição.

Só a 8 de Maio de 1671, Clemente X, aprovou e confirmou o decreto de el-rei D. João IV num breve, “*Exima Dilectissima*”, ratificando a “eleição da Bem-Aventurada Virgem Maria sob a invocação da Santíssima Conceição, como particular, única e singular Advogada e Protectora do Reino de Portugal”<sup>78</sup>.

Simbolicamente importante é a associação entre o (re)nascimento de Portugal e a *concepção* da Senhora que o amadrinha e coroa: duas *concepções* que se sobrepõem na consagração do humano e político desígnio nacional.

A aliança original e fundadora do reino consagrava, segundo a tradição, um nexo especial entre o primeiro rei e Nossa Senhora da Conceição, que o texto da provisão evoca para legitimar este juramento e o justificar como continuidade histórica e identitária:

*[...] Senhor Rey Dom Afonço Henriques meu, progenitor e primeiro Rey deste reino, sendo aclamado e levantado por Rey, em reconhecimento desta grande mercê, de consentimento de seus vassallos, tomou por especial aduogada sua a Virgem Mãe de Deus e Senhora nossa, e debaixo de sua sagrada protecção e amparo lhe ofereceu a todos seus successores, reino e uassallos com particular tributo, em sinal de feudo e uassallagem, dezejando eu ymitar seu santo zello e a singullar piedade dos senhores reys meus predesessores, reconhecendo ainda em mim auantajadas e continuas merces e beneffícios da liberal e poderosa mão de Deus nosso senhor por intresessão da Uirgem nossa Senhora da Conseição [...]*<sup>79</sup>

E a renovação do voto para continuidade do vínculo espiritual justifica-se no acto de vontade e de reconhecimento do novo rei assinalando o novo ciclo nacional após interregno enlutado. A luminosidade do voto dissolve as sombras do luto do passado, da depressão do presente e dos temores pelo futuro.

O acto de vassalagem, espiritual e simbólico, nos tempos fundacionais, torna-se efectivo no voto da restauração nacional: realiza-se na *transferência* da coroa real, já imperialmente fechada, para a instância que garantiria protecção e segurança e a *maternidade* que faltava à *masculinidade* cunhada em Ourique. No texto enunciado sucessivamente pelo monarca, pelo infante e pelos representantes dos três

<sup>78</sup> José Eduardo Franco e José Carlos Seabra Pereira (orgs.). *Portugal Católico*, p. 41.

<sup>79</sup> Cf. transcrição do juramento no número 19-20 da *Revista dos Centenários*, Lisboa, Julho-Agosto de 1940, no âmbito das comemorações do duplo centenário da fundação de Portugal (1139) e da Restauração da independência portuguesa (1640). [<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/REVISTADOSCENTENARIOS/REVISTADOSCENTENARIOS.HTM>].

Estados, que a nação declinará nas suas instituições regionais, define-se o acto e o processo como “*eleição, promessa e juramento*”, legalizando por todas as vias possíveis (real, de cortes e comunitária) a vinculação que lhe promove segurança e reconhecimento. Na memória do povo, ecoa outro julgamento, hoje controverso: o julgamento de D. Afonso Henriques, datado de 26/Outubro/1152, consagrando a lenda do milagre e alegadamente descoberto em Alboça<sup>80</sup>. Também nele se implica a descendência familiar e nacional e se prevê o castigo “se alguém intentar o contrario”<sup>81</sup>...

A nossa identidade nacional portuguesa tendeu a *legitimar-se* num plano espiritual, num *além* fundador da sua *razão de ser e de agir*: um *pacto* entre o divino e o humano em que a colectividade se reconhece. No processo da legitimação da identidade nacional, a Imaculada Conceição *reconfigura* essa *aliança* actualizada na “*eleição, promessa e juramento*” e “*vassalagem*” e no que deles deriva. São diferentes momentos da elaboração do *mito da identidade nacional*<sup>82</sup>: no verbo e pelo verbo, que o papel tenta cristalizar no documento, com o Verbo divino...

Portugal foi miraculosamente sagrado em Ourique por Cristo e tomou-o como referência estruturante da sua própria identidade, como sinalizam itinerários da sua representação na nossa cultura. Um exemplo estético apenas e já na modernidade: *Pátria* (1896), de Guerra Junqueiro, que a decalca sobreimpresa na figura crística. Em tempo de afirmação de independência e território, a identidade modaliza-se de sinais de *masculinidade* e *feminilidade* associadas. E Portugal restaurar-se-á miraculosamente protegido por Maria, protecção que se manifestará na Cova de Iria em 1917 e que será reconhecida aquando do tricentenário da Imaculada Conceição, após a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra.

Ao nascimento da nação, sucedem as provas de iniciação de Alcácer Quibir e do domínio filipino, e a estas segue-se a idade adulta, mas a emancipação exige também patrimonialidade imaterial: o mesmo laço com Deus, mas com outra *nuance*. A Mãe continua o trabalho do Filho, mas não se trata de uma passagem do testemunho, antes de uma continuidade *diferente*: ela, que já acompanhara a fundação, avança para nós para corresponder à invocação de um filho colectivo que se sentiu renascer das cinzas. No imaginário popular, o modelo de nascimento, paixão, morte e ressurreição de Cristo oferece-se como padrão hermenêutico para a sua História...

A *mátria*<sup>83</sup> emergiu, assim, esplêndida de materna feminilidade, na *pátria*, sempre sob o signo da transcendência divina a que se fazia, assim, reconhecer o regaço

---

<sup>80</sup> Cf., dentre outros: <http://books.google.pt/books?id=KHxGGmYuMuAC&lpg=PA187&ots=-ED3FIMoVU&dq=juramento%20afonso%20henriques%20ourique%20monarquia%20lusitana&pg=PA187#v=onepage&q=juramento%20afonso%20henriques%20ourique%20monarquia%20lusitana&f=false>.

<sup>81</sup> Cf. [http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta\\_1152\\_juramento.htm](http://www.angelfire.com/pq/unica/monumenta_1152_juramento.htm).

<sup>82</sup> Sobre este processo de mitificação, larga reflexão tem desenvolvido José Eduardo Franco, para que remeto, incluindo a longa bibliografia final: *O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e a sua função política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque D'Orey e Roma Editora, 2000; “O Mito de Portugal, Fernando Oliveira, o construtor do Mito de Portugal” ([http://www.triplov.com/ista/cadernos/franco\\_1.html](http://www.triplov.com/ista/cadernos/franco_1.html)).

<sup>83</sup> Cf. Natália Correia e toda a sua reflexão sobre este conceito e esta dimensão de Portugal.

de desejar paz e afectividade, após o ciclo bélico inicial. Nela e com ela, a dignidade feminina eleva-se e elabora-se na cultura portuguesa, mantendo em pano de fundo e referência maior a sua mais perfeita configuração, nascida sem o pecado da ancestral e bíblica Eva. A Imaculada Conceição, mistério e dogma de fé<sup>84</sup>, eleva-se nos céus nacionais iluminada pela acção política de uma comunidade unida nesse voto, e sedia-se em terra, em Vila Viçosa, onde adquire santuário, casa, sede.

Simbolicamente, Portugal surge como obra de Mãe e Filho em Novo Testamento e assume essa *aliança* com o *além* de si e dos homens, anelante desse lugar de filiação e vassalagem, vergando-se perante a transcendência generosa, que coroa.

A partir desse juramento, mais nenhum rei português usou coroa na cabeça, pois, uma vez oferecida à Virgem, só ela tinha esse direito. Nos retratos reais, a coroa está ao lado sobre uma mesa, um banco ou uma almofada. A atopia simbólica da coroa portuguesa sugere a sua inatingibilidade e confere foros de pecado maior a qualquer tentativa de a usar... em suma, o juramento colectivo confere um escudo irredutível ao Portugal ameaçado, mas também lhe institui uma monarquia espiritual e simbólica...

Em 1648, D. João IV mandou cunhar a célebre Conceição, medalhas de ouro e prata com a imagem de Nossa Senhora da Conceição coroada de sete estrelas sobre o globo e a meia-lua, ladeada pelo Sol, a Casa do Ouro, o Horto, o Espelho, a Arca da Aliança e a Fonte Selada, e com a legenda *Tutelarís Regni*. Foi a moeda do pagamento do primeiro tributo ao Santuário de Nossa Senhora de Vila Viçosa e circulou para memória do povo<sup>85</sup>. Por ocasião do III Centenário da Consagração

---

<sup>84</sup> Cf. <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>.

<sup>85</sup> A Conceição tem gravado 1648, ano em que foram abertos os cunhos, mas só em 3 de Dezembro de 1649 o Conselho da Fazenda autorizou a Casa da Moeda a receber o engenho vindo de França, em que depois se cunhou: “Diz Gaspar Pacheco, juiz e tesoureiro da Casa da Moeda desta cidade, que lhe é necessário um despacho para que se receba o engenho que Troise António Routier traz de França para a fábrica da dita Casa, e que todas as despesas e custos que fizer com o dito engenho lhe façam as despesas com os escrivães da Casa, os quais lhes levaram os contadores em conta. E assim mais três mil réis que gastou em mandar abrir um ferro para a imagem de Nossa Senhora da Conceição”. Como resposta foi dirigido o seguinte despacho de 3 de Dezembro de 1649: “O suplicante trate de recolher este engenho, e os escrivães façam a despesa na forma que pede”.

A medalha de 1648 só pela Ordem de 5 de Dezembro de 1650 foi mandada lavar como moeda de ouro e prata: “Por quanto Sua Magestade foi servido mandar que se lavrassem moedas de ouro e prata com a imagem santa da virgem santíssima nossa senhora da conceipçaõ, feitas no engenho que veio de França; o juis da moeda faça lavar logo as ditas moedas na forma e maneira que já se lavravaõ asin de ouro como de prata, procurando se lavrem e façaõ alguas, as mais que se possa, athé oito deste mês de Dezembro, dia da conceipçaõ, para o que se lhe passará Alvará.” O alvará de 9 de Outubro de 1651 decretou que o seu valor monetário era de 12 000 réis para as de ouro e de 600 réis para as de prata: “Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que eu hei por bem e me praz que as moedas da Imagem de Nossa Senhora da Conceição, que ora houve por meu serviço mandar se lavrassem, tenham de valor extrínseco as que forem de ouro doze mil reis cada uma, tendo de peso doze oitavas – e as que forem de prata, seis tostões, pondo-se pelo molde mais grosso, e tendo cada uma de peso uma onça – e que nesta fôrma possam correr em meus Reinos e Senhorios, como a mais moeda usual, visto a informação do

de Portugal a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1946, outra moeda se cunhará com desenho de João da Silva (Lisboa, 1880 – Lisboa, 1960).

Em 30 de Junho de 1654, D. João IV ordenou a inscrição, nas portas e entradas das cidades portuguesas, da evocação da eleição pelas cortes gerais em 1646 de Nossa Senhora como padroeira de Portugal e a obrigação de juramento de Sua Imaculada Conceição<sup>86</sup>.

25 anos depois das cortes de 1646, Clemente X, expediria o breve *Eximia dilectissimi*, de 8 de Maio de 1671, confirmando a “*eleição da Bemaventurada Virgem Maria sob a invocação da Santíssima Conceição, como particular, única e singular padroeira e protectora dos reinos de Portugal*”<sup>87</sup>.

Só em 8 de Dezembro de 1854, foi emitida a bula *Ineffabilis Deus*, pelo Papa Pio IX<sup>88</sup>, proclamando o dogma da Imaculada Conceição de Maria.

Portugal foi, pois, pioneiro nesta afirmação de fé mariana, que sucessivamente reafirmou.

---

Juiz e Thesoureiro da Casa da moeda desta Cidade”. [cf. <http://www.forum-numismatica.com/viewtopic.php?style=1&t=33198>]

A medalha-moeda ficou conhecida como “a Conceição”. As de ouro, tinham um toque de 916,6 milésimas, valiam 12 000 réis e pesavam 43,03 g. Não é conhecido nenhum exemplar em ouro. As de prata, com 916,6 milésimas, valiam 600 réis, têm 42 mm de diâmetro e pesam 28,68 g [cf. <http://www.arqnet.pt/dicionario/nsconcpad.html>].

<sup>86</sup> Tradução de uma inscrição em lápide de entrada num município: “Para perpétua memória, D. João IV, rei de Portugal, juntamente com as Cortes Gerais, se consagrou, a si e aos seus reinos, publicamente, à Imaculadíssima Conceição de Maria, com o tributo anual de um censo. E com juramento firmou que defenderia sempre que a Mãe de Deus, eleita Padroeira do Império, fora preservada da culpa original. Para que a piedade dos portugueses perenemente constasse, mandou gravar em pedra esta memória no ano de Cristo de 1646, sexto do seu reinado. ANO 1654.”

<sup>87</sup> Breve reproduzido por Domingos Maurício, *op. cit.*, pp. 648-649.

<sup>88</sup> Bula *Ineffabilis Deus – Dogma da Imaculada Conceição* (<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/decretos/20060220/>).

## Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

---

Jorge Fonseca\*

**Resumo:** O tema do presente artigo é a população de escravos e negros da vila alentejana de Grândola entre 1718 e 1738, assim como a criação e funcionamento de uma Irmandade de Negros durante esse período. Desta última conserva-se o respetivo compromisso e os registos de entrada de irmãos, únicas fontes disponíveis para o seu conhecimento.

**Palavras-chave:** Grândola; Escravos; Negros; Irmandades.

**Abstract:** The subject of this article is the population of slaves and black people in Grândola, Alentejo, from 1718 to 1738. It includes, also, a Black People's brotherhood which has been constituted in that period. It still survives its statutes and brothers enrolment record, which is the only evidence of its existence.

**Keywords:** Grândola; Slaves; Black People; Brotherhoods.

O presente artigo surgiu como consequência do meu estudo sobre as Irmandades de Negros em Portugal, cuja publicação<sup>1</sup> acabou por levar à descoberta de novas fontes para o conhecimento desta vertente da nossa história social. Neste caso, devo às colegas Sandra Patrício e Paula Pereira, do Arquivo Municipal de Sines, a revelação do códice da Igreja Matriz de Grândola que lhe serviu de base.

A existência, em número significativo, de escravos negros em Portugal resultou da expansão marítima lusitana iniciada no século XV. Antes dela predominavam os cativos com origem no Norte de África, na Península Ibérica e nas costas do Mediterrâneo Oriental, embora existam notícias de outras proveniências, incluindo a África Subsariana, mas em quantidades muito reduzidas. Foi no século XVI que a população negra atingiu números mais elevados, com tendência para diminuir daí

---

\* CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Jorge Fonseca, *Religião e liberdade. Os Negros nas irmandades e confrarias portuguesas (Séculos XV a XIX)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016.



em diante. As regiões do país em que teve maior peso foram o Algarve, o Alentejo, Lisboa e a respetiva área envolvente, e algumas cidades do litoral como o Porto. No Norte e no Centro interiores a presença de escravos foi sempre mais ténue. A causa do predomínio de Lisboa e do Sul esteve ligada ao facto de a vila de Lagos ter sido a primeira porta de entrada desta mão-de-obra em Portugal e de Lisboa ter passado a dispor, a partir do início do século XVI, do exclusivo da sua importação.

A prática comum de muitos escravos serem libertos pelos donos, por compra da alforria ou por outorga gratuita destes, permitiu que se formasse uma numerosa população de libertos e de negros livres, seus descendentes. Foi no respetivo âmbito e por sua iniciativa que começaram a constituir-se, desde meados do século XV, irmandades e confrarias designadas *de Homens Pretos*, que também admitiam a entrada de escravos. A primeira surgiu no mosteiro de São Domingos, de Lisboa, tendo daí irradiado estas associações religiosas para muitas vilas e cidades do país e do império ultramarino. As suas funções foram sobretudo de culto religioso, nomeadamente a Nossa Senhora do Rosário, sob cuja invocação a maioria se formou. No entanto, a exemplo da generalidade das irmandades, também estas se destinaram ao mútuo auxílio entre os associados, ao convívio e à afirmação social dos seus membros. Como agremiações de negros, grupo social objeto de discriminação pela população branca, esta última vertente era de fundamental importância, permitindo que as irmandades de gente “de cor” participassem, como tal, nas procissões de maior destaque, como a do Corpo de Deus, ou promovessem elas próprias procissões e outras festividades, em que os seus membros se incorporavam, mostrando-se assim aos conterrâneos.

Uma prerrogativa exclusiva das irmandades de negros, como ação destinada à ajuda mútua, era a de poderem intervir na libertação dos escravos que fossem seus confrades, emprestando-lhes as importâncias em dinheiro de que precisavam para comprarem aos donos a liberdade. Essa intervenção chegou mesmo, em Lisboa e durante algumas décadas do século XVI, a ter carácter de obrigatoriedade para esses proprietários, desde que lhes fosse entregue o valor do cativo em causa. No entanto, a oposição que esse privilégio levantou da parte dos Brancos levou a que fosse perdido na década de 80 de Quinhentos. Mas tal intervenção, embora sem carácter vinculativo, continuou a existir em todas as irmandades deste tipo, ao longo de séculos.

Resultado da ação das irmandades de negros foi também o culto de Santos Pretos. Os que beneficiaram de maior voga em Portugal foram Santo António de Noto e São Benedito de Palermo, frades franciscanos da Sicília, Santa Efigénia, princesa da Núbia e Santo Elesbão, imperador da Etiópia, estes de existência lendária. Uma das irmandades de Lisboa, ereta no mosteiro de São Francisco da Cidade, evocava Nossa Senhora de Guadalupe, uma das virgens negras da Europa, que era venerada no mosteiro castelhano do mesmo nome, sendo objeto de importante culto em Portugal.

A região alentejana, pela sua proximidade do principal porto de abastecimento de escravos e, por isso, também de existência de negros livres, foi aquela que maior número de irmandades de negros possuiu, atendendo ao que as fontes atualmente conhecidas indicam, 25, acima das 17 da região entre Tejo e Sado, 11 da cidade

## Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

de Lisboa, 9 do Centro e Norte do país, incluindo o Porto, 6 do Algarve, 3 dos Açores e 2 da Madeira<sup>2</sup>. A fonte que agora aqui se analisa mostra que no Alentejo foi instituída mais uma destas associações religiosas, na vila de Grândola.

O códice do Arquivo Paroquial de Grândola que aqui me traz é formado pelo Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, redigido e aprovado pelos respetivos irmãos em 1721 e confirmado em 1789 pela rainha D. Maria I, como governadora e administradora do Mestrado da Ordem de São Tiago, a que a vila estava sujeita; e pelo registo da Entrada de Irmãos e Irmãs, em separado, que começou a ser efetuado logo após a aprovação do compromisso.

O capítulo primeiro deste é claro quanto à natureza da associação: “Ordenamos que esta Santa Irmandade seja sempre o seu próprio título de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e que nestes ande sempre a eleição da primeira cabeça dela, que é o Juiz, cuja se não poderá fazer nunca senão em homem preto, elegendo destes em cada um ano o que lhes parecer mais zeloso e ativo no serviço da Senhora; e que nesta Irmandade se possam assentar por irmãos da dita Senhora todo o género de pessoas, de qualquer qualidade, ficando gozando de o benefício de que gozam os irmãos da Senhora”.

Tratava-se, por isso, de uma irmandade de negros, formada por iniciativa de membros da comunidade de origem africana da vila ou do respetivo pároco, mas que não se fechava à entrada de pessoas com outras características físicas e diferente origem geográfica, ou seja, de brancos. Era essa a vocação das irmandades do Rosário, exposta pelo teólogo frei Nicolau Dias, em 1573, no *Livro do Rosário de Nossa Senhora*: “comummente nas outras confrarias não são admitidos senão particulares estados de pessoas. Mas na confraria do Rosário de Nossa Senhora recebem-se todos os estados e condições de pessoas, homens, mulheres, grandes, pequenos, pobres, ricos, velhos, moços, livres, escravos, eclesiásticos e seculares, e também os defuntos”<sup>3</sup>. Essa abertura tinha, portanto, implícita a impossibilidade de vedar a entrada fosse a quem fosse e assim, ao fim de algum tempo, os Brancos acabavam por ultrapassar os Negros em número, dada a sua larga supremacia numérica na população. Essa realidade comprova-se, entre outras irmandades, nas de Arraiolos e Elvas, por se conhecerem os respetivos livros de entrada de confrades<sup>4</sup>.

Previendo essa inevitabilidade e para que a associação grandolense não viesse a perder a sua natureza original, os fundadores quiseram assegurar que, pelo menos, o principal cargo dirigente ficasse a cargo de um negro. Vejamos de que modo essa preocupação encontrava justificação na realidade estatística.

---

<sup>2</sup> Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos em Portugal. Das origens ao século XIX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017, pp. 309-310.

<sup>3</sup> Frei Nicolau Dias, *Livro do Rosário de Nossa Senhora* (1573), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, pp. 30-32.

<sup>4</sup> Jorge Fonseca, “Para a história dos escravos e negros no Alentejo: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Arraiolos (Séculos XVII-XVIII)”, *Almansor*, n.º 3 (2.ª Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2004, pp. 245-263; “Para a história do associativismo dos Negros em Portugal: a Irmandade de N.ª S.ª do Rosário dos Homens Pretos de Elvas”, *Calli-pole*, n.º 17, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2009, pp. 23-40.

Recorrendo, como fizemos para a generalidade das terras do sul do país, aos registos de batismos, verificámos que na 2.<sup>a</sup> metade do século XVI os escravos batizados em Grândola foram 5,31% da totalidade dos batizados, que na 1.<sup>a</sup> metade da centúria seguinte essa percentagem subiu para 6,94%, tendo descido na 2.<sup>a</sup> metade de Seiscentos para 4,66%<sup>5</sup>. Mas no século XVIII, no período de 1718 a 1736, época em que se constituiu a irmandade e foi inscrita a maioria dos irmãos, os batismos de escravos já foram só 2% do conjunto das crianças levadas à pia batismal da igreja da vila<sup>6</sup>. Quanto aos óbitos de cativos registados entre 1718 e 1734, foram 2,3% dos falecidos, e os de libertos e negros livres, que aparecem referidos como tal, 0,8%<sup>7</sup>. Verifica-se, confiando na representatividade destes registos, que os negros que viviam em Grândola quando da criação da Irmandade dos Pretos, fossem eles escravos ou livres, não passavam, no seu conjunto, de 3,1% da população, uma reduzida minoria. Daqui se justificar plenamente a preocupação referida.

### Batismos de escravos (1718-1736)

Escravos batizados	Total de batizados	%
34	1699	2

### Óbitos de escravos e negros livres (1718-1734)

Escravos falecidos	Total de falecidos	%	Negros livres falec.	Total de falecidos	%
31	1347	2,3	11	1347	0,8

Vejamos quem foram esses escravos e negros livres:

### Escravos e negros de Grândola em registos de batismos e de óbitos (1718-1736)

Nome	Condição	Dono/antigo dono	Ocorrência	Data
Domingos	Escravo	Miguel da Costa	Óbito	3.3.1719
José Nunes	Escravo	João Soveral Barradas	Óbito	20.5.1719
Maria, f. <sup>a</sup> de Francisca	Escravas	Manuel Rodrigues, da herd. da Paxam	Batismo	11.9.1719
”	”	”	Óbito	8.11.1719
Isabel, f. <sup>a</sup> de Domingas	Escravas	Manuel Calado, do Sidrão	Batismo	6.3.1720
João, f. <sup>o</sup> de M. <sup>a</sup>	Escravos	Ant. <sup>o</sup> Luís Abelha (Vila)	Batismo	24.3.1721

<sup>5</sup> Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Vulgata, 2002, p. 23.

<sup>6</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Grândola (Paróquia de), Registos de Batismos, Liv. 1 (1718-1736), f. 1 a 290 v.

<sup>7</sup> Arquivo Distrital de Setúbal, Grândola (Paróquia de), Óbitos (1718-1734), f. 1 a 195 v.

Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

**Escravos e negros de Grândola em registos de batismos e de óbitos (1718-1736)**

(Continuação)

Nome	Condição	Dono/antigo dono	Ocorrência	Data
Marcelina, f. <sup>a</sup> de Ana	Escravas	António Gonçalves, de Vale de Moinhos	Batismo	30.3.1721
Francisca	Escrava	Domingos Nunes (Vila)	Óbito	3.4.1721
Franc. <sup>o</sup> , f. <sup>o</sup> de Felicía dos Santos	Escravos	André Soveral, do Canal	Batismo	20.4.1721
Francisco	Escravo	João Gonç., da Atalaia	Óbito	7.5.1721
Ant. <sup>o</sup> , f. <sup>o</sup> de Francisca	Escravos	Manuel Rodrigues, da Paxão	Batismo	15.6.1721
M. <sup>a</sup> , f. <sup>a</sup> de Filipa	Escravas	Ant. <sup>o</sup> Rod.s de Carvalho	Batismo	30.7.1721
Domingas	Escrava	Martinho Luís	Óbito	30.7.1721
Felicía	Escrava	João Manuel Barradas (Vila)	Óbito	31.8.1721
Francisco	Escravo	André Soveral, do Canal	Óbito	9.9.1721
Marcelina	Escrava	António Gonçalves, de Vale de Moinhos	Óbito	25.9.1721
João, f. <sup>o</sup> de M. <sup>a</sup> da Conceição	Escravos	António Luís Abelha (Vila)	Óbito	11.10.1722
Maria	Escrava	Ant. <sup>o</sup> Rod.s de Carvalho	Óbito	21.1.1723
Helena, f. <sup>a</sup> de M. <sup>a</sup> do Ros. <sup>o</sup>	Escravas	António Luís Abelha (Vila)	Batismo	11.5.1723
Catarina	Escrava	Bartolomeu Nunes, da Ameixoeira	Óbito	21.10.1723
Manuel Nunes	Liberto	Inês Pinota (Canal de Baixo)	Óbito	13.11.1723
Polónia	Escrava	Joana Batista (Vila)	Óbito	30.11.1723
Manuel	Escravo	Tomás de Aquino (Vila)	Óbito	27.12.1723
Laurência	Escrava	Amaro Gonçalves, de S. Lourenço	Óbito	29.12.1723
Domingas, f. <sup>a</sup> de Francisca	Escravas	Manuel Rod.es, da Paxam	Batismo	9.2.1724
M. <sup>a</sup> , f. <sup>a</sup> de Felícia dos Santos	Escravas	André Sobral, lavrador na herd. do Canal de Baixo	Batismo	16.2.1724
Ant. <sup>a</sup> , F. <sup>a</sup> de M. <sup>a</sup>	Escravas	Dom. Gonç., das Boiças	Batismo	5.4.1724
José, F. <sup>o</sup> de Domingas	Escravos	Manuel Calado, morador nos Algares	Batismo	19.4.1724
Vicente F.des	Escravo	B. eu Nunes, da Ameix. <sup>a</sup>	Óbito	10.5.1724
Manuel da Costa Boxo	Liberto	Capitão Leitão de Vascon- celos	Óbito	19.5.1724
Manuel	Escravo	Ant. <sup>o</sup> Luís Abelha (Vila)	Óbito	4.6.1724
José, F. <sup>o</sup> de Luzia	Escravos	João Soveral Barradas, de Corte Pequena	Batismo	2.1.1725

**Escravos e negros de Grândola em registos de batismos e de óbitos (1718-1736)**  
(Continuação)

Nome	Condição	Dono/antigo dono	Ocorrência	Data
Mateus Cupido	Homem par- do (Vila)		Óbito	24.1.1725
Maria Cardoso	Mulher parda		Óbito	15.4.1725
Isabel, f. <sup>a</sup> de Joana	Escravas	Estêvão Rodrigues Panóias (Vila)	Batismo	29.6.1725
Estêvão	Escravo	Luís Barradas de Macedo (Vila)	Óbito	23.7.1725
Maria	Escrava	M.eI Martins, do Canal	Óbito	11.9.1725
Teotónio, f. <sup>o</sup> de Inês	Escravos	João Soveral Barradas, de Corte Pequena	Batismo	21.9.1725
Lázaro	Liberto	Martinho Luís	Óbito	9.10.1725
Teotónio, f. <sup>o</sup> de Inês	Escravos	João Soveral Barradas, de Corte Pequena	Óbito	12.10.1725
Felícia	Escrava	André Soveral, do Canal	Óbito	8.11.1725
Niceta, f. <sup>a</sup> de Catarina	Escravos	Padre Jorge Pineta Barradas	Batismoww	17.4.1726
Catarina, f. <sup>a</sup> de Luísa	Escravas	João Soveral Barradas, de Corte Pequena	Batismo	14.10.1726
Inês	Escrava	António Rodrigues de Carvalho (Vila)	Óbito	28.7.1727
Maria	Escrava	António Luís Abelha	Óbito	8.12.1727
Brás Luís	Liberto	João Soveral Barradas, de Corte Pequena	Óbito	4.7.1728
Manuel Soares Cachimbo	Liberto	Julião da Costa (Vila)	Óbito	18.10.1728
Custódia, f. <sup>a</sup> de Luzia	Escravas	Domingos Mateus, da Assei- ceira	Batismo	27.2.1729
André, f. <sup>o</sup> de D. <sup>as</sup> da Rosa	Escravos	Manuel Calado, da herdade dos Algares	Batismo	20.11.1729
Mariana, f. <sup>a</sup> de Clemente e Joana	Escravos	Manuel Mateus, do Barranco	Batismo	26.2.1730
Filho menor de Grácia Maria	Mulher parda		Óbito	20.5.1730
Alberto	Escravo	Martinho José Figueira	Óbito	2.8.1730
Maria	Escrava	Joana Batista das Donas (Vila)	Óbito	19.9.1730
Ventura	Escravo	João Eufrázio de Figueiros (Lisboa)	Óbito	12.11.1730
José, f. <sup>o</sup> de Luzia	Escravos	Manuel Mateus, do Barranco	Batismo	5.4.1731

Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

**Escravos e negros de Grândola em registos de batismos e de óbitos (1718-1736)**

(Continuação)

Nome	Condição	Dono/antigo dono	Ocorrência	Data
Maria	Escravinha	Filipe Rodrigues	Óbito	13.12.1731
José	H. pardo, mendigo		Óbito	13.4.1732
Joana	Escrava	Ant.º Rod. de Carvalho	Óbito	21.5.1732
Filipe, f.º de Maria	Escravos	Capitão Maior Luís de Vasconcelos Tibau (Vila)	Batismo	1.6.1732
Caetano, f.º de Luísa	Escravos	Padre Jorge Pinela Barradas	Batismo	7.8.1732
Isabel Rod., casada com João da Silva	Escravos	Manuel Martins, do Canal	Óbito	6.12.1732
João, f.º de Catarina	Escravos	Gaspar Fernandes, da Ervideira	Batismo	6.1.1733
Amaro, f.º de Ana Maria	Escravos	Manuel Amado	Batismo	6.1.1733
Páscoa	Escrava	Gregório Amado, de Corte Quadrada	Óbito	18.4.1733
Cipriana, f.ª de Ângela	Escravos	Gaspar Leitão de Vasconcelos	Batismo	3.10.1733
Cesília, f.ª de João da Silva e Isabel Rod.	Escravos	Manuel Martins, do Canal	Óbito	4.10.1733
Santos, f.º de D.ªs da Rosa	Escravos	Padre Jorge Pinota Barradas	Batismo	7.11.1733
Pero António, f.º de Luzia da Conceição	Escravos	Padre Jorge Pinota Barradas	Batismo	7.11.1733
Francisco, f.º legítimo de Clemente Sobral e Joana Maria	Escravos	Isabel da Assunção, nos Tarrafinhos	Batismo	15.11.1733
Rosa, f.ª de Luzia	Escravas	Manuel Mateus, lavrador do Barranco	Batismo	4.3.1734
Rita, f.ª de Catarina	Escravas	Padre António José da Silva	Batismo	11.3.1734
Feliciana, f.ª de Maria	Escravas	Lourenço Rodrigues (?)	Batismo	17.3.1734
Gabriela, f.ª de Maria	Escravas	Manuel Rodrigues, da Paxam	Batismo	24.6.1734
M.ª, f.ª de M.ª	Escravas	Luísa Barradas	Batismo	12.4.1735

A previsão de que a Irmandade dos Pretos acabaria por integrar sobretudo brancos confirmou-se com a inscrição dos irmãos, que se seguiu à elaboração do respetivo compromisso. Os escravos entrados, de ambos os sexos, não passaram de 13,2% do total de pessoas inscritas e, mesmo em conjunto com os que são referidos como negros livres, apenas atingiram uns modestos 14,4%.

### **Escravos e negros livres inscritos como irmãos (1721-1738)**

<b>Total de inscritos</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>	<b>Escravas</b>	<b>%</b>	<b>Total de escravos</b>	<b>%</b>	<b>Negros livres</b>	<b>%</b>
325	22	6,76	21	6,46	43	13,2	4	1,2

De 1738 em diante, até 1785, último ano de que há registos (provavelmente já no fim do funcionamento da irmandade) as inscrições de escravos e negros foram tão poucas que deixámos de recolher esses dados. Na realidade, a Irmandade dos Pretos já só pelo nome teria essa conotação, não passando de mais uma das associações religiosas existentes na vila, na qual se inscreviam quase só brancos, em manifestação de humildade perante Nossa Senhora do Rosário, do mesmo modo que, em muitas terras, o faziam entrando para Irmandades de Escravos de várias invocações, que deles só tinham o nome, onde usavam pulseiras (chamadas escravas) de prata ou metal vulgar, apenas como gesto de devoção e submissão a Deus.

A diminuição do número de entradas de escravos e negros livres na irmandade esteve também ligada ao decréscimo dos escravos e seus descendentes no país. As leis pombalinas de 1761 e 1773, que impediram a entrada no reino de novos escravos, o nascimento de cativos das escravas que cá viviam e a liberdade dos escravos de quarta geração (aqueles cuja escravidão remontava às bisavós), implicaram a queda rápida desta população e, a prazo, a sua extinção. Por isso, a Irmandade dos Pretos, criada já na terceira década de Setecentos e confirmada em 1789, por certo já em plena decadência, tinha os dias ou, pelo menos, as décadas, contados.

Uma outra conclusão suscitam os números atrás apresentados. Embora o 1.º artigo do compromisso obrigasse a que o juiz da irmandade fosse um “homem preto”, o artigo 7.º, especificando melhor as características do detentor desse lugar, preconizava a eleição anual de “um homem pardo livre” para esse cargo, ou seja, de um mulato livre. Isso mostra, provavelmente, o papel que alguns mulatos livres de Grândola tiveram na fundação da irmandade em 1721. Mas, ao olharmos para o número de negros livres inscritos como irmãos nos primeiros 17 anos de existência da mesma, 4, temos que concluir que, ou parte dos inscritos cuja cor não foi referida eram também pretos e mulatos, ou aquela cláusula seria muito difícil de manter, por o cargo de juiz acabar por tocar sempre aos mesmos raros indivíduos que tinham perfil para ele. Como a cláusula não foi alterada, pois chegou a 1789, ano da confirmação do compromisso pela rainha, será forçoso concluir que uma parte (que desconhecemos) dos inscritos sem cor referida era constituída por pretos e mulatos livres, em diferentes graus de miscigenação com brancos.

Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

**Escravos e negros livres inscritos na Irmandade do Rosário dos Pretos (1721-1738)**

<b>Nome</b>	<b>Condição</b>	<b>Dono/antigo dono</b>
Manuel Soares	Escravo	Julião da Costa
Brás Luís	Liberto	João Sobral Barradas
Domingos	Escravo	Estêvão Rodrigues [Panóias]
Pedro da Costa, o Preto	Negro livre	
José Barreto	Escravo	Capitão António Luís Abelha
Joaquim	Escravo	Julião da Costa
João Soares	Escravo	Julião da Costa
Carlos de Oliveira	Escravo	João Manuel Barradas
Manuel da Costa	Escravo	Capitão Gaspar Luís
Manuel da Costa	Escravo	António Nunes, dos Penedinhos
António José	Escravo	Domingos Nunes
Manuel Sobral	Escravo	Tomás de Aquino
Maurício da Costa	Escravo	Julião da Costa
Manuel Calado	Escravo	José de Miranda
(-) Nunes	Escravo	Capitão Gaspar Luís
José Barradas	Escravo	Luís Barradas
Gabriel Rodrigues	Escravo	Capitão António Luís Abelha
Luís Dias	Escravo	Capitão António Luís Abelha
Marcelino de Sá	Escravo	Manuel de Sá
André Gonçalves	Escravo	João Gamito, de Vale Lamas
Brás Luís	Escravo	
Lourenço	Escravo	Estêvão Rodrigues Panóias
Domingas Nunes	Liberta	António Sobral Velho
Gregória Guerreira	Escrava	
Catarina Barradas	Escrava	Luís Barradas
Micaela do Rosário	Escrava	Julião da Costa
Catarina Calada	Escrava	Manuel Sobral Barradas
Bárbara Malveira	Escrava	Joana Sovereira
Vicência do Rosário	Escrava	Joana Sovereira
Joana do Rosário	Escrava	António Rodrigues de Carvalho
Maria Machado	Escrava	Manuel Martins, do Canal
Isabel Maria	Escrava	Julião da Costa
Apolónia Luís	Escrava	Joana Batista das Donas
Maria	Escrava	Joana Batista das Donas
M. <sup>a</sup> do Nascimento, f. <sup>a</sup> de Domingas Nunes, a Preta		
Isabel	Escrava	Gaspar Luís
Josefa Maria	Escrava	Manuel Amado



**Escravos e negros livres inscritos na Irmandade do Rosário dos Pretos (1721-1738)**  
(Continuação)

Nome	Condição	Dono/antigo dono
Pelónia Barradas	Escrava	João Manuel [Barradas]
Felícia dos Santos	Escrava	André Sobral, do Canal
Maria, preta	Escrava	Padre António de Mendonça
Maria do Rosário	Escrava	Capitão António Luís Abelha
Luzia Rodrigues	Escrava	Capitão António Luís Abelha
Inês	Escrava	António Rodrigues de Carvalho
Leonarda da Conceição	Escrava	
Bastiana Ribeira	Escrava	Estêvão Rodrigues [Panóias]
Amaro Gonçalves	Escravo	Estêvão Rodrigues [Panóias]
Sebastião Barradas	Escravo	Manuel Martins, do Canal

O quadro permite conhecer alguns dos maiores proprietários de escravos da vila de Grândola e seu termo e, por essa via, dos maiores proprietários, pois eram esses que possuíam cativos, para os utilizarem nas tarefas quotidianas do seu domicílio e nos trabalhos ligados à exploração da terra, nomeadamente na guarda de gado. Os que dispunham de maior número eram Julião da Costa, com seis escravos, o capitão de Ordenanças António Luís Abelha, com cinco, e Estêvão Rodrigues Panóias, com quatro cativos inscritos na irmandade. Residiam os três na vila. Os restantes 17 dispunham de três a um único cativo.

Podemos comparar estes dados com os que são fornecidos pelos registos de batismos e óbitos, concluindo que, dos 34 proprietários de escravos neles referidos entre 1719 e 1736 (com exclusão de João Eufrásio de Figueiroa, de Lisboa), há coincidência de nomes em 11 casos das duas relações. Tendo agora em conta os donos incluídos nesta lista, temos 15 lavradores de herdades do termo de Grândola, oito residentes na vila, certamente, na sua maioria, proprietários de terras, dois padres, um capitão-mor das Ordenanças e oito sem indicações além do nome. Os que mais se destacam pelo número de escravos são João Soveral Barradas, morador e lavrador em Corte Pequena, com nove referências, três das quais de recém-nascidos e duas de falecidos; o padre Jorge Barradas, com oito referências, quatro delas de recém-nascidos; Manuel Mateus, da herdade do Barranco, com sete cativos mencionados, três deles recém-nascidos e um falecido; Manuel Rodrigues Estopa, na herdade da Paxam, também com sete menções a escravos, tendo três nascido e dois falecido, António Luís Abelha, morador na vila, a que há seis referências, sendo duas a recém-nascidos e três a falecidos, André Soveral, morador no Canal, com cinco menções a escravos, dois deles nascidos e dois falecidos, e António Rodrigues de Carvalho, da vila, igualmente com cinco referências, sendo uma de um recém-nascido e três de óbitos.

Destes, só António Luís Abelha aparecia como dono de escravos inscritos na irmandade dos Pretos, cinco; André Soveral, com um inscrito, e António Rodrigues de Carvalho, proprietário de dois cativos aí inscritos. Na inexistência de inventários de bens destes e doutros donos de escravos, que pudessem mostrar o número total

## Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

dos cativos de cada um, podemos concluir que eram estes, juntamente com Julião da Costa e Estêvão Rodrigues Panóias, da relação anterior, os maiores detentores de escravos da vila e termo de Grândola no período de 1719 a 1738.

Com o objetivo de classificar aproximadamente a irmandade no plano social, observemos as profissões e outras características dos 82 irmãos cuja menção inclui essa referência, uma minoria de apenas 25,2% (82 em 325):

### Características/profissões dos irmãos (1721-1738)

Caracterização/profissão	Número
Alfaiate	1
Almocreves	3
Barbeiro	1
Boticários	2
Capitão-mor	1
Capitão	1
Carpinteiros	2
Carreteiro	1
Criada	1
Criado	1
Curtidor	1
Doutores	4
Escravos	43
Fidalgo	1
Hortelão	1
Marchante	1
Moleiro	1
Negros livres	4
Padre	1
Sangradores	2
Sapateiros	4
Trabalhadores	5
Sem especificação	243
Total	325

Entre os donos sem profissão referida há bastantes que parecem lavradores de determinadas herdades, pelas designações que surgem à frente dos respetivos nome e apelido. Por isso, além de 43 escravos, quatro negros livres e vários lavradores, em número indeterminado, eram irmãos da Irmandade do Rosário dos Pretos um capitão-mor e um capitão das Ordenanças no concelho, um fidalgo, quatro doutores, um padre, e sobretudo artesãos, comerciantes e prestadores de serviços, assim como quatro trabalhadores, certamente agrícolas. Alguns dos integráveis nestas

camadas mais populares podiam ser pretos ou mulatos, assim como alguns dos não caracterizados.

Tratava-se, por isso, de uma associação religiosa interclassista e inter-racial, que integrava membros da elite da vila, da classe média, nomeadamente rural, e das camadas populares, brancos e negros, escravos e livres, correspondendo aos propósitos das irmandades do Rosário, segundo as respetivas bases fundacionais recomendavam. Ela contrastava vivamente com a maioria das irmandades e confrarias do país na época, fortemente elitistas e que excluíam expressamente pessoas pertencentes a “infectas nações”, como descendentes de judeus, mouros e negros. Essas características eram comuns às das irmandades do Rosário de Arraiolos e do Rosário dos Homens Pretos de Elvas<sup>8</sup> e provavelmente também a outras cujos registos de entrada de irmãos se perderam, a grande maioria. Conhecendo-se, nestas associações, bastantes casos de inscrição de escravos por intervenção dos donos, pode-se mesmo afirmar que se tratava de irmandades de Negros patrocinadas e tuteladas pelos Brancos, no fundo mais uma forma de os integrar na sociedade, tal como sucedia através da admissão aos sacramentos e rituais cristãos.

Mas tal não se passava noutras irmandades de negros, de carácter mais fechado, como na irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa, instituída no mosteiro de São Domingos, e noutras nela inspiradas, como as de Alcácer do Sal e de Setúbal<sup>9</sup>. De acordo com o compromisso da primeira, de 1565, só tinham acesso a ela os pretos livres, mulatos, mouriscos brancos, indianos e escravos, além de um pequeno número de brancos nobres, necessários ao exercício do cargo de escrivão<sup>10</sup>. E semelhante realidade ocorria na irmandade lisboeta de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário e Adoração dos Santos Reis Magos, iniciada em 1732 e restabelecida no mosteiro de Santa Joana em 1852. O respetivo compromisso obrigava a que todos os irmãos fossem pretos, exceto seis brancos para poderem servir de escrivães, sendo necessário, podendo as irmãs ser pretas ou brancas<sup>11</sup>.

Nestes casos, tratava-se de iniciativas da comunidade negra, destinadas a defender os seus interesses como grupo discriminado e a manifestarem uma presença ativa na sociedade. No primeiro exemplo, a atividade da irmandade de São Domingos, sobretudo a faculdade de obrigar os donos dos irmãos cativos a libertá-los contra a entrega do seu valor, levou a uma forte oposição dos Brancos da cidade, que resultou na sua expulsão do mosteiro na década de 80 do século XVI<sup>12</sup>. Esses dois modelos de associações tinham, por isso, origens e intenções diferentes. Um deles era uma manifestação do dinamismo dos Negros na defesa dos seus interesses de

---

<sup>8</sup> Jorge Fonseca, “Para a história dos escravos e negros no Alentejo: a Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário de Arraiolos”, pp. 251-252 e “Para a história do associativismo dos Negros em Portugal: a Irmandade de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário dos Homens Pretos de Elvas”, pp. 26-27.

<sup>9</sup> Jorge Fonseca, *Religião e liberdade. Os Negros nas irmandades e confrarias portuguesas (Séculos XV a XIX)*, pp. 75-76.

<sup>10</sup> Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e História*, 9.<sup>a</sup> Série, v. IV, Lisboa, 1972, pp. 29-33.

<sup>11</sup> Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, p. 36.

<sup>12</sup> Didier Lahon, *Esclavages et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Regime (1441-1830)*, v. II, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, pp. 356-359.

## Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

grupo, por vezes enfrentando a supremacia branca na sociedade. O outro resultava da vontade dos Brancos de integrar os Negros na sociedade, em que também podia caber uma atitude preventiva contra eventuais ameaças que deles pudessem surgir, apesar de pouco expectáveis em meios periféricos ou rurais onde a população de cor era, além de pouco numerosa, também dispersa e desorganizada.

Os compromissos conhecidos de irmandades de negros são muito poucos, por isso se publica a seguir o de Grândola. Através dele se pode saber com que fins foi a irmandade constituída, que deveres impunha aos irmãos e alguns aspetos do seu funcionamento. Se colocarmos em paralelo o desta vila e o de Arraiolos notamos muitas semelhanças. O primeiro artigo ou “capítulo” de ambas declara o carácter aberto das irmandades, acessíveis a quaisquer pessoas interessadas em nelas se associarem. O de Grândola, porém, refere a obrigação de o juiz ser um preto, o que não ocorre no arraiolense, o que é também manifesto no título desta, que não se identifica com os Homens Pretos. Os restantes artigos, cuja disposição é bastante caótica em termos temáticos, como era vulgar, assemelham-se também.

Não falta em nenhum dos dois a menção à festa anual da irmandade, em Grândola no primeiro domingo de agosto e em Arraiolos no primeiro domingo de outubro, em comemoração da batalha naval de Lepanto, em 1571, em que as forças cristãs coligadas derrotaram os Turcos, a partir da qual o culto do Rosário adquiriu grande incremento. Em Grândola, era na manhã do dia da sua festa que os irmãos se reuniam para votarem nos novos dirigentes: um “homem pardo livre” para juiz, um “irmão nobre” para escrivão, outra “pessoa também zelosa e de boa suposição” para tesoureiro e outros ainda, certamente os mordomos, no número máximo de 30 irmãos e 10 irmãs. Uma das obrigações dos eleitos era, no fim do respetivo mandato, levar o livro da receita e despesa desse ano ao convento de São Domingos mais próximo, para ser conferido pelo prior. Em Arraiolos era o livro de entrada de irmãos que devia ser anualmente levado ao convento dominicano.

Outro artigo determinava as contribuições dos irmãos para a agremiação: em Grândola, 300 reis de entrada, ou 120 de quem já tivesse servido a Senhora por qualquer forma, além de 50 reis todos os anos, de “conhecença”; em Arraiolos, 200 reis de entrada para os homens e “mulheres ricas”, e 100 para os pobres e os defuntos. Os restantes artigos, nas duas associações, tinham a ver com aquele que parecia ser o principal objetivo prático da irmandade, promover os funerais dos irmãos falecidos e os sufrágios pelas suas almas.

Esperemos que, depois desta, mais irmandades de Negros possam vir a ser documentadas, de forma a permitir uma visão mais completa da importância que, ao longo de séculos, teve a população de origem africana em Portugal.

## Documento

### (F. 6) Ereccção e confirmação da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario desta villa de Grândola, com a forma dos capitulos do Compromisso, que hão de observar os Irmãos

#### Capitulo primeyro

Prymeiramente ordenamos que esta santa Irmandade seja sempre o seu proprio titulo de Nossa Senhora do Rozario dos prettos, e que nestes ande sempre a eleyção da primeira cabeça della, que he o Juiz, cuja se não poderá fazer nunca senão em homem preto, elegendo destes em cada hum anno o que lhes parecer mais zeloso e activo no serviço da Senhora; e que nesta Irmandade se possão assentar por Irmãos da ditta Senhora. todo o genero de pessoas, de qualquer qualidade, ficando gozando de o beneficio de que gozão os Irmãos da Senhora.

#### Capitulo 2.º

Ordenarão que toda a pessoa que quizer beneficiar as almas dos seus defuntos que não hajão sido Irmãos da Senhora do Rozario os farão assentar no Livro da Irmandade e por elles mortos dará a esmola que dão os Irmãos vivos, e fará por elles o que erão obrigados os mesmos a fazer, e ficarão gozando de todos os beneficios espirituaes de que gozão os Irmãos da Senhora como se contem na Bulla e Breves dos Santos Padres.

#### Capitulo 3.º

Ordenamos que por falecimento de qualquer Irmão se lhe mandem dizer na Capella da mesma Senhora podendo ser huma Missa cantada e duas rezadas, e servindo na meza e Irmandade da (f. 6 v.) quelle anno em que falecer, terá mais huma Missa rezada, e os mesmos sufragios se farão por morte de suas mulheres quando falecerem: ao corpo de cada hum acompanhará à sua sepultura de graça a Cruz da Irmandade com duas tochas, que levarão dois Irmãos com suas opas, e quando succeda que algum Irmão faleça com tal dezemparo que não tenha em que se sepultar, nem haja quem por piedade lho dê, em tal cazo a Irmandade daquelle anno lhe fará dar sepultura e fazer o enterro digno à sua pessoa à custa da mesma Irmandade daquelle anno, e cada hum dos Irmãos vivos reزارá pellas almas dos que falecerem o Rozario da Senhora, de sorte que não o fazendo assim, não pecca, nem ain[da] venialmente e só faltará à virtude da caridade: e para que não haja ignorancia nos vivos, será obrigado o Irmão que acompanhar com a Cruz no acto do enterro dizer em voz alta: este defunto (ou defunta) he nosso Irmão do Rozario, apliquemos-lhe nossas Orações.

#### Capitulo 4.º

Ordenamos que em cada hum dos primeiros Domingos dos mezes haja Missa no altar de Senhora pellas almas dos Irmãos e Irmãs vivos e defuntos, a que assistirão dois Irmãos com suas opas e tochas, e se benzerão doze Rozarios que por sortes fidedignas se tirem da Caxa seis homens e seis mulheres, cujos escritinhos será

## Os escravos em Grândola e a Irmandade do Rosário dos Pretos (1718-1736)

obrigado fazer o escrivão da ditta Irmandade, e os lançará na Caxa, de sorte que no primeiro Domingo seguinte estejam todos nella, e se não lançará mais escrito algum, até de todos [sic] não serem todos findos e acabados; ainda que o numero delles dure o curso de hum ou mais annos; e os que sahirem aos Irmãos que se não acharem presentes, o zelador da Irmandade os receberá para lhos entregar com seus escritos; e acabada a Missa, se fará com a Imagem da Senhora huma Procissão de roda da Igreja.

### Capitulo 5.º

Ordenarão que cada huma das pessoas que se assentar por (f. 7) Irmão nesta Irmandade dê de entrada trezentos reis, e os que já constar haver serviço por sua devoção a Nossa Senhora dará de entrada cento e vinte reis; e cada hum ficará obrigado a dar de conheçença todos os annos cincoenta reis, cujas esmolaz fazem para suffragios dos Irmãos defuntos, Missa dos Domingos e despeza dos Rozarios, para as quaes a Irmandade do anno fará hum Thezoureiro à parte e hum zelador por conta dos quaes correrá a arrecadação dellas, e a huns e outros se lhe não lançará escrito na Caxa emquanto derem as dittas esmolaz; de sorte que se algum se fizer remisso na satisfação da conheçença de hum ou mais annos, falecendo, se lhe não farão suffragios, salvo se elle per si, ou outra pessoa em seu lugar, pagar as que assim dever triplicadamente.

### Capitulo 6.º

Ordenarão que no primeiro Domingo de Agosto a Irmandade daquelle anno à sua custa, e com as esmolaz que adquirirem farão huma festa à Senhora com o mayor luzimento, que suas possibilidades e devoções der Lugar, e que no dia seguinte fação hum officio pellas almas de todos os Irmãos e Irmans defuntos, em cujo dia da Festa se tirarão por sortes quatro duzias de Rozarios.

### Capitulo 7.º

Ordenarão que no dia da Festa de cada hum anno pela menhã se juntem os Irmãos todos, ou os que puderem para votarem em nova Irmandade que farão na forma seguinte: Primeiramente votarão em hum homem pardo livre para juiz com atençaõ a que este seja dos mais zelosos e activos no serviço da Senhora, e logo votarão em hum Irmão nobre para escrivão, e logo prosseguirão a votar em thezoureiro pessoa tambem zelosa e de boa supposiçaõ; e farão então a mais Irmandade de sorte que não exceda o numero de trinta Irmãos e dez Irmans, salvo se depois se offerecerem alguns por devoção para tambem servirem naquelle anno.

### Capitulo 8.º

Ordenarão que por conta da Irmandade de cada hum anno corra o ornato, limpeza e bom tratamento da Imagem da Senhora e sua capella, trazendo por inventario todas as couzas della, que estarão sob poder do Thezoureiro para as entregar (f. 7 v.) na mesma forma ao que lhes succeder.

**Capitulo 9.º**

Ordenarão que a Irmandade que servir tenha cuidado de Levar o Livro de sua receyta e despeza ao Convento mais proximo de Nosso Padre Sam Domingos para o Prior delle lhe tomar a conta; e quando mayor comodidade tenham de os levar e dar a ditta conta em outro convento mais distante, o poderão fazer na forma da concessão com que foy erecta esta Irmandade.

E por esta maneyra se houveram por completados os capitulos deste compromisso, que o Senhor permitta observemos todos, de maneyra que o seu Santo nome seja sempre Louvado.

Amen.

[Outra letra] Eu Joseph de Miranda Valladares, escrivão da Irmandade que o fiz escrever e sobre escrevi anno de 1721.

[Confirmação por D. Maria I como governadora e administradora do Mestrado da Ordem de São Tiago, em 29.1.1789].

# La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)

---

Juan Manuel Suarez Japon

## 1

*“...a instancias de la famosa ciudad de Sevilla hizo despallar dos galeras, las cuales transportaron a los embajadores hasta Coria, donde fueron hospedados por orden de la mencionada ciudad por don Pedro Galindo, veinticuatro...”*

*(Escipión Amati. Op. cit. XVII).*

Aquel día del mes de octubre del año 1614 las galeras que traían desde Sanlúcar de Barrameda (Cádiz. España) a los miembros de la Embajada Keicho atracaron sus naves a la altura de Coria del Río, un pueblo ribereño, situado unos diez kilómetros aguas abajo de la ciudad de Sevilla. La expedición, que un año antes había zarpado en la nao San Juan Bautista de la bahía de Tsukinoura, cercana a Ishinomaki (Japón), venía liderada por Hasekura Rocuyemon Tsunenaga, un samurái que asumía funciones de embajador de Date Masamune, el Señor de Boju, fundador de la ciudad de Sendai y uno de los más poderosos daimyos del Japón. Con relevantes responsabilidades venía también el activo padre franciscano, Luis Sotelo, que había pasado una década como misionero por tierras de Japón. Eran portadores de sendas cartas de Date Masamune dirigidas al Cabildo sevillano, a Felipe III, rey de España y al Pontífice romano Paulo V. Y con ellos, arribaban un número impreciso de japoneses, sujetos de obediencias insoslayables. Es muy probable que no hallaran signos de repulsa en la mirada de los habitantes de aquellas orillas, porque en aquellos momentos históricos estaban acostumbrados a ver llegar a gentes de toda condición y origen.

Tal como se había previsto, los embajadores y sus acompañantes fueron atendidos y hospedados en Coria del Río. Escipión Amati, en su Crónica del relato de cómo sucedieron las cosas, ha destacado el papel jugado por D. Pedro Galindo,



el Regidor perpetuo de la villa y Caballero Veinticuatro del Cabildo de Sevilla<sup>1</sup>. Valencia Japón sostiene que, al menos los dirigentes, fuesen alojados en algunas de las propiedades de los familiares del Regidor<sup>2</sup>, que se acudiera a tal solución ante la existencia de un convento franciscano en el pueblo y que otros de los navegantes “*se acomodasen en el hospital de caridad que mantenían algunas de las cofradías que existían en el pueblo*”. En uno u otro sitio, aquellos viajeros japoneses aguardarían aquí el tiempo que fue preciso hasta que se concretaran las gestiones que permitirían a los embajadores entrar de manera oficial en Sevilla, en lo que se jugó papel relevante el hecho de que Luis Sotelo, sevillano de nacimiento, tuviera en la ciudad contactos influyentes, entre otros su “*poderoso hermano*”, Diego Caballero de Cabrera<sup>3</sup>, Veinticuatro en el Cabildo capitalino.

El día fijado para la entrada de Hasekura en Sevilla fue el 21 de octubre de aquel 1614<sup>4</sup> y nos dicen las crónicas que, apenas salir desde Coria del Río comprobaron que “*la ciudad hizo otra demostración de mayor cortesía para recibir al embajador y al padre Sotelo, enviando carrozas, cabalgaduras y un gran número de caballeros y de las demás nobleza para que los sirviesen en orden de cabalgata y con gran solemnidad*”. Así pues, Hasekura y Sotelo, con un grupo de servidores y personal de confianza y ayuda hicieron el camino desde Coria del Río a Sevilla por tierra, siguiendo una ruta paralela al Guadalquivir, en una cohorte de caballerías y carrozas. Sigamos algunas referencias del cronista Amati: “*al salir de Coria, los embajadores vieron con sumo gusto el honor que se les había preparado, la pompa de los caballeros y caballos y el gran número de personas que los acompañó desde seis millas de distancia de Sevilla...*” Finalmente, al “*acercase a Triana, antes de*

---

<sup>1</sup> El excelente estudio de Víctor Valencia Japón, “De Japón a Roma pasando por Coria”; (en JM Suárez Japón (coordinador). *Japoneses y japoneses a orillas del Guadalquivir*. Cajasol. Sevilla. 2007. pp. 156-161) maneja y resume la antes citada Crónica de Escipión Amati y añade otros datos de los “Anales de Sevilla”, de Ortiz de Zúñiga, y de otra fuente básica para el conocimiento de los hechos relativos al paso de la embajada japonesa por Sevilla, la que nos dejara José Velázquez y Sánchez: “La embajada japonesa en 1614. Historia sevillana” (edición facsímil. Sevilla. 1992). Por V. Valencia Japón sabemos que este D. Pedro Galindo y Abreu era hijo del general D. Alonso de Chaves Galindo, un afamado marino, ligado a las actividades de la flota de Indias y de ahí su interés por Coria del Río, un lugar desde donde podía seguir los tráficós de sus comercios.

<sup>2</sup> Por esta razón, el general de Chaves Galindo, padre del Regidor, aun teniendo fijada su residencia habitual en Sevilla, —en la collación de San Vicente—, poseía en Coria del Río diversas propiedades, tanto urbanas, —tres casas—, como rústicas. Fallecido en 1608, sus propiedades en Coria del Río pasarían a su hijo, el citado Pedro Galindo, condición por la cual fue el encargado de recibir a la embajada japonesa.

<sup>3</sup> En el texto de Amati se recoge con claridad este asunto: “*Mientras se disponían estas cosas, la ciudad decidió enviar a don Diego de Cabrera, hermano del padre Sotelo, a don Bartolomé López de Mesa, del hábito de Calatrava, a don Bernardo de Ribera y a don Pedro Galindo, veinticuatro, con muchos jurados y otros caballeros a besar en su nombre las manos de los embajadores y mostrarles su alegría por haber llegado sanos y salvos, haciéndoles largo ofrecimiento tanto de todas las cosas necesarias como de su disposición*”. (op. cit. XVII, p. 77).

<sup>4</sup> La fecha es coincidente en todas las fuentes, excepto en los Anales de Ortiz de Zúñiga, que sitúa la llegada de los embajadores a Sevilla el día 23.

## La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)

*pasar el puente<sup>5</sup>, se multiplicó de tal manera el concurso de carrozas, caballos y gentes de toda laya, que no bastaba con la diligencia y el rigor de los alguaciles y demás oficiales de justicia para abrirse paso...”.*



00. – Sevilla a comienzos del siglo XVII, con su puerto del Arenal, centro esencial de gran comercio con las tierras de América

Los hechos memorables que compusieron la estancia de Hasekura en la ciudad de Sevilla los conocemos bien por la obra, antes referenciada, de José Velázquez y Sánchez, en la que se da puntual noticia de ellos<sup>6</sup>. Por él sabemos que, en tanto los embajadores y sus servidores permanecían en Sevilla ocupados en sus visitas y gestiones, en Madrid se analizaba con cautela la situación que la presencia de una tal embajada creaba en España. En ningún momento dejaron de gravitar sobre la embajada un manto de dudas. Pero al fin, culminadas todas las acciones que podían hacer en Sevilla sin alcanzar objetivos concretos, los embajadores se aprestaron para salir hacia Madrid y buscar en el contacto con la corona lo que en Sevilla no habían podido conseguir. Antes de dejar la ciudad Sotelo hizo protagonizar Hasekura dos actos simbólicos: visitar al señor Arzobispo de Sevilla y subir a la torre de la Giralda<sup>7</sup>. El día 25 de noviembre de ese 1614, es decir, un

<sup>5</sup> Triana es el nombre de un amplio arrabal de la ciudad de Sevilla situado frente a ella, al otro lado del Guadalquivir y unidos ambos por un puente que durante siglos fue un “puente de barcas”. Triana fue siempre una parte de la ciudad sevillana muy vinculada a las actividades que se desarrollaban en el Guadalquivir y por tanto, relacionada con los tráficos comerciales, como espacio complementario al llamado Arenal de Sevilla, que era la zona propiamente portuaria.

<sup>6</sup> Para los momentos concretos de la estancia en Sevilla y de las actividades que realizaron los embajadores japoneses en ella esta obra es esencial.

<sup>7</sup> Es la torre simbólica de la ciudad de Sevilla y elemento esencial de su gran patrimonio cultural e histórico. Fue construida como alminar de la gran mezquita almohade (siglo XII) y fue conservada cuando ésta fue destruida tras la conquista castellana de la ciudad y en su suelo se erigió la actual catedral. Posteriormente, en el siglo XVI, se le añadió un cuerpo de campanas, bajo la dirección del maestro Hernán Ruiz, culminándose la obra en 1568.

mes después de su llegada a Sevilla, los expedicionarios japoneses emprendiendo camino hacia Madrid.

Todo lo que vino luego, el resto de esta gigantesca experiencia viajera emprendida por aquellos navegantes japoneses en los años iniciales del siglo XVII, los conocemos bien, pero no es ese el objetivo que persiguen estas líneas, sino el intentar describir la Coria del Río a la que llegaron Hasekura y los miembros de su embajada, y en la que permanecieron una parte de los expedicionarios que no viajaron hasta Madrid y Roma. Nos centraremos en preguntarnos ¿cómo era aquel pueblo y cómo la vida de las gentes con las que debieron convivir?. En definitiva, intentaremos una recreación de aquella villa ribereña del Guadalquivir en la que en 1614 desembarcó Hasekura y en la que se quedaron algunos de aquellos héroes anónimos que le acompañaron, relegados sin remedio a aguardar el regreso de sus compañeros de aventura.

## 2

*“...Es Coria... lugar nuevamente poblado, pero de grande utilidad, aquí residen las guardias del Almojarifazgo mayor y de Indias y del Almirantazgo, y de todas las mercaderías, y navios, que van a Poniente y a Levante, y se toma aquí cuenta y razón de todo ello, ...Están Coria y La Puebla juntas a las riberas de Guadalquivir, gozan de sus pesquerías, frescura, paso de armadas, péscanse allí sollos, sábalos, lampreas y otras muchas suertes de pescados”*

*(Juan de Mal Lara: Recibimiento que hizo la Muy Noble y Muy Leal ciudad de Sevilla al Rey D. Philipe N.S. 1570).*

Apenas los japoneses tuvieran ocasión de mirar a cuanto les rodeaba descubrirían que la vida en Coria del Río giraba en torno al río Guadalquivir y cómo, desde que el sol dejaba ver sus primeras luces se activaba en la ribera un constante ir y venir de gentes, un tránsito de campesinos entre una y otra orilla llevados por barcas tiradas a remo por barqueros expertos<sup>8</sup>. Verían cómo iniciaban sus tareas los talleres de carpintería de ribera, construyendo o reparando naves, cómo se encendían las fogatas de los calafates, comenzaban a moverse los barcos de pesca, con sus artes extendidas sobre las popa y se movían perezosamente las naves de mayor porte llevando en sus anchas bodegas las sales o las arenas y los ladrillos de los hornos corianos. Y verían también cómo acudían a la orilla comerciantes, traficantes de variadas mercaderías y otros desocupados que deambulaban junto al río aguardando no sabían bien qué cosas para ganarse el sustento. Desde sus

---

<sup>8</sup> El espacio municipal de Coria del Río está extendido por las dos orillas del Guadalquivir, de modo que la inmensa mayoría de los campesinos residen en el pueblo, que está en la orilla derecha, pero tienen sus propiedades o sus tareas jornaleras en los campos de labor de la vega que se extiende en la orilla izquierda. Eso hace inexcusable el constante tránsito del río y explica la existencia de un servicio permanente de barcaje que es tan antiguo como el propio pueblo. Vid. JM Suárez Japón.– “El pasaje de barcas de Coria del Río (Sevilla); una aproximación geohistórica”. Revista Archivo Hispalense; N. 209. Diputación Provincial de Sevilla. 1985. Pags. 45-65.

primeros días en Coria del Río, los japoneses supieron que el corazón del pueblo estaba en el río que les había traído desde Sanlúcar de Barrameda. Y notarían que toda esa actividad cotidiana que poblaba el ribazo se acentuaba en los días en que se detenían en él algunas naos de la flota de Indias, ya fuese regresando de América y subiendo hacia el puerto sevillano o bajando por él hacia el Atlántico abierto camino de las Indias occidentales. La orilla era esos días un revuelo de gentes, de mercancías, una algarabía de gritos y de prisas, que se concentraban en torno a los grandes navíos que surcaban el Guadalquivir. Cuatro siglos después, esa sería la misma orilla en la que, desde junio de 1992, se erige una estatua dedicada al samurái Hasekura, y a la que, el día 14 de junio de 2013, llegaría S.A.I. el Príncipe Naruhito<sup>9</sup> para rendir tributo a su memoria.

Entonces, cuando ellos llegaron, la orilla coriana era un espacio mucho más amplio que el actual y se extendía hacia el interior por un amplio prado de límites imprecisos, que separaba al río del caserío pueblo<sup>10</sup> y que coincidía con el límite de los frecuentes desbordamientos del río que tanto condicionaron la vida de sus márgenes. Esta doble tensión de querer estar cerca del Guadalquivir, –fuente de vida y trabajo–, y al mismo tiempo resguardarse de sus riadas, explica el emplazamiento de Coria del Río y, en general, el poblamiento de toda esta área ribereña de la provincia sevillana<sup>11</sup>. Este es un dato importante, porque no es posible entender la realidad pasada de Coria del Río sin tener en cuenta los desbordamientos de su río. Cuando se producían todo parecía detenerse y un espeso silencio sobrevolaba sobre el pueblo como una amenaza. Por la margen derecha avanzaban las aguas llegando hasta el caserío, a la inmediatez de las viviendas y propiedades; mientras por la izquierda la riada anegaba la llanura de los campos de labor y arrastraba a los ganados que pastaban libres en ellas. Mientras las aguas estaban fuera del cauce, la fuerza descomunal de la corriente impedía los tránsitos de las barcas y los campesinos quedaban retenidos en el pueblo, en tanto los pescadores permanecían junto a la orilla, sin poder hacer otra cosa que contemplar sus barcas agitadas por las aguas fluyentes.

La Coria del Río de aquellos primeros años del siglo XVII a la que los viajeros japoneses llegaron era un pueblo de apariencia modesta, un apiñado caserío blanco, alargado entre la alta torre de su iglesia mayor, –dedicada a la advoca-

---

<sup>9</sup> Será ya el nuevo Emperador de Japón cuando estas líneas sean publicadas.

<sup>10</sup> En realidad, esta orilla la constituían distintas unidades espaciales, separadas entre sí por hitos perceptibles y cada una de ellas con su denominación propia. Así, se sur a norte, se hallaban el Prado de la Soledad, extendido entre el arroyo Riopudio y el desagüe del Carrascalejo; el Prado de Sevilla, entre éste y el eje viario que cruzaba transversalmente al caso urbano al que llegaba desde el Aljarafe y llegaba hasta el muelle y los embarcaderos; y finalmente, el Prado de La Magdalena, extendido desde éste viario hasta el contacto con el camino de Sevilla.

<sup>11</sup> Me ocupé de esta cuestión en un breve estudio: “*La distribución del poblamiento en el Bajo Guadalquivir*”; en *El Río. El Bajo Guadalquivir*. Junta de Andalucía y Diputación Provincial de Sevilla. Sevilla. 1985. Pp. 138-141. Las referencias a las mismas son una constante en la historiografía sevillana, para cuyo conocimiento sigue siendo una fuente clásica la obra de Francisco de Borja Palomo.– “*Historia crítica de las riadas o grandes avenidas del Guadalquivir en Sevilla desde su Reconquista hasta nuestros días*” n. Imprenta Álvarez. Sevilla 1878. (Reedición facsimilar en Colegio de Aparejadores. Sevilla. 1984).

ción de Santa María de la Estrella–, y la espadaña que coronaba la ermita de San Juan, enclavada en un cerro próximo al Guadalquivir y presumible asentamiento originario del pueblo. Sin embargo, aunque Hasekura y sus hombres no podían saberlo, bajo aquella modestia se albergaba un pueblo que tenía tras sí una larga Historia, de la que daban cuenta abundantes restos arqueológicos pertenecientes a diferentes estadios culturales que certificaban precoces presencias humanas. Todo ello, venía a corroborar las comunes bondades de los espacios ribereños para ser ocupados por los hombres y que el Guadalquivir, –como todos los grandes ríos de la tierra–, era un poderoso factor de atracción, un generoso fertilizador de las tierras de sus márgenes<sup>12</sup>, además de asegurar los aportes de la pesca y las facilidades para los desplazamientos, al ser, como atribuía el francés Pascal a todos los ríos, el ser “*un camino que anda*”<sup>13</sup>.

Coria del Río eligió para su emplazamiento originario el último de los resaltes que forman la hilera de colinas del Aljarafe, un reborde de cerros de alturas modestas que, por el lado de poniente, discurre paralelo al cauce del Guadalquivir. La literatura histórica y geográfica le llamó siempre cerro de San Juan y le atribuyen el haber sido sede de sucesivas y lejanas civilizaciones, confirmándonos la existencia de una Caura fenicia y romana<sup>14</sup>; de una Korah musulmana que más tarde, desde la mitad del siglo XIII, tras la conquista del bajo Guadalquivir por la corona castellana, sería repoblada y dotada de su Carta de Población. De este modo, `podemos decir que el pueblo “actual” nace como parte del general proceso de repoblación de los territorios circundantes de la ciudad de Sevilla liberados de la presencia almohade (en el año 1248) por las tropas del rey de Castilla, Fernando III<sup>15</sup>. Poco después (en 1265) y el rey Alfonso X le otorgaba la Carta Privilegio de Población que atribuía a Coria del Río la condición de “guarda e collación” de Sevilla, es decir, una ser una parte más de su alfoz y con los mismos privilegios y obligaciones que los otros barrios de la ciudad<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre este aspecto, véase JL. Escacena.– “*Los orígenes*”; en JM Suárez Japon (coordinador).– “*Coria del Río. Una aproximación a su realidad geohistórica*”. Ayuntamiento de Coria del Río. Sevilla. 1987. Pp. 27-54; o mi estudio “*Distribución del poblamiento en el bajo Guadalquivir*”; en El Río. El bajo Guadalquivir. Junta de Andalucía y Ayuntamiento de Sevilla. 1985. Pp. 138-141.

<sup>13</sup> En el caso del bajo Guadalquivir, que funciona como un estuario, era un camino que andaba en dos direcciones, a causa del cambiante flujo de las mareas.

<sup>14</sup> La Caura romana debió alcanzar cierta notoriedad, hasta el extremo de tener ceca propia y acuñar monedas con su nombre y sus símbolos.

<sup>15</sup> Este proceso repoblador de las tierras del extenso alfoz de Sevilla ha sido muy estudiada, especialmente a partir de la obra primera y fundamental de Julio González.– “*Los Repartimiento de Sevilla*”. Madrid. 1951. Igualmente, y para el caso concreto de Coria del Río tienen interés los estudios de Manuel González.– “*La repoblación de la zona de Sevilla en el siglo XIV*”, en Anales de la Universidad de Sevilla. 1975, y especialmente los de Antonio Herrera.– “*El Aljarafe sevillano durante el Antiguo Régimen*”. Diputación Provincial. Sevilla. 1980 y “*El Señorío de Olivares*”; Diputación Provincial de Sevilla. 1990.

<sup>16</sup> Se conserva el documento fundacional de Coria del Río, otorgada por el rey Fernando III, varias veces copiada y ratificada posteriormente, la última de las cuales fue la otorgada por el rey Fernando el Católico y es la que se conserva en el Archivo Histórico Municipal de Coria del Río. Fue transcrita y publicada en los estudios de Daniel Pineda Novo: “*Historia*

Así pues, la Coria del Río que recibió a Hasekura y a los miembros de la embajada Keicho era un pueblo muchas veces centenario, dueño de esas mezclas de tradiciones y leyendas que rodean a la historia de los pueblos antiguos. Y quizás por ello, era un lugar en el que establecer principios de convivencia con sus naturales podía ser un objetivo fácilmente alcanzable. En aquellos primeros años del siglo XVII Coria del Río era un pueblo de la ribera de un gran río por el que fluía un intenso comercio y al que su propia historia había generado una vieja cultura de relación con los recién llegados y una especial capacidad para entenderse con ellos. Naturalmente, el choque inicial con los japoneses debió ser inevitable. No sólo porque eran diferentes sus aspectos físicos, sus indumentarias o sus lenguas, sino que también porque pronto emergerían diferencias referidas a ciertos hábitos y creencias que deberían ser manejados con la flexibilidad suficiente como para que no se hicieran imposible las relaciones.

Quizás uno de sus primeros datos que atraerían la atención de los japoneses fuese que los hombres y mujeres de Coria del Río, incluso los de condición más mísera, no tenían sobre sus espaldas algo parecido a las fuertes dependencias jerárquicas y el deber de obediencias inexcusables que ellos sufrían respecto de los poderosos daimios de su tierra. Más allá del poder civil ejercido por el Regidor, de las notables interferencias de los sacerdotes en la vida de las gentes, —el clero era entonces en toda España un estamento privilegiado—, y especialmente de las notorias limitaciones de sus condiciones sociales, la vida en el pueblo se regía por ordenanzas propias, —las de un “lugar de realengo”<sup>17</sup>—, es decir, que los corianos, sus vidas y haciendas, no dependían de ningún señor y desarrollaban sus actividades sólo sujeto a las obligaciones y derechos comunes a todos los territorios que dependían de la Corona española. Nada pues hallarían aquí que les recordara a los duros vasallajes que ellos rendían a sus Señores feudales<sup>18</sup>.

Incluso cuando a partir de 1630 Coria del Río fue adquirida por el Conde Duque de Olivares y pasó a ser una “villa de señorío” la vida en el pueblo no se asemejaría, ni remotamente, a la de aquellas poblaciones acogidas al sistema feudal japonés. Los poderosos daimyos, —de los que Date Masamune era un buen ejemplo—, tenían poco que ver con estos Señores de la nobleza castellana, interesados en ensanchar sus dominios más por razones económicas que políticas. Los

---

*de Coria del Río*”. Ayuntamiento de Coria del Río. 1968; y más tarde por Juan Manuel Nieto Cortés: “*Un modelo de Historia Local: El Municipio de Coria del Río*”. Instituto de Historia de Andalucía. Universidad de Córdoba. 1978.

<sup>17</sup> Existían tierras de realengo, dependientes de la Corona, y tierras de señorío, vinculadas a dominios jurisdiccionales ligados a un señor, en ningún caso comparado con el poder de los daimios japoneses.

<sup>18</sup> Esta situación que los japoneses encontraron al llegar, experimentó un cambio notable unos años después de su vuelta a sus tierras de origen (1617). Sucedió en 1630, al producirse la venta de los vecinos y de la jurisdicción de Coria del Río al poderoso Señorío del Conde Duque de Olivares. En el momento de producirse esta venta de la jurisdicción de Coria del Río el titular del señorío era D. Gaspar de Guzmán y Pimentel, y era el III conde de Olivares, una rama de la nobleza española que derivaba de la de los poderosos Medina Sidonia que habían atendido la llegada de la expedición Keicho a Sanlúcar de Barrameda y preparado su desplazamiento posterior hasta Coria del Río y Sevilla.

“*pecheros*”, es decir, los habitantes de Coria del Río que estaban sujetos al pago de impuestos y contribuciones, seguirían viviendo del mismo modo, sólo que a partir de entonces no sería la corona española, sino los duques de Olivares, los destinatarios de sus pagos.

### 3

“...tanto la barca de Alcalá del Río como las situadas en Coria y La Puebla, pertenecen a los “*propios*” de Sevilla y estaban incluidas en el almojarifazgo de los lugares correspondientes. Como la mayoría de las rentas de los propios de la ciudad se arrendaban por periodos concretos de tiempo, con la condición de reparar sus desperfectos e incluso, a veces, dejar al final del periodo de arrendamiento una barca nueva hecha a costa del arrendador...”

(Mercedes Borrero.— *El mundo rural sevillano en el siglo XV. Aljarafe y Ribera. Diputación Provincial. Sevilla. 1983*).

En los momentos en que se produjo el histórico encuentro entre los japoneses y los corianos, Coria del Río vivía un periodo de crecimiento que se reflejaba tanto en el número de su población, como en sus actividades económicas y en la extensión de su núcleo urbano. De todo ello, la causa era la misma: su persistente vinculación con el río Guadalquivir y a cuanto por él fluía. Lo es hasta el grado de que sea acertado el modo en que algunos textos lo definieron: “*el Guadalquivir es su calle mayor*”. En ello, podría decirse que Coria del Río compartía el mismo destino histórico que Sevilla y para ambos núcleos, durante las centurias XVI y XVII, todo lo bueno y también,—a veces—, todo lo malo, tenía relación con el río.

Un primer dato de valor de aquella Coria del Río es el que era uno de los pocos pueblos sevillanos que veía crecer su población en un contexto histórico que ya era de crisis demográfica. Los datos de los que disponemos acerca de su demografía no son muy abundantes. De un lado, contamos con los que aporta J. M. Nieto Cortés, que ha estudiado la historia coriana en la llamada Edad Moderna<sup>19</sup>; de otro, son de gran utilidad los estudios realizados por Antonio Herrera<sup>20</sup>. El

---

<sup>19</sup> Realmente, JM: Nieto ha estudiado más la Coria del Río del siglo XIX, a lo que dedicó su libro: “Un modelo de Historia Local. *El Municipio de Coria del Río durante la crisis del Antiguo Régimen y el afianzamiento del sistema liberal*”. Universidad de Córdoba. 1978. Sólo más recientemente, ha realizado una excelente investigación sobre la Coria del Río en el siglo XVIII, a partir de los datos aportados por el Catastro de Ensenada, (“*Coria del Río en el siglo XVIII según el Catastro de Ensenada*”. Diputación Provincial de Sevilla y Ayuntamiento de Coria del Río. 2004) en la que nos adelanta también algunas breves referencias a lo que pudo ser la Coria del Río del siglo XVII que aquí nos interesa.

<sup>20</sup> El profesor Antonio Herrera es quizás el mejor conocedor de la Historia del Aljarafe sevillano en estas etapas de la llamada Edad Moderna. Es autor de diversos estudios sobre la comarca que devienen obras de gran interés también para la Historia de Coria del Río. Dos de ellas, ya citadas, son esenciales y nos aportan una visión de conjunto de gran valor: “El Aljarafe sevillano durante el Antiguo Régimen”. Diputación Provincial de Sevilla. 1980, y “El Estado de Olivares”. Diputación Provincial de Sevilla. 1990.

primero nos aporta datos sobre la población de Coria del Río en 1630, es decir, unos quince años después de la llegada de la embajada japonesa: era de 225 vecinos (lo que equivaldría a unos 900 habitantes)<sup>21</sup>. Es una cifra parecida a la que aportan los estudios de Herrera, que elevan a 250 el número de vecinos (unos 1,000 habitantes.) para ese mismo año de 1630<sup>22</sup>. Estos datos convertían a Coria del Río en el segundo pueblo con más habitantes de la comarca del Aljarafe, sólo superado por Sanlúcar la Mayor (900 vecinos, o sea, 3,600 habitantes). Por tanto, debemos admitir que aquella Coria del Río tenía una presencia destacada en su provincia y nos hace plantearnos que debieran existir razones que lo explicaran, más aun si señalamos que en 1534, es decir, un siglo antes, su población era de 188 vecinos (752 habitantes), es decir, que en una centuria había tenido un incremento del 32'9 %<sup>23</sup>.

Este es un incremento considerable, sobre todo si tenemos en cuenta los bajos ritmos de crecimiento demográfico en estas etapas de la Edad Moderna española, a causa del sostenimiento de tasas de mortalidad muy altas, tanto por causas naturales (con especial incidencia en la mortalidad infantil), como también por la alta frecuencia de epidemias, hambrunas, guerras, malas cosechas, etc. Por tal razón, resulta excepcional este crecimiento en Coria del Río, más aún si se compara con el que a comienzo del siglo XVII se daban en su contexto territorial<sup>24</sup>. Y más sorprendente aun es que incluso al final de ese siglo XVII, cuando ya la decadencia económica y demográfica eran un hecho constatable en toda Andalucía y en Sevilla, Nieto Cortés nos señale que la población de Coria del Río había seguido creciendo y que era de unos 350 vecinos (1,400 habitantes) e incluso que, unos cincuenta años después, ya pleno siglo XVIII, asegure que la población coriana había sostenido esa tendencia y había elevado su población hasta unos 405/425 vecinos (unos 1,600 ó 1,700 habitantes) en el año 1751.

---

<sup>21</sup> Como hemos señalado en el texto, debe saberse que en esta etapa histórica los datos demográficos que se manejan se refieren a vecinos y no habitantes. Esto exige realizar equivalencias que han de utilizar un coeficiente multiplicador en el que los investigadores no acaban de ponerse de acuerdo. Nieto Cortés utiliza el coeficiente 4, que estimamos que puede ser algo alto pero que él maneja apoyándose en otros datos de su investigación y por tanto lo consideramos aplicable en general para las sociedades rurales de la Edad Moderna española.

<sup>22</sup> La fecha de 1630 a la que van referidas las cifras de la población de Coria del Río proceden de la información documental aportada por el proceso de la venta de esas jurisdicciones por parte de la corona y de su compra por parte del Conde Duque de Olivares, –a la que más adelante nos referiremos–, que finalizó cambiando la naturaleza de estos municipios que dejaron de ser de realengo (propiedades de la corona) y pasaron a ser de señorío (propiedades de un señor). En estos procesos de compra-venta, el precio final se establecía a partir de la valoración de los bienes de cada territorio y entre ellos se contaban sus vecinos, especialmente aquellos que aparecían en los padrones como “pecheros”, es decir, que pagaban tributos.

<sup>23</sup> La cifra la aporta Antonio Herrera. – El Aljarafe sevillano... *op. cit.*, p. 323, y se acomoda a la que JM. Nieto Cortés señalaba para unos años antes, pues éste apuntaba que en el año 1500, la población de Coria del Río era de unos 185 vecinos.

<sup>24</sup> En ese momento el ritmo de crecimiento poblacional en Andalucía, en toda la provincia sevillana y en la propia ciudad de Sevilla se había ido ralentizando, especialmente desde que se comenzaron a manifestar en toda la nación española los primeros signos de una crisis institucional y económica que se haría ya una realidad rotunda en la segunda mitad del siglo.



La Coria del Río a la que llegaron los expedicionarios de la Misión Keicho: era un pueblo con un crecimiento demográfico sostenido en un marco general de estancamiento o regresión y hemos de preguntarnos es por qué sucedía tal cosa. La respuesta apunta claramente a dos hechos: de un lado, el análisis de las tasas de natalidad y mortalidad en Coria del Río que Nieto Cortés aporta<sup>25</sup>, el crecimiento no se podía deber a la vía vegetativa y, por tanto, sólo podía deberse a la llegada de aportes externos, es decir, a que Coria del Río fuese destino de flujos migratorios, a gentes que llegaban atraídos por las actividades comerciales que alentaban la proximidad a un río como el Guadalquivir por el que en aquellos años “*estaba pasando la Historia de España y buena parte de la Historia Universal*”.

No debería deducirse de ello que en aquella Coria del Río estuvieran ausentes las situaciones de modestia e incluso de pobreza que afectarían a una parte de sus habitantes. Sin embargo, quizás no debieron ser muy lacerantes ni extensas. A este respecto, Nieto Cortés afirma que la mayor parte de los ciudadanos eran “*pecheros*”, es decir, trabajadores sujetos a tributaciones, lo que nos dice que debían disponer de bienes suficientes para ser objetos de dicha obligación tributaria. Nieto Cortés tampoco encuentra en la Coria del Río del siglo XVII ni “*francos*”, *exentos de contribuir, ni nobles, caballeros, ni jerarquías eclesiásticas por encima del párroco*”, y destaca la escasa cantidad de propietarios que existían y el mantenimiento de amplias extensiones de tierras comunales, lo que permitía el sustento de muchas familias por la vía de la participación en los arrendamientos anuales.

Todo ello nos lleva a una evidencia: “*quizás el elemento que mejor contribuya a desmontar la imagen de una villa menesterosa sea la proliferación y vitalidad del conjunto de actividades que favorecía el Guadalquivir*”.<sup>26</sup> Y aunque las estadísticas señalen que la mayor parte de sus habitantes se ocupaba en la ganadería y la agricultura, la agitación comercial y económica que se movía en torno al río constituía su principal activo y el motivo por el que se dirigían a ella gentes de otras muchas partes. Cuando los japoneses llegaron, más aún que en otros momentos de su Historia, el río Guadalquivir era el factor determinante de la vida en Coria del Río, y no sólo por el valor de su riqueza en pescas o por el comercio de sales, arenas y otros recursos, sino por el hecho de que por sus fueran parte del camino de la Carrera de Indias, la más gigantesca experiencia de conquista, colonización y explotación de un territorio que registra la Historia de España.

---

<sup>25</sup> *Op. cit.* Datos referidos siempre a un ámbito de imprecisión casi inevitable por la naturaleza de los datos manejados.

<sup>26</sup> Nieto Cortés, JM. *Op. cit.* p. 16.

*“En la madrugada del día primero de noviembre (de 1629) hubo tal tormenta de truenos, aire y agua, que se desamarraron muchos barcos, yéndose varios al fondo... La noche siguiente, con la mucha agua bajaron, y arrastrando cinco barcas del dicho puente con parte del mismo, fueron a parar en la Puebla junto a Coria”... La causa de ser tan grande esta avenida ha sido el mucho aire de la mar, tan fuerte, que no dejaba correr el agua á la mar... El número de ganado mayor y menor que pereció en las dos islas del río se considera que es mucho, según se entiende; en descubriéndose más se sabrá...”*

*(F.B Palomo.— Historia crítica de las riadas del Guadalquivir en Sevilla. Ayuntamiento de Sevilla. 1878)*

Coria del Río fue siempre un lugar abierto a causa de sus indisolubles conexiones con el Guadalquivir. Como señaló Joaquín Guichot a propósito de Sevilla<sup>27</sup>, también para Coria del Río: *“el Guadalquivir era al mismo tiempo su gloria y su azote”*. Pero durante los años en que estuvieron en Coria del Río los expedicionarios de la Misión Keicho no tuvieron la ocasión de ver la *“cara terrible del río”* porque en esos años (1614-1617) no se produjo ninguna riada importante. Los japoneses no vieron cómo ese Guadalquivir, de apariencia pacífica, tras un periodo de continuadas lluvias aumentaba su caudal e inundaba sus márgenes sembrando el temor entre los habitantes de sus orillas. Estas grandes riadas sí se produjeron un año después de que ellos japoneses hubiesen iniciado su regreso. En efecto, en 1618 el Guadalquivir se desbordó causando *“gran royña”* en sus riberas<sup>28</sup> y llegando sus aguas a anegar todas las marismas entre Coria del Río y Lebrija y a *“ahogar más de ochenta mil cabezas de ganado”*.

Y aún fue de mayores efectos y perjuicios la gran riada que aconteció en el año 1626, recordada por los habitantes del lugar como el *“año del diluvio”*, y que causó graves daños *“en todos los caseríos y pueblecitos de la vega, que como todos los que baña el Guadalquivir y barrio de Triana, quedaron medio destruidos, tales como la Rinconada, Camas y Coria...”*. Los hombres y las mujeres de Coria del Río estaban habituados a estos temibles desbordamientos del Guadalquivir, porque eran situaciones a la vez excepcionales y repetidas, pero eran siempre *“tiempos muy molestos de aguas y enfermedades”*, según las palabras de Ortiz de Zúñiga, analista y estudioso de la Historia sevillana.

El propio emplazamiento del pueblo, —como ya se ha señalado—, tenía que ver con el río y sus dinámicas. Los hombres que lo poblaron aprendieron a conjugar ese doble juego entre la atracción que el río provocaba y el riesgo que sus desbordamientos. Por eso, el núcleo originario del pueblo se asentó en la cumbre del cerro de San Juan, a salvo de las destructivas crecidas del Guadalquivir, aunque

<sup>27</sup> Joaquín Guichot.— Historia de Sevilla. Sevilla. 1870.

<sup>28</sup> Esta y todas las alusiones que haremos a riadas y sus efectos en Coria del Río están recogidas de la obra fundamental que sobre este asunto nos dejara Francisco de Borja Palomo.— *“Historia crítica de las riadas o grandes avenidas del Guadalquivir en Sevilla, desde la reconquista hasta nuestros días”*. Imprenta Álvarez. Sevilla. 1878.



**01.** – El más antiguo plano que existe de Coria del Río fue levantado por JM Nieto Cortés a partir de los datos del Catastro de Ensenada (1735), es decir, una centuria antes de la llegada de Hasekura sus orillas, sin embargo, los rasgos generales de su trama urbana son plenamente válidos como descriptor del pueblo al que llegó la Embajada Keicho en octubre de 1614.

en la inmediata proximidad de las mismas. Desde ahí, los corianos fueron después construyendo su pueblo en los espacios más bajos y llanos, pero teniendo siempre muy en cuenta el umbral que el desbordamiento del Guadalquivir suponía.

Así fue como se había ido edificando aquella Coria del Río en la que los japoneses fueron acogidos a comienzos del siglo XVII<sup>29</sup>. Su caserío se fue disponiendo en torno a dos ejes viarios fundamentales, paralelo al cauce del Guadalquivir, –en sentido norte-sur–, y teniendo marcada claramente hacia levante un límite que era el mismo hasta el que se extendían las aguas en las grandes crecidas. Iba desde el pie oriental del cerro de San Juan, –es decir, el que daba hacia el río–, hasta la iglesia parroquial de Santa María de la Estrella<sup>30</sup> que precisamente se construyó fuera de ese espacio que era, realmente, el “lecho de inundación natural del río.

---

<sup>29</sup> Los rasgos básicos de su morfología urbana de entonces, –frutos de esas contrapuestas dinámicas de acercamiento-alejamiento–, se mantenían nítidamente en el pueblo al que los japoneses llegaron. De hecho, eran claramente perceptibles hasta el primer cuarto del siglo XX, a partir del cual se añadieron los inevitables cambios que trajeron los nuevos tiempos y sus específicas dinámicas económicas y sociales. He estudiado esta relación entre la morfología urbana de Coria del Río y los riesgos del régimen de los caudales del Guadalquivir en “*Las riadas del Guadalquivir en Coria; conflicto social y desarrollo urbano*”, en el libro Suárez Japon, JM. (2000). Guadalquivir por Coria. Estudios Geo-históricos. Autoridad Portuaria y Diputación Provincial de Sevilla. Sevilla. Pp. 17-84.

<sup>30</sup> De estilo gótico mudéjar, algunos historiadores sitúan su construcción primera en las postrimerías del siglo XIV, aunque a finales del XVI y en el XVII experimentó reformas que acrecentaron sus naves y sus dimensiones.

## La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)



02. – El crecimiento del casco urbano de Coria del Río estuvo históricamente limitado por los periódicos desbordamientos del río Guadalquivir, que llegaban a amenazar al caserío.

Más al interior y paralelo a este eje-frontera discurría el principal eje viario del pueblo, el camino que, viniendo desde Sevilla, conectaba con La Puebla del Río y con las grandes extensiones abiertas de la marisma. Fue una calle que, a causa de su longitud, siempre fue llamada por los corianos “*calle larga*”, al margen de las sucesivas nominaciones oficiales.<sup>31</sup>

Mas, para la comprensión de la estructura de la Coria del Río a la que llegaron los embajadores japoneses hay integrar otro hecho destacado, otro “eje-frontera”, situado en su zona sur. Lo provocaba la existencia de un arroyo afluente del Guadalquivir, el llamado “río Ríopudio”<sup>32</sup>. Es un cauce que permanece seco durante la mayor parte del año, pero que cuando se producen fuertes lluvias es canaliza caudales excepcionales que han de buscar su desagüe en el Guadalquivir. Y en esos momentos sucedía que las aguas del Ríopudio encontraban al Guadalquivir sujeto también a fuertes crecidas y los desagües del Ríopudio quedaban frenados, acentuándose entonces la intensidad de su desbordamiento. Sus aguas se exten-

---

<sup>31</sup> De todos los intentos de levantamientos del plano de Coria del Río, estimamos que el realizado por Juan Manuel Nieto Cortés, dato a mitad de siglo XVIII y compuesto a partir de los datos aportados por el Catastro de Ensenada, –unos ciento treinta años después de que los japoneses abandonaran Coria del Río–, es el que más certeramente ha reflejado la realidad urbana del pueblo. Aunque alejado del momento en que los japoneses llegaron, el esquema formal debía ser sustancialmente el mismo, como nos permite suponer la sustancial identidad de los elementos formales con el que el mismo autor aporta en su estudio del XIX, que a su vez se identifica sin apenas cambios reseñables con el levantado, ya para la primera mitad del siglo XX por el arquitecto Ricardo Ronquillo (en “Coria del Río. Aproximación a su realidad geohistórica”. Ayuntamiento de Coria del Río. Sevilla, 1987).

<sup>32</sup> Su nombre parece hacer referencia a los malos olores que su aguas solían presentar por los vertidos, de ahí que para algunos el término Ríopudio proceda de “río pútridos o río Putrius”. Finalmente, el nombre acabó escribiéndose en ese modo que unía el hecho, “río”, con su cualidad “pútrido”: Ríopudio (también “Repudio” en el argot del habla local de Coria del Río).

dían entonces ocupando la parte sur del caserío creando otra “zona inundable” que limitaba del avance urbano. Como en el otro eje-frontera, una capilla, —dedicada a la Virgen de la Soledad—, señalaba ese límite y se erigía ahí. Su vinculación con estas dinámicas fluviales explica que, desde su origen, la hermandad que se creó en torno a esta advocación mariana, una de las más antiguas del pueblo, estuviese asociada al gremio de los marineros<sup>33</sup>.

Como antes ya señalábamos, el eje de la llamada “*calle Larga*” tenía el papel fundamental en la configuración de las tramas urbanas, —históricas y actuales—, del pueblo y a ambos lados del mismo se iban disponiendo otras calles secundarias. Las que se dirigían a poniente, —alejándose del río—, conectaban con el espacio rural y con las colinas aljarafeñas ocupadas por viñedos y olivares. Las que se escindían hacia el levante, —hacia el Guadalquivir—, eran más cortas porque se frenaban en la línea frontera, —cerro de San Juan-Iglesia Mayor de Santa María de la Estrella—, que marcaba el límite de las inundaciones del Guadalquivir. Y se completaba la trama básica con otra calle, ésta perpendicular a la llamada “*calle Larga*”, que viniendo desde el interior del Aljarafe atravesaba el pueblo y llegaba hasta el río, en el embarcadero y el punto de atraques de la barcaza que aseguraba el paso entre ambas márgenes<sup>34</sup>. En el cruce de esta calle transversal, con el eje longitudinal, —“*calle Larga*”—, se enclavaban el Ayuntamiento, —sede del Cabildo—, y cerca de él la oficina del Pósito de los granos, un hospital de caridad y la cárcel, señalando la preeminencia institucional y simbólica de este lugar<sup>35</sup>.

Y como era habitual entonces en los pueblos y pequeñas villas de España, también en la Coria del Río a la que llegó Hasekura mostraban una estructura en la que entre el caserío se mezclaban aún amplios espacios sin usos definidos, muchos de ellos verdaderas áreas rurales insertas en el pueblo, ocupadas por grandes huertas, viñedos o eras, e incluso pequeñas explotaciones de cereal, además de numerosos recintos dispuestos para guardar los ganados, de labor o domésticos: cochiqueras, cuadras, gallineros, etc. Así pues, la Coria del Río por la que durante tres años deambularon los japoneses era todavía una mezcla de espacios urbanos y rurales agrupados sin solución de continuidad, un pueblo adaptado a la vida de sus habitantes: gentes labradora, ganadera y pequeños comerciantes, a los que se unían el amplio sector que trabaja en el río, ya en la marinería o en la pesca: los

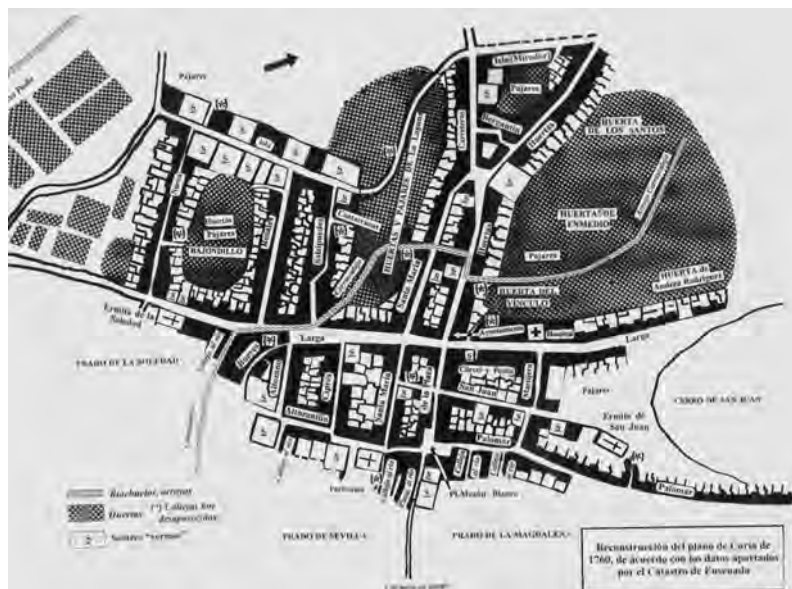
---

<sup>33</sup> Este sector inundable del Ríopudio se mantuvo sin ocupación hasta finales del siglo XX, cuando unas obras de canalización en el arroyo permitieron combatir con éxito sus desbordamientos. Hasta los años sesenta fueron tierras ocupadas por algunas explotaciones de ladrilleras, sirviendo sus tierras como material para la fabricación de los ladrillos.

<sup>34</sup> Esta circunstancia convertía de hecho a este pasaje en un viario que conectaba las dos orillas en el único punto en que esto sucedía aguas abajo de Sevilla. Véase Suárez Japon, JM. —“*El pasaje de barcas en Coria del Río*”, en Revista Archivo Hispalense. Diputación Provincial. Sevilla. 1985. Pp. 45-65 (se incluyó después en mi obra “*Guadalquivir por Coria*”; ya citada).

<sup>35</sup> Es muy probable que la primitiva, —y condicionante—, disposición longitudinal que fue adquiriendo el plano de Coria del Río, según el modelo del “pueblo-calle”, hiciese que las calles tuviesen un valor de lugares de pasos y que en ningún momento de su historia se creara en este pueblo una plaza central que albergara las sedes del poder. Por ello, resulta destacable señalar que nunca en Coria del Río existió ese tipo de plaza-mayor que es habitual en la mayoría de los pueblos andaluces y españoles.

## La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)



03. – Con la regulación de los caudales del Guadalquivir y el control sobre los desbordamientos permitieron que el casco urbano fuese ocupando los espacios más próximos al río, alejándose de su primitivo asentamiento en el llamado Cerro de San Juan.

barqueros, carpinteros de ribera, los calafates, los comerciantes de areneros, de ladrillos o de sales, los que vendían o reparaban las artes de la pesca, además del complejo grupo que cada día acudía a la orilla buscando una manera de ganarse el sustento en alguna de las oportunidades que brindaban los pasos de los buques que hacían la Carrera de Indias y que usaban a Coria del Río como un antepuerto de muy frecuente uso<sup>36</sup>.

En síntesis, la Coria del Río que encontró Hasekura, en octubre de 1614, era un pueblo blanco, apiñado, que parecía resbalar desde los aldeaños de la ermita que coronaba el cerro de San Juan hasta la iglesia de Nuestra Señora de la Estrella, cuya alta torre era el primer hito visual que descubrían los navegantes. En torno a ella se organizaba el caserío, paralelo al Guadalquivir, a cierta distancia de la orilla. Un amplio prado se extendía entre el río y el pueblo en el que se ubicaban las carpinterías de ribera, los pequeños astilleros para reparaciones de las barcas y algunos almacenes. Una hilera de barcas de pesca, con sus cascos cubiertos por una espesa capa de brea negra, sus artes “*de cucharas*” saliendo de sus popas y su vela plegada al palo de proa, formaban también un permanente elemento visual del paisaje que los navegantes japoneses de la misión Keicho pudieron descubrir cuando se acercaron al pueblo.

<sup>36</sup> Resulta conveniente recordar que el año 1613, es decir, el mismo en el que se inició la gran aventura viajera de Hasekura, se publicó “*Rinconete y Cortadillo*”, la gran novela de Miguel de Cervantes, en la que se refleja puntualmente el ambiente en que se movían los pícaros y buscavidas que pululaban siempre alrededor de los puertos relacionados con la Carrera de Indias, entre los cuales, como ya se ha dicho, Coria del Río era uno más en el sistema del Guadalquivir.



04. – Como aun sucede en nuestros días, también en 1614, cuando Hasekura llegó a Coria del Río, las actividades relacionadas con el río, y especialmente la pesca, eran dominantes entre su población

## 5

*“...cómo desde el fondeadero de Coria, en el torno inmediato, vuelve el río a perder otra parte muy considerable de su fondo, se hace en Coria el tercer alijo de las embarcaciones que suben a Sevilla; que el bajo de la Torre de los Herveros, que se ha hecho uno con el de la casa del Padre Don Juan, ha cortado el paso a las embarcaciones de alguna cala..., pero que esta navegación, tan regular y arreglada, se halla casi enteramente cortada, y va cortándose e inutilizándose diariamente, con el mayor asombro, por los predichos bajos de la Torre de los Herveros y Casa del Padre Don Juan, comprendidos en el torno de la Merlina...*

*(Informe sobre el estado de los bajos de Torre de los Herveros y Casa del Padre Don Juan. 1 de julio de 1794).*

Llegados a este punto, hemos de referirnos a un elemento de la geografía física de la Coria del Río de comienzos del siglo XVII que consideramos esencial y sin cuyo conocimiento la descripción de la realidad que encontraron los japoneses quedaría incompleta. Es esencial saber que desde la mitad del siglo XVI en las orillas de Coria del Río se albergaban actividades complementarias a las que se efectuaban en el puerto de Sevilla y que esta fue la razón que explica por qué los viajeros japoneses, que remontaban el río tratando de llegar a Sevilla, se detuvieron en Coria del Río. Aunque de un modo sintético, referimos ahora por qué las cosas ocurrieron de ese modo.

Coria del Río era entonces uno de los varios lugares del tramo final del Guadalquivir en los que se producían obligados atraques de los barcos de la flota de Indias, al amparo de la cual habían viajado los esforzados japoneses, embajadores de Date Masamune, el poderoso Señor de Boju. Y ambas cosas, –las funciones

## La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)

asumidas y que se detuvieran los japoneses—, tienen una misma explicación ligada a los graves problemas que presentaba la navegación por el Guadalquivir en el tramo entre la ciudad de Sevilla y el océano Atlántico que requirieron la aparición de lugares con actividades complementarias al control del comercio que por el río transitaba. Y uno de los puntos en que se extremaban esas dificultades a la navegación estaba a la altura de Coria del Río: el llamado “*torno de La Merlina*”. Era el último de los grandes meandros del río antes de llegar al Arenal sevillano, o el primero si se navegaba bajando desde Sevilla al mar. Así pues, debe retenerse ese aserto clave: el encuentro entre los emisarios japoneses y Coria del Río no se debió a ninguna previsión ni estrategia, sino a la presencia de ese hecho geográfico en las inmediaciones de Coria del Río.



05.— Un elemento de la geografía física de estos parajes del entorno a Coria del Río, la de un gran meandro en el trazado del río Guadalquivir, llamado de La Merlina, resultó determinante para que las sus orillas actuasen como antepuerto del Arenal sevillano y acogiesen a los navegantes que subían o bajaban la gran ruta comercial que se estableció entre Sevilla y las tierras de la América hispana.

A diferencia de los otros grandes meandros o tornos que el Guadalquivir presentaba aguas abajo de Sevilla, el de La Merlina se extendía sobre la actual margen izquierda del río. El navegante que bajaba desde Sevilla lo encontraba a unos diez kilómetros del puerto, una vez dejado atrás el pequeño núcleo de Gelves y el llamado brazo del Copero. El Guadalquivir giraba bruscamente hacia poniente, llegando hasta el pie de las colinas del Aljarafe, poco antes de llegar al núcleo urbano de Coria del Río. Desde ahí, —sin duda a causa del obstáculo insalvable que estas colinas representaban para la escorrentía de las aguas en un espacio carente de suficientes pendientes—, el Guadalquivir giraba de nuevo dirigiéndose hacia levante y tras recorrer algo más de cinco kilómetros, llegaba hasta los restos de la vieja ciudad de Oripo<sup>37</sup>, desde donde volvía a curvarse hacia poniente con un trazado

<sup>37</sup> Es el nombre de una pequeña ciudad romana, —al que los historiadores atribuyen un origen turdetano—, que se hallaba en las proximidades de la actual Dos Hermanas, la populosa ciudad del área metropolitana de Sevilla. Como en el caso de la Caura (origen de nuestra Coria del Río), Oripo acuñó monedas y sostuvo actividades de comercio de productos agrícolas a través del Guadalquivir. Su abandono, —cuyas causas son generalmente ignoradas—, era ya pleno siglos antes de la arribada a Coria del Río de los viajeros japoneses.



que se iba cerrando a medida que se acercaba al caserío coriano y una vez ahí, el río retomaba de nuevo su camino hacia el sur, conectándose con las zonas de la Isleta, de la isla de Hernando y con el meandro de Casas Reales. Esta disposición de su trazado hacía que los navegantes debieran recorrerlo completo y apenas avanzaban unos pocos centenares de metros en el sentido de su marcha, ya hacia el mar o ya hacia el puerto de Sevilla. Los documentos de la época trasladaban sus quejas resumiéndolo de un modo preciso: “*amanecer en Coria y atardecer en Coria*”.

La geografía del Guadalquivir, pues, resultó decisiva. Las peculiaridades de su régimen hidrológico, su naturaleza de estuario sometido al efecto de las mareas atlánticas y las escasas pendientes por la que discurre en este tramo final, habían dado lugar a un trazado complejo, salpicando el cauce de peligrosos bajos fondos que reducían sus calados y acentuaban los efectos de sus desbordamientos. La misma llanura que le permitió al Guadalquivir ser un río navegable y a Sevilla condicionar su historia haciendo al suyo como un importantísimo puerto interior, era la también la causa de las dinámicas que iban mermando sus capacidades de navegabilidad, convirtiéndose finalmente en un problema estructural que tuvo también importantes repercusiones históricas<sup>38</sup>.

El reflejo de esta situación ha quedado escrito en las numerosas quejas de los navegantes que lo transitaban. Fueron una constante y se reflejaban en los años próximos a la llegada de la embajada japonesa: así, en 1573 el llamado Itinerario de Juan Escalante de Mendoza nos señala las pérdidas que el río produce y cita en especial las dificultades en el “*paraje peligroso del Albayle, al llegar a Coria*”; y Veitia Linaje, en su estudio el “Norte de Contratación de las Indias Occidentales” recoge un informe de Juan de Miranda, fechado en 1611, –sólo tres años antes–, en el que se alude a “*la gravedad de los encenagamientos*” del Guadalquivir y, en fin, Pierre Chaunu, autor de la más completa obra sobre las relaciones comerciales entre Sevilla y América<sup>39</sup>, resume la situación diciendo que durante todo el siglo XVII las condiciones de navegabilidad empeoraron grandemente a causas de la frecuencia de las avenidas y desbordamientos del Guadalquivir, de las que cuenta dieciséis entre los años 1587 y 1650<sup>40</sup>.

Todos estos datos sobre la situación del Guadalquivir y sus problemas de navegación sitúan a Coria del Río en el centro del sector donde los conflictos se acentuaban. Se proyectaron sobre el bajo Guadalquivir las miradas y las preocupaciones de gobernantes, de comerciantes, de marineros, de todos cuantos tuvieran algo que ver con esta gran experiencia histórica de la colonización americana, aunque sólo en la segunda mitad del siglo XVIII se irían ensayando soluciones para estos problemas de la navegación. Una de esas medidas fue, –como ya hemos comentado–, el señalamiento de determinados puntos de la orilla del Guadalquivir en

---

<sup>38</sup> Después de un muy largo proceso de tensiones políticas y estratégicas, en 1714 la corona española decidió trasladar la Casa de Contratación, núcleo de todo el universo comercial con Indias, desde Sevilla a Cádiz.

<sup>39</sup> CITA LA OBRA DE CHAUNU.

<sup>40</sup> Me ocupé más extensamente de este asunto en mi estudio “*Notas para la geo-historia del Bajo Guadalquivir: La Corta de La Merlina (1795)*”. Anales de la Universidad de Cádiz. II. Cádiz. 1985. Pp. 295-310 (recogido en mi obra “*Guadalquivir por Coria*” ya citada).

## La coria del río a la que llegaron el samurái Hasekura Tsunenaga y los miembros de la embajada keicho (1613-1620)

los que las flotas se detenían para completar sus cargas o para aligerarlas, según fuese el sentido de su rumbo y, en otros casos, con la finalidad de controlar el tráfico de mercancías y sus obligaciones tributarias. Y uno de esos puntos se ubicó en un pueblo próximo a Sevilla y con una gran tradición marinera, Coria del Río. Y porque además, su posición en el borde del meandro de La Merlina, donde las altas dificultades de navegación se aumentaban, le dotaba también de un valor estratégico añadido.

Este es el dato esencial para entender que la embajada japonesa, –a cuyo frente venían Hasekura y Sotelo–, se detuviera en Coria del Río aquel día de octubre de 1614. No fue fruto de una orden superior, ni de ninguna previa premeditación o plan, ni de posibles maniobras de Luis Sotelo, el fraile sevillano que por su origen era el único del grupo viajero que conocía estas tierras del Guadalquivir. Atracaron en Coria del Río como entonces lo hacían muchas otras embarcaciones de cierto calado que transitaban el gran río andaluz, lo que había contribuido a hacer de Coria del Río un pueblo con plurales ocasiones para poder ganarse la vida y un lugar habituado a ver llegar o partir a gentes diversas, gentes pacíficas que asumían como algo natural cuanto por el río les llegara. Por ello hemos imaginado que ningún sobresalto sentirían estos corianos al ver que dos galeras se acercaban a la orilla. La sorpresa se produciría después, cuando vieron bajar de ellas a gentes en las que advirtieron rasgos físicos extraños y que iban vestidas con ropajes que mostraban su carácter de altas dignidades.



06.– Cuatrocientos años después de la llegada de la Embajada Keicho a las orillas de Coria del Río y superado un largo paréntesis de mutuos desconocimientos, los japoneses descubrieron que una extensa comunidad de hombres y mujeres que habitaban aquella misma orilla llevaban por apellido el nombre de su país: Japón. Pronto nació entre ellos una activa relación de complicidad y amistad que culminó con la visita que S.A.I. Naruhito, hoy ya emperador nipón, realizó a Coria del Río en junio de 2013, reconociendo a los Japón como descendientes de aquellos avezados navegantes japoneses que habían llegado hasta aquí en los comienzos del siglo XVII..

## Juan Manuel Suarez Japon

Y no tardaría mucho en que también los japoneses recién llegados comenzarían a escudriñar en sus entornos, tratando de imaginar qué podrían encontrar en aquel pueblo ribereño, entre su caserío blanco extendido entre la blanca espadaña de un ermita y la alta torre de una iglesia. Era octubre de 1614. Los japoneses de la embajada Keicho acababan de llegar a Coria del Río y de inaugurar una nueva y emocionante página de la historia de este pueblo andaluz. Pero todavía entonces nadie podía imaginarlo. Se iniciaba una historia quizás menor, alejada de las grandes épicas, pero igualmente valiosa: la que dio origen a la comunidad de hombres y mujeres que en Coria de Río llevaron y llevamos el apellido Japón, en torno a lo cual se gestaron las conmovedoras relaciones que, cuatro siglos más tarde, se han establecido entre los Japón y los japoneses.

# Estudos do património

---



## Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem (Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)

---

**Joaquim Saial**

*O presente texto foi escrito para figurar do chamado “Volume III – Estudos Históricos”, parte do Dossier de Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO. Para que ele não fique apenas confinado aos arquivos dessa prestimosa instituição, sai agora na Revista de Cultura Callipole, espaço conveniente, por motivos óbvios.*

*Vila Viçosa é terra fértil em personalidades marcantes de âmbito regional, nacional e internacional na área da cultura – nomeadamente da literatura, artes plásticas e história – mas também da ciência e da política. E se é verdade que algumas ainda não possuem tradução em termos de homenagem pública “visualizável”, também é certo que algumas das mais expressivas estão contempladas com estátua, busto, placa laudatória ou toponímica ou ainda nome em equipamento arquitectónico – nalguns casos, inclusive, bisando e trisando a lembrança... como acontece, de resto, noutras localidades. É delas que iremos tratar, de seguida.*

A primeira homenagem pública escultórica foi tardia, no início da quarta década do século XX, a 20 de Março de 1943, e teve em vista a figura do pintor naturalista **Henrique Pousão** (1859-1884). Nascido e falecido em Vila Viçosa, Pousão viveu no entanto parte significativa da sua curta vida no Norte de Portugal, em França e Itália (nestes países, como bolsheiro do Estado português). O facto de o pai, juiz, ter estado colocado em Barcelos e Guimarães, levou-o por comodidade de distância a estudar na Academia Portuense de Belas Artes. Por fortuna, à morte do



filho, o progenitor reuniu a obra disponível e legou-a à escola onde este fizera os seus estudos artísticos<sup>1</sup>.

É por via desta ligação à Cidade Invicta que o seu nome surge associado ao Grande Sorteio Nacional de Arte que em 1935 procurava homenagear com monumento escultórico não só o autor de “Casa das persianas azuis” como os colegas Silva Porto e Artur Loureiro, ambos tripeiros<sup>2</sup>. 278 peças (no valor de 300 contos), oferecidas por 248 artistas de várias sensibilidades, uma longa e também diversificada comissão e o contributo da banca e do comércio locais<sup>3</sup> não lograram o desiderato pretendido. De modo que a peça alusiva a Pousão, apesar de concretizada a feitura do busto em bronze elaborado pelo escultor Américo Gomes (1880-1963/4?) datado de 1936<sup>4</sup>, bem como a das placas no mesmo material que representam dois quadros do artista, não teve lugar no Porto mas sim em Vila Viçosa<sup>5</sup>.



Trata-se de peça sensível, de grande dignidade, do autor do “Homem do Leme” existente na Avenida de Montevideu, Porto, de 1935. A inspiração, óbvia, proveio de famoso auto-retrato de Pousão de 1878<sup>6</sup>, embora algum movimento e volume dos cabelos lhe dê aqui maior dinâmica. Feito na Fundação Manuel Triães em Vila Nova de Gaia, o busto está sustentado por um pedestal de mármore com base em degraus que teve risco do arquitecto Joaquim Madureira (filho) e foi executado pelo canteiro Manuel Saial sobre material oferecido pela Câmara Municipal de Vila Viçosa. Na parte fronteira do pódio pode observar-se um baixo-relevo em bronze de “Cecília”, correspondendo-lhe outro na posterior, da tela “Esperando o Sucesso”. Algumas aplicações vegetalistas em tiras horizontais de bronze e canteiros de flores na zona inferior completam a obra

<sup>1</sup> Hoje, no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. O Museu da Faculdade de Belas Artes da cidade continua a possuir obras de Pousão.

<sup>2</sup> O sorteio assentava nos originais presentes à Grande Exposição dos Artistas Portugueses que teve lugar no Salão Silva Porto, entre 15 de Maio e 15 de Junho de 1935.

<sup>3</sup> A este propósito, ver o detalhado catálogo de 1935, publicado pela Imprensa Portuguesa, Rua Formosa, 108, Porto.

<sup>4</sup> É a data do busto de Vila Viçosa, bem como a da versão muito próxima, existente junto ao Museu de José Malhoa, nas Caldas da Rainha.

<sup>5</sup> Silva Porto só teria busto portuense datado de 1950 (esc. Barata Feyo) no Jardim de São Lázaro; não temos conhecimento de homenagem semelhante a Artur Loureiro na cidade. O monumento a Pousão foi ou esteve para ser erigido no antigo Palácio de Cristal do Porto (sem confirmação documental cabal – lembramos que o Palácio de Cristal foi demolido em 1951), decerto compreendendo o busto hoje existente nas Caldas da Rainha falado na nota anterior. DAVID, Celestino, em “A Cidade de Évora”, Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora, n.º 4, Setembro.1943, dá conhecimento de mais factos relacionados com as peripécias relacionadas com o memorial do Porto.

<sup>6</sup> Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto.

**Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)**

inserida numa pequena glorieta que inteligentemente anula o declive do terreno e realça o conjunto.

O monumento surge em local nobre da vila, na Praça da República, muito próximo das casas onde o pintor nasceu<sup>7</sup> e faleceu e à vista daquela que foi do avô paterno, também pintor amador com algum interesse. A Alameda Henrique Pousão fica de igual modo a escassas dezenas de metros<sup>8</sup>. Na denominada Quinta Augusta, zona recente da vila, há também uma Rua Henrique Pousão. Em 1985, a Câmara Municipal de Vila Viçosa instituiu o Prémio Pintura Henrique Pousão (bienal).

O segundo monumento de homenagem, até hoje o de maiores dimensões e de mais imponente qualidade plástica, é a estátua equestre dedicada ao **Rei D. João IV**, o “Restaurador” (1604-1656), erigida no centro do Terreiro do Paço, frente ao paço ducal dos Braganças.

Dado que o estudo desta peça fez parte da nossa tese de mestrado em História da Arte<sup>9</sup>, resolvemos reproduzir com as necessárias adaptações o texto então escrito.

Para os habitantes de Vila Viçosa, não se trata apenas da estátua de um conterrâneo de nobre estirpe mas da “Estátua” por excelência – como se não houvesse mais nenhuma ou aquela fosse a melhor. Alguns calipolenses ainda se recordam das obras de consolidação do pavimento, no sítio em que depois foi implantado o pedestal e descarregadas várias toneladas de pedra. Alguns se lembram, também, das restantes fases de construção, da cerimónia inaugural, no dia 8 de Dezembro de 1943<sup>10</sup> (três anos depois da data prevista<sup>11</sup>) e do



<sup>7</sup> Por iniciativa da Comissão de Iniciativa local e deliberação do Município, descerrou-se em 21 de Abril de 1935 uma placa alusiva a Pousão na casa onde o pintor nasceu, na Corredoura/Rua Dr. Oliveira Salazar, hoje de Florbela Espanca, n.º 10.

<sup>8</sup> Ainda a propósito deste monumento, ver SAIAL, Joaquim. “Henrique Pousão – Entre o Porto e Vila Viçosa” – “Diário de Notícias”, 22.4.1989, p. 9.

<sup>9</sup> SAIAL, Joaquim. *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991.

<sup>10</sup> A data da inauguração fora remarcada pelo ministro das Obras Públicas, Eng. Duarte Pacheco, para o dia de Nossa Senhora da Conceição e não para o 1.º de Dezembro, como seria mais lógico, para não ferir as susceptibilidades da vizinha Espanha, de onde viriam convidados para a cerimónia. Esta informação está contida no discurso de Júlio Dantas, no acto de entrega da estátua ao Município de Vila Viçosa. Ver jornal “República”, 8.12.1943, p. 4.

<sup>11</sup> A inauguração previa-se, no “Programa Oficial das Festas Nacionais de 1940”, para o dia 6 de Novembro desse mesmo ano. Nela esteve presente quase toda a hierarquia oficial do Estado, desde o Presidente Óscar Carmona a Salazar, passando pelos presidentes da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, ministros do Interior e Obras Públicas, marquês do Funchal



trágico episódio da morte do ministro Duarte Pacheco<sup>12</sup>, indissolúvelmente ligado à estátua e à vila a que dedicou parte importante do seu labor<sup>13</sup>.

A ideia para a erecção de uma estátua equestre a D. João IV em Vila Viçosa foi divulgada sob a forma de nota oficiosa, em 27 de Março de 1938, e partiu da cabeça de Oliveira Salazar. Nesse texto célebre, em que o presidente do Conselho expunha as ideias mestras do que deveriam ser as comemorações centenárias de 1940, o parágrafo 6, entre outras considerações referentes ao castelo de São Jorge (Lisboa), era muito preciso em relação ao que se tinha de fazer para honrar condignamente a memória do Rei Restaurador: “No largo em frente [do Paço Ducal], devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O palácio, a vasta praça, a formosa igreja dos Agostinhos, que constitui o panteão dos Duques de Bragança, seriam, por este modo elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence”.

Em 26 de Julho, três meses depois, a imprensa<sup>14</sup> já divulgava os nomes dos artistas incumbidos da realização da obra, embora a portaria oficial só viesse a ser publicada em 10 de Setembro. O documento, assinado por Duarte Pacheco, não era longo mas apresentava uma curiosa (e rara) determinação, indicando um arquitecto como assessor de um estatuário. Na realidade, confiava-se ao “escultor [madeirense] Francisco Franco de Sousa (1885-1955) a execução do modelo da estátua equestre de D. João IV, a erguer em 1940, no Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa, e ao arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), seu assessor, o estudo da urbanização do terreiro e a elaboração do projecto do pedestal” que havia de receber a estátua.

Porquê a referência expressa, valorizando tanto a representação escultórica? A explicação mais plausível poderá residir no receio que houve em privilegiar o aspecto arquitectural numa praça onde as construções já tinham um peso tão grande. Realmente, um palácio, um convento, dois solares, uma igreja e um jardim murado constituíam uma moldura que só permitia outra adição arquitectónica desde que esta com elas não entrasse em conflito. No entanto, se a esta componente foi dado um lugar subalterno, não se pode dizer que tenha sido descurada. Antes pelo contrário, quer os trabalhos do pedestal, quer os da regularização e urbanização do terreno foram entregues a Pardal Monteiro, arquitecto de prestígio firmado, demonstrando assim que à parte arquitectónica também era atribuída assinalável importância.

---

(como representante da Casa de Bragança) e muitos outros, entre os quais Júlio Dantas que proferiu o discurso de circunstância, ao qual respondeu o presidente da Câmara local, capitão Ramalho Ortigão. Esteve também presente o Dr. António Luís Gomes, Director Geral da Fazenda Pública e Administrador da Fundação da Casa de Bragança.

<sup>12</sup> O ministro morreu devido a um acidente de automóvel junto a Vendas Novas, quando se dirigia a Lisboa, depois de uma inspecção à estátua. A este respeito, ver os jornais diários de 16.11.1943.

<sup>13</sup> Reconstrução das muralhas medievais, reparação de zonas em ruínas do castelo renascentista, abertura de vias (entre as quais a Avenida dos Duques de Bragança), embora aqui com alguma polémica, como no caso da destruição do quarteirão fronteiro ao castelo que, feito avenida, passou a ter o nome do ministro e hoje ostenta o do matemático e activista político Bento de Jesus Caraça.

<sup>14</sup> “Diário de Notícias”, 26.6.1938, p. 2.

Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)

E porquê Franco? Tanto Simões de Almeida como Maximiano Alves estavam a braços com empreitadas deste tipo. A Leopoldo de Almeida e Barata Foyo, futuros autores de estátuas equestres, destinava-se vultuosa colaboração na Exposição do Mundo Português. Quem pois, a não ser o escultor madeirense para arcar com as responsabilidades de empresa tão delicada? O artista estava no auge da carreira, com parte substancial das suas grandes obras já realizadas, e desde 1928 que a crítica era unânime em elogios às mesmas. Mesmo entre os colegas de profissão, com especial destaque para Diogo de Macedo, não faltava quem lhe dedicasse os maiores encómios. Por outro lado, Franco era um homem cujo ideário político o tornava uma personagem da mais estrita confiança do regime<sup>15</sup>, facto que contribuía para que muitas das grandes encomendas lhe fossem destinadas. Assim, não é de admirar que a escolha de Duarte Pacheco tenha recaído nele, o que sobremaneira o deve ter gratificado pois, desde a época em que estagiara em Itália, a execução de uma estátua equestre era um dos seus sonhos mais persistentes<sup>16</sup>.

Franco aplicou-se de imediato à tarefa, produzindo sem cessar, dia após dia, horas a fio. A 8 de Fevereiro de 1939, Duarte Pacheco, sempre interessado, visitou-o no *atelier*, onde os trabalhos se iam desenrolando num ritmo quase febril. Devido às grandes dimensões da obra e à falta de espaço que para uma estátua tão volumosa dispunha no seu *atelier*, o Estado cedeu-lhe o antigo ginásio do Liceu D. Filipa de Lencastre, à Rua Almeida Brandão, onde já estava instalado em 20 de Março<sup>17</sup>. Aí trabalhou o artista, numa clausura quase total, até à conclusão do modelo em gesso, que foi apresentado ao público durante três dias, a partir de 24 de Dezembro de 1940, no recinto da Exposição do Mundo Português<sup>18</sup>.

Quando se entra em Vila Viçosa pela estrada que vem de Borba<sup>19</sup>, a estátua apresenta-se pela direita, virada ao mosteiro de Santo Agostinho. Símbolo do seu orgulho, visto que foi o único rei que a vila deu ao país e motivo da sua decadência, pois para este servir a nação ele teve de abandonar a



<sup>15</sup> Sobre este assunto, cfr. “Arte e Política”, in “Bandarra”, n.º 1, Março.1935, p. 1; “Interessantes Afirmções do Escultor Francisco Franco”, in “Diário de Notícias”, 27.4.1936, p. 1; PAES, Sellés, “A Obra de Francisco Franco”, in “Da Arte Moderna em Portugal”, p. 57.

<sup>16</sup> MACEDO, Diogo de. *Francisco Franco*, ed. Arlis, Lisboa, 1956, p. 12.

<sup>17</sup> Desconhecemos se em 8 de Fevereiro este ginásio já fora cedido a Franco mas tudo leva a crer que sim. Do antigo Liceu D. Filipa de Lencastre, já então demolido, restavam ainda algumas dependências, entre as quais se contava aquela em que o escultor trabalhou.

<sup>18</sup> Estiveram presentes a essa apresentação, Salazar, Duarte Pacheco, o ministro do Interior Mário Pais de Sousa, Reynaldo dos Santos, os arquitectos Cottinelli Telmo e Pardal Monteiro, o Eng. Sá e Melo e o próprio Francisco Franco.

<sup>19</sup> No presente momento desactivada, devido a colapso de um troço, em 19 de Novembro de 2018.

terra que fora seu berço, levando consigo a multidão de servidores que faziam a riqueza do lugar, o homem que numa belíssima montada domina o vasto terreiro foi simultaneamente duque e monarca, a um tempo senhor do burgo e dirigente do país em luta pela independência.

Da memória do rei e dos seus títulos não desmerece a estátua fundida em sete partes, posteriormente soldadas a autógeno no local que, com seis metros de altura, no cimo do pedestal, olha a face leste da praça<sup>20</sup>. Ao contrário do cavalo, modestamente ajaezado, o monarca apresenta uma ostentação que, sem ser exagerada, está



de acordo com a sua majestade. A representação de D. João IV mostra-o como um homem relativamente novo, em idade próxima dos 36 anos que tinha quando ascendeu ao trono. Na mão direita, enluvada, o bastão de mando, único apetrecho áulico passível de ser incluído em qualquer figuração sua, já que ele a si próprio se privara do símbolo máximo da realeza, a coroa, entregue à padroeira de Portugal,

Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Assim, para além da longa cabeleira anelada, apenas um chapeirão de que pende farta plumagem, cujas funções são contrabalançar o volume que a cabeça do cavalo forma e proporcionar belo efeito decorativo. O aspecto marcial da armadura que o rei enverga, acrescido dos restantes elementos bélicos (pistolões e espada), apenas é suavizado por uma faixa que lhe envolve o troco e termina em pontas requintadamente pendentes sobre a garupa e a anca esquerda do ginete.

O pedestal de Pardal Monteiro, desenvolvido em altura<sup>21</sup>, é bastante sóbrio, nele avultando um grácil friso fitomórfico que percorre o soco a toda a volta, três escudos cegos na face norte, outros tantos a sul e o nacional, em cartela, encimado pela coroa régia, na face dirigida ao mosteiro de Santo Agostinho, encimando a legenda “A D. JOÃO IV / NO III CENTENÁRIO / DA RESTAURAÇÃO” / MCMXL. Alargando do cimo para a base e prolongando-se por bem lançada escadaria circundante, de seis degraus, este pedestal apenas peca pelo material de que é feito, granito azulino, polido discordante dos belíssimos mármore de Montes Claros, muito patinados pela acção do tempo<sup>22</sup> que à frente e à retaguarda acentuam a pobreza da pedra, em má hora escolhida. Por outro lado, parece-nos ser destituída de fundamento a crítica feita por Reynaldo dos Santos em 1966<sup>23</sup>, de

<sup>20</sup> Para o efeito, foram construídos fornos especiais nas oficinas dos irmãos Augusto e Alfredo Abreu, em Lisboa.

<sup>21</sup> Embora nomeado pelo Governo, foi Franco quem escolheu Pardal Monteiro para seu colaborador. Referência no livro citado na nota 16.

<sup>22</sup> Actualmente, tanto o paço ducal como a igreja do mosteiro de Santo Agostinho apresentam-se imaculados, devido a recente limpeza das cantarias.

<sup>23</sup> SANTOS, Reynaldo. “Francisco Franco”, in “Colóquio”, n.º 38, Abril.1966, p. 4.

que o pedestal e a “longa e monótona” fachada do paço não teriam a escala capaz de servir de suporte e moldura à estátua. Pelo contrário, é precisamente a feliz e harmoniosa conjugação de três factores arquitectónicos e decorativos (o ritmo evidenciado pela fenestragem do muro do jardim, do mosteiro de Santo Agostinho e do próprio palácio, as irisações do mármore destes dois edifícios e o notável risco do pedestal), muito difícil de obter noutra praça do país, que dá a esta estátua o condizente enquadramento.

O cavalo, robusto mas elegante, mau grado raras e pouco significativas críticas que então recebeu, foi entusiasticamente elogiado, aquando da apresentação pública em Belém. Reynaldo dos Santos considerou-o a parte mais interessante do monumento, como aliás, segundo ele, seria de esperar numa estátua desse género: “Numa estátua equestre (...) o que tem mais importância é o cavalo. (...) Uma bela estátua equestre nunca é essencialmente a modelação de um espírito ou um carácter, mas antes de mais nada um belo cavalo com uma figura em cima”. Mais adiante, e referindo-se concretamente ao cavalo em questão, dizia: “não é um retrato realista de modelo como o cavalo do Gattamelata de Donatello, nem a estilização grega como a cabeça do de Verrocchio, mas uma síntese de força e sensualidade plástica com o que há de nervoso e de elegante no dinamismo contido das formas”<sup>24</sup>.

A primeira parte das afirmações de Reynaldo dos Santos a que nos referimos provocou a publicação, por parte do escultor João da Silva, de um curioso artigo na “Seara Nova”<sup>25</sup>, que exprimia posição radicalmente diferente da daquele crítico: “Numa obra desta natureza é o cavaleiro que sem dúvida alguma tem de dominar, apesar das convicções em contrário que possa haver; se assim não fosse, isso nos levaria a dizer, falando do monumento do Terreiro do Paço: a estátua do cavalo de D. José, e iríamos ali admirar aquele e não o magnífico conjunto em que prevalece a figura do Rei”. A divergência de opiniões, um tanto paralela à obra em si, não chegou a ensombrar, como dissemos, a apresentação da mesma. Porém, a crítica mais brilhante e sincera, embora pouco citada, caberia a Diogo de Macedo, que considerava esta como sendo a melhor estátua de Franco: “Francisco Franco concebeu a sua estátua em sossegado aprumo, firme e com nobreza, para lhe imprimir maior perpetuidade, como convém à arte de síntese, que queda eterna na serenidade clássica. Nada de élan próprios de corridas hípicas ou tauromáquicas; nada de *kolossalidades*, à maneira pesada, sistemática e decorativa dos germânicos; nada de movimentos barrocos, coleantes, arbitrários, que só os cavalos-marinheiros nas suas fantasias e proporções explicam e requerem. Nenhuma fragilidade de concepção, nem escravidão às teorias anti-plásticas dos sábios de montaria, gente de picadeiro ou de coudelaria, nem tão-pouco aos convencionalismos populares ou académicos que, sobre jeitos, anatomias e segredos de cavalgada usam bitola e dogma, admitindo-lhes uma só expressão. Francisco Franco teve a coragem e a inteligência de

---

<sup>24</sup> SANTOS, Reynaldo. “A Estátua Equestre de Francisco Franco”, in “Diário de Notícias”, 31.12.1940, p. 1.

<sup>25</sup> SILVA, João da. *O Cânone das Estátuas Equestres – Considerações Estéticas Sobre as Mesmas e as Obras de Alguns Grandes Mestres*, p. 75. Este estudo também foi publicado em separata, nos “Cadernos da Seara Nova”.

se libertar dessa chusma de exigências atrofiantes. Procurou e conseguiu realizar uma obra séria, muito sua, honesta e perfeita, como as mais belas no género, quer as clássicas, quer as da Renascença italiana, quer as mais modernas. Apesar disso, imprimiu particularíssimo espírito àquela obra, com a mesma nobreza de estilo que a cavalaria da época adoptava, sem contudo fugir à verdade da sua personalidade e não empregando amaneiramentos para agrado dos alheios”<sup>26</sup>.

A nota política também não faltou, como era inevitável. Dias depois, no editorial do “Diário de Notícias”<sup>27</sup>, o articulista afirmava: “A estátua de Francisco Franco tem uma certidão de baptismo: o ano das Comemorações Centenárias. A sua conclusão corresponde à conclusão não apenas cronológica mas moral das celebrações



cívicas da nação. 1940 produziu um monumento – que é a obra da maturidade de um grande artista e o símbolo consciente da maturidade de um grande povo. 1940 deixa a sua epopeia e deixa o seu bronze”. Mais adiante, o comentário era ainda mais colorido e a comparação, óbvia: “Toda a vida e toda a raça desta clara e forte gente de lareira e de mar, que na frase de Lopes Vieira descobriu o Mundo e ficou pobre – está nessa bela expressão serena do Chefe que conduz, no seu passo altivo e nobre, o corcel, símbolo da apoteose e da força, sobre

um solo eu é seu, na direcção de um destino que ele sabe que não lhe foge porque o forjou de sua própria alma”. Significativas, e dentro desta linha, foram as palavras de Júlio Dantas durante a cerimónia de inauguração: “Viemos aqui fortalecer-nos na consciência da nossa unidade e da nossa imortalidade; retemperar na lição do passado a fé nos nossos destinos. Na hora em que os povos mais poderosos do Mundo derrubam as suas estátuas para fabricar canhões, nós agradecemos à Providência ter-nos permitido destruir em paz alguns canhões – para fazer uma estátua!”<sup>28</sup>.

“Velasquenha” lhe chamou Reynaldo dos Santos<sup>29</sup>. Diogo de Macedo, que considerava Franco “um grande escultor naturalista” e “um grande artista das realidades”<sup>30</sup>, falou de ‘realismo plástico’<sup>31</sup>. Um crítico posterior servir-se-ia da expressão “naturalismo clássico”<sup>32</sup>, mais adequada à obra e à época que então se vivia,

<sup>26</sup> MACEDO, Diogo de. “A Estátua de D. João IV”, in “Ocidente”, n.º 28, Agosto. 1940, p. 284.

<sup>27</sup> “Uma Estátua Nasceu”, artigo anónimo (Augusto de Castro?), 6.1.1941, p. 1.

<sup>28</sup> “Diário de Lisboa”, 8.12.1943, pp. centrais.

<sup>29</sup> SANTOS, Reynaldo. “O Escultor Francisco Franco”, in Estrada Larga, Porto Editora, Porto, s/d.

<sup>30</sup> Ver nota 26.

<sup>31</sup> MACEDO, Diogo de. “Subsídios Para uma Análise à Obra de Francisco Franco”, in “Belas Artes”, n.º 6, 1953, p. 8.

<sup>32</sup> FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1974, p. 256.

**Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)**

marcada por aspectos ideológicos bem patentes, como acabámos de ver pelos significativos exemplos apresentados e por passadismos estéticos que teimavam em não desaparecer<sup>33</sup>.

Passadas quase oito décadas sobre a sua inauguração<sup>34</sup>, a estátua de D. João IV mantém não só o estatuto de melhor peça escultórica de homenagem existente na vila como uma das mais significativas do seu género no país. Motivo de grande número de postais ilustrados e de um sem-fim de fotografias, não logrou ainda em Vila Viçosa competidora à sua altura<sup>35</sup>.

O antigo Rossio de Vila Viçosa ostenta actualmente o nome do Rei D. João IV.

**Públia Hortênsia de Castro**<sup>36</sup> (1548-1595), humanista calipolense do culto círculo da infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel, teria de esperar até 22 de Maio de 1960 para ter inauguração de monumento a si alusivo<sup>37</sup>. Figura brilhante do seu tempo, mas de enigmática biografia, terá frequentado as Universidades de Évora e Coimbra<sup>38</sup>, onde estudou Retórica, Humanidades e Metafísica e discutia

---

<sup>33</sup> Para além de Franco e de Pardal Monteiro, tiveram parte importante no monumento o Eng. José Barbosa Carmona, que dirigiu a construção, o Eng. António Pinto de Sousa Santos, que dirigiu os trabalhos de urbanização, os fundidores irmãos Augusto e Alfredo Abreu (condecorados com a Medalha de Mérito Industrial), o mestre João Ribeiro Garcia (agraciado com idêntica condecoração) e os canteiros irmãos Marques de Sousa, principais obreiros na área de cantaria. A Franco, foi atribuído o oficialato de Santiago.

<sup>34</sup> O episódio da inauguração da estátua surge no conto “O Último Dia de Carlos Cambaia”, de SAIAL, Joaquim, *in* Revista de Cultura Callipole, n.º 9, 2001, p. 201.

<sup>35</sup> Como nota final relacionada com este monumento, recomenda-se ainda a leitura dos dois seguintes textos: SAIAL, Joaquim. “10 Notícias Sobre a Estátua de D. João IV, em Vila Viçosa, no “Diário de Notícias” de New Bedford, Massachusetts, Estados Unidos da América (1938-1941)”, *in* Revista de Cultura Callipole, n.º 17, 2009, p. 77 e GONÇALVES, Manuela. “Francisco Franco, Estátua Equestre de D. João IV”, no mesmo número da revista, p. 83.

<sup>36</sup> Por distração, ESPANCA, Túlio escreveu no *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora (vol. 1) Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, p. 715, que o monumento era à data o mais recente, implantado no Largo Serpa Pinto. Trata-se de facto de um lapso e não de um erro, pois as datas de inauguração deste monumento (ano de 1960) e do de Florbela Espanca (posterior, de 1964) que refere na obra estão certas. A propósito desta figura, ler o elucidativo texto de TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro, “Evocação da Vida Misteriosa de Públia Hortênsia de Castro”, *in* Revista de Cultura Callipole, n.º 1, 1993, p. 21.

<sup>37</sup> Embora só inaugurado em 1960, a feitura do monumento terá sido decidida algures antes de 20.12.1956 pois nessa data encontramos no jornal americano de língua portuguesa “Diário de Notícias” de New Bedford, EUA, p. 3, a seguinte indicação: “Públia Hortencia [sic] de Castro, a poetisa [sic] de Vila Viçosa nascida em 1548, vai ter um monumento na referida vila, mandado erguer pela Fundação da Casa de Bragança. Foi [deve faltar aqui a palavra 'escolhido' ou similar] o escultor açoriano Numídico Bessone o autor do busto da poetisa, em mármore de Vila Viçosa.”

<sup>38</sup> Indicação aparentemente incerta, pois a Universidade de Coimbra esteve vedada a frequência escolar de mulheres até ao final do século XIX. Contudo, essa versão ainda hoje corre em Vila Viçosa, dizendo-se que para o fazer se disfarçava de homem, assistindo a aulas onde o irmão ia. Podemos ver uma das origens desta espécie de lenda por exemplo em CARVALHO, Francisco Freire de. *Primeiro Ensaio Sobre Historia Litteraria de Portugal, Desde a Sua Remota Origem Até o Presente Tempo*, etc., Typographia Rollandiana, Lisboa, 1845, p. 121: “Publia Hortencia [sic] de Castro, que ardendo em desejos de instruir-se nas Sciencias,



de igual para igual com colegas e professores. Desiludida com a falta de incentivos para a sua obra e desaparecidos os antigos mecenas, professou no Convento do Menino Jesus da Graça da Ordem dos Agostinhos, em Évora, cidade onde veio a falecer com 47 anos de idade.

Resolveu a Fundação da Casa de Bragança, dada a projecção desta filha da terra, oferecer a Vila Viçosa um monumento que perpetuasse a memória da rara letrada proveniente de um tempo em que isso era assaz difícil para o elemento feminino. Situado à vista do Paço Ducal, embora já fora do Terreiro do Paço, o discreto memorial foi implantado numa zona de vegetação frondosa, no então Largo Serpa Pinto (hoje de 25 de Abril), sítio de algum recolhimento, condizente com a personagem retratada, não obstante por ali passar a Avenida Duques de Bragança. Trata-se de um busto em mármore branco sobre pedestal de granito em que se salienta o texto laudatório A PÚBLIA HORTÊNSIA / DE CASTRO / SINGULAR HUMANISTA / CALIPOLENSE. Foi realizado pelo açoriano Numídeo Bessone (1913-1985), também autor da estátua de Ramalho Ortigão no Jardim de Nuno Álvares, em Santos o Velho, Lisboa. Com grande grau de probabilidade, o escultor utilizou para modelo a imagem da dita “Vera efigie de Públia Hortênsia de Castro”, quadro a óleo que pertenceu a Anselmo Braancamp Freire, pintado por volta de 1581. Deste, conhece-se postal ilustrado publicado pela Biblioteca Nacional de Portugal, representando a humanista com o hábito da Ordem de Santo Agostinho que, como dissemos, professou no final da vida. O escultor seguiu uma linha intemporal clássica, sem significativa demonstração de estado de espírito da retratada que nos olha tranquila e introspectiva, como convém a figura tão vaga mas simultaneamente tão importante para a vila e para o País.

No casco antigo do burgo ducal existe uma Rua Públia Hortênsia de Castro e a escola secundária da terra ostenta também o nome da humanista.

---

como, para poder frequentar as aulas, lhe servia de obstáculo o seu sexo, o desmentio, estudando em trage de homem, juntamente com seu irmão Jeronimo de Castro, na Universidade de Coimbra Humanidades, e depois Philosophia, da qual defendeu, contando apenas dezessete anos de idade, Conclusões publicas na cidade de Evora, com admiração de todos os espectadores, respondendo promptamente aos mais fortes argumentos, como testemunha L. André de Resende em uma Carta (...).”

Seguiu-se, em 1964, o monumento a **Florbela Espanca** (1894-1930), a poetisa maior de Vila Viçosa e uma das mais significativas de Portugal<sup>39</sup>, cuja representação está de certo modo ligada à que Évora também ostenta. Quando António Ferro escreveu no “Diário de Notícias” em 24 de Fevereiro de 1931 o encomiástico texto “Uma grande poetisa portuguesa”, já o poeta Celestino David tinha aventado a ideia de um monumento para Évora. A autora de “Charneca em Flor” morrera pouco antes, na noite de 7 para 8 de Dezembro de 1930, e o oportuno trabalho de Ferro veio acelerar a vontade latente em amigos e admiradores da poetisa.



Na sequência do artigo, três dias depois, a 27, também Teresa Leitão de Barros, Laura Chaves e a esposa de Ferro, Fernanda de Castro, se pronunciavam no mesmo jornal a favor da construção de uma memória àquela que fora sua companheira de letras: “(...) tomamos a liberdade de pedir um recanto do “Diário de Notícias”, por julgarmos necessário completar a “indenização moral” devida a Florbela. Está lançada por um espírito culto (...), Celestino David, a ideia de erguer no Jardim Público de Évora o busto da poetisa (...)” Nesse sentido, as signatárias propunham que o DN abrisse uma subscrição a favor do monumento, para a qual cada uma participava, desde logo, com 100\$00. Aceite a sugestão, a colecta iniciou-se no mesmo dia, com 1000\$00 (dos quais 500\$00 oferecidos pelo próprio jornal, 100\$00 pelo director, Eduardo Schwalbach, e outros tantos por António Ferro). Em 5 de Março, data em que já havia 2520\$00, o DN divulgou as doações de Henrique<sup>40</sup> e Virgílio Lopes de Mendonça (50\$00 cada), Helena e Mamia Roque Gameiro<sup>41</sup> (100\$00 cada), Maria Lamas<sup>42</sup> (30\$00) e do editor de Florbela, Guido Battelli (50\$00). Porém, em 18 de Julho, cerca de cinco meses após a abertura da subscrição, apenas se juntara a diminuta quantia de 4060\$00. Mas se o dinheiro não abundava, outras ajudas tinham vindo a surgir. A Sociedade Luso-Belga e a Sociedade de Mármore de Vila Viçosa ofereceram os mármore para o busto e pedestal do monumento e em 31 de Maio o DN dava conta de outros três importantes contributos, ao informar que o mestre-de-obras Francisco António Rodrigues, o escultor Diogo de Macedo e o arquitecto Jorge Segurado davam, respectivamente, o trabalho de montagem, a modelagem do busto e o desenho do pedestal. Ainda a 31, Diogo de Macedo, Jorge Segurado e o casal Ferro seguiram para Évora, a fim de escolherem o sítio exacto de implantação do monumento. Depois, e durante bastante tempo, o entusiasmo esmoreceu (...). Só 16 anos depois, em 18 de Junho de 1949, se inaugurou o conjunto evocativo da poetisa alentejana.

<sup>39</sup> O texto alusivo ao monumento a Florbela Espanca segue, com ligeiras adaptações, o por nós publicado no “Diário de Notícias” de 17.6.1989, na rubrica “Sábado/Memória”, p. 8, “Bustos desiguais de Florbela em Évora e Vila Viçosa”.

<sup>40</sup> Oficial da Armada, escritor, autor da letra do hino nacional português.

<sup>41</sup> Artistas plásticas, filhas do aguarelista dos mesmos apelidos.

<sup>42</sup> Escritora.



E Vila Viçosa? Em 24 de Outubro de 1935, no “Diário de Lisboa”, o escritor calipolense Albino Lapa anunciava que o busto de Florbela, sua conterrânea, iria afinal ser erigido em Vila Viçosa. Ele, que já anteriormente manifestara o seu desacordo quanto à localidade em que o monumento iria ser implantado, retomava agora o assunto, aproveitando o arrastamento que a campanha pró-homenagem sofria em Évora, a oferta do busto a Vila Viçosa, por Diogo de Macedo e a constituição, em Lisboa, de uma comissão de estudantes universitários calipolenses,



interessados na mesma causa. Alegando que “não fazia sentido que Évora quisesse dar um dos seus largos, todos eles pejados de relíquias históricas a uma mulher que só a Vila Viçosa pertence...”, avançava a data de Dezembro para a inauguração e o Largo Serpa Pinto (onde, como vimos, em 60 se colocou o busto de Públia Hortênsia de Castro) como o que receberia o monumento. Mas nada disto se concretizou e só 15 anos após a inauguração da memória de Évora Vila Viçosa homenageou Florbela Espanca. A 17 de Maio de 1964, no mesmo dia em que por meritória iniciativa do Grupo Amigos de Vila Viçosa e da Câmara Municipal se inaugurou o mausoléu onde foram depositados os seus restos

mortais vindos de Matosinhos, onde falecera e fora sepultada, era descerrado com o mesmo patrocínio, no local hoje conhecido como Mata Municipal, o seu busto em mármore branco, da autoria do escultor luso-macaense Raul Xavier (1894-1964). Menos feliz que o de Évora, demasiado robusto e bem mais interessante nos trabalhos prévios conhecidos, em gesso<sup>43</sup> e bronze<sup>44</sup>, repousa sobre pedestal, também de pedra, riscado pelo arquitecto Raul David.

Escultor sério e de grande habilidade manual, esta peça terá sido provavelmente a última que Xavier realizou. Tendo falecido cerca de quatro meses e meio antes da inauguração, é possível que parte ou a totalidade do tratamento final já não seja da sua mão o que, a ter acontecido, justificará não ter a peça calipolense a desenvoltura de outras obras do artista. Como legendas, apresenta o nome da poetisa e as datas do seu nascimento e morte. Cabe lembrar os esforços das forças-vivas de Vila Viçosa: o então presidente da Câmara Municipal, Eng. Bento Char-rua, e os dirigentes do Grupo Amigos de Vila Viçosa Filipe Cunhal de Almeida, Alexandre Torrinha<sup>45</sup>, José



<sup>43</sup> Coleção particular.

<sup>44</sup> Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso, Amarante.

<sup>45</sup> O Dr. Alexandre Torrinha, professor do ensino secundário, foi desde muito cedo e até ao fim da vida um dos grandes defensores da memória de Florbela e da feitura do monumento de Vila Viçosa.

**Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)**

de Castro e Bento Barreiros. O monumento foi descerrado pelo historiador calipolense Túlio Espanca, familiar de Florbela, e discursaram na altura o escritor José Emídio Amaro, amigo da mesma, o advogado José Coelho Madureira e Túlio Espanca.

Em 1992, o monumento foi deslocado da Mata Municipal para o topo da Av. Bento de Jesus Caraça, frente ao Cine-Teatro que tem o nome da malograda poetisa, onde está mais à vista dos passantes e de quem o quer visitar. Em 24 de Setembro de 2013, a Câmara Municipal de Vila Viçosa inaugurou uma outra memória, vão de porta rodeado de cantaria num passeio, simulando o local da porta da casa onde Florbela nasceu, desaparecida durante a abertura da Avenida Duques de Bragança por volta de 1940. É da autoria do Arq. Helder Soeiro.

A antiga Corredoura, depois Rua Dr. Oliveira Salazar e fugazmente após o 25 de Abril de António Patuleia (trabalhador rural assassinado em 1947 pela PIDE) tem hoje o nome de Florbela, adequado, até pelo facto de ali se situar uma das casas onde ela habitou na vila. A Câmara Municipal de Vila Viçosa criou em 1981 o Prémio Literário Florbela Espanca, bienal, alternando poesia e ficção.

Primeiro a seguir ao 25 de Abril e com longa recolha de fundos que até compreendeu venda de autocolantes, inaugurou-se a 16 de Agosto de 1982, mais ou menos a meio da Avenida Bento de Jesus Caraça, um monumento ao médico benemérito **Dr. João Augusto do Couto Jardim**. O distinto clínico foi desde sempre tão estimado e lembrado que a sua data de nascimento, 16 de Agosto (de 1879), passou a ser a do feriado municipal de Vila Viçosa. Daí, não ser de estranhar ter sido uma das personalidades a homenagear a seguir à revolução, tanto mais que na altura ainda havia imensos calipolenses vivos que tinham beneficiado não só da sua ciência como do seu desprendimento de bens materiais, pois dava imensas consultas sem cobrar honorários.



O monumento desenvolve-se em altura, configurando uma espécie de pilar irregular em pedra, bifurcado no topo, assente em degraus/canteiros de perímetro quadrado feitos posteriormente à inauguração, pois esteve muito tempo assente em calhaus irregulares e terra, onde nasciam ervas – facto que obrigou ao arranjo que hoje se pode observar. Ao longo do pilar há diversas figuras nuas, em fruste baixo-relevo e mais ou menos a meio a cabeça em mármore do Dr. Couto Jardim, pouco consentânea com as fotografias que dele se conhecem. Tem desenho do artista local Manuel Lopes mas foi executado por artistas da região, conforme se pode ler em folheto da Câmara Municipal, datado de 11 de Agosto desse ano e distribuído à população como convite.

A antiga Rua de Fidalgos (que parte do local onde a cabeceira da Igreja do Real Convento das Chagas de Cristo e a fachada lateral do Paço dos Bispos Deões, agora Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, se enfrentam) apresenta o nome do Dr. Couto Jardim.



Seguiu-se-lhe, a breve trecho, o monumento alusivo ao **Papa João Paulo II** (1920-2005), primeiro a ele dedicado, em Portugal. Pago a expensas da diocese eborense, comemora e agradece a única visita de um Pontífice a Vila Viçosa, onde o atrás referido esteve em 14 de Maio de 1982, por algumas horas<sup>46</sup>. Trata-se de um discreto busto em bronze, correcto e verosímil, de Karol Wojtyła, sobre pedestal de mármore, da autoria do escultor Lagoa Henriques (1923-2009)<sup>47</sup>. O memorial foi anunciado pelo então arcebispo de Évora, D. Maurílio Gouveia, a 8 de Dezembro do mesmo ano, em Vila Viçosa, e inaugurado em 8 de Maio de 1983, durante a 21.ª Peregrinação Diocesana ao Solar da Padroeira. Nesse dia, após concorrida missa campal, discursaram junto ao monumento D. Maurílio Gouveia e o Nuncio Apostólico, Monsenhor Sante Portaluppi. Coube a este descerrar o busto que estava tapado com a bandeira da Santa Sé. A peça de bronze foi fundida na oficina de Armindo Leite, em Vila Nova de Gaia<sup>48</sup>, e o Eng. Leopoldo Portas, através da Sociedade Solubema que então dirigia, ofereceu o mármore para o plinto, concretizado por pessoa da terra, César Valério. Mais uma vez, a Fundação da Casa de Bragança exerceu a sua benéfica influência através do presidente do Conselho Administrativo, Dr. Gonçalo do Amaral Cabral, que facilitou o transporte da obra de bronze da fundição para Vila Viçosa. No pedestal, pode ler-se a seguinte inscrição: S. S. JOÃO PAULO II / PEREGRINO / DE / N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO / PADROEIRA DE PORTUGAL / VILA VIÇOSA / 14 DE MAIO DE 1982. O monumento esteve inicialmente encostado à fachada do santuário de N.ª Sr.ª da Conceição, do lado da Epístola, mas hoje encontra-se a escassos metros do local primitivo, do mesmo lado, junto ao murete que delimita o adro, virado à Rua de Nossa Senhora.

Um outro médico de longa prática e boa fama foi o **Dr. Jeremias Toscano** que teve irmã, esposa e descendência de médicos e enfermeiros. Falecido a 7 de Março de 1996, tem monumento-busto datado de 1999 sobre pedestal de secção quadrangular (ambos em mármore), por sua vez assente em receptáculo de flores da mesma geometria, em simpática pracinha arborizada, frente ao seu antigo consultório, na confluência da Rua Dr. Câmara Pestana com o Largo Mouzinho de Albuquerque. Trata-se de obra do canteiro José Bravo (nasc. 1958), de Estremoz. Os dizeres, em letras afixadas no mármore AO HOMEM / AO BENEMÉRITO

<sup>46</sup> Há uma placa comemorativa do acontecimento, no pátio exterior do mosteiro de Santo Agostinho, onde o Papa descansou por breve tempo, após ter descido no Terreiro do Paço do helicóptero que o levou a Vila Viçosa, antes de se dirigir para o local onde celebrou missa, na encosta das muralhas medievais, à porta de Évora.

<sup>47</sup> Uma estátua de João Paulo II, de 1995 e também de Lagoa Henriques, está hoje junto à Sé do Funchal, Madeira.

<sup>48</sup> Indicação por confirmar.

Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)

/ AO AMIGO / DR. JEREMIAS / TOSCANO / N. 29-6-27 – F. 7-3-26 / O POVO DE VILA VIÇOSA / AGRADECE / DE TODO O CORAÇÃO foram sendo vandalizados nos últimos anos mas entretanto substituídos por outros, aparentemente menos degradáveis.

O nome de Jeremias Toscano foi atribuído à avenida que tem um dos extremos no Largo Mouzinho de Albuquerque, a seguir à chamada Fonte do Cubo, e o outro na confluência com o Largo António Patuleia, em zona de recente urbanização.

Matemático de grande prestígio, **Bento de Jesus Caraça** (1901-1948) foi professor do ensino superior e político, filiado no Partido Comunista Português. A sua opção política valeu-lhe perseguições, a prisão e a expulsão do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, hoje Instituto Superior de Economia e Gestão, onde ainda é lembrado com carinho. A homenagem que Vila Viçosa quis fazer a este seu filho teve início pouco depois do 25 de Abril, já que antes a mesma dificilmente seria realizável. Um primeiro projecto de memorial não teve a concordância da família mas acabou por haver consenso perante o actual, de 2005, estátua em bronze em que o homenageado segura um livro, atributo do seu labor, da autoria do docente e pintor também calipolense, Augusto Casaca. Com limitações orçamentais que não permitiram maiores voos e retiraram à figura alguma movimentação que teria sido vantajosa<sup>49</sup>, o monumento seguiu uma linha utilizada noutros do país, como “O cauteleiro” de Lisboa ou



“O ardina” do Porto, figuras que se confundem com os transeuntes, criando um efeito de surpresa. Aqui, devido às características do local – nas imediações de um café/restaurante com esplanada, entre a igreja da Misericórdia e os Paços do Concelho –, foi necessário, à semelhança do que aconteceu com o “Fernando Pessoa” do Chiado, destacar a peça, colocando-a sobre uma peanha de quatro degraus circulares. No cimeiro, onde o observador não avisado confunde o desenho ali visível (insculpido) com a imagem clássica de uma bola de basquetebol, está afinal o símbolo da famosa Biblioteca Cosmos fundada por Caraça (O Mundo, com as linhas do Equador e dos Círculos Polares). As cinco estrelas que no logótipo da BC rodeiam a esfera mundial, passaram



<sup>49</sup> Referido pelo artista ao autor destas linhas.

para o degrau inferior, contrabalançando visualmente o nome do homenageado, seus anos de nascimento e morte e a sua mais famosa frase “Se não receio o erro é porque estou sempre pronto a corrigi-lo”<sup>50</sup>.

Na Casa Museu Bento de Jesus Caraça, instalada na casa onde o professor nasceu e viveu por algum tempo, nuns anexos do Real Convento das Chagas de Cristo, existe um busto da autoria de João Cutileiro que pertenceu ao filho, Dr. João Caraça, e que este cedeu para aquele espaço<sup>51</sup>.

Após o 25 de Abril, a antiga Avenida Duarte Pacheco passou a ter o nome do matemático. O do antigo ministro das Obras Públicas, que não se extinguiu na toponímia local, foi erradicado para uma ponta da vila, perto do parque industrial. A Câmara Municipal de Vila Viçosa instituiu o Prémio Bento de Jesus Caraça, destinado anualmente aos três alunos do 12.º ano do Agrupamento de Escolas de Vila Viçosa com melhor aproveitamento na área da matemática.



Em 21 de Outubro de 2007 inaugurou-se o monumento/busto erigido em memória do padre e historiador local **Padre Joaquim Espanca** (1839-1896), autor do “Compêndio de Notícias de Vila Viçosa”<sup>52</sup>. Entre outros textos publicados e a editar, escreveu o douto sacerdote umas “Memórias de Vila Viçosa”, monumental trabalho sobre a história e cultura da sua terra que deixou inédito e a Câmara Municipal de Vila Viçosa publicou em 36 volumes, a partir de Março de 1983.

O memorial situa-se no Largo Mouzinho de Albuquerque, do lado oposto ao dedicado ao Dr. Jeremias Toscano, do qual já falámos. É um busto em mármore, da autoria do marmorista José Manuel Pernas (falecido no final de Dezembro de 2018), feito a partir de conhecida fotografia do modelo. Ergue-se sobre pedestal negro, vazado, também de pedra, por sua vez assente num conjunto de três blocos de mármore quadrados e sobrepostos, diminuindo de perímetro a partir do solo. No superior, colocou-se a inscrição em letras de bronze JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA / PADRE E HISTORIADOR / 1839-1896.

<sup>50</sup> A frase é proveniente do opúsculo *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo*, publicado nos Cadernos de Cultura Vanguardista, n.º 1, edições Mocidade Livre, Lisboa, 1933 e nos “Cadernos da Seara Nova”, Secção de Estudos Políticos e Sociais, 2.ª edição de 1939 e 3.ª de 1941, as que conhecemos. Tanto na 2.ª edição como na 3.ª a frase surge na página 11. Há edições posteriores deste trabalho.

<sup>51</sup> Realizado em 1981 e então designado como “Retrato de Bento Jesus Caraça”, fez parte do acervo da Exposição Antológica de João Cutileiro patente no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, entre 8 de Março e 22 de Abril de 1990. Teve o n.º 140 de catálogo.

<sup>52</sup> Na Tipografia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, Redondo, 1892.

Arte pública escultórica de Vila Viçosa – monumentos de homenagem  
(Freguesia de Nossa Senhora da Conceição/São Bartolomeu)

A rua que vai da zona central da Praça da República ao Rossio tem o nome do Padre Joaquim Espanca.

É este pois o panorama dos monumentos públicos de homenagem existentes na freguesia urbana unificada de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu de Vila Viçosa. Atrás, poderíamos ainda ter inserido mais um, o alusivo ao porta-estandarte **D. Álvaro Abranches da Câmara**, conjurado de 1640, primeiro a reerguer a bandeira nacional em Lisboa depois do levantamento da Restauração que está implantado junto à muralha medieval, na esquina próxima da porta de Estremoz. Contudo, embora agora o citemos, decidimos mantê-lo à parte, dado que a sua implantação não tem génese semelhante às restantes, isto é, foi colocado junto ao castelo pela entidade que o administra, depois de já ter estado noutros locais, e que o homenageado não tem relação directa com Vila Viçosa. Não deixa por isso de ser peça interessante, este bronze naturalista de 1888, da autoria de um pouco conhecido J. (ou I.) P. L. Santos, na pose ao mesmo tempo heróica e orgulhosa da figura, tratada com meticuloso pormenor.



Estranhamente, não tem ainda a parte urbana da vila referência escultórica a actividades locais, se exceptuarmos dois bons relevos (ceifeiro e ceifeira) de autoria ainda desconhecida existentes no edifício do antigo Grémio da Lavoura, hoje Banco Santander-Totta, muito embora se possa por exemplo observar um memorial escultórico ao trabalhador do mármore à entrada da freguesia de Bencatel que aponta a Vila Viçosa.

Por outro lado, há défice de algumas figuras que de há muito merecem homenagem escultórica, como D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV e por casamento com o Rei Carlos II Rainha de Inglaterra, Escócia e Irlanda, ou Martim Afonso de Sousa, homem de larga biografia sul-americana, fundador de S. Vicente, primeira vila do Brasil, e oriental, como capitão-mor do Mar das Índias e Vice-Rei das Índias, já para não falar do Rei D. Carlos que tanto amou Vila Viçosa e nela (esquecendo o paço onde ainda paira através de muito espólio pessoal ali patente), apenas tem nome de rua e de hospedaria.

De qualquer modo, e pelo que se disse, o conjunto aqui estudado, descrito e comentado já constitui acervo de muito interesse, que é de enaltecer, preservar e aumentar.

Por outro lado, como se percebe pelo título (mas é sempre bom lembrar) foram deixadas de fora peças decorativas, abstractas ou de outro tipo, algumas delas com bastante qualidade que ornamentam recantos da vila ducal, em geral resultantes de simpósios de escultura que têm vindo da acontecer nas últimas décadas. Ficará essa junção para eventual livro sobre a arte pública escultórica de Vila Viçosa que

## **Joaquim Saial**

se venha a concretizar, à semelhança dos que já se podem encontrar em outras vilas e cidades do nosso País. Matéria, não falta.

Para facilitar eventual pesquisa por quem se cativa por este assunto, optámos por um texto de índole cronológica. Procurámos também aludir a outras homenagens às figuras que são motivo de monumentos escultóricos, tais como nomes de ruas, instituições e prémios municipais.

Fotos: Joaquim Saial

# O projeto de inventário do património azulejar calipolense

---

Tiago Salgueiro | Ana Campanilho Barradas  
Paulo Pinto | Fernando Duarte

## Introdução



Figura 1 – Antiga Portaria do Convento das Chagas de Cristo – Dois quadros sacro-profanos de Santa Clara e de São Francisco de Assis e duas cenas de caça grossa, a cavalo, ao leão africano e ao veado continental, do período de D. João V (século XVIII).

O projeto de Inventário do Património Azulejar Calipolense teve como objetivo principal a identificação dos conjuntos e das coleções de azulejos existentes. Neste sentido, procedeu-se à constituição de um inventário com o registo dos diferentes padrões existentes em Vila Viçosa, desde o século XVI até meados do século XX, e a relação dos mesmos com os edifícios onde se encontram instalados.

A azulejaria só pode ser verdadeiramente entendida no contexto dos edifícios nos quais foi aplicada e para os quais, muitas vezes, foi propositadamente concebida. Neste levantamento exaustivo, procurámos entender, no contexto local, a importância cultural do uso do azulejo e a sua utilização como suporte de manifestações



artísticas. Com esta pesquisa, foi possível constatar a relevância e a qualidade do património azulejar no concelho.

Através de uma metodologia de recolha de informações de base bibliográfica, procurámos localizar os diferentes conjuntos de azulejos e registámos as informações associadas a cada um deles, assim como a relação com os espaços físicos onde se encontram. Constitui, nessa perspetiva, uma ferramenta de conhecimento do património azulejar de Vila Viçosa, ao qual deverá ser dado, a breve prazo, um aprofundamento científico e uma uniformização metodológica.

Tendo em conta a necessidade de salvaguarda e de segurança do património azulejar local, considerámos que este poderia ser um contributo importante para a definição de uma futura estratégia em termos de conservação, com base numa plataforma de ação entre as diferentes instituições locais com responsabilidade pela salvaguarda destes bens.

As pesquisas efetuadas ao longo do ano de 2017 tiveram como resultado a elaboração de um conjunto de 520 fichas de inventário, que contêm as informações sobre os edifícios e os diferentes tipos de azulejos existentes no concelho de Vila Viçosa.

Este trabalho originou a identificação de um acervo de imagens de todos os azulejos do concelho, em espaços públicos e privados. Pretendeu-se com esta iniciativa contribuir para uma maior motivação na preservação deste tipo de património e envolver a comunidade e as instituições locais na necessidade de preservação destes legados, muitos deles em risco de degradação ou furto. O inventário constitui, nessa medida, um instrumento para poder defender o azulejo. Por outro lado, foi igualmente identificada a propriedade e a tutela dos diferentes conjuntos e coleções, o que permitirá, no futuro, uma correta gestão e controlo de todo este vasto património.

Outro dos desideratos presente na proposta consiste na inserção e integração deste levantamento, que se encontra também em formato digital, na plataforma **Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo**, de modo a valorizar, melhorar e disponibilizar os seus conteúdos, permitindo assim uma abordagem metódica e sistematizada à informação recolhida. Pretende-se avançar neste sentido com a colaboração da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança e Arquidiocese de Évora.

Esta integração, correspondente a uma fase de identificação e documentação do levantamento inicial, poderá uniformizar os conteúdos e permitir a criação de formas de pesquisas mais rigorosas. Em paralelo, seguramente que servirá como uma ferramenta muito útil no processo de candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO.

Este sistema informático, tendo em conta a sua especificidade e rigor, irá certamente potenciar os resultados obtidos na recolha inicial já efetuada, tendo como consequência inovadoras pesquisas científicas sobre cada conjunto azulejar em particular, procedendo à sua reutilização em diferentes formatos. Será ainda possível pensar o inventário do património azulejar do concelho, colocando Vila Viçosa num patamar de charneira nesta área, ao lado de outros que integram atualmente a Rota do Azulejo em Portugal.

## O projeto de inventário do património azulejar calipolense

Consideramos que o trabalho agora desenvolvido poderá ser um estímulo para o desenvolvimento de investigações mais detalhadas sobre cada um dos conjuntos agora identificados e que permitirão um conhecimento mais pormenorizado sobre a realidade azulejar de Vila Viçosa.

Os inventários municipais de património azulejar constituem uma base fundamental para proteção, conservação e usufruto dos conjuntos azulejares e dos edifícios onde os mesmos se encontram integrados. Concomitantemente, com a implementação de um sistema informático de georreferenciação, incrementar-se-á o potencial utilitário deste instrumento, em conjugação com a vertente lúdica e turística, dentro de determinadas limitações de segurança e sempre em consonância com os proprietários.

Saliente-se, também, a necessidade de alargar esta iniciativa a uma visão regional e nacional, articulando os já existentes levantamentos georreferenciados e inventários e os tratamentos informáticos de existências, riscos e patologias, de forma a parametrizar estas informações e fundamentar critérios e metodologias



Figura 2 – Imóvel 12-14 do Largo D. João IV.



Figura 3 – Revestimento azulejar do rodapé do imóvel 12-14 do Largo D. João IV – No lambril, encontram-se azulejos de três tipos distintos, de xadrezes azuis e brancos e de tapete policromado, de bom desenho seiscentista, provenientes do Convento de Nossa Senhora da Esperança.

de atuação, em conjugação com um processo amplo e diversificado de ações de sensibilização dos cidadãos.

Esta iniciativa foi candidata ao Prémio **SOS AZULEJO 2018**, promovido pelo Museu da Polícia Judiciária em parceria com outras instituições, tendo obtido uma Menção Honrosa na categoria “Contributos para Inventário”.

## Enquadramento



Figura 4 – Convento dos Capuchos – Painel de azulejos azuis e brancos, do período de D. João V, representando a Apresentação da Virgem. O mendigo representado do lado direito do painel apresenta semelhanças com a mesma figura presente no painel com Cenas da Vida da Virgem, da antiga Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Vila Viçosa.

Parte insubstituível da produção artística portuguesa dos últimos quinhentos anos, o azulejo português, enquanto revestimento cerâmico mural, resulta como um forte e expressivo reflexo da cultura dos povos que ocuparam geograficamente a bacia do Mar Mediterrâneo, a Anatólia e o Islão. Foi através da poderosa influência exercida pelos povos de civilização islâmica que esta vocação ornamental irradiou para a Europa a partir do século XV e se radicou, sobretudo, nas regiões do sul<sup>1</sup>.

Muito embora com origem no Oriente, esta arte assumiu ao longo do tempo uma elevada importância cultural no contexto português, tendo caracterizado uma percentagem muito significativa de edifícios e monumentos nacionais, nomeadamente espaços conventuais e igrejas.

Em termos de azulejaria, Portugal é um dos países mais ricos do mundo neste género de decoração artística. Em Vila Viçosa, podemos encontrar exemplares raríssimos no quadro da azulejaria que ilustram as mais curiosas e importantes fases de evolução desta arte decorativa. O azulejo tem uma estética própria, pois

---

<sup>1</sup> CALADO, Rafael Salinas, *Azulejaria na Madeira e na Coleção da Casa-Museu Frederico de Freitas*, Direção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma da Madeira/Casa Museu Frederico de Freitas, 1999.

atua como um excelente animador de superfícies, tornando espaços singulares em monumentais<sup>2</sup>.

Vila Viçosa foi, a partir do século XVI, um esconjuro da cerâmica no território nacional e os mais importantes dos seus monumentos ostentam, ainda hoje, revestimentos de vários períodos da história da cerâmica, originários de diferentes países. Por exemplo, o Paço Ducal, expoente máximo deste tipo de decoração, continha um conjunto que seria muito considerável de azulejos provenientes de Sevilha e que estavam colocados no piso térreo do Paço de D. Jaime<sup>3</sup>.

Os azulejos de Vila Viçosa constituem dos mais belos e raros exemplares de decoração cerâmica existentes em Portugal. Existem, de facto, espécimes de quase todas as variedades de azulejos fabricados na Europa, mudéjares, renascentistas do século XVI, genuinamente nacionais ou holandeses, talaveranos, padrões de repetição ou de tapete do século XVII, figurações místicas, bíblicas e históricas, de elemento solto ou isolado (figura avulsa) do século XVIII e neoclássicos, assim como um conjunto muito significativo de registos até à primeira metade do século XX.

Já em 1928, no primeiro número da *Revista Portuguesa*, o Dr. José de Figueiredo<sup>4</sup> referia que a arte do azulejo “no seu período mais nobre entre nós, o barroco, tinha em Vila Viçosa uma representação excepcional”<sup>5</sup>. Salientava que “só quem tenha percorrido todos os monumentos religiosos é que pode fazer ideia do que é, neste ponto, a riqueza artística de Vila Viçosa”<sup>6</sup>.

Assumindo-se como a mais característica manifestação artística nacional, é aquela que sempre teve uma continuidade evolutiva no nosso país. A quantidade, a profusão, a qualidade artística e a categoria histórica de muitos conjuntos azulejares em Vila Viçosa é um dado inegável que reflete e confirma a importância da localidade no que concerne a esta manifestação artística<sup>7</sup>.

São muitos, como foi possível comprovar, os edifícios de Vila Viçosa que merecem referência pela importância dos revestimentos azulejares que contêm.

O Dr. Joaquim Torrinhã defendia que não existia nenhum capítulo da história do azulejo que em Vila Viçosa não esteja bem representada. O levantamento que foi efetuado comprova essa hipótese, tendo em conta a variedade cronológica e tipológica existente<sup>8</sup>.

---

<sup>2</sup> MONTEIRO, Florival Baiôa, *A Azulejaria do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, Região de Turismo Planície Dourada*, 2001.

<sup>3</sup> TORRINHÃ, Joaquim, “Os Azulejos Renascentistas”, *Revista Monumentos, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1997, pp. 26-31.

<sup>4</sup> O Dr. José de Figueiredo foi um historiador e crítico de arte. Nasceu no Porto em 1872 e faleceu em 1937. Dedicou a sua vida à arte e à procura de objetos da arte portuguesa espalhados pela Europa, principalmente em França e na Holanda. Foi o primeiro Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga.

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, José de, *Arte Portuguesa Primitiva – O Tríptico da Igreja das Chagas*, de Vila Viçosa, *Revista Portuguesa*, n.º 1, 1928.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> TORRINHÃ, Joaquim, *Azulejaria Artística de Vila Viçosa*, sep. de “A Cidade de Évora”, n.º 45-46, Évora, 1963.

<sup>8</sup> *Idem*.

O azulejo é um património de interesse cultural e turístico do nosso país e, pela sua singularidade, exceção e pelo reconhecimento por parte dos fluxos turísticos que nos visitam, um bem verdadeiramente de valor universal.



Figura 5 – Ermida de São João Baptista do Carrascal – Silhares de azulejos policromos e do tipo de maçaroca de milho do século XVII que abraçam, até meia-altura, os prospectos da capela-mor.

## Conclusão

O revestimento cerâmico das igrejas de Vila Viçosa ocupa, sem dúvida, um lugar de relevo, exatamente porque o teve de todas as épocas: primeiramente o mudéjar, o seiscentista de inspiração oriental, com motivo central a imitar panos orientais, recheados de flora e fauna exótica, franjas bem imitadas e molduras ou faixas entrançadas ou com círculos encadeados em losangos, no puro estilo renascentista, e seguidamente os frontais de azulejo geométrico, de padrão repetido, constituídos quase sempre por elementos iguais aos das paredes das naves<sup>9</sup>.

Muitos destes exemplares foram aplicados, em data incerta (provavelmente depois da extinção das ordens religiosas, em 1834), em distintos espaços e edifícios da localidade. Este facto foi o que mais contribuiu para o arranque da maior parte dos azulejos no contexto calipolense, tal como aconteceu em todo o território nacional.

Este projeto de inventário também contribui para essa identificação, com referências em relação à sua proveniência.

<sup>9</sup> TORRINHA, Joaquim, “Azulejaria Artística de Vila Viçosa”, sep. de “A Cidade de Évora”, n.º 45-46, Évora, 1963.

## O projeto de inventário do património azulejar calipolense

A privilegiada posição que a azulejaria atingiu em Portugal, de forma relevante e personalizada, durante o longo período que vai do século XVI à atualidade, está bem representada em diversos espaços de Vila Viçosa.

O acervo azulejar de Vila Viçosa ilustra praticamente todos os momentos cruciais da evolução do azulejo em Portugal até ao século XVIII; as influências hispano-árabes, com a azulejaria relevada de aresta e corda seca, os contactos com a Flandres e Itália, através dos azulejos de Antuérpia e Talavera, com uma linguagem ornamental e figurativa mais erudita e, já no século XVIII, o gosto pela linguagem barroca, com grandes painéis historiados envoltos em pujantes ornatos arquitetónicos e decorações de motivos vegetalistas, grinaldas de flores e frutos, figuras infantis, cartelas e tantos outros<sup>10</sup>.

Tendo em conta o exposto, podemos considerar que o azulejo é um elemento notavelmente caracterizador e singular da cultura artística local e um ícone com um elevado potencial do ponto de vista turístico. Uma atenção para este património é urgente, dada a manifesta perda, pela deterioração dos edifícios, pela realização de intervenções desajustadas ou por roubo e comercialização. Este trabalho pretende ser um contributo nesse sentido.



Figura 6 – Processo de identificação e medição dos azulejos em reserva.

A quantidade e qualidade das coleções existentes pode efetivamente constituir um elemento de valorização turística, capaz de chamar a atenção de muitos para a importância artística e histórica de Vila Viçosa.

---

<sup>10</sup> CORREIA, Ana Paula, “Azulejos de Vila Viçosa”, Revista Monumentos, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2007, p. 134.

O projeto desenvolvido pela equipa de trabalho procurou identificar, descrever, catalogar e inventariar todos os azulejos e conjuntos de azulejos que se encontram em Vila Viçosa, quer em edifícios de carácter religioso, quer em coleções particulares. Foram encontrados azulejos em quintais, jardins, escadarias, paredes de corredores, claustros, cozinhas, montes, refeitórios, dependências muito diversas, para além de igrejas, capelas e sacristias. Muitos deles foram reaproveitados de outros espaços ou comercializados.

Através do registo fotográfico dos espaços e dos respetivos azulejos, foram concebidas fichas de inventário, com a descrição dos edifícios, em associação com os diferentes padrões de azulejos aí contidos.

Foi ainda possível identificar espaços onde existiam azulejos, mas que já não se encontram nos referidos locais, por motivo de furto ou degradação. Contudo, as referências e as descrições foram efetuadas, sempre que possível, com recurso à investigação bibliográfica. Pensamos que o grande contributo deste projeto prende-se com a associação das imagens aos elementos descritivos, que poderão permitir futuras investigações mais detalhadas sobre a data e a proveniência dos diferentes conjuntos.

Neste levantamento, constatou-se a existência de alguns conjuntos em avançado estado de degradação, a nível dos suportes azulejares, assim como a presença de azulejos dissonantes e posicionados de forma incorreta (fruto de intervenções anteriores), e a aplicação de réplicas.

De acordo com a importância deste legado, pensamos ser fundamental a definição de uma intervenção de emergência, alicerçada num plano de conservação e numa estratégia em termos de restauro, com o objetivo de estabilizar, a médio prazo, todas as patologias e a eliminação de fatores que potenciem a degradação do suporte azulejar, minimizando o choque visual provocado pela deterioração dos exemplares. Esta ação direta irá permitir a reabilitação integral e estética dos diversos conjuntos.

Para se poder avançar com esta planificação, será necessário aplicar um conjunto de medidas e de operações em diferentes fases, nomeadamente a identificação dos locais em risco avançado, a proteção da superfície de painéis e rodapés situados em espaços exteriores, eliminação de sais e limpeza, recuperação das argamassas de suporte e retirada de elementos metálicos (nomeadamente pregos e buchas), que interferem na estabilização dos referidos conjuntos.

Todos estes procedimentos só serão exequíveis se se avançar, de igual modo, com a reabilitação dos imóveis em risco, atribuindo-lhes uma função específica do ponto de vista cultural e turístico e permitindo a sua fruição pública. O inventário realizado no âmbito deste projeto, em conjugação com outros levantamentos efetuados pelo IHRU poderá ser o ponto de partida para a realização de uma rota do azulejo em Vila Viçosa que dê a conhecer, nas suas várias vertentes, este importante património.

Pensamos que este poderá ser um contributo válido para a sinalização, segurança e salvaguarda dos conjuntos de azulejos existentes em Vila Viçosa e uma plataforma de trabalho para futuras investigações, mais detalhadas, em relação a cada um deles.



Figura 7 – Registo de Nossa Senhora da Conceição (Casa do Colégio Velho) – Tem uma legenda alusiva ao terceiro Centenário da Proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal, em 25 de Março de 1646.

Por outro lado, esta inventariação do património azulejar de Vila Viçosa poderá constituir uma ferramenta útil na definição de uma estratégia a nível da gestão do património, no âmbito da candidatura da localidade à classificação da UNESCO.

Existem vários pontos de contacto através dos quais cultura e turismo se podem cruzar, colocando desta forma a nossa identidade cultural ao serviço do desenvolvimento coletivo e identificar situações prioritárias de intervenção, nomeadamente pondo em relevo o nosso património mais distinto, mas também em vias de se perder.

As mudanças verificadas a nível do turismo, refletidas na mudança do perfil do turista como consequência do incremento dos níveis culturais e educativos, promoveram novos movimentos de dinamização territorial que, neste caso concreto, poderão ser estimulados, com a possibilidade de oferta de um novo produto, que complemente os recursos já existentes.

O turismo patrimonial e a criação de rotas vocacionadas para o azulejo pode constituir uma alternativa complementar, que permitirá a cooperação e desenvolvimento de outras atividades turísticas e promover estratégias de regeneração económica e social. Os circuitos devem conceber-se na base de uma atividade turística que a distinga e diferencie. Tem que existir uma linha condutora (a azulejaria antiga), com um elemento chave, que permita criar fatores de coesão em termos da oferta que se pretende disponibilizar.

O facto do turismo estar a converter-se num motor de desenvolvimento em substituição de outras atividades em áreas mais deprimidas pode justificar uma nova funcionalidade didática e cultural, direcionada para a temática da azulejaria. Por



outro lado, esta será a única forma de poder salvaguardar um conjunto de espaços e edifícios em avançado estado de degradação, cuja recuperação exige uma intervenção planeada de conservação e restauro. Proteger e conservar o património é fundamental, tendo em consideração a nossa identidade social e a memória histórica, aliada à diversidade dos revestimentos azulejares.

### **Bibliografia consultada**

- CALADO, Rafael Salinas, *Azulejaria na Madeira e na Coleção da Casa-Museu Frederico de Freitas*”, Direção Regional dos Assuntos Culturais da Região Autónoma da Madeira/Casa Museu Frederico de Freitas, 1999.
- CORREIA, Ana Paula, *Azulejos de Vila Viçosa*, Revista Monumentos, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 2007, p. 134.
- FIGUEIREDO, José de, *Arte Portuguesa Primitiva – O Tríptico da Igreja das Chagas de Vila Viçosa*, *Revista Portuguesa*, n.º 1, 1928.
- MONTEIRO, Florival Baiôa, *A Azulejaria do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja*, Região de Turismo Planície Dourada, 2001.
- TORRINHA, Joaquim, *Os Azulejos Renascentistas*, Revista Monumentos, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1997, pp. 26-31.
- TORRINHA, Joaquim, *Azulejaria Artística de Vila Viçosa*, sep. de A Cidade de Évora, n.º 45-46, Évora, 1963.

## A génese do actual Brasão de Armas de Vila Viçosa

---

Ana Rita Aurélio Ramos\*

Este texto nasce da *descoberta* de um interessante documento existente no Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa<sup>1</sup>. Trata-se de um conjunto de quarenta e duas cartas datadas entre 1932 e 1934, que dão conta das diligências levadas a cabo para se definir o actual brasão de Armas de Vila Viçosa.

O propósito de escrever este texto prende-se não só com o dar a conhecer a forma da interessante discussão que se gerou em torno deste assunto, como também com a vontade de partilhar com os meus conterrâneos, e não só, alguns factos que, segundo pesquisas, poderão ser do desconhecimento geral e parecem, na minha opinião, muito contribuir para o engrandecimento da importância histórica de Vila Viçosa.

O contexto histórico em que se trocaram estas missivas justifica o seu teor, mas dificilmente faria prever a elegante discussão despoletada pelo simples esclarecimento solicitado na primeira carta. Com efeito, é nesta época que se regulamenta efectivamente a Brasonaria Municipal, através do Despacho de 14 de Abril de 1930<sup>2</sup>, emitido pela Direcção-Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior, que passa a regulamentar a heráldica autárquica, evitando deturpações. Este Despacho foi baseado num estudo elaborado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses que fez o ponto da situação sobre a heráldica municipal, concluindo que a grande maioria da organização das bandeiras municipais e dos selos e armas não correspondiam às tradições locais, às regalias e forais outorgados, levando a uma confusão, ora com armas e cores nacionais, ora com as armas de famílias, que tiveram, de alguma forma importância nas localidades, pelo que as suas armas surgem esculpidas em alguns edifícios.

---

\* Professora /Bibliotecária.

<sup>1</sup> Res. BMVV 9-B.

<sup>2</sup> Despacho de 14 de Abril de 1930.

Uma primeira tentativa de regulamentar a questão da heráldica municipal fora feita através de portaria de 26 de Agosto de 1881<sup>3</sup>, na qual se ordenava aos “governadores civis que fizessem sentir às Câmaras (...) a necessidade de apresentarem no cartório da nobreza os diplomas dos brasões que usavam a fim de serem ali registados”.<sup>4</sup> Pedro Azevedo afirma, inclusive, que até essa data a heráldica municipal estava livre de registo armorial, o que justifica a falta de fontes directas relativamente a este assunto.

O facto de pouco saber sobre heráldica, nomeadamente heráldica municipal, despertou o meu interesse, e a necessidade, de pesquisar sobre o assunto. Nos vários documentos encontrados sobre a história da heráldica municipal portuguesa, que começa desde logo na época medieval, com os Armoriais, se salienta que a heráldica tem regras e não se pode inventar um brasão sem conhecer e atender a determinados critérios. De um modo muito simplificado podemos dizer que, segundo a classificação clássica da heráldica, existem três grandes grupos: a heráldica de domínio (que representa pessoas colectivas dotadas de soberania, como é o caso de uma Câmara Municipal); a heráldica de família (de feição genealógica, que representa a instituição biológica) e a heráldica de corporação (que representa pessoas colectivas, como Corporações de Bombeiros, Sindicatos, etc).

No Dicionário de História de Portugal<sup>5</sup>, “a heráldica (...) é uma ciência e uma arte que estuda, ordena e elabora os símbolos ou ‘marcas’ da personalidade singular ou colectiva, moral ou territorial.” Acrescenta-se que a heráldica é também um código.

Segundo Frutiger<sup>6</sup>, “o termo heráldica provém da palavra ‘heraldo’, o mensageiro, que na Idade Média desempenhava frequentemente a função de diplomata”. Na heráldica o uso da cor é um princípio essencial dentro do escudo. Está previsto o uso de quatro cores: o vermelho e o azul (cores básicas e primárias), o púrpura e o verde (cores derivadas). O negro é utilizado como uma cor sem luz. As cores conjugam-se com os denominados metais (ouro ou prata), de acordo com a “lei da luz” (alternância entre cores e metais): o vermelho, o azul e o negro iluminam-se com o ouro e a prata, o verde ilumina-se com a prata e a púrpura ilumina-se com o ouro.

O designado “campo do escudo” é o próprio escudo, ou seja, o fundo no qual se inscrevem as figuras. No caso da heráldica municipal portuguesa, usa-se o escudo português ou peninsular, de ponta redonda. As figuras naturais podem ser humanas, animais ou vegetais. Apesar de ser raro encontrar a figura humana nos escudos de armas de domínio portugueses, é possível encontrar santos, monarcas, cavaleiros

---

<sup>3</sup> Portaria de 26 de Agosto de 1881 da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (publicada no Diário do Governo n.º 185 de 1 de Setembro de 1881), ficou a dever-se a Rodrigues Sampaio.

<sup>4</sup> AZEVEDO, Pedro, “Heráldica Municipal” in *O Archeologo Português*. – v. VIII, 1903 [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_1/volume\\_8/heraldica\\_municipal.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_8/heraldica_municipal.pdf) [acedido a 21/12/2018].

<sup>5</sup> SERRÃO, Joel, *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, 1965.

<sup>6</sup> FRUTIGER, Adrian, *Reflexiones sobre signos y caracteres*. – Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007, pp. 248-251 [disponível em <https://distecnologico.files.wordpress.com/2015/08/signos-simbolos-marcas-sec3b1ales-adrian-frutiger.pdf>, acedido em 20/12/2018].

e homens<sup>7</sup>, que são brasonados na sua própria cor ou carnação. Acompanham o escudo a coroa mural e um listel com legenda, onde se inscreve o nome e categoria do seu titular. A coroa mural pode ser de cinco, quatro e três torres, conforme se trate de cidade, vila, ou freguesia, sendo sempre de prata, excepto as armas de Lisboa, que, por ser a capital, devem ser de ouro.

O brasão de armas é, pois, um conjunto de signos que representam determinadas características próprias do lugar ou da sua história, um elemento simbólico importante, a partir do qual se compõem o selo (de forma circular e reproduzindo o conteúdo das armas sem indicação de esmaltes nem metais) e a bandeira (de seda, quadrada e de um metro de lado, com as cores da peça ou peças principais das armas, representadas no centro em forma de escudo).<sup>8</sup>

Passemos agora ao nosso documento. A troca de correspondência vai de 20 de Abril de 1932 a 19 de Julho de 1934. Os intervenientes são a Comissão Administrativa de Vila Viçosa (nas pessoas do Presidente e vice-Presidente da Comissão Administrativa do Concelho: Raul dos Santos Reis e João do Rosário Ribeirinho), Afonso de Dornellas<sup>9</sup>, Presidente da Associação dos Arqueólogos, José Emídio Amaro<sup>10</sup>, funcionário da Câmara, o Arcebispo de Évora, o notável D. Manuel Mendes da Conceição Santos, António de Vasconcelos, lente jubilado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e os ilustres calipolenses Dr. João de Figueiredo e Dr. Couto Jardim. Ao todo, o documento colige quarenta e duas cartas.

Relata a primeira carta, de 20 de Abril de 1932, dirigida ao Senhor Ministro do Interior e assinada pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara, Raul dos Santos Reis, que urge esclarecer qual o Brasão e as Armas de Vila Viçosa, visto haver necessidade de adquirir um estandarte para o Município e existirem elementos contraditórios sobre a constituição heráldica da Vila. Refere o Presidente da Comissão, apresentando a questão:

*“Há muito tempo que o seu brasão é apresentado de maneiras diferentes, ambas justificáveis e defendidas não só pela tradição, mas também por documentos importantes, de muito crédito, que merecem ser estudados com ponderação.”*

Continua dizendo que tanto D. Luís de Menezes, em *História de Portugal Restaurado* como António de Oliveira Cadornega na sua obra *Descrição de Vila Viçosa* de 1683, indicam que o Brasão de Vila Viçosa tem “três castelos em um escudo” e que “os castelos são de cor de ouro em campo azul”, o que é corroborado pelo brasão em mármore, pendente no ângulo esquerdo do edifício da câmara

---

<sup>7</sup> Cf. Brasões de Évora, Faro, Silves ou Guimarães. O brasão da cidade do Porto, cuja última modificação é de 1940, é muito semelhante à primeira proposta que foi feita para o brasão de Vila Viçosa, mas com imagem de Nossa Senhora de Vandoma.

<sup>8</sup> Instituto Português de Heráldica.

<sup>9</sup> Sócio fundador e primeiro presidente do Instituto Português de Heráldica (cf. “Da história do Instituto Português de Heráldica” (PDF). *Casa de Sarmento / Centro de Estudos do Património*. Universidade do Minho. [acedido em 25 de Abril de 2018].

<sup>10</sup> José Emídio Amaro dirigiu, com Lopes Manso, o 1º número da *Revista Portuguesa*.

e, segundo o remetente, está patente nas pinturas “na sala de sessões e açougue do mesmo edifício (construído em 1757)”, assim como comprova o último estandarte municipal. Contudo, Vilhena Barbosa n’ *As Cidades e Villas da Monarquia Portuguesa, que têm Brasão*, acerca de Vila Viçosa, refere que:

“O seu brasão d’Armas é, em campo verde, um castello de prata entre duas torres, também de prata. Sobre o castello tem a imagem de Nossa Senhora da Conceição; e por cima da porta da fortaleza as cinco Quinas de Portugal. Alude o brasão à Padroeira da Villa, ao seu castello de fundação Real e ao viçoso da situação.”



Figura 1 – Selo Branco usado no documento existente no Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, datado de 1930.



Figura 2 – Brasão em mármore pendente do edifício da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

O Presidente da Comissão Administrativa acrescenta que esta descrição está conforme os desenhos que existem na Torre do Tombo e se assemelha ao antigo selo de prata da câmara (cf. Fig. 1), composto por “um só castello, mostrando aos lados, no cimo, umas guaritas ou pequenas torres”.<sup>11</sup> Concorre ainda para esta ideia a opinião e aprovação do P<sup>o</sup>. Joaquim Espanca, erudito calipolense, investigador e autor das *Memórias de Vila Viçosa*.

De facto, a situação mais frequente consiste na perpetuação de interpretações das armas municipais enraizadas nos autores de tratados e armoriais antigos, pelo que, o primeiro passo para a renovação dos estudos de heráldica autárquica passa sempre pelo levantamento das respectivas fontes.<sup>12</sup>

Começa, então, a troca de missivas entre Afonso Dornellas, Presidente do Instituto Português de Heráldica, Secção da Associação de Arqueologia da época, e a Administração do Concelho de Vila Viçosa, no sentido de obter e dar informações relevantes para a descoberta do original Brasão de Armas de Vila Viçosa.

A Carta XII, datada de 2 de Novembro de 1933, inclui um parecer de 19 páginas, apresentado por Afonso Dornellas à secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e aprovado em Sessão de 26 de Outubro do mesmo ano, que se analisará com mais detalhe.

<sup>11</sup> Carta I (Res.BMVB 9-B).

<sup>12</sup> Miguel Metêlo de Seixas, p. 39.

Os documentos que Dornellas solicitou à comissão Administrativa da Câmara, para auxiliar a sua investigação, foram os seguintes: selo branco, representando um escudo com um castelo que parece uma torre, timbrado por outro castelo igual rematado por uma cruz; fotografia do Pelourinho da vila, sem elementos heráldicos; fotografia de um cruzeiro<sup>13</sup>, igualmente sem elementos heráldicos; fotografia do Camarim com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, sem referências heráldicas; reprodução da bandeira azul com as armas nacionais encimadas por coroa real (bandeira de D. João IV, feita após a Restauração); desenhos das armas de Vila Viçosa representando um escudo com três torres portas 1 e 2 e um escudo com armas segundo Vilhena Barbosa.

O autor faz um périplo pelas obras que descrevem ou mostram as armas municipais, tal como eram conhecidas. Importa aqui falar um pouco de duas delas, por apresentarem iluminuras ou gravuras, demonstrativas das armas de Vila Viçosa: o armorial de Francisco Coelho, *Thesouro da Nobreza* de 1675 – um códice – e *As Cidades e Villas da Monarquia Portuguesa, que têm Brasão*, de Vilhena Barbosa, de 1860-65 – um impresso.

A primeira revela-se importante porque foi elaborada por Francisco Coelho, filho do Rei de Armas de D. João IV, António Coelho<sup>14</sup>, e que se pensa, por esse motivo, que conheceria o brasão usado na Vila. Esta colectânea de armas heráldicas, executada por Francisco Coelho, Rei de Armas Índia, é o que se chama um armorial. Segundo descrição do Arquivo da Torre do Tombo:

*“o códice Thesouro de Nobreza contém 79 fólhos em pergaminho e papel, nas dimensões 480 x 350 mm. O livro de Francisco Coelho tem a particularidade de deixar todos os versos dos fólhos em branco. O título completo da obra é Tombo das Armas dos Reys e Titulares e de todas as Familias Nobres do Reyno de Portugal intitulado com o Nome de Thesouro de Nobreza.”*<sup>15</sup>

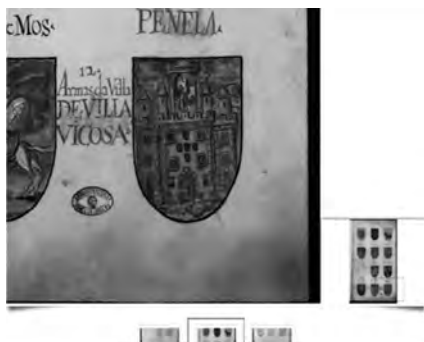


Figura 3 – Brasão de Vila Viçosa, Francisco Coelho.



Figura 4 – Brasão de Vila Viçosa, Vilhena Barbosa.

<sup>13</sup> Muito possivelmente o cruzeiro que na actualidade está frente à Igreja de Nossa Senhora da Lapa, dado que é caracterizado por “muito interessante”.

<sup>14</sup> AZEVEDO, Pedro, “Heráldica Municipal” in *O Arqueólogo Português*. – v. VIII, 1903 [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_1/volume\\_8/heraldica\\_municipal.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_8/heraldica_municipal.pdf) [acedido a 13/04/2018].

<sup>15</sup> cota Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 21.

Já a obra de Inácio Vilhena Barbosa, surge quase dois séculos depois, em 1860, após a “polémica” do uso dos brasões dos municípios portugueses, na decoração do Terreiro do Paço, em Lisboa, aquando das cerimónias de coroação de D. Pedro V, a 16 de Setembro de 1855. Segundo investigação de Miguel Metêlo de Seixas<sup>16</sup>, houve pelo menos dois estudiosos que contestaram quer a ausência de alguns brasões de Câmaras do reino, quer a falta de correspondência com os que estavam em uso. Um dos estudiosos foi Cunha Rivara, referindo-se essencialmente ao brasão de Arraiolos. O outro foi Charles Bonet, engenheiro e geólogo francês, que tendo trabalhado no sul de Portugal, conhecia bem os brasões de muitas das terras meridionais. Este redigiu três artigos, publicados no “Jornal de Commercio” logo nos dias subsequentes às cerimónias, onde expôs os erros nas figurações das armas municipais de várias localidades, entre os quais consta o brasão de Vila Viçosa, na categoria de “variação de estilização ou posição de figuras”. Justificou-se, à época, Aires de Sá Nogueira, o vereador da Câmara de Lisboa responsável pelos brasões decorativos, que havia usado o livro de Duarte d’Armas, existente na Torre do Tombo, uma vez que não havia nenhum armorial impresso. Ora, não existe na Torre do Tombo nem livro nem autor que corresponda, pelo que se desconhece a fonte consultada.

É, provavelmente, nesta senda que Vilhena Barbosa sente a necessidade de esclarecer quais os brasões existentes no Portugal de então. Como refere, ainda, Metêlo de Seixas: “O objectivo da publicação consistia pois em fornecer textos que permitissem um vislumbre das características e da história de cada uma destas povoações, ao mesmo tempo que, em paralelo, noutra série, procuravam explicar as suas armas.”<sup>17</sup> Assim, em 1860, Inácio de Vilhena Barbosa começou a compilar, em três volumes, informações sobre brasões para a obra *As Cidades e Vilas da Monarchia Portuguesa que têm Brasão d’Armas*. Na época, Barbosa descreveu e ilustrou os 124 municípios (33 cidades e 91 vilas e praças) que eram portadores de brasão de armas e acrescentou-lhes as lendas que serviram de base ao desenho destes brasões, além da descrição histórica dos locais a que se referem.

Como se vê, a questão da heráldica municipal, não é de fácil esclarecimento. Primeiro porque as câmaras não foram obrigadas desde os seus primórdios a possuir um Brasão, depois porque a constituição deste não tinha, inicialmente, que obedecer a determinados critérios e, por fim, porque não existindo um reconhecimento régio, ou legal, houve situações de deturpação ou alterações de armas, algumas inexplicáveis até hoje...

Mas voltemos ao nosso documento e ao interessante parecer elaborado por Afonso Dornellas. Desde logo, na carta que o acompanha, datada de 2 de Novembro de 1933, o autor anuncia que envia “o parecer sobre o selo, bandeira e armas d’esta importante e histórica vila<sup>18</sup>, conforme foi aprovado pela secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses”. Dornellas começa por intro-

---

<sup>16</sup> SEIXAS, Miguel Metêlo, *Heráldica, representação do poder e memória da nação o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, Coleção TESES. – Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, pp. 87-93.

<sup>17</sup> Idem, p. 174.

<sup>18</sup> Sublinhado meu.

duzir a solicitação que recebeu, do presidente da Comissão Administrativa de Vila Viçosa, dada a existência de dois brasões na Câmara de Vila Viçosa. Refere que as modificações e aperfeiçoamentos patentes nestas diferenças são o reflexo dos acontecimentos mais notáveis da história de um lugar.

Segundo o P<sup>e</sup>. Espanca, quando a Câmara Municipal mandou fazer um selo de prensa, em 1867, o gravador objectou que a forma solicitada (com os três castelos) não era a que figurava na obra de Vilhena, mas sim a que representava a Padroeira e as cinco quinas<sup>19</sup>. Prossegue o pároco, e investigador calipolense, e acrescenta que este brasão não sendo o usual é o legítimo, pois é o que consta na Torre do Tombo. Comparando o brasão descrito e figurado por Vilhena Barbosa, com o selo antigo de prata, “(...) observa-se que não desdizem muito um do outro. (...) O selo novo da Câmara foi feito amoldado ao desenho de Barbosa, mas não copiado com exactidão, pondo as duas torres no castelo central, quasi como guaritas laterais.” Concluindo o calipolense que se Barbosa se regulou pelo que viu na Torre do Tombo deve adoptar-se esta forma:

*“Seja verde o campo do escudo; figure-se no centro dêle um castelo roqueiro de prata entre duas torres também de prata, ficando estas menos elevadas, como os revelins da cidadela actual (...) sobre a porta do castelo ponham-se em cruz os cinco escudos com cinco dinheiros cada um; e em cima das ameias do mesmo castelo retrate-se a Virgem da Conceição a descoberto, ou sem nicho, para ficar radiante o seu vulto encantador (...)”<sup>20</sup>.*

Continua Dornellas que as armas de domínio foram sempre assumidas pelos próprios municípios, salvo algumas excepções. Assim, na Torre do Tombo não há registos de armaria de domínio, salvo o livro de Francisco Coelho, elaborado, na sua opinião, sem investigação directa. O autor de *História de Portugal Restaurado*<sup>21</sup> limitou-se a copiar o que viu de Francisco Coelho; Vilhena de Barbosa, apenas coligiu o que encontrou sobre o assunto. Há aqui uma diferença, difícil de deslindar, sobre se eram três castelos ou um castelo e duas torres. A resposta pode estar, segundo Dornellas, no facto de o castelo heráldico se representar por um pano de muralha e três torres, sendo a do meio mais alta, o que poderá ter originado aparecerem três torres ou três castelos. Para uma melhor compreensão, Dornellas dispõe o levantamento de factos que levou a cabo, da seguinte forma cronológica:

- 1645 – Rodrigo Mendes da Silva, diz: Três castelos (qua afinal são três torres).*
- 1675 – Francisco Coelho, tem: Um templo fortificado (um pano de muralha encimado por duas torres) com nicho e a Imagem de Nossa Senhora da Conceição.*
- 1679 – Conde da Ericeira, diz: Três Castelos (copia Rodrigo Mendes da Silva – 1645)*
- 1683 – Antonio d’Oliveira Cadornega, diz: três Castelos (torres) de ouro em campo azul.*

<sup>19</sup> ESPANCA; J. J. da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, cap. LVI.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Livro X, Parte II, 1679 (pp. 298 e seguintes).



– 1757 – *Construção do Edifício da Camara Municipal de Vila Viçosa, que tem esculpido em pedra um escudo representando três torres. (...) Foi pintado no edifício de 1757, de azul com três torres de ouro.*

– 1865 – *Inacio de Vilhena Barbosa, diz: De verde, um castelo de prata entre duas torres também de prata. Sobre o castelo tem a Imagem de N.<sup>a</sup> Senhora e por cima da porta da fortaleza as cinco quinas de Portugal.*

– 1886 – *Pinho Leal cita os dois, o que é azul com três torres de ouro e o que apresenta Vilhena Barbosa.*”<sup>22</sup>

Desenhando esta cronologia, Dornellas afirma que a modificação ocorreu entre 1645 e 1675, pelo que procura o que se terá passado nesse espaço temporal que justifique tal alteração. Continua o investigador, referindo que a imagem de Nossa Senhora da Conceição, segundo a tradição, oferecida por D. Nuno Álvares Pereira para a Igreja de Santa Maria do Castelo, é a mesma que D. João IV, nas cortes de 1646, declarou padroeira do reino, com um feudo de 50 cruzados anuais. Esta igreja terá sido o primeiro templo da Península Ibérica, fundado por D. Fernando, com invocação a Nossa Senhora da Conceição, sendo cabeça da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, instituída, a 6 de Fevereiro de 1818, por D. João VI. Ressalva também que a Capela Ducal teve honras episcopais, como as Sés Catedrais, já que o deão era um bispo titular, sendo o primeiro D. Fr. Pedro de Santo Agostinho, titular de Constantinopla, que morreu em 1675, tendo Vila Viçosa honra e proveitos de Cabeça de Bispado. Considera o investigador, terem sido estes os acontecimentos que levaram à alteração do brasão e corrobora o facto apresentando exemplos de terras que elevadas à categoria de cidades episcopais, adoptaram a representação de um templo fortificado encimado por N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>, como Braga, Faro, Lamego, Portalegre, Porto e Miranda do Douro. Por estes motivos, considera que tendo Vila Viçosa ocupado uma categoria semelhante à das cidades episcopais, “este facto da história não deve ser esquecido, pois coloca esta Vila acima das vilas notáveis.”<sup>23</sup>

Deste modo, sugere Afonso Dornellas que as armas de Vila Viçosa devem desenharem-se de acordo com a seguinte descrição:

*“De azul com um templo fortificado de prata realçado de negro, iluminado de azul com portas do mesmo esmalte pregueadas de prata tendo a do centro um ferrolho do mesmo metal. Um nicho de prata (...) contendo a imagem de uma Santa, vestida de prata e de azul, com um menino ao colo vestido de prata e ambos coroados de ouro. A[os] pés da imagem um crescente de prata com as pontas voltadas para cima. A porta central encimada pelas quinas de Portugal todas pendentes.*

*– Corôa mural de prata de quatro torres. Listel branco com dizeres a negro.*

*– Bandeira branca. Cordões e borlas de prata e azul. Lança e haste de prata.*

*(...)*

*A prata denota pureza, humildade e riqueza.*

*O azul significa caridade e lealdade.*

---

<sup>22</sup> Carta XII ( pp. 11, 12 do Parecer).

<sup>23</sup> Idem, p. 14.

*O negro que realça estas armas, corresponde à terra e significa firmeza, obediência, honestidade e cortezia.*<sup>24</sup>



Figura 5 – 1.ª Proposta para o Brasão de Armas de Vila Viçosa, Afonso Dornellas.



Figura 6 – 1.ª Proposta para o Selo de Armas de Vila Viçosa, Afonso Dornellas.

Dornellas conclui que fica assim esclarecido que as armas mais antigas da vila “constavam de um campo azul com três torres de ouro postas em roquete, representativas da fortaleza da vila”<sup>25</sup>, que foram substituídas, entre 1645 e 1675, como já se referiu pela sua elevação a vila episcopal.

Na carta XIII, datada de 4 de Novembro de 1933, o Presidente da Comissão Administrativa acusa recepção do parecer, agradecendo e informando que será o mesmo apreciado na próxima sessão pela Comissão Administrativa da sua presidência.

Logo a 9 de Novembro do mesmo ano é remetida nova carta<sup>26</sup> para Afonso Dornellas, na qual se informa que, face à apresentação de uma exposição de um funcionário da Câmara, José Emídio Amaro, na qual se refutam “algumas divergências e dúvidas sobre os pontos basilares em que assentam as conclusões”<sup>27</sup> do parecer enviado por Dornellas, se decidiu promover uma discussão sobre o assunto, convidando à reflexão o Dr. João do Couto Jardim e o Dr. João da Silva Figueiredo, ilustres calipolenses. Junto se envia a exposição de José Emídio Amaro.

Começa a exposição de José Emídio Amaro invocando as conclusões do parecer de Dornellas e as preposições justificativas que o fundamentam, passando de seguida a uma cordial, muito elegante e elogiosa saudação feita ao “académico e arqueólogo Sr. Afonso Dornellas” para rematar, ainda na introdução, dizendo que o investigador se tinha baseado em “falsas premissas”, propondo “outras armas inéditas, inspiradas num desenho antigo, sem garantia legal ou histórica”. É José Amaro pela manutenção do brasão com três torres de ouro em campo azul, citando os já referidos Rodrigo Mendes da Silva, Luís de Menezes, Oliveira Cadornega, Pinho Leal e P<sup>c</sup>. Joaquim Espanca (que refere a existência deste brasão mas admite

<sup>24</sup> Idem, pp. 15, 16.

<sup>25</sup> Idem, p. 18.

<sup>26</sup> Carta XIV.

<sup>27</sup> Idem.

que o de Vilhena é o legítimo!). Refere que as investigações de Dornellas se basearam quase exclusivamente em Francisco Coelho e Vilhena Barbosa, o primeiro não terá feito qualquer investigação directa do assunto e o segundo tê-lo-á copiado. Questiona ainda que se tivesse, de facto, ocorrido uma alteração no brasão que motivos explicam não existirem vestígios disso em nenhum documento municipal?

Aponta, também, o que denomina de “erros históricos”: a) A Igreja de Nossa Senhora da Conceição nunca teve honras de Catedral; b) A Capela Real teve um bispo deão que faleceu em 1675, tendo posteriormente cinco deões que não eram bispos; apenas depois de 1743, D. João V obteve do Papa que todos os deões da Capela fossem bispos titulares; c) até 1815 os Bispos deões da Capela apenas tinham jurisdição na Capela, após essa data, por petição de D. João VI, o Papa Pio VII concede às Igrejas da vila e seu termo um *Excepto Nullius Diocoeseos*, ficando estas isentas da jurisdição do arcebispado de Évora. Por estas três razões, considera José Amaro que o brasão de Vila Viçosa não deve ter um templo fortificado porque este representaria um facto falso da história de Vila Viçosa. Pelo que, apela ao “académico distinto e à categorizada Associação que aprovou o parecer” que confirmem este factos caso não queiram ver a “cultural oficial promovendo a confusão”<sup>28</sup>.

A 20 de Novembro de 1933, Afonso Dornellas responde<sup>29</sup> à comissão Administrativa, dizendo que a exposição de José Emídio Amaro demonstra boas intenções e “acertado critério” e reitera que a heráldica de domínio nunca teve, até à época, regras oficiais, sendo assumida pelas Câmaras Municipais. Com a circular de 14 de Abril de 1930 estabelecem-se regras e determina-se que a portaria de confirmação das armas só será publicada depois de haver acordo entre a Secção de Heráldica e a Câmara Municipal que solicita a dita confirmação. Acrescenta que nunca foi sua intenção nem ser desagradável nem levar avante um capricho. Refere mesmo que apesar de as armas com as três torres, ou castelos, estarem esculpidas e pintadas e isso ser um bom argumento para que assim continuassem, dada a importância histórica de Vila Viçosa tanto Dornellas como a Secção de Heráldica quiseram manifestar os factos que poderiam servir para justificar um templo fortificado na vila. Anuindo que a Comissão Administrativa considera as armas das Torres mais antigas, recorda que na solicitação da confirmação havia incerteza relativamente a quais seriam as primordiais e que ficando-se com as das torres perder-se-á a oportunidade de simbolizar factos histórico que engrandecem a vila. Refere que esperará pelo relatório dos Drs. João de Figueiredo e Couto Jardim. Aproveita, de forma elegante, para dizer que será exagerado chamar às suas premissas e conclusões “falsas” e “infundadas”, quando o próprio José Emídio Amaro se fundamenta no que leu em Luiz de Menezes, que segundo Dornellas, não faz mais do que copiar Rodrigo Mendes da Silva. Termina refutando as três considerações tecidas por J. Amaro, primeiro porque a partir do momento que há um bispo em Vila Viçosa esta teria passado à categoria de Episcopal, em segundo lugar a importância desse facto é tal que seria o suficiente para alterar as armas, que de facto ficaram com esse

---

<sup>28</sup> Carta XIV.

<sup>29</sup> Carta XVI.

registo no livro do Rei d'Armas Índia; e, em terceiro, refere que apenas apresentou os factos e não “decidiu”, até porque apresentou a modalidade das três torres e o Município tinha, à época, nas suas armas apenas uma. Acrescenta que heraldicamente é possível enaltecer a vila com uma simbologia mais notável, sem incorrer em erros, mas que essa decisão passará sempre pela Comissão Administrativa.

As pesquisas são céleres com ensejo de perceber os fundamentos que poderão contribuir para descobrir, ou instituir, o brasão de armas de Vila Viçosa e José Emídio Amaro, a 23 de Novembro do mesmo ano, solicita<sup>30</sup> à comissão Administrativa que oficie o Sr. Arcebispo de Évora a fim de saber, à luz da história e das leis da Igreja, a sua opinião relativamente a Vila Viçosa poder ter sido uma vila episcopal; às Câmaras de Braga, Faro, Lamego, Portalegre, Porto e Miranda do Douro, pedindo informações sobre o seu brasão e possíveis alterações; e ao Director da Torre do Tombo, pedindo que enviasse um decalque do brasão que consta no livro de Francisco Coelho.

D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, responde quase de imediato, a 27 de Novembro<sup>31</sup>, informando que o assunto implica algum estudo e remetendo a sua resposta definitiva para daí a quinze dias, depois das festas da Imaculada Conceição. A resposta<sup>32</sup> de António Baião também não se faz esperar, com o decalque do brasão, realizado por um funcionário da Torre do Tombo, a tinta-da-china.

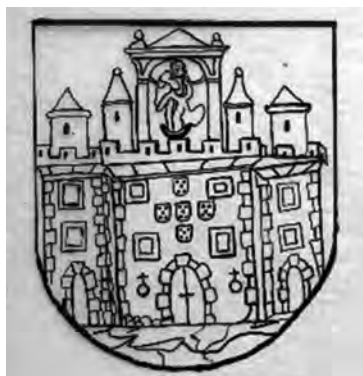


Figura 7 – Decalque a tinta-da-china do Brasão de Francisco Coelho.



Figura 8 – Fotografia do Brasão de Francisco Coelho, enviada posteriormente por A. Dornellas.

O esperado relatório, elaborado por Couto Jardim e João de Figueiredo, começa enaltecendo o passado glorioso de Vila Viçosa, referindo que “importa (...) que o brasão de Vila Viçosa ostente os símbolos que evoquem o seu passado notável”<sup>33</sup> e agradecendo os ilustres calipolenses a auscultação feita. Sem delongas, enumeram:

<sup>30</sup> Carta XVIII.

<sup>31</sup> Carta XXII.

<sup>32</sup> Carta XXV.

<sup>33</sup> Carta XXVI.

1.º que as armas da vila usadas desde tempos remotos, como atesta Cadornega, viriam do séc. XV, e foram esculpidas no edifício dos Paços do Concelho, datado de meados do séc. XVIII, são as que se constituem por três torres ou três castelos dispostos em roquete. O uso do brasão com um edifício fortificado e imagem da Virgem fez-se sentir apenas no selo branco, por influência de Vilhena Barbosa e já depois de D. João VI ter conseguido do Papa o *exemptus nullius dioceoses*<sup>34</sup> e de se ter estendido a jurisdição do Bispo-Deão a toda a vila, ainda assim as armas da bandeira continuaram a ser os castelos.

2.º que dada a importância histórica e religiosa da vila, ao ser corte da sereníssima Casa e Estado de Bragança e ao ter um dos mais notáveis santuários do reino, e da Península, dedicado à Imaculada Conceição, ao qual vieram os vencedores de Montes Claros agradecer, oferecendo como *ex-voto* a bandeira Real de Portugal que guiara o exército (e ainda hoje está no altar-mor do Santuário, entretanto reedificado), assumem os relatores que Vila Viçosa perdeu, à época da proclamação de Nossa Senhora como Rainha e Padroeira de Portugal, uma boa oportunidade de pedir ao, então, Rei D. João IV que incluísse a imagem da Virgem nas armas da Vila, mas que essa situação pode ser revertida. Relativamente ao facto de Vila Viçosa ter sido vila episcopal não estão os calipolenses de acordo com Dornellas, uma vez que, como já foi acima referido, de início apenas um dos deões foi Bispo e a sua jurisdição contemplava apenas a Capela Ducal. Mais tarde, com D. João V, todos os deões seriam Bispos. Estes eram, contudo, apenas bispos titulares pois a sua diocese era *in partibus infidelium*<sup>35</sup>, e a sua sede “episcopal” nunca foi a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nem foi esta a *cabeça* da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição, instituída por D. João VI, mas a mesma capela. Referem, contudo, que as dignidades eclesiásticas da Colegiada de Vila Viçosa eram superiores às de algumas catedrais: trinta capelães-fidalgos, doze acólitos, dez maceiros, três custodes<sup>36</sup>, três sineiros, dois ajudantes e um relojoeiro.

3.º consideram, pois, Couto Jardim e João de Figueiredo que estes aspectos notáveis da história da Vila Viçosa devem ser representados no brasão, mas sem prejuízo de desaparecimento dos castelos, cuja referência remete para a defesa do reino na altura da crise de 1383/85 e da Guerra da Restauração. Sugerem que o brasão seja um “escudo partido ou esquartelado, com os antigos castelos, as quinas, a imagem da Padroeira, o templo se se quiser”.

O Arcebispo de Évora responde, em carta de 12 Dezembro<sup>37</sup> do mesmo ano, que decidiu contactar, para obter mais esclarecimentos, o Doutor António de Vasconcelos, lente jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Refere

<sup>34</sup> “In the Catholic Church, a territorial prelate is a prelate whose geographic jurisdiction, denominated a ‘territorial prelature’, is outside of and therefore not subject to any diocese. A territorial prelate is sometimes denominated a ‘prelate nullius’, from the Latin ‘nullius dioceoses’ (prelate of no diocese), denoting that his territory is directly subject to the Holy See (the Supreme Pontiff) and is not a diocese.” [cf. Kirsch, Johann Peter, “Prelate” Catholic Encyclopedia (1913), Volume 12, disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Catholic\\_Encyclopedia\\_\(1913\)/Prelate](https://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_(1913)/Prelate), acedido a 29/01/2019].

<sup>35</sup> Antigos Bispados Católicos em locais ocupados por “infiéis”, como por exemplo Tânger.

<sup>36</sup> Guardiães, zeladores.

<sup>37</sup> Carta XXVII.

este que baseando-se nas informações que lhe foram fornecidas, e conjugando-as com pesquisas que fez, nomeadamente na *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, pode afirmar-se que nunca houve em Vila Viçosa uma diocese nem um bispado. Contudo, como já referido, houve um tempo em que o Deões da Real Capela e Colegiada de Nossa Senhora da Conceição eram Bispos, mas nunca houve um Bispo de Vila Viçosa, eram os chamados “Bispos de Anel”<sup>38</sup>. Foram Deões da Capela de Vila Viçosa o Bispo de Tânger, D. João da Silva Ferreira, o Bispo de Hetalónia, D. Fr. António do Desterro, o Bispo de Olba, D. Vasco José de Nossa Senhora da Boa-Morte Lobo, (este, em 1805 já exerceu jurisdição em toda a vila porque o isento foi ampliado), e o Bispo de Namésis, D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, o último Bispo-Deão da Capela Real e o último prelado isento de Vila Viçosa, em 1834.

Postos estes esclarecimentos de tão doutos intervenientes surge um novo parecer de José Emídio Amaro, no qual refere que sente a necessidade moral de não se calar e apresentar novos factos que poderão servir para a tomada de decisão final. Diz que os motivos que o levaram a discordar da proposta de brasão apresentada por Dornellas se prendiam com o facto de não representarem a realidade, isto é, Vila Viçosa nunca foi uma vila episcopal e isso não poderia, na sua opinião, substituir a importância histórica da vila, aquando a crise de 1383/85 e aquando a Guerra da Restauração, representada pelos castelos. Afirma, após rever os argumentos, reiterando que Afonso Dornellas se enganou, que este fala agora, e pela primeira vez, na possibilidade de haver uma *alteração* do brasão, com o que Amaro concordaria e muito nobilitaria a vila. Mas sai em defesa da importância dos castelos já existentes no, afinal, brasão primitivo. Acrescenta que em termos heráldicos “os castelos são símbolos nobilitantes que se ostentam, como título de glória, não só nos brasões de muitas famílias fidalgas, mas nos das principais terras portuguesas e até nas Armas da Nação”. Corrobora a importância do castelo de Vila Viçosa, referindo que foi citado indirectamente por Camões, imortalizado em Fernão Lopes e referido por D. Luís de Menezes, Conde da Ericeira<sup>39</sup>, por Francisco Rodrigues Lobo no “Condestabre” e por Mascarenhas no “Viriato Trágico”<sup>40</sup> (referências de Emídio Amaro).

Termina o parecer elencando as suas conclusões em cinco pontos: 1.º – as armas de Vila Viçosa não devem ter como peça principal um templo fortificado porque não seria este representativo de uma verdade histórica; 2.º – ainda que modificado o brasão, a simbólica das armas antigas não deve desaparecer; 3.º – devem estar representados os factos honrosos e justificados de Vila Viçosa, como ter sido o

---

<sup>38</sup> “bispo sem bispado”, sendo titular de uma das antigas dioceses subtraídas ao catolicismo. Até 1882, essas dioceses foram marcadas pela expressão latina *In partibus infidelium*, frequentemente abreviado para *in partibus*, ou i.p.i., significando “nas terras dos infiéis” ou dos “não crentes”, isto porque, a cada bispo é inerente à sua função atribuir sempre uma região geograficamente real, pois o bispo é apóstolo para evangelizar povos concretos.

<sup>39</sup> Cf. História de Portugal Restaurado.

<sup>40</sup> Brás Garcia de Mascarenhas participou nas lutas da Restauração e escreveu, em 1699, este poema heróico [cf. Em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/mascare.htm>, acedido em Janeiro de 2019].

Solar da Casa de Bragança e ter a Imagem secular e veneranda da Padroeira de Portugal; 4.º – como nas armas de domínio não pode haver estudos esquadrelados ou partidos, fica sem efeito a sugestão dos Drs. Couto Jardim e João de Figueiredo; 5.º – sugere, pois, que se adopte a modalidade de brasão proposta por Francisco Coelho e Vilhena Barbosa, ressaltando que o que estes apresentam não se trata de um templo fortificado, mas de três torres representando um castelo. Conclui com uma interessante citação da obra de Francisco Coelho, que resume a sua perspectiva sobre este caso:

*“Pelo que me pareceo fazer estas advertencias por razão do meu officio. Peça se em alguma cousa escandalizy ao A., deste Livro, ou a quem as ler, perdão, porque o meu intento não he senão tirar duvidas nas Armas, e que andem com aquella certeza, que os Senhores Reys de Portugal mandão que andem, e se dê a cada hum o que he seu sem mingoa, nem acrescentamento... submetendo-se à censura de quem melhor o entender.”*<sup>41</sup>

A 22 de Dezembro de 1933, segue para Afonso Dornellas um officio<sup>42</sup> da Comissão Administrativa com o Relatório do Dr. João do Couto Jardim e do Dr. João da Silva Figueiredo, e com os pareceres do lente Dr. António de Vasconcelos e do funcionário José Emídio Amaro. Refere a Comissão Administrativa que todos os documentos são “atinentes a ventilar o assunto através de uma discussão elevada e erudita” e que deste modo, a Secção de Heráldica poderá documentar melhor o seu parecer definitivo. Agradece e pede desculpa pelo trabalho que esta polémica gerou, justificando que é compensado pela recolha e compilação de documentos que permitirão à posteridade ver justificada as alterações que feitas no brasão de armas da vila.

No início do ano de 1934, acontece nova troca de cartas em que a comissão pede<sup>43</sup>, delicadamente, a Afonso Dornellas uma decisão breve, porque necessária, sobre a confirmação das Armas da vila, a que este responde estar ocupado com as armas das Colónias Portuguesas, informando que retomará o estudo e elaborará novo parecer logo que possa. O que só vem a acontecer já no mês de Maio de 1934.

O novo parecer datado de 13 de Maio de 1934<sup>44</sup>, começa por reiterar a sua opinião relativa ao facto de denominar Vila Viçosa como vila episcopal, questionando se uma vila que não está sob a jurisdição do bispado que lhe está mais próximo, se é a governada por um bispo, mesmo que “de anel”, que vive num Paço Episcopal, não poderá chamar-se vila episcopal? Contudo, atendendo à opinião do lente António de Vasconcelos abstém-se de voltar a sugerir a inclusão do templo fortificado no brasão.

No que se refere ao relatório dos ilustres calipolenses consultados, explica que a razão que origina que por vezes surjam mais do que uma peça para além da principal prende-se com a simetria do brasão, ou seja se é para se usar uma torre

---

<sup>41</sup> Francisco Coelho, *Tesouro da Nobreza*, aqui citado por José Emídio Amaro.

<sup>42</sup> Carta XXIX.

<sup>43</sup> Cartas XXX e XXXII.

<sup>44</sup> Carta XXXV.

ou um castelo, para além da peça principal, coloca-se um de cada lado, no caso de Vila Viçosa sugere-se o uso de torres torreadas, que representam não simples torres, mas os castelos de maior importância. Concorda com a sugestão da referência à Casa de Bragança mas não sabe explicar como Francisco Coelho, filho do Rei d'Armas de D. João IV, António Coelho, pudesse não conhecer as armas de Vila Viçosa, "inventado" um brasão novo. Aproveita aqui para enviar uma reprodução do desenho de Francisco Coelho, assegurando que a sua intenção teria sido representar um templo e não três torres, dado que a parte do meio é mais larga e apresenta uma porta com ferrolho, diferente das restantes. Acrescenta que, felizmente, muitas terras portuguesas têm páginas de ouro na história de Portugal, o que nenhuma tem, e por isso se distingue Vila Viçosa, é "ter à sua guarda a Padroeira de todo o Portugal".

Alude, ainda, às críticas e refutações de José Emídio Amaro, ao mesmo tempo que elogia o seu interesse pela situação, porque o despoletar desta polémica trouxe à elegante discussão a descoberta de factos importantes, contesta algumas das suas correcções, acrescentando que se poderiam contrariar com outras referências, mas que dá o assunto por terminado. E conclui com a descrição do que sugere que venha a ser o Brasão de Armas de Vila Viçosa:

*"De ouro com uma imagem de uma Santa vestida de prata com manto azul, aureolada por nove estrelas de azul, sobre um crescente de prata e este rematando um globo terrestre de azul envolvido por uma serpente de prata. A imagem acompanhada de duas torres torreadas de vermelho, abertas e iluminadas de azul. Em chefe uma aspa vermelha acompanhada por duas quinas de Portugal. Coroa mural de prata de quatro torres.*

*(...) Para o campo de armas é indicado o ouro, por ser o metal mais honroso e que significa fé, fidelidade, constância (...).*

*A imagem é vestida dos esmaltes que lhe são naturalmente atribuídos; o crescente e a serpente são de prata e o globo terrestre de azul (...).*

*As torres torreadas, atendendo à importância do castelo de Vila Viçosa na defesa da independência nacional, são de vermelho que é o esmalte que corresponde ao fogo e significa vitórias, ardís e guerras (...) o esmalte azul, para abrir e iluminar as torres torreadas, significa zêlo, caridade e lealdade. (...)*

*Em chefe, duas quinas das armas nacionais, demonstram que a acção da defesa de Vila Viçosa é a defesa da fronteira, por conseguinte, a defesa de Portugal. Estas quinas acompanham a aspa vermelha que, desde o primeiro duque de Bragança, simboliza heralδικamente essa notável família (...) o esmalte é azul é aquele que nas armas de Vila Viçosa representa os seus naturais, isto é, a lealdade com que o povo desta vila viveu e morreu para defesa local e defesa de Portugal, deve ser desta cor a bandeira municipal."*





Figura 8 – Fotografia do do tecto da Biblioteca / Arquivo Histórico Municipal, que representa o actual Brasão de Armas de Vila Viçosa.

O ofício<sup>45</sup>, de 17 de Maio de 1934, da Comissão Administrativa para Afonso Dornellas, dá conta da aprovação destas armas.

A 19 de Julho<sup>46</sup> são, finalmente, enviadas as provas do desenho por Afonso Dornellas, informando este que estavam já ser feitas as provas do selo.

Podemos concluir que este conjunto de documentos pode considerar-se de grande valor e testemunho, não só do passado histórico de Vila Viçosa como dos passos que levaram à constituição do seu Brasão de Armas. Parece evidente que a modificação do Brasão representa de forma justa, e mais completa, a grandeza desta nobre vila. E que, sem o debate que se promoveu e que levou a várias investigações por diferentes pessoas, ter-se-ia perdido informação relevante e correr-se-ia o risco de ver o símbolo de Vila Viçosa restringido ao seu passado histórico na defesa do reino, o que *de per se* seria de merecido louvor. Contudo, ganha mais amplo significado que o brasão tenha a iconografia da Casa de Bragança, das Quinas e da Padroeira de Portugal. Seria demasiado redutor e talvez ingrata omissão do que a Vila deve à própria história da Casa de Bragança e a Nossa Senhora da Conceição. Ainda hoje, são dois dos motivos que mais tornam Vila Viçosa tão conhecida e visitada por nacionais e estrangeiros.

Por fim apraz-me salientar que um dos factos que desconhecia, e sobre o qual encontrei poucos documentos, tem que ver com a elevação de Vila Viçosa como *exemptus nullius dioeceseos* com o correspondente Bispo-Deão. Apesar de repetidamente debatido, e advogado apenas por Afonso Dornellas, a verdade é que colocando os factos de forma simples, Vila Viçosa tendo sido governada, em termos

---

<sup>45</sup> Carta XXXVI.

<sup>46</sup> Carta XLII.

religiosos, por um Bispo-Deão, sobe ao que se refere o Cânone 368<sup>47</sup> do Direito Canónico, relativo às Igrejas Particulares e equiparadas a diocese, pelas quais se igualou às honras episcopais. Mesmo que não tenha tido “proveitos de cabeça de bispado”, parece evidente ter sido, também em hierarquia do clero, vila de estatuto invulgar no país. Será porventura tema propício a ser aprofundado. Por mim, e por ora, basta-me reconhecer a honra que não foi concedida a qualquer localidade, senão às que por motivo especial o tenham merecido. E Vila Viçosa, como o referem tantos autores, é das mais relevantes vilas do país e isso reflecte-se, graças aos intervenientes neste processo, no seu Brasão de Armas.

NB: Todas as imagens são fotografias da autora, algumas constam do conjunto de correspondência, com excepção da Fig. 4, da autoria de Madalena Osório de Barros, tirada da obra citada, que pertence à colecção particular da família.

### Bibliografia

- DORNELLAS, Afonso *et al.*, *Armas e Troféus: revista de História e de Arte*, Lisboa: Instituto Português de Heráldica: 1932.
- AZEVEDO, Pedro, “Heráldica Municipal” in *O Archeólogo Português*, v. VIII, Lisboa: Museu Ethnographico Português., 1903 [disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_1/volume\\_8/heraldica\\_municipal.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_8/heraldica_municipal.pdf)]
- BARÃO DE SÃO ROQUE, “Da História do Instituto Português de Heráldica” in *Boletim de Trabalhos Históricos, Casa de Sarmento / Centro de Estudos do Património*. Universidade do Minho, 1990.
- BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *As Cidades e Vilas da Monarchia Portuguesa que têm Brasão d’Armas*, 3 vols., Lisboa: Typografia do Panorama, 1860, 1862, 1865.
- “Processo para a constituição do Brasão de Armas de Vila Viçosa”, 1932-34 Correspondência recebida e enviada – Res. BMVV 9-B (título e cota provisórios), Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa.
- Código do Direito Canónico. Cânone 368 [disponível em: [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf), acedido a 29 /01/2019]
- COELHO, Francisco, *Tombo das Armas dos Reys e Titulares e de todas as Famílias Nobres do Reino de Portugal intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza por Francisco Coelho Rey de Armas India*, 1675 [cota: DGA/TT, Casa Forte, n.º 169]
- Despacho Circular de 14 de Abril de 1930. Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior
- ESPANCA, Pe. J. J. da Rocha, *Memórias de Villa-Viçosa*. (Cadernos Culturais de Vila Viçosa no 1 a 35), Cap. LVI, Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983.
- FRUTIGER, Adrian, *Reflexiones sobre signos y caracteres*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007 [disponível em <https://distecnologico.files.wordpress.com/2015/08/signos-simbolos-marcas-sec3b1ales-adrian-frutiger.pdf>, acedido em 20/12/2018].

---

<sup>47</sup> Cân. 368 – As Igrejas particulares, nas quais e das quais existe a una e única Igreja Católica, são primariamente as dioceses, às quais, se outra coisa não constar, são equiparadas a prelatura territorial, a abadia territorial, o vicariato apostólico e a prefeitura apostólica e ainda a administração apostólica estavelmente erecta. [disponível em: [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf), acedido a 29 /01/2019].

**Ana Rita Aurélio Ramos**

- KIRSCH, Johann Peter, “Prelate” *Catholic Encyclopedia*, Vol. 12, 1913 [disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Catholic\\_Encyclopedia\\_\(1913\)/Prelate](https://en.wikisource.org/wiki/Catholic_Encyclopedia_(1913)/Prelate), acessado a 29/01/2019]
- Lei n.º 53/91 de 7 de Agosto. Diário da República n.º 180/1991 – Série I-A de 1991-08-07. Assembleia da República. Lisboa [disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/681597/details/maximized>]
- MASCARENHAS, Brás Garcia de “Viriato Trágico” [disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/mascare.htm>]
- MENEZES, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, Livro X, Parte II, 1679
- Portaria de 26 de Agosto de 1881. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Diário do Governo n.º 185 de 1 de Setembro de 1881
- SÃO ROQUE, Barão de, “Da história do Instituto Português de Heráldica” in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 41, p. 95-121, Guimarães, 1990
- SEIXAS, Miguel Metêlo, *Heráldica, representação do poder e memória da nação o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, Coleção TESES, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011
- SERRÃO, Joel (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, 2.ª ed., Porto, Figueirinhas, 1980

Webgrafia:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

<http://antt.dglab.gov.pt/>

Associação de Arqueólogos Portugueses

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)

Biblioteca Nacional de Portugal

<http://www.bnportugal.gov.pt/>

Câmara Municipal de Vila Viçosa

<http://www.cm-vilavicosas.pt/site-municipio/cmunicipal/Paginas/heraldica.aspx>

# O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo: da FIMAL – Feira Internacional do Mármore do Alentejo ao ALSTONES – Alentejo’s Stones in the World

---

Manuel João Fontainhas Condenado\* | Licínio Lampreia\*\*

A pedra é uma palavra sempre presente no deambular pelos itinerários civilizacionais das realidades construídas. Deixando de lado muitos pormenores, alguns deles relevantes, a pedra é, desde as origens remotas da transição para o Neolítico, o material mais idóneo para edificar os recintos do *habitat* humano primitivo e o lugar onde pode encontrar guarida o mito de tempos pretéritos, mas que na capital da “Região dos Mármore” ganha uma dimensão singular que vivifica e espelha o valor e o significado do seu excepcional património natural.

Com efeito, quando se fala dos recursos naturais locais é inevitável que se fale de mármore. Os recursos geológicos são terreno fértil para o tema. É certo que, nos dias de hoje, não é possível pronunciar o nome de Vila Viçosa sem que o seu substrato geológico não adquira um singular relevo.

Antes de passar em revista os mais relevantes aspectos relacionados com a valorização e a promoção dos recursos pétreos, importa referir alguns factores geológicos sobre as pedreiras de mármore que os acompanham. O estudo dos mármore deve abordar-se tendo em conta várias vertentes propulsoras, com especial destaque para os aspectos geológicos e arqueológicos. Na forma como nasceu e se desenvolveu ao longo dos tempos, Vila Viçosa, que, de ponto de vista geológico, está situada na estrutura conhecida por “Anticlinal de Estremoz”<sup>1</sup>, com cerca de 40 quilómetros de extensão, foi ampla e profundamente condicionada por uma diversidade de factores, sobretudo, os que se referem ao elevado interesse das camadas geológicas existentes no concelho.

Um esforço regular e profundo é levado a cabo por cientistas e investigadores, encaminhado para desvendar os segredos que milhões de anos incrustaram nesta pedra. De resto, é axiomático que, hoje, Vila Viçosa é uma das mais importantes

---

\* Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

\*\* Director Adjunto da Revista de Cultura *Callipole*.

<sup>1</sup> Luís Lopes e Ruben Martins, “O Reconhecimento do Mármore de Estremoz como pedra património mundial”, in *Callipole* n.º 25 – 2018, p. 295.

regiões mundiais para a extracção deste material que a geologia conspirou para tornar aqui diversificado e abundante.

Como é conhecido, apesar da pequena dimensão do concelho de Vila Viçosa, com uma área aproximada de 194,62 km<sup>2</sup>, o mesmo evidencia uma rica, complexa e excepcional estrutura geológica, cuja idade mais antiga remonta há cerca de setecentos milhões de anos e que vem até aos nossos dias.

Tudo isto representa bem que, do ponto de vista das ocorrências geológicas, os núcleos de pedreiras de Vila Viçosa são “*um laboratório geológico em permanente transformação (...)*” que permite “*reconstruir a História da Terra nos últimos setecentos milhões de anos, constituindo um raro exemplo de riqueza e diversidade geológica em termos mundiais*”<sup>2</sup>, como faz questão de acentuar Luís Lopes e Ruben Martins. De facto, em nenhum outro lugar da geografia nacional e mundial se manifesta esta natureza geológica como no concelho de Vila Viçosa, que evidencia de forma inequívoca as variações temporais das formações geológicas, que permitem “*fazer uma viagem no tempo desde um período anterior a 542 até aos 408 milhões de anos*”<sup>3</sup>.

A associação da actividade extractiva e transformadora e a “vila paçã”, sem esquecer naturalmente a multiplicidade dos revestimentos e equipamentos marmóreos, é extraordinariamente significativa e até indissociável. Aliás, não é difícil dirimir a histórica, longeva, estreita e permanente relação fusional e catalisadora entre o mármore e a “vila ducal renascentista”. Como exemplo do que dizemos gostaríamos de deter-nos um breve momento no artigo de José Manuel Fernandes que tão bem sintetizou em escassas palavras na “*cidade feita de mármore*”<sup>4</sup>, constituindo o verdadeiro “rosto” do destino glorioso da “*cidade de mármore*” e uma inquebrantável simbiose que se manteria ao longo dos tempos e que encontra um eco estridente nos distintos trabalhos de sucessivos autores, que utilizaram sem parcimónia esta expressão.

Não será, de facto, somente estas vertentes que pretendemos aqui lustrar, mas também queremos agora trazer à colação uma breve reflexão, sobre alguns aspectos relacionados com a importância, o prestígio e a atracção do mármore ao longo dos tempos.

A este propósito, merece atenção o artigo de M. Justino Maciel que evoca, por sua vez, a Séneca<sup>5</sup> para explicar o seu ponto de vista ao afirmar “*que existia o ideal de que as paredes reluzissem com mármore importados da outra banda do mar, que se olhavam com admiração as crustae marmoriae que as revestiam e que era sinal do melhor estatuto caminhar sobre mármore*”<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> A expressão deste entendimento encontra-se em Luís Lopes e Ruben Martins, “*Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo*”, in *Callipole* N.º 22 – 2015, p. 115.

<sup>3</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 113, onde se encontra o fundamento deste facto.

<sup>4</sup> Artigo publicado pela primeira vez em 2004 no semanário “Expresso” e reeditado por José Manuel Fernandes, in *Callipole* n.º 12 – 2004, pp. 205-207.

<sup>5</sup> *Lucius Annaeus Seneca* (4 a.C.-65 d.C.), conhecido também como Séneca (ou Sêneca), o Moço, o Filósofo, ou ainda, o Jovem, foi um dos mais célebres advogados, escritores e intelectuais do Império Romano.

<sup>6</sup> Veja-se M. Justino Maciel, “*Arte Romana e Pedreiras de Mármore na Lusitânia: novos*

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo’s Stones in the World

Mais tarde, o olhar arguto e certo dos estudiosos da arquitectura, da história da arte, da arqueologia e da geologia ajudaram-nos a entender o sentido e o significado do mármore para a nossa cultura e o que ele tem de mais valioso e transcendente. Mas, ao mesmo tempo que aceitamos todas estas imagens, não podemos subtrairmo-nos à força da brilhante definição de Vicente Lleó Cañal, para quem o mármore “*continua a exercer uma estranha sedução que ainda perdura*”<sup>7</sup>, elevando o seu estatuto ao mais alto grau e a um plano distinto e impensável. Como escreve este académico, não é por acaso que Miguel Ângelo nutria uma verdadeira paixão e emoção pelo mármore e escolhia, pessoalmente, nos locais de extracção das pedreiras de Carrara (Itália), os blocos mais atractivos desta rocha ornamental que utilizava nas várias obras da sua autoria e que lhe permitia levar à realidade muitas das suas ideias, considerando-a “*a mais nobre de todas as pedras*”<sup>8</sup>.

Mais recentemente, é o que José Saramago tão bem expressa no seu livro “*Memorial do Convento*” quando nos narrou a onírica história de Baltazar e Blimunda, arrastando um pesado bloco de pedra ao qual se refere como “*a mãe da pedra*”.<sup>9</sup>

O nome traz consigo toda uma ressonância de potencialidades arquitectónicas, artísticas e também culturais (relações entre materialidade e natureza e património e identidade cultural), nomeadamente, distintos usos e tipos de produtos, variadas e poliédricas tonalidades, diversidade de laivos cromáticos, de aptidões e aplicações, irradiante e penetrante capacidade de brilho, quando polido, e excelência e qualidade ímpar, reconhecida desde a Antiguidade Clássica. Não admira que do ponto de vista etimológico a origem da palavra mármore provenha do grego “*marmâiro*”<sup>10</sup>, ou seja, “brilhar”, tratando-se de uma importante característica que contribuiu decisivamente para o seu prestígio. No seu conjunto, estas qualidades conferem um carácter único e excepcional a esta rocha ornamental, que em Vila Viçosa reluz com luz própria e sem fim, durante o dia e a noite, e que continua a derramar brilho sobre esta paisagem urbana. Mas, não são os únicos atributos. É também para muitos especialistas um credo que a durabilidade é uma das principais características do mármore que é capaz de antecipar e perpetuar o seu carácter mais distintivo, como, aliás, dá a entender a frase de Benjamin Franklin “*Inscreve os agravos no pó, mas as palavras de bem inscreve-as no mármore*”<sup>11</sup>.

Enfim, ainda hoje, esta pedra natural continua a exercer uma misteriosa sedução que atrai e que deslumbra pela sua beleza e luminosidade. Trata-se de um dos materiais de construção mais tradicionais que continua a ser utilizado no âmbito da cultura arquitectónica contemporânea.

---

*caminhos de investigação*”, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 11, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 233.

<sup>7</sup> Vicente Lleó Cañal, “*Memoria del Mármol (a Joaquín Berchéz)*”, in Prólogo do Catálogo da Exposição *Pedreiras. Carne de Dioses*, 2012. Tradução do autor.

<sup>8</sup> Vicente Lleó Cañal, “*Memoria del Mármol (a Joaquín Berchéz)*”, in Prólogo do Catálogo da Exposição “*Pedreiras. Carne de Dioses*”, 2012. Tradução do autor.

<sup>9</sup> Cf. José Saramago “*Memorial do Convento*”, Edição: Porto Editora, 2019.

<sup>10</sup> Vicente Lleó Cañal, “*Memoria del Mármol (a Joaquín Berchéz)*”, in Prólogo do catálogo da exposição “*Pedreiras. Carne de dioses*”, 2012.

<sup>11</sup> Tradução do autor.

Se Michael Greenhalgh definiu o mar Mediterrâneo “*como um lago rodeado de mármore*”<sup>12</sup>, nós podemos dizer com toda a propriedade que em nenhum outro lugar nacional se manifesta esta natureza como na “cidade dos mármore”. Dito doutro modo, o que aqui se encontra é uma montanha de mármore coberta por uma capa de vegetação<sup>13</sup>. Em termos de reservas, calcula-se que, considerando unicamente a exploração a céu aberto até aos 100 m de profundidade e tendo por referência o ano de maior produção, ainda haja matéria-prima para mais de 550 anos. É claro que há muitas variáveis envolvidas neste cálculo, nomeadamente o acesso cada vez mais difícil às massas mais interessantes e a evolução tecnológica que torna a extracção mais eficiente, mais económica e mais rápida<sup>14</sup>. Enfim, estas reservas estão cá hoje, e cá estarão do mesmo modo daqui a muitas centenas de anos. A sequência argumentativa é de resumo imediato e forçosamente rápida: podemos dizer que, no caso do município de Vila Viçosa, há depósitos de mármore suficientes para garantir no futuro a construção, a renovação e a ampliação de edifícios e monumentos históricos existentes.

Falar da exploração do mármore, neste concelho alentejano e do seu posterior destino como “capital dos mármore”, implica que recuemos, pelos menos, ao período romano. Na verdade, está bem documentado que a extracção desta rocha ornamental tem constituído ao longo dos tempos uma importante actividade caracterizada por uma continuidade histórica que remonta ao povoamento romano neste concelho. As pedreiras de mármore, tal como as conhecemos hoje, não existiram desde sempre. Mas, no imaginário de muitas pessoas é como se elas tivessem estado sempre presentes na multicolor paisagem local. Nesta terra do sol, situada na singular e imensa planície alentejana, de relevo suave e semeada de casario branco que se funde com a paisagem de espaços infinitos, as gigantescas pedreiras de mármore, que se encontram omnipresentes por um vasto campo da geografia calipolense, constituem o miolo metafórico da paisagem local que nos mostra o material natural e inerte no seu estado primitivo.

Uma realidade nua, tal e qual ela é. Do ventre da natureza, que são as profundidades das pedreiras<sup>15</sup>, algumas estão a cerca de 150 metros em direcção ao subsolo, como sucede no núcleo extractivo de Pardais, a paisagem é entrecortada por pedreiras que rasgam a rocha terra adentro e onde se extrai a natureza escondida sob a forma de blocos de pedra.

---

<sup>12</sup> Michael Greenhalgh, “*Marble Past, Monumental Present*”, 2009, citado por Vicente Lleó Cañal, in Prólogo da exposição “*Pedreiras. Carne de Dioses*”, 2012.

<sup>13</sup> Vicente Lleó Cañal, “*Memoria del Mármol (a Joaquín Berchéz)*”, in Prólogo do catálogo da exposição “*Pedreiras, Carne de dioses*”, 2012.

<sup>14</sup> Luís Lopes e Ruben Martins, “*Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo*”, in *Callipole*, N.º 22, 2015.

<sup>15</sup> A pedreira mais profunda atinge os 150 m embora as campanhas de sondagens levadas a cabo no âmbito do projecto “*Cartografia Temática do Anticlinal de Estremoz*” (Carvalho et al., 2008), tivessem revelado a ocorrência de mármore até aos 400 m de profundidade” (Luís Lopes e Ruben Martins, “*Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo*”, in *Callipole*, N.º 22, 2015).

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo's Stones in the World



Figura 1 – Pedreira na Fonte da Moura (Pardais).  
Fotografia: António Luís Campos/National Geographic.

A partir da sede do município e das freguesias de Bencatel e Pardais, quilómetro após quilómetro, muitas das estradas secundárias conduzem-nos a uma inesperada visita às profundas cavidades nas entranhas da terra.

Nesta perscrutação importa não esquecer que, como refere Luís Lopes e Ruben Martins “até aos anos 70 do Séc. XX, com a excepção da “Sociedade Luso-Belga de Mármore de Alentejo” na Herdade da Vigária, Vila Viçosa, era no Concelho de Estremoz que se localizava a maioria das pedreiras de maiores dimensões. A situação entretanto alterou-se, hoje é no Concelho de Vila Viçosa que se encontram pedreiras em maior número e de maiores dimensões”<sup>16</sup>. A partir de então começou a incrementar-se a extracção e a transformação dos calcários cristalinos deste município alentejano, até aí mais incipiente.

Nos dias de hoje, a grande maioria das pedreiras de maiores dimensões está localizada no concelho de Vila Viçosa. É verdade que cada vez há menos pedreiras em actividade. Mas, é também certo que as jazidas de mármore que se encontram em laboração são as melhores e as mais produtivas<sup>17</sup>.

Resulta, pois, impossível subestimar a importância do mármore para a arte, para a economia, para a cultura e para o imaginário da população local. Uma verdadeira cultura artística e decorativa e uma actividade económica em que uma parte considerável de gerações de homens e de mulheres do município de Vila Viçosa esteve ou está empregada em alguma fase de trabalhos de pedreira ou de transformação do mármore. Fazer perdurar o uso da pedra natural é uma obra colectiva protagonizada por sucessivas e intrépidas gerações de calipolenses. Como indica claramente o Prof. Vítor Serrão, a extracção e a utilização desta pedra orna-

<sup>16</sup> Luís Lopes & Ruben Martins, “Reconhecimento do Mármore de Estremoz como Pedra Património Mundial”, Revista de Cultura Callipole N.º 25 – 2018.

<sup>17</sup> Octávio Rabaçal Martins, in Revista Rochas & Equipamentos, 1.º trimestre de 2006, XXI Anos, p. 10.



mental, “*de que se fez e faz a história da cidade ao longo dos séculos*”<sup>18</sup>, imprimiu a mais visível e profunda transformação tecnológica, social e artística do concelho de Vila Viçosa, configurando uma específica linguagem artística e uma composição arquitectónica que laboriosamente se foi moldando ao longo dos tempos que se pode vivenciar contemporaneamente e que espelha de forma insofismável uma espécie de mostruário pétreo e de catálogo vivo de aplicação do mármore. Todo este património é facilmente perceptível e para o encontrar não tem que se saber o que se procura. Nesta “vila ducal renascentista”, grande parte deste polícromo e variado património edificado está bem visível nas ruas, nas praças e nos jardins, onde está a vida real, com representações da realidade totalmente ao nosso alcance. Encontra-se aberto à nossa sagacidade e às nossas capacidades interpretativas. Enfim, todo este acervo cultural está incluído no bem comum que é público, enquanto bem de fruição.

Tudo isto transporta para uma reflexão que remete, não apenas para uma componente geológica, industrial, económica, arquitectónica, artística, tecnológica e social, mas também para uma verdadeira matriz espiritual e civilizacional.

Tocamos agora num ponto muito sensível do nosso trabalho: a actividade criadora do Homem. Com efeito, nesta excelsa obra o outro elo que falta é o processo criador do artista, tal como Plínio-o-Velho (23-79), o viveu e sobretudo quando afirmou que “*não deveríamos falar dos mármore sem antes nos referirmos aos escultores e arquitectos que neles manifestaram a sua Arte*”<sup>19</sup>. A frase deste “*apóstolo da ciência romana*”<sup>20</sup> de imediato recorda uma outra, que se encontra muito presente em Vila Viçosa: a dialéctica entre a matéria e os arquitectos, os escultores, os mestres de obras e os canteiros. O momento densamente significativo é aquele em que os dois elos interagem. A associação entre as duas – matéria e forma –, mostra um curso contínuo e persistente das acções do génio artístico humano que, ao longo de muitos séculos, é capaz de transformar as infinitas possibilidades da matéria natural e inerte em objectos artísticos ao serviço do desenvolvimento da Humanidade.

Sabemos que tudo começou há milhares de anos, quando as mãos humanas talharam, cortaram e criaram utensílios para caçar, comer e vestir. Somos herdeiros e continuadores de tudo isto: do caminho que vai do sonho à mão e da mão ao objecto. Deveria acrescentar, para uma maior precisão deste tema que a meio da década de cinquenta do século XX vê-se crescer de forma reactiva na vila um ciclo

---

<sup>18</sup> Vitor Serrão, “*As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as bases de uma candidatura*”, in *Callipole* n.º 23 – 2016, p. 30.

<sup>19</sup> Citado por Maciel M. Justino e Helder Coutinho, “*A utilização dos mármore em Portugal na época Romana. Ensaio de uma metodologia de estudo*”. Texto apresentado e desenvolvido no II Colóquio de Arqueologia de Viseu, 1990, p. 83.

<sup>20</sup> Caio Plínio Segundo, conhecido como Plínio-o-Velho, foi um historiador, naturalista e oficial romano. Foi chamado de “o apóstolo da ciência romana”. De todas as suas obras, a única que sobreviveu foi um tratado denominado “*História Natural*”, uma imensa compilação composta de 37 volumes, que contém algumas passagens originais sobre o destino do homem na natureza e oferece um excelente panorama da geografia, zoologia e botânica na Antiguidade e proporciona informações importantes sobre a história da arte antiga, como a ourivesaria, escultura, pintura e arquitetura.

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo's Stones in the World

de pujança do mármore que reanimou e reabilitou gradualmente um fervilhar de canteiros<sup>21</sup> e de aprendizes, dando-lhe um novo e farto destino que permitiu a Vila Viçosa rivalizar com Pêro Pinheiro, “*tradicional alforge da arte da pedra no país*”<sup>22</sup>, que os anos seguintes herdaram e continuaram no que tange ao mármore. Mestres e artífices da arte de talhar a pedra, que se foram sucessivamente adequando aos tempos, numa relação do homem com um novo mundo de utensílios e artefactos. Ao certo, sabemos hoje da existência e persistência de uma inovadora escola de mestres na arte de trabalhar a pedra e de oficinas em Vila Viçosa, ainda que hoje quase desaparecidas, que com apurado engenho, inovação e criatividade exportou como modelo para outros países e continentes e que hoje se encontra espalhada um pouco por todo o mundo. Um verdadeiro “património” de origem calipolense no mundo.

Tendo como pano de fundo esta realidade, nesta vila alentejana realizaram-se e inspiraram-se importantes e diversificados eventos orientados tematicamente para o estudo, a promoção, a valorização e, sobretudo, para a internacionalização desta rocha ornamental, que impõe uma justa rememoração dos sinais da sua presença em Vila Viçosa e da sua ressonância internacional.

Desde 1999 que Vila Viçosa acolhe a FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo. Entre 7 e 10 de Outubro desse ano teve lugar a primeira edição deste evento, que contou com a presença de 45 expositores, constituindo a primeira Feira do mármore português e um ponto de encontro intorneável para todos os que operavam no sector das rochas ornamentais, ocupando uma área total de 2000 metros quadrados<sup>23</sup>, entre área coberta e descoberta. Paralelamente, ocorreu o I Congresso Internacional do Mármore do Alentejo<sup>24</sup>, que contou com a apresentação de mais de quarenta comunicações, com o objectivo nuclear de fomentar o debate público e potenciar a reflexão técnica e científica em torno de problemáticas relacionadas com o sector da pedra natural, assim como outras manifestações culturais, como por exemplo um festival de gastronomia e uma exposição de fotografia alusiva a Prémios de Arquitectura, com especial destaque para o galardão “A Pedra na Arquitectura”. Do programa do evento fez ainda parte a apresentação do futuro Museu do Mármore de Vila Viçosa. A edição de 1999 da FIMAL, foi

---

<sup>21</sup> O ofício manual de canteiro ainda que nos nossos dias tenha perdido o corpo e o significado de antanho, não deve ser ignorado. Trata-se de uma profissão aprendida no acto de trabalhar a pedra e que os mestres souberam transmitir para os filhos e familiares, muitas vezes copiando e inovando, mas sempre com uma devoção total.

<sup>22</sup> Carlos Aurélio, “*Um Rapaz a Subir a Praça*”, in Revista de Cultura *Callipole* N.º 19 – 2011, p. 23.

<sup>23</sup> Rochas & Equipamentos, N.º 55, 3.º Trimestre 1999, XV ano, p. 66.

<sup>24</sup> O Congresso foi realizado no Cine-Teatro Florbela Espanca e os temas foram os seguintes: Geologia das Rochas Ornamentais do Alentejo; Planos de Recuperação e Interação da Indústria das Rochas Ornamentais do Alentejo; Economia e Desenvolvimento do Alentejo com base na Indústria das Rochas Ornamentais; Desenvolvimento do Marketing das Rochas Ornamentais do Alentejo; O uso das Rochas Ornamentais do Alentejo na Construção e na Arte; e Tecnologias para o desenvolvimento das Rochas Ornamentais do Alentejo.

amplamente reconhecida “*como o grande acontecimento nacional do sector português das rochas ornamentais*”<sup>25</sup>.

Um ano mais tarde, entre 5 e 8 de Outubro de 2000, teve lugar em Vila Viçosa a segunda edição da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo, que voltou a reunir os principais actores ligados ao sector da pedra natural, quer nacionais, quer estrangeiros, assim como a imprensa nacional e internacional especializada. Por seu lado, a segunda edição do congresso internacional, que mudou o nome para o Congresso Internacional da Pedra Natural<sup>26</sup>, decorreu de 5 a 7 de Outubro, contando com a colaboração da Ordem dos Arquitectos. De entre as várias reformulações ocorridas nesse ano, destaco, em termos de significação, a introdução de uma nova estrutura com dois pavilhões e uma área descoberta, que permitiu aumentar consideravelmente a área de exposição. A este propósito, cabe também recordar que a Câmara Municipal de Vila Viçosa inaugurou o Museu do Mármore, durante esta edição da FIMAL.



Figura 2 – Vista aérea do antigo Museu do Mármore.

© Câmara Municipal de Vila Viçosa | Francisco Piqueiro – Foto Engenho, 2007.

A par da exposição e das sessões técnicas, decorreram várias actividades culturais que incluíram a apresentação da bienal “A Arte na Pedra”, a visita de um grupo de trabalho, promovida pela Ordem dos Arquitectos à FIMAL, a pedreiras e a fábricas da região e o Festival Gastronómico.

Nos anos seguintes, e até 2008, ano em que decorreu a última FIMAL, Congresso e Simpósio deste importante ciclo de iniciativas orientadas para o estudo, a valorização e a divulgação desta rocha ornamental, realizaram-se, sucessivamente, a III e a IV edição da FIMAL, o III, IV, V e VI Congresso Internacional da Pedra

<sup>25</sup> Rochas & Equipamentos, N.º 53, 1.º Trimestre 1999, XIV ano, p. 96.

<sup>26</sup> Nesta edição foram debatidos os seguintes temas: Marketing, Comercialização e Internacionalização no sector da Pedra Natural; As Pedras Naturais, o Ambiente e o Ordenamento do Território; A Arquitectura e as Pedras Naturais; e Geologia, Extracção, Transformação de Pedras Naturais.

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo's Stones in the World

Natural e o I e II Simpósio de Escultura. Em termos globais as referidas edições seguiram a tendência e o modelo organizacional de anos anteriores. A sua estratégia centrou-se na consolidação da oferta a nível regional e nacional, no desenvolvimento de acções encaminhadas a promover o certame entre os principais destinatários, assim como fomentar o debate público e potenciar a reflexão técnica e científica em torno de problemáticas relacionadas com o sector da pedra natural. Por seu lado, as várias edições do Simpósio, com a participação de escultores portugueses e estrangeiros, constituíram uma iniciativa de acentuado alcance artístico e cultural, durante o qual os escultores participantes puderam aproveitar as potencialidades do mármore da região e executar ao vivo uma série de obras que exprimem diferentes tendências estéticas e artísticas, permitindo, ainda, presenciar directamente demonstrações das actuais técnicas utilizadas no trabalho da pedra natural.



Figura 3 – Mesa da Cerimónia de Abertura do VI Congresso Internacional da Pedra Natural (Cine-Teatro Florbela Espanca, 2004). © Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Por outro lado, não é possível fazer uma exposição das bases gerais do projecto FIMAL, sem ter em consideração a edição de 2008. A sua realização configurou mais uma etapa na prossecução dos seus objectivos fundacionais, verificando-se uma desejável continuidade de um evento de incidência regular e sustentada. Sem abandonar as causas para a qual foi criada e sem perder de vista os seus objectivos estratégicos, a FIMAL 2008 foi marcada por uma certa renovação e um notório rejuvenescimento. Entre 23 e 26 de Outubro de 2008 realizou-se a quinta edição da FIMAL-Feira do Mármore do Alentejo, cuja sessão de inauguração teve lugar no Salão Multiusos dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa. Paralelamente, decorreu o VII Congresso Internacional da Pedra Natural do Alentejo (24 e 25 de Outubro), e o III Simpósio de Escultura (18 a 25 de Outubro), realizado junto ao Museu do Mármore. A organização esteve a cargo da Câmara Municipal de Vila Viçosa, que contou com o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos e teve como parceiros preferenciais a ASSIMAGRA (Associação dos Industriais de Mármore, Granito e Ramos Afins), o CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento

e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais) e a Universidade de Évora. A realização em simultâneo da FIMAL, do Congresso e do Simpósio de Escultura, ocorreu pela primeira vez nesse ano, configurando uma combinação lógica e coerente, que certamente permitiu abordar, sob diferentes perspectivas, vários aspectos relacionados com o tema central da Feira, contribuindo, deste modo, para o enriquecimento global do projecto.



Figura 4 – Sessão de Inauguração da V FIMAL que teve lugar no Salão Multiusos dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa<sup>27</sup>. © Câmara Municipal de Vila Viçosa.

A V FIMAL teve a sua sede no Terminal de Veículos Pesados de Vila Viçosa (Zona Industrial), com uma área útil de exposição de 7.465 m<sup>2</sup>, onde estavam situados os *stands* interiores, a zona de exposição exterior, os serviços de apoio e onde ocorreu o Leilão de Blocos, o que aconteceu pela primeira vez. A deslocação da V FIMAL para o referido Terminal, anteriormente situada no Largo D. João IV, explica-se pela existência de bons acessos, amplas possibilidades de estacionamento na zona envolvente, piso asfaltado, vedação em toda a zona do Terminal, edifícios de apoio, instalações sanitárias, energia eléctrica e abastecimento de água, o que teve reflexos positivos na progressiva modernização e especialização do evento. Acresce que esta localização permitiu uma privilegiada interacção entre a área da exposição comercial e o VII Congresso Internacional da Pedra Natural do Alentejo, separados por escassas dezenas de metros.

De acordo com os dados oficiais, a FIMAL fechou a 5.<sup>a</sup> edição com um balanço de meia centena de expositores directos, na sua grande maioria procedentes de Portugal. Estes números comprovam inequivocamente a consolidação do projecto FIMAL como a maior Feira do mármore do Alentejo e uma das mais importantes de Portugal.

---

<sup>27</sup> Integraram a Mesa da Sessão de Inauguração o co-autor deste texto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa; o Prof. Doutor António Castro Guerra, Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação; o Senhor Daniel Baptista, Presidente da ASSIMAGRA. Marcou, ainda, presença a Dr.<sup>a</sup> Fernanda Ramos, Governadora Civil do Distrito de Évora.

O estudo, a valorização e a promoção de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo’s Stones in the World

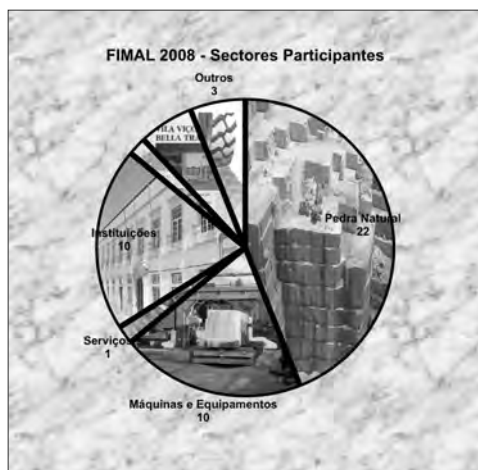


Gráfico 1 – Sectores participantes na V FIMAL 2008.

Fonte: Relatório da V FIMAL-Feira do Mármore do Alentejo, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 28 de Novembro de 2008, p. 8.

Neste âmbito, merece a pena reflectir um pouco sobre as várias vertentes do projecto FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo e o que dele derivou em termos de promoção da zona dos mármore alentejanos e, sobretudo, da actividade no concelho de Vila Viçosa, sem esquecer a sua internacionalização. O que interessa reter quando se fala deste projecto é a afinidade dele com a construção e a transmissão da *Marca dos Mármore do Alentejo*, como produto que apresenta características naturais únicas, duradouras e uma notável versatilidade de aplicações, que se encontra intimamente ligada à construção de uma *imagem de marca* do concelho, colocando em lugar de destaque a promoção da aplicação e da internacionalização desta rocha ornamental.

Feita esta análise, evidentemente muito sumária, das várias edições da FIMAL, do Congresso Internacional da Pedra Natural e do Simpósio de Escultura, vejamos agora o que se passou com 1.ª Bienal Internacional da Pedra – *Stone Project*. A hora do mármore calipolense e alentejano chega a Vila Viçosa e ao Alentejo pela mão da 1.ª Bienal Internacional da Pedra. A riqueza patrimonial, histórica, arquitectónica e urbana de Vila Viçosa estiveram na génese de uma reflexão sobre a utilização sustentada da pedra no território, na arte, na arquitectura e no *design*. A Câmara Municipal de Vila Viçosa, em parceria com a Faculdade de Arquitectura de Lisboa, promoveu, de 8 a 16 de Outubro de 2011, a 1.ª Bienal Internacional da Pedra – “*Stone Project*”. Destinada a designers, estudantes e profissionais de arquitectura, urbanismo, engenharia civil, paisagismo, arte, geologia e minas, este projecto pretendeu repensar a utilização do mármore, descobrir novos caminhos e desvendar inúmeras vertentes de aplicação desta matéria-prima. Durante uma semana, assistimos em Vila Viçosa a conferências, seminários; workshops e visitas temáticas relacionadas com a extracção e transformação do mármore. Paralelamente decorreu o 5.º Seminário Internacional ACE “*Architecture – Culture – Environment*”, com a atribuição do Prémio “*Compasso Volante*” e o encontro “*Le Carré Bleu*”.

Mas, as pedreiras de mármore que serviram, também, para se converterem no palco natural, singular e original concebido especificamente para realizar um projecto musical, denominado “Música na Pedreira”, composto por um conjunto de concertos musicais, à maneira do cenário de um teatro antigo, onde se sucedem as diferentes cenas à maneira de uma representação teatral. Uma autêntica “sinfonia de pedra”. A pedreira do Olival da Gradinha, já desactivada e onde se encontra hoje instalado o Museu do Mármore, foi o palco natural para três concertos musicais, no Verão de 2011. Muda o cenário do projecto, sem que com isso a sua natureza e a sua essência sejam rasuradas. Depois da realização do projecto “Música na Pedreira”, a experiência voltou a ser repetida numa outra pedreira desactivada do concelho de Vila Viçosa denominada D’El Rei n.º 2, do Grupo Ezequiel Francisco Alves, como, por exemplo, sucedeu no âmbito do programa cultural do 4.º Congresso Internacional GLOBAL STONE CONGRESS 2012. Tratou-se de um fórum internacional dedicado à pedra natural, que reuniu em Borba, Estremoz e Vila Viçosa participantes oriundos de Alemanha, Austrália, Brasil, Croácia, Egipto, Eslovénia, Espanha, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Japão, Portugal, Reino Unido, Roménia e Turquia. Este espaço privilegiado, pela sua forma irregular com um pequeno lago, todo revestido de mármore, foi o cenário escolhido para outro concerto intitulado “Tons de Mármore”, que teve lugar na mesma Pedreira e no mesmo ano (2012).

Estes projectos sobressaíram no panorama da cultura nacional e internacional e permitiram converter as pedreiras de mármore num cenário único e num verdadeiro “auditório ao ar livre”, constituindo uma simbiose perfeita entre beleza natural, condições acústicas excepcionais e repertório de música.

Deveria acrescentar, para uma maior precisão deste tema, que as múltiplas potencialidades arquitectónicas, artísticas e poéticas das pedreiras a céu aberto de Vila Viçosa tiveram uma expressiva ressonância internacional, neste caso por crédito de Joaquin Berchéz<sup>28</sup>, constituindo a inspiração e o argumento da sua exposição fotográfica “*Pedreiras. Carne de Dioses*”. Nesta belíssima exposição, patente no Consulado Geral de Portugal de Sevilha desde 22 de Maio até 29 de Junho de 2012, foi apresentado um conjunto de vinte e sete fotografias, das quais vinte e três referenciam os esplendores marmóreos da “Vila Museu”, sendo comissariada por Silvia Escamilla Amarillo<sup>29</sup> e Victoria Domínguez Ruiz<sup>30</sup>. Na inauguração desta mostra fotográfica contemporânea, de reconhecida qualidade estética e de inegável valor patrimonial, sobretudo, internacional, foi apresentado o catálogo da exposição, editado em quatro línguas (português, espanhol, italiano e inglês), que contém ensaios redactados por diferentes especialistas da área da Arquitectura e da História da Arte, entre eles Vicente Lleó Cañal.

Mas, quando falamos de exposições de pedreiras de rochas ornamentais, convém rememorar a mostra “*Arquitectura, o Prazer do Olhar*”. Assim chama Joaquin

---

<sup>28</sup> Joaquín Bérchez é um reconhecido historiador da arquitectura, professor catedrático de História da Arte da Universidade de Valência e Académico da Real Academia de Belas Artes (Espanha).

<sup>29</sup> Arquitecta e investigadora.

<sup>30</sup> Arquitecta. Docente e investigadora na Universidade de Sevilha.

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo's Stones in the World

Bérchez à exposição de fotografia que esteve patente ao público no Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa.<sup>31</sup> Aquilo que caracteriza de imediato a mostra é a prevalência de um olhar atento e agudo sobre uma arquitectura atravessada pela história, onde o mármore, a pedra, o estuque, a madeira e o alabastro, surpreendidos em fugazes luzes e cores, adquirem uma nova dimensão. Trata-se de uma obra que oferece elevadas possibilidades de versatilidade o que já lhe permitiu transitar até para outras paragens bastante longínquas, sendo exposta em salas de grande prestígio nas cidades de Nova Iorque, Vicenza, Palermo e Roma. Depois do seu périplo internacional, regressa-se agora a Portugal, mas sem esquecer esta obra fotográfica, que esteve patente no Museu de Arte Popular (Lisboa, 2012), por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Depois desta breve incursão sobre sólidos aspectos do projecto FIMAL, que merecia um longo comentário que não cabe neste trabalho, vale a pena prosseguir no rasto das marcas das medidas de estudo, valorização e promoção deste produto natural, levando um pouco mais longe as inferências anteriores, de que o recente do Projecto ALSTONES, constitui um bom exemplo. A Câmara Municipal de Vila Viçosa, em parceria com os Municípios de Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Sousel organizou o projecto ALSTONES – ALENTEJO'S STONES IN THE WORLD, que ocorreu em Vila Viçosa entre os dias 19 a 28 de Julho de 2019, cuja designação nuclear em português corresponde a “Pedras do Alentejo no Mundo”. Começamos pela definição da designação que dá título ao projecto e tem por isso, um valor capital, acrescido sobre qualquer outro. É inevitável referir que nesta designação sobressai a aliança das palavras *Alentejo, Pedras Naturais e Mundo*, constituindo um nome suficientemente abrangente e que nos parece portador de uma mensagem possante, singular, reconhecível e demarcada de qualquer outra e que reforça, sobretudo, o carácter internacional do evento. Por isso, parece-nos que é um dos que melhor pode representar o conjunto do projecto, que teve o seu epicentro em Vila Viçosa.



Figura 5 – Inauguração do Espaço Institucional de Promoção ALSTONES.  
© Câmara Municipal de Vila Viçosa.

<sup>31</sup> A exposição de fotografia de Joaquín Bérchez, “*Arquitectura, o Prazer do Olhar*”, esteve patente ao público no Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa, integrada no programa da 1.ª Bienal Internacional da Pedra – *Stone Project*, que decorreu nesta vila alentejana entre os dias 8 e 16 de Outubro de 2011.



A isto há que juntar que a natureza do projecto e as suas linhas de força apontaram claramente para privilegiar fortemente a ligação da pedra natural à arquitectura e ao *design*, assim como ao fortalecimento das relações entre as empresas, as universidades, os arquitectos e os *designers*. Neste contexto, parece-nos, também importante não esquecer o reforço da vertente dos distintos tipos e dos múltiplos contextos da aplicação da pedra natural, com as mais recentes propostas das suas aplicações, nos âmbitos da construção, da arquitectura, do desenho de interiores e da decoração em geral e das tecnologias. Trata-se, em última instância, não só de uma perspectiva de sustentabilidade económica, cultural e social, mas também de internacionalização do sector da pedra natural do Alentejo.

Mas, quando falamos deste projecto é fundamental não esquecer que é uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa, em estreita parceria com as Câmaras Municipais de Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Sousel. Tratam-se de municípios que partilham uma forte identidade territorial e factores geológicos, bem como o recurso transversal da rocha natural, que se encontra muito presente nos monumentos, na arquitectura e na construção local, configurando um território onde as técnicas construtivas são comuns aos municípios participantes. Na verdade, se a promoção e a valorização da indústria da pedra natural representa uma opção dominante deste projecto, a colaboração entre as Câmaras Municipais implicadas neste sector industrial, constitui, sem dúvida, um dos segmentos matriciais e uma condição essencial para levarmos a bom porto os nossos objectivos.

Ora, é conveniente recordar que o modelo organizativo deste projecto privilegiou a realização de um Espaço Institucional de Promoção ALSTONES e de Exposição de Blocos, Máquinas e Equipamentos. Esta iniciativa encontrava-se associada, também, à realização do IV Simpósio de Escultura, do VIII Congresso Internacional da Pedra Natural do Alentejo, das Exposições ALSTONES, da apresentação de livros e de visitas guiadas a pedreiras e a uma fábrica de transformação. Acresce, ainda, que o evento foi marcado por uma forte componente cultural, musical e gastronómica.



Figura 6 – VIII Congresso Internacional da Pedra Natural do Alentejo.

© Câmara Municipal de Vila Viçosa.



Figura 7 – Escultores do IV Simpósio de Escultura. © Rádio Campanário.

O estudo, a valorização e a promoção do mármore de Vila Viçosa e do Alentejo:  
da FIMAL-Feira Internacional do Mármore do Alentejo  
ao ALSTONES – Alentejo's Stones in the World

BIBLIOGRAFIA

- AURÉLIO, Carlos, “Um Rapaz a Subir a Praça”, in Revista de Cultura *Callipole* n.º 19 – 2011.
- CAÑAL, Vicente Lleó, “Memoria del Mármol (a Joaquín Berchéz”, in Prólogo do Catálogo da Exposição “Pedreiras. Carne de Dioses”, 2012.
- FERNANDES, José Manuel, “A Cidade de Mármore”, in Revista de Cultura *Callipole* n.º 12 – 2004.
- GREENHALGH, Michael “Marble Past, Monumental Present”, 2009.
- LOPES, Luís e MARTINS, Ruben “O Reconhecimento do Mármore de Estremoz como pedra património mundial”, in Revista de Cultura *Callipole* n.º 25 – 2018.
- LOPES, Luís e MARTINS, Ruben, “Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo”, in Revista de Cultura *Callipole*, 2015.
- MACIEL, Justino, “Arte Romana e Pedreiras de Mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação”, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, n.º 11, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- MACIEL, Justino e COUTINHO, Hélder, “A utilização dos mármore em Portugal na época Romana. Ensaio de uma metodologia de estudo”. Texto apresentado e desenvolvido no II Colóquio de Arqueologia de Viseu, 1990.
- MARTINS, Octávio Rabaçal, in Revista Rochas & Equipamentos, 1.º trimestre de 2006, XXI Anos.
- Relatório da V FIMAL-Feira do Mármore do Alentejo Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 28 de Novembro de 2008.
- Rochas & Equipamentos, N.º 55, 3.º Trimestre 1999, XV ano.
- Rochas & Equipamentos, N.º 53, 1.º Trimestre 1999, XIV ano.
- SARAMAGO, José, “Memorial do Convento”, Edição: Porto Editora, 2019.
- SERRÃO, Vitor, “As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as bases de uma candidatura”, in *Callipole* n.º 23 – 2016.



# **Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz**

## **Uma forma diferente de conhecer o melhor do Alentejo**

---

**Armando Quintas**

**Resumo:** A zona dos mármore do Alentejo (concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa) constituiu-se como a maior reserva de calcários cristalinos de Portugal, sendo ainda um dos principais centros produtores de excelência em todo o mundo.

A sua exploração ao longo dos dois últimos milénios tem vindo a produzir uma cultura muito própria, que, acelerada pela modernização industrial do último século, trouxe não só benefícios económicos e transformações na paisagem, como constituiu também um rico património edificado, dentro e fora da região, e ainda um saber-fazer tradicional, técnico e artístico.

Estudar, salvaguardar e promover este património tornou-se um novo desafio para o nosso tempo, reunindo valores artísticos, históricos e culturais com vista a um desenvolvimento sustentável da região. Uma estratégia que passa também pela promoção cultural e turística de forma transversal, oferecendo uma coesão social e um enriquecimento das comunidades através da divulgação e da promoção do seu território.

**Palavras-Chave:** Mármore, Alentejo, Cultura, Turismo, Economia

### **1. Património e História da Indústria dos Mármore: um estudo necessário**

A formação dos mármore no território português privilegiou a região do Alentejo com uma das mais emblemáticas reservas do planeta, designada em termos geológicos por Anticlinal de Estremoz. Com uma extensão de 35 km por 12-15 km de largura e abrangendo essencialmente os concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, nela se concentram os melhores mármore cristalinos, que ali se formaram há cerca de 400 a 500 milhões de anos.

A exploração desta grande mancha marmórea, na qual predominam as variantes cromáticas do branco, rosa e azul acinzentado, provém já do período romano, mantendo pelos séculos seguintes uma atividade mais ou menos constante, elevando-se, a partir de inícios do século XX, a um ritmo intenso e extraordinário, o

que só se justifica pela riqueza do filão ali existente [Cartografia Temática: 2008; Carneiro: 2014].

Contudo, se o seu desenvolvimento industrial é bastante óbvio, bastando para isso observar o território, já a sua história estava há muito para ser conhecida. Perdida entre os poucos elementos que se conheciam, não se dispunha de um estudo histórico, na longa duração, que revelasse os ciclos de exploração e a forma como esta atividade foi evoluindo ao longo dos tempos, com as suas respetivas repercussões sobre a economia, as paisagens e as comunidades humanas.



Figura 1 – Publicações sobre o Património e a História da Indústria dos Mármore 2015-2019.

Assim, a fim de colmatar esta lacuna, surgiu em 2012 o estudo científico *PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore*, encabeçado pelo Centro de Estudos CECHAP – Vila Viçosa, com a colaboração e a coordenação científica de vários centros de investigação de universidades portuguesas.<sup>1</sup>

Dos múltiplos objetivos a que se propõe, destacamos: estudar a evolução das dinâmicas históricas, territoriais e culturais desta indústria; preservar e divulgar a informação existente nos vários suportes; conhecer, preservar e dinamizar o património, a história e as memórias associadas a esta atividade, bem como contribuir para a valorização cultural, patrimonial, turística e económica da zona dos mármore. Este estudo tem vindo a ser realizado como um trabalho sistematizado, orientado por uma visão de conjunto sobre a evolução do território, organizando-se em torno de diferentes linhas de investigação: Arqueologia Romana; Arqueologia Industrial; Cartografia e *Mapping*; História da Arte; História da Construção e da Arquitetura; História Oral (Testemunhos); História Social; História das Técnicas e Tecnologias; Economia e Recursos Sustentáveis e Humanidades Digitais.

<sup>1</sup> [www.cechap.com/quem-somos](http://www.cechap.com/quem-somos)  
<https://marmore-cechap.pt>

No que diz respeito à sua metodologia, podemos afirmar, sem entrar em grandes detalhes, que esta se organiza sobretudo em três fases. A primeira, pela identificação das fontes de informação (audiovisuais, arqueológicas, cartográficas, documentais, testemunhos orais, entre muitas outras), com o levantamento da sua informação e a sua inserção numa base de dados colaborativa (*software* Zotero), abrangendo as dimensões da exploração, transformação e aplicação, desde os primórdios da época clássica até aos dias atuais. Uma segunda fase passa pela análise feita por especialistas à massa documental compilada, produzindo-se estudos, com publicação de obras monográficas e artigos científicos, aos quais se juntam ainda várias apresentações em fóruns da especialidade. Uma terceira e última fase visa a disponibilização em linha deste conhecimento produzido, bem como das fontes utilizadas, transferindo assim para a comunidade toda esta produção científica, que ficará para a posteridade acessível para a consulta, quer por parte de outros profissionais, quer pelo público em geral.

No que diz respeito a resultados, foi lançado, em 2015, o Portal História da Indústria dos Mármore, que, dando a conhecer este estudo, passou a integrar um centro de documentação em linha, com referência às fontes de informação levantadas, analisadas e estudadas. Tal possibilitou a edição de uma monografia histórica, a primeira sobre este sector em Portugal, intitulada *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*, que contempla, como o seu título refere, o período mais próximo de nós, desde a regeneração ou industrialização dirigida pelo Estado, até à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia [Alves: 2015].

Nesta primeira fase, como se poderá observar no referido estudo e nos complementos que tem vindo a receber, foram-se identificando não só os locais de produção (pedreiras), de transformação (oficinas e fábricas) e de aplicação (locais e peças onde o mármore foi aplicado), como também as empresas exploradoras, a evolução das zonas de exploração, a legislação que foi enquadrando a atividade, as técnicas, a evolução tecnológica, a paisagem, assim como os artesãos e os mestres de ofícios [Quintas: 2016; Quintas e Pereira: 2017].

Rapidamente se confirmou que estávamos perante não só a história de uma rocha, mas também dos homens e das suas vidas, de uma cultura, uma civilização e uma comunidade na sua relação com a pedra, os hábitos produtivos, o génio criador, a arte e os artefactos. Pois este mármore desfrutou, desde os alvares do tempo histórico, de um extenso e variado campo de aplicações, da escultura à arquitetura, do revestimento de pavimentos e paramentos ao mobiliário urbano e doméstico [Nunes: 1996].

Mas não só do passado histórico tem tratado este estudo, pois o mesmo, por via das investigações realizadas pelos territórios do mármore, tem vindo a constatar e a registar a realidade atual, que nos há de servir para memória futura. Não só pela entrevista a antigos e atuais atores do sector, trabalhadores, engenheiros, artesãos, mas também pela observação do património ligado ao mármore, a sua configuração, disposição e paisagem, através de registos vários, nos quais a fotografia ganha um grande protagonismo, vindo a realizar-se assim um grande levantamento da zona dos mármore e arredores, cujos registos já ultrapassam, neste momento, as 50 mil imagens.

A importância que este estudo tomou para o conhecimento da zona dos mármore levou a que sucedesse uma segunda fase, que decorreu entre 2017 e 2019, na qual se produziu mais uma monografia dividida em dois volumes, abrangendo o período cronológico entre o século I e 1945 – “Mármore 2000 anos de História”, estando já contemplada uma terceira fase, que decorrerá até ao ano de 2023.

Acresce ainda a realização de outras ações, como a salvaguarda de arquivos, com destaque para o arquivo e a biblioteca do extinto CEVALOR – Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais. Com a insolvência deste centro tecnológico sediado em Borba, o CECHAP resgatou um riquíssimo espólio documental composto por milhares de itens, nos quais se compreendem estudos publicados e inéditos, dissertações várias, cartografia, fotografias e muitas publicações sobre o sector das rochas ornamentais. Esta documentação acabou por constituir um riquíssimo manancial de informação para a investigação em curso.

Por outro lado, a realização deste estudo tem vindo a proporcionar um precioso auxílio a jovens estudantes no âmbito dos seus projetos de mestrado e de doutoramento, registando-se uma grande solicitação por parte de investigadores estrangeiros. Por último, a juntar aos já cerca de 30 artigos publicados em revistas nacionais e internacionais e às 50 comunicações em conferências, há 2 teses de doutoramento e 2 outras de mestrado, presentemente em curso, que serão defendidas em universidades portuguesas e estrangeiras.

## 2. Património, Indústria e Turismo: A Rota do Mármore do AE

A atividade do mármore e a sua indústria são mais do que uma atividade extractiva, são também um valor cultural que surge a partir do trabalho e da transformação da matéria-prima, quando esta se torna um objeto artístico ou ornamental. É uma atividade geradora de uma forma de vida, de uma comunidade em torno de uma prática ancestral e de um património baseado no conhecimento imaterial, nas estruturas de produção e na paisagem transformada. O mármore é um elemento cultural que existe em todo o lado, dos tempos antigos à renascença e às grandes obras de canteiro, até à exportação massiva no século XX para muitas partes do mundo, tornando-se uma referência a um território específico.

No entanto, para se valorizar, é necessário conhecer, e se a sua valorização com o lançamento do estudo científico tem proporcionado informações sobre a sua evolução histórica, a sua consubstanciação no terreno deve passar por ações de promoção, nas quais se enquadram as práticas turísticas.

Desta forma, o trabalho de investigação e os seus contributos tornaram-se numa grande ferramenta de produção de conteúdos históricos e culturais destinados a públicos interessados na oferta de turismo industrial da Rota do Mármore do AE.<sup>2</sup>

Trata-se de um produto de experiência para o visitante, envolvendo as várias fases desta indústria, numa ligação com o seu território, a sua história e a sua

---

<sup>2</sup> [www.rotadomarmoreae.com](http://www.rotadomarmoreae.com)

## Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz Uma forma diferente de conhecer o melhor do Alentejo

comunidade. A Rota do Mármore surgiu em 2007 como projeto-piloto em âmbito académico, tendo-se profissionalizado a partir de 2013, sendo atualmente o único roteiro turístico industrial presente na zona dos mármore, em funcionamento permanente e de forma profissional.

A sua ação assenta essencialmente em cinco grandes vetores: a divulgação do património da zona dos mármore nas suas várias dimensões, ao nível geológico, arquitetónico, urbano, paisagístico, gastronómico; a preservação das memórias e do saber-fazer do trabalho artesanal e industrial; a exploração do papel ativo e construtivo dos lugares patrimoniais; a educação e a sensibilização patrimonial de jovens e adultos; e a valorização da cultura, da economia local e regional e do recurso endógeno que é o mármore.

A Rota do Mármore criou assim um produto a partir do recurso endógeno Mármore, numa proposta de experiência para o visitante, envolvendo a indústria extrativa, transformadora e o espaço urbano numa ligação de leitura sobre o território, da sua história e do seu património, procurando produzir uma narrativa sobre as técnicas e tecnologias da exploração do mármore, abrangendo o território e a realidade do lugar de lavra da pedra até à sua aplicação na arquitetura e nas artes.

A promoção do território e do produto endógeno dos mármore a partir de uma prática de turismo industrial começou por ser inicialmente uma experiência de visita às pedreiras, que, em virtude do esforço da equipa promotora, desenvolveu um trabalho concertado com centros de investigação académica de universidades portuguesas, valorizando e promovendo a qualidade e a afirmação da Rota do Mármore.

A sua estratégia assentou na transmissão do conhecimento, numa perspetiva real e concreta, da indústria dos mármore no Alentejo, das suas dinâmicas históricas e económicas, mas também culturais e patrimoniais. De forma progressiva e sustentável, através de atividades diversas (estudos, conferências, visitas, turismo criativo), a Rota do Mármore tornou-se num veículo de afirmação e promoção da região e abriu portas ao mundo. Criou-se assim uma dinâmica de arrastamento, que se reflete em valor económico, através do domínio cultural deste recurso, mas também da própria indústria, de forma indireta, com um reflexo nos seus negócios, a partir do conhecimento, (re)descoberta e (re)afirmação do seu recurso natural.



Figs. 2 – Matéria – Prima, Paisagem e Saber – Fazer (Arquivo CECHAP, 2019).

Entretanto, a Rota evoluiu e ganhou reconhecimento. É procurada atualmente por todo o tipo de visitantes, mas com grande incidência no público especializado, como as universidades estrangeiras, muito vocacionadas para as engenharias e arquiteturas, que desejam conhecer o recurso Mármore no seu meio natural. Foi



também selecionada para fazer parte do projeto CREATOUR – Turismo Criativo, enquanto projeto-piloto da Região do Alentejo e ainda do Programa de Valorização dos destinos do interior, por parte do Turismo de Portugal.

As suas atividades alargaram-se imenso; além das visitas às pedreiras e aos monumentos, começaram a incidir também nas paisagens da indústria e nas atividades culturais de aprendizagem patrimonial. Nestas, podemos incluir a experiência das oficinas de canteiro e de *ateliers* de outros artesãos, onde o visitante pode literalmente colocar as “mãos na massa”, aprender as etapas básicas da modelação escultórica, conhecer os diferentes tipos de pedra, aprender a fazer objetos com desperdícios, entre muitas outras atividades.

Mas a Rota é também, por si, um veículo de promoção do território, que leva à divulgação dos seus monumentos e das próprias empresas, fazendo-lhes publicidade – a elas e ao seu produto –, incitando os visitantes a contemplarem as belezas marmóreas e a serem veículos de divulgação para uma possível aquisição futura, por si ou por terceiros, durante a sua visita efetuada.

### 3. Considerações Finais

A Rota do Mármore do AE tem tido o mérito de conseguir afirmar o mármore como elemento cultural que pode e deve gerar valor. Um elemento cujo património industrial associado (fábricas, máquinas, ferramentas) também possui um valor intrínseco, tal como o património religioso ou arqueológico, por exemplo, e cuja paisagem é também uma paisagem cultural, com um contexto de produção e de relação com o meio ambiente. Também tem sido abordada a memória coletiva, enquanto grande elemento agregador, de reforço da identidade das comunidades, do património e dos artesãos, como elemento singular e diferenciador em face de outros territórios.

Neste sentido, como atualmente vêm manifestando diversos especialistas, o turismo industrial pode e deve ser uma das estratégias para estimular elementos diferenciadores, que, de produtores de encargos ou de dissonância, possam passar a gerar benefícios a partir da sua fruição. Para tal, há que saber interpretar o património e conhecer tão bem a história de uma catedral ou de um palácio, como de uma grua ou de uma pedreira, tarefa nem sempre fácil e bastante demorada, mas só possível com um aturado e rigoroso estudo que permita criar uma verdadeira narrativa patrimonial.

Estamos em crer que o turismo industrial só poderá funcionar no âmbito de um projeto agregador, que junte a estruturação do produto com a investigação histórica e patrimonial, o *marketing* e o *design*, não só para usufruir do que já existe, mas também para auxiliar os territórios a conceberem novas vivências e a reinventarem-se a partir de novos produtos com o mesmo recurso.

No caso do mármore, a estratégia a seguir consiste em auxiliar na contínua venda do mármore para todos os continentes, mas partindo em busca desses mesmos pedacinhos para os fazer regressar às origens, na forma de visitantes desses mesmos países outrora importadores.

## **Fontes e Bibliografia**

- ALVES, Daniel (coord.). (2015). *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua História (1850-1986)*. CECHAP, Vila Viçosa.
- CARNEIRO, André. (2014). “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa”, *Callipole*, n.º 21: 199-220.
- Cartografia Temática do Anticlinal – Zona dos Mármore*. (2008). Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo., s.l.
- MATOS, Ana Cardoso de; Alves, Daniel. (2019) (coord.) *Mármore 2000 Anos de História – Vol. II – A Evolução Industrial, os seus agendas económicos e a sua aplicação na época contemporânea*, Lisboa, CECHAP / Theya Editores.
- NUNES, Manuel de Castro. (1996). *Uma Patine Milenar: Os Mármore do Alentejo*. Estremoz, Associação de Desenvolvimento da Zona dos Mármore.
- QUINTAS, Armando. (2016). “As grandes empresas portuguesas e estrangeiras na exploração do Mármore do Anticlinal de Estremoz no século XX”. In Susana Rocha Relvas, Rikki Morgan-Tamosunas e Maria Gómez Bedoya (eds.), *Iberian Interconnections – Conference Proceedings*. Porto, Universidade Católica, 199-210.
- QUINTAS, Armando. (2017). “The role of marble between as an economic resource and cultural uses in the industrial tourism context”. In Gemma Belli Francesca Capano, Maria Ines Pascariello (eds.), *VIII AISU Congress – The City, the Travel, the Tourism Perception, Production and Processing, Collection of Papers*. Naples, 2958-2961.
- QUINTAS, Armando, e Pereira, Vanessa Alexandra. (2017). “O património geológico das pirites e do mármore do Alentejo. Industrialização, paisagem e valorização cultural e turística”. In Octavio Puche Riart et al. (eds.), *Minería y Metalurgia Históricas en el Sudoeste Europeu. Nuestras Raíces Mineras*. Madrid, SDPGYM – Valoriza Minería, 507-515.
- SERRÃO, Vitor; Moura Soares, Clara. (2019) (coord.) *Mármore 2000 Anos de História – Vol. I – Da Antiguidade à Idade Moderna*, Lisboa, CECHAP / Theya Editores.
- TINOCO, Alfredo; Filipe, Carlos; e Hipólito, Ricardo. (2014). *A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*. Lisboa, CIES-IUL/ISCTE-IUL.



## A Terra bebe-se no vinho

---

Carlos A. Cupeto\* | Luís Lopes\*\*

A coisa não carece de grande revisão bibliográfica e muito menos de meritoriosa investigação, honrosamente reconhecida pelos seus pares, bem à moda da Academia. Basta ler o nosso reverente Orlando Ribeiro (*in* Ribeiro & Launtingsach, 2009) quando compara o minhoto com o alentejano e escreve: “para estes dois tipos de comportamento (minhoto e alentejano) contam sem dúvida as condições naturais”. A outra escala, o incontornável Tim Marshall em *Prisioneiros da Geografia* (2017, ed. portuguesa) afirma: “a terra em que vivemos sempre nos moldou... as decisões e os acontecimentos, os conflitos internacionais e as guerras civis, apenas podem ser compreendidos tendo em conta as esperanças, os medos e os preconceitos resultantes da História e como estes, por seu turno são determinados pelo ambiente físico – a geografia – em que os indivíduos, as sociedades e os países se desenvolveram.” Uma única pergunta nos basta: se é assim com os homens e com as sociedades como pode ser diferente com as cepas e, consequentemente, com o vinho? Não é. A Terra bebe-se no vinho. O vinho é, sobretudo, a rocha onde nascem e maturam as uvas. Para um bom vinho, diz quem sabe, o mais importante é a vinha, para a vinha, o mais importante é o lugar. O saber da geologia é uma parte fundamental da compreensão do “quê” e “porquê” do vinho. Há uma conexão perfeita.

Compreendemos, alguma coisa, da relação do Homem, enquanto dimensão física e patrimonial, com a rocha, geografia para os geógrafos. Não é diferente com o vinho. Alguma breve leitura, quase de praia, evidencia que os grandes produtores mundiais sabem e valorizam a relação do vinho com o lugar. Por cá, felizmente, também já há alguns e bons exemplos. Quase que se diria que destes produtores,

---

\* Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências. Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. Coordenador do projeto “Tabernas do Alentejo – Arte e Ciência (Orçamento Público Participativo, 2017) – TAac. cupeto@uevora.pt.

\*\* Universidade de Évora, Escola de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geociências. Rua Romão Ramalho, 59. Apartado 94. 7002 554 Évora. Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal. lopes@uevora.pt.

nascem os melhores vinhos. Dizem, muitos deles, vinhos únicos porque não há duas rochas iguais. O geólogo só pode concordar, mas deve procurar responder à mãe de todas as perguntas: quais os fatores geológicos que influenciam a vinha e, consequentemente, o vinho? Talvez os mais importantes sejam, para além da própria rocha, a latitude, altitude e o declive, a drenagem e a retenção da água.

Os geólogos também sabem que a cada rocha se associa uma “história” resultante das transformações que ao longo do tempo a mesma foi sofrendo. Esse legado histórico é-nos transmitido pelos minerais que a constituem. E são as alterações físico-químicas destes minerais que originam novos minerais, ditos secundários, que ficarão em equilíbrio com as novas condições ambientais e constituem a fração mineral do solo que se completa com o resultado da interação com o coberto orgânico animal e vegetal (Fig. 1).

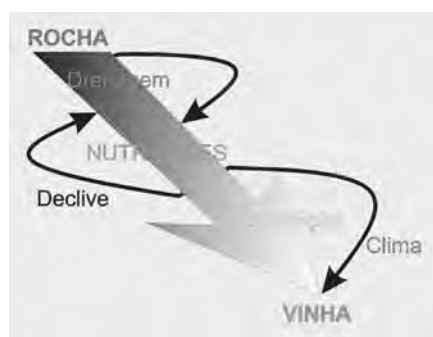


Figura 1 – O “caminho da rocha à vinha”, o esquema ilustra as relações existentes entre a rocha que origina um solo que, por sua vez se desenvolve de acordo com os factores edáficos vigentes na região. A mesma rocha em ambientes climáticos distintos produz solos completamente diferentes. Também é a rocha que nos explica o relevo, isto é, a drenagem e exposição. Deste modo apreendemos os quês e porquês que nos conduzem da rocha ao vinho. Adaptado de Cupeto *et al.*, (2018).

Em oposição temos tudo o resto. Temos as prateleiras dos hipermercados carregadas com “os vinhos do mercado”, que a adega fabrica a seu gosto. Também, como em tudo, grassa a convicção, conveniente para a minoria, que a tecnologia tudo resolve; é por isso que agora supostamente produzimos “qualidade em grande quantidade”, ignorando a natureza e o carácter do lugar.

Muito para além da tendência mundial para os vinhos únicos, ditos de *terroir*, Portugal goza de mais algumas razões para esta boa opção. Pela sua pequena escala, qualquer produto da terra, e também o vinho, não vai prevalecer pela quantidade, antes pelos pequenos nichos de elevada qualidade *gourmet*, de valor superior. Portugal tem uma enorme geodiversidade. É esta a principal razão porque somos um país com uma riqueza paisagista fantástica que em qualquer dos sentidos, em poucos quilómetros tudo muda significativamente. E, já agora, é também esta a razão por que somos culturalmente tão diversos e ricos: uma açorda em Portel é diferente em Estremoz ou em Évora. O famoso “Cante Alentejano” do Baixo Alentejo nada tem a ver com as Saias do norte, em Campo Maior, etc., etc. A exposição atlântica dá-nos matizes climáticas diversas; num ano hidrológico médio no

Minho chove três vezes mais o que chove no Alentejo. São estas as razões porque o país “suporta”, com sucesso, tão grande variedade de castas.

O Alentejo são muitos “Alentejos”, muitos sabores, muitas paisagens, muitas culturas, muitos viveres diferentes. A *enogeobiodiversidade* desta terra é enorme; os patrimónios associados à vinha e ao vinho são infinitos. Não é por acaso que os campinos e os touros existem no Ribatejo, como a geologia explica perfeitamente que a Vidigueira seja, essencialmente, uma terra de vinhos brancos (Cupeto et al., 2018). Toda a dimensão antrópica da nossa História depende da natureza e das condições por ela impostas; poderia ser diferente com o vinho?

É nesta realidade que, em Borba, um pouco antes do verão de 2017, empurrados pela Ciência Viva no Verão 2017<sup>1</sup>, surge a “história da Terra num copo de vinho”. A equipa da Adega de Borba, Oscar Gato e Luís Gaspar, profundamente conhecedora da vinha e do vinho, a trabalhar num contexto geológico bastante diverso (sub-região vinícola Borba), é a justa e perfeita parceria para levar a tarefa por diante. Um ano depois a mesma motivação, a iniciativa Ciência Viva no Verão 2018, acrescida significativamente pelo “Tabernas do Alentejo – arte e ciência” (TAac) do Orçamento Participativo Portugal – 2017, leva-nos a “repetir” Borba. Mas, pela mão da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA), a associar o norte alentejano, Marvão – Porto Espada, com o produtor e enólogo Rui Reguinga, e a sul, a Vidigueira, terra de vinho, em parceria com a Quetzal. É esta tríade de “geologia e vinho”, em três realidades marcadamente distintas, a forte motivação para este escrito. A quase mágica e “casual” complementaridade das três ações entusiasma-nos e reforça a convicção deste caminho como uma enorme oportunidade para o Alentejo – “vinhos do lugar”, ou, “o lugar numa garrafa de vinho”. Estes três *Alentejos* vinícolas (Marvão, Borba-Estremoz e Vidigueira-Cuba) não só confirmaram como ultrapassaram as melhores expectativas. Este resultado vai muito para além da perceção pessoal. Os parceiros vitivinicultores, não só responderam com muita articulação aos objetivos e em perfeita sintonia, como evidenciaram motivação e reconhecimento pela essência da proposta. O mesmo podemos afirmar relativamente aos participantes, umas dezenas vindos de várias partes do país, talvez o melhor indicador. Daqui resultaram três magníficas ações da Ciência Viva no Verão que integraram igualmente o projeto Tabernas do Alentejo – arte e ciência.

Marvão – Porto Espada, sabemos, pela surpreendente cidade da Ammaia que há mais de 2000 anos já os romanos por aqui andavam. Porquê? Por ser terra de bons e valorosos recursos: água, solo, clima e minerais (incluindo a sílica para o vidro). Pela mão do produtor e enólogo Rui Reguinga conhecemos a alma deste lugar pelo seu vinho. A marca *Terrenus*, associada à bela imagem de uma vinha centenária não engana, “vinho da terra”. Primeiro a visita, no vale de Porto Espada, a cerca de 550 m de altitude, às vinhas com mais de cem anos (Fig. 2). Estas

<sup>1</sup> O programa “Ciência Viva no Verão” é de participação livre e gratuita devendo os participantes inscrever-se *online* no site da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Esta agência tem como missão promover a cultura científica na sociedade portuguesa, para todos os públicos, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar.

maravilhosas plantas falam-nos na sua belíssima forma em taça, como pequenas árvores – a imagem *Terrenus*. A harmonia perfeita entre a rocha, o solo e a cepa. A diversidade de mais de uma dezena de castas dispostas aleatoriamente numa regra, certamente, muito natural, conveniente e acertada. Aqui a rocha, um xisto de 350 a 450 milhões de anos (Devónico – Silúrico) leva-nos, antes do metamorfismo (altas pressões e temperaturas) a uma argila, e antes a uma vasa lodosa num fundo marinho pelágico (de considerável profundidade). Como hoje (*princípio das causas atuais*), um fundo oceânico de águas muito calmas onde só chegam materiais sólidos muito finos em suspensão e aqui se depositam. Um substrato muito mineral a que acresce a água salina do oceano. Como não podia deixar de ser, provámos um vinho branco muito mineral. Lá em cima, a escassos dois quilómetros, a serpentear pela estrada, avista-se um relevo proeminente – cristas quartzíticas, que o Tejo corta no Rodão e onde assenta Marvão – que sustenta uma vinha em socalcos a cerca de 750 m, a vinha mais alta a sul do Tejo. Nessa altura, no Paleozoico, acerca de 500 milhões de anos, aqui, o oceano era muito pouco profundo (Lopes, 2007). Imagine-se uma praia, como as de hoje, de areia grosseira muito brilhante, rica em grãos de quartzo. Uma praia em tudo igual há que existia num território, hoje distante, a Bretanha. Nos milhões de anos seguintes o metamorfismo fez o seu trabalho e hoje a erosão põe a nu o resultado, um relevo vigoroso e abruço. É aqui que Rui Reguinga tem uma vinha; quartzito, altitude, declive, drenagem e exposição, pura geologia. Ao lado, Castelo de Vide também tem destas rochas, as mesmas cristas que aqui acolhem a Sr.<sup>a</sup> da Penha, sobranceira à vila. É também aqui mesmo que é captada a água mineral Vitalis que todos conhecemos como uma água leve, pouco mineral. Por que razão o vinho *Terrenus*, Reserva Branco, Vinhas Velhas, havia de ser diferente? Não é diferente, é como a Vitalis, provámos um vinho pouco mineral, em oposição ao dos xistos, dito “rochoso” por quem sabe. Em síntese, verdadeiramente, a *Terrenus* engarrafa a vontade da rocha.



Figura 2 – Cá em baixo, no xisto, a beleza das velhas cepas em simbiose com as oliveiras encantam. Lá em cima, nos quartzitos, para além da beleza da vista, o vinho diz-nos que tudo é diferente.

Seguindo a cronologia do nosso tempo, não a da Terra, passamos por Estremoz – Borba e vamos até Vidigueira. A palavra Vidigueira quer dizer “terra de vinho”. Bate certo, é verdade, Vidigueira é boa terra para quase tudo, pão, laranja, queijos, gentes, mas é, sobretudo terra de vinho. Antes de chegar à Vidigueira (“Vidiguêra”, em alentejano) atravessamos a serra do Mendro, ou de Portel para alguns que não os da Vidigueira (“era só o que faltava!”), sentimos uma significativa descida e à nossa frente abre-se o imenso mar da planície do Baixo Alentejo, é a falha (geológica da Vidigueira) que separa o Alto do Baixo Alentejo, Évora e Portalegre de Beja (Fig. 3).



Figura 3 – Na Vidigueira os participantes sentem o efeito da fronteira natural (falha) entre o Baixo e o Alto Alentejo.

Alguém tinha pensado que há um só Alentejo? Como não podia deixar de ser, a Vidigueira é também uma terra muito geodiversa. Mais uma vez a geodiversidade explica o *genius loci* deste lugar; em poucos quilómetros tudo muda. Em Vila de Frades, na Quetzal, nossa parceira neste desafio de ler, e provar, a história da Terra no vinho, voltamos a encontrar o xisto que a vinha tanto gosta.

Mas, como sempre acontece, os acontecimentos geológicos sucedem-se e sobrepõem-se, e uma sequência de fenómenos vulcânicos diversos irrompe as rochas metamórficas e fazem aflorar hoje um significativo cortejo de rochas ditas “granitoides”, essencialmente o maciço da Vidigueira (granodioritos) e os gabrodioritos de Cuba. Razão têm os locais em dizer que a Cuba nada tem a ver com a Vidigueira, as vinhas também o sabem. Mas, antes de voltarmos ao xisto de Vila de Frades (Quetzal) é incontornável justificar geologicamente porque é a Vidigueira uma terra de vinho, vinho essencialmente branco.

Curiosamente, tal como em Marvão, também por aqui os romanos andaram, São Cucufate é uma excelente herança da estadia deste povo por estas terras. A aptidão da Vidigueira para o vinho branco, provavelmente, terá sido uma das razões porque os romanos aqui estabeleceram e fizeram aqui vinho, Roma só bebia vinho branco. A falha da Vidigueira que já evocamos, a fronteira geográfica natural, física, entre o Baixo e o Alto Alentejo, tem outras consequências. Ao chegar aqui o grande rio



do sul, o Guadiana, condicionado pela falha, inflete para oeste, perpendicularmente à direção norte – sul que trazia. Entre outras consequências é por isto que existe a “margem esquerda”, Serpa e Moura (Figs. 4 e 5). Ora, como sabemos, Serpa e Moura é outro “baixo Alentejo”, nada tem a ver com o resto, Beja e tudo à volta. Como sempre, somos subtilmente “escravos da geologia”. Entretanto a influência da geologia não fica por aqui; no verão, na fase de maturação das uvas, as elevadas temperaturas, da ordem dos 40° C, são comuns nesta terra. Todavia, graças, mais uma vez à geologia, é vulgar que à noite uma brisa, quase marítima, “invada” algumas vertentes da Vidigueira e baixe a temperatura para os 16 ou 18° C. Este fenómeno faz com que a Vidigueira tenha a reconhecida aptidão para os brancos. Curiosamente os romanos quando aqui chegaram terão percebido esta singularidade. Isto acontece porque o Atlântico não está assim tão longe se considerarmos que a barreira natural que constitui a serra de Grândola se deixa atravessar pelos ventos através das condicionantes geológicas, vales “desenhados” por falhas.

A Geodiversidade da “Zona de Ossa – Morena”<sup>2</sup> está bem patente na figura 4, onde localizam as principais estruturas geológicas referidas no texto (Oliveira et al. 1991).



Figura 4 – Adaptação do Mapa Geológico de Portugal, folha Sul (LNEG, 1990), originalmente publicado na escala 1:500.000, com a localização dos principais relevos do Alentejo Central e algumas povoações referidas no texto. A região central corresponde à Zona de Ossa – Morena onde se destaca uma enorme variedade litológica.

<sup>2</sup> Em termos geodinâmicos o território português de idade Paleozoica divide-se em zonas paleogeográficas a que corresponderiam, a quando da sua formação, distintos continentes. No Alentejo e de norte para sul temos sucessivamente: a Zona Centro – Ibérica (da qual ainda faz parte a Serra de São Mamede); a Zona de Ossa – Morena (precisamente por conter as serras de Ossa, em Portugal e Morena, em Espanha) e, a Zona Sul Portuguesa, cujo limite com a Zona de Ossa – Morena se faz segundo um paralelo de orientação Este – Oeste que passa por Beja e Ferreira do Alentejo e depois inflete para Norte. No fim do Paleozoico ocorre a colisão entre estas massas continentais num fenómeno orogénico denominado por Orogenia Varisca (ou Hercínica). Esta orogenia faz parte de um conjunto que à escala global fez com que todos os continentes estivessem unidos num único, a Pangeia (a partir do grego “*pan*” – toda e “*geia*” – terra).

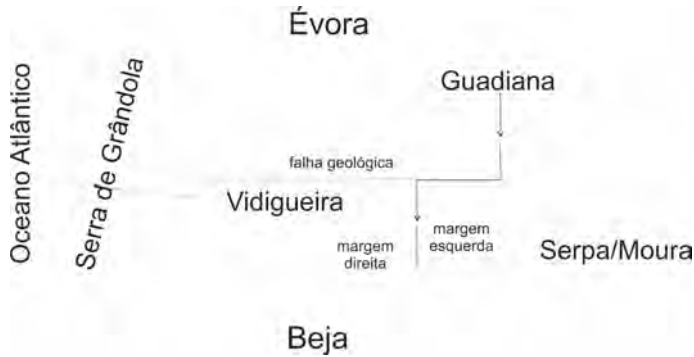


Fig. 5 – A falha da Vidigueira é fronteira física entre vários “mundos”.

Na Quetzal subimos o monte de xisto e descemos ao vale adjacente que acolhe um depósito essencialmente argiloso. Apesar da mesma prática agrícola, e da mesma casta, é notória a diferença vegetativa da mesma vinha nos dois contextos geológicos. Mais tarde identificámos esta diferença no copo de vinho. Se a Vidigueira é terra de vinho, antes é terra de geologia.

Em Borba – Estremoz a mesma “fatalidade” da enorme *enogeobiodiversidade*, um recurso fabuloso que nos caracteriza. De São Mamede a norte, o mais alto-relevo a sul do Tejo, até à serra d’ Ossa (Redondo – Evoramonte/Estremoz), a “monotonia” é coisa que não existe. Todavia, é em Estremoz que assume a maior diversidade. A estrutura geológica chama-se anticlinal e estende-se por 40 km de Sousel ao Alandroal. Trata-se do “complexo vulcano-sedimentar carbonatado de Estremoz” (o nome diz tudo) onde, de forma geologicamente coerente e evidenciando uma evolução geodinâmica desde, pelo menos há 650 milhões de anos, correspondente à abertura e fecho de um oceano que aqui existiu, podemos encontrar uma enorme geodiversidade. Geomorfológicamente, o contraste com a peneplanície envolvente é marcante e tem consequências (Figs. 6 e 7). A posição do castelo de Estremoz, assente em metadolomitos<sup>3</sup>, é um excelente testemunho de como o micro (estrutura cristalina dos minerais constituintes das rochas) condiciona e explica o macro (geomorfologia). A maior dureza dos mármore dolomíticos, isto é a sua maior resistência à erosão, designadamente à alteração química, comparativamente com os mármore calcíticos) envolventes, deve-se à presença de magnésio ( $Mg^{2+}$ ) que substituí parcialmente o cálcio ( $Ca^{2+}$ ) na rede cristalina da calcite<sup>4</sup> transformando-a em dolomite<sup>5</sup>; fenómenos explicados pela geoquí-

<sup>3</sup> Ou mármore dolomíticos – rocha metamórfica essencialmente constituída por carbonato duplo de cálcio e magnésio. Regionalmente também é conhecido por “bravo”, por ser mais duro e resistente que os mármore calcíticos explorados como rocha ornamental que são os materiais designados por “mármore”.

<sup>4</sup> Calcite – mineral que constitui mais de 99% do mármore –  $CaCO_3$ .

<sup>5</sup> Dolomite – mineral que constitui os metadolomitos –  $CaMg(CO_3)_2$ . Como curiosidade, o Mg pode ser substituído pelo Fe e passamos a ter outro mineral, a siderite, que por exemplo foi explorada na mina da Mostardeira e que confere a cor dourada aos veios tão característicos do mármore explorado na pedreira do Monte da Marinela (ambos os locais no concelho de Estremoz).

mica que podem acontecer aquando da formação dos minerais. Assim, podemos afirmar sem disparate, a mineralogia justifica a existência do castelo de Estremoz naquele lugar; uma mera curiosidade que “nada” tem a ver com a vinha e o vinho. Ora acontece que esta marca geomorfológica que é o anticlinal de Estremoz tem exatamente a mesma orientação (NW-SE) que a serra de S. Mamede a norte e a serra d’Ossa a sul (Fig. 6). Este “pormenor” faz com que os ventos de norte, mais húmidos e frios, soprem e batam na serra d’Ossa provocando um polo de precipitação em Estremoz – Borba – Vila Viçosa, quando comparamos com a envolvente. Chegam a ser mais cerca de 100 mm/ano, que tudo influencia, designadamente as culturas, isto é, a vinha. Se quisermos constatar o efeito deste contexto local podemos fazê-lo, sábados de manhã, no mercado de Estremoz que desde sempre traduz a disponibilidade de água, nos solos e substrato subjacente, que possibilita a significativa oferta de produtos hortícolas locais.

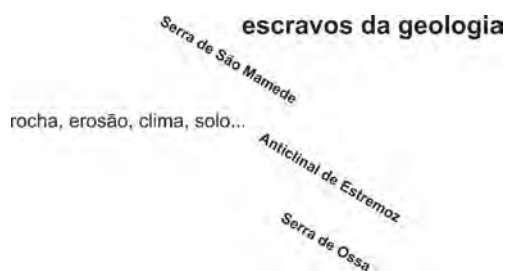


Figura 6 – À geodiversidade de Estremoz – Borba – Vila Viçosa (Anticlinal de Estremoz), acrescenta-se o efeito das serras de São Mamede e de Ossa.



Figura 7 – Vista geral para sul, dos terrenos onde, em 17 de Junho de 1665, se disputou a Batalha de Montes Claros (entre São Tiago Rio de Moinhos e Bencatel). A estes terrenos correspondem os solos argilosos – carbonatados envolventes do Anticlinal de Estremoz que se encontram ocupados por extensa vinha moderna meticulosamente preparada para as novas técnicas de eficiência agrícola. Ainda que poeticamente, haverá sempre uma ligação especial ao vinho proveniente do campo da batalha que nos consolidou como nação.

Os 2300 ha de vinha dos associados da Adega de Borba distribuem-se essencialmente por substratos argilosos – carbonatados e xistosos com pequenas variações locais como são as aluviões que visitámos e que em 20 m evidenciam uma muito grande diferenciação relativamente ao xisto que está ali ao lado (Fig. 8).



Figura 8 – Em Borba, junto à linha de água que separa o xisto da aluvião, desde logo pelas diferenças vegetativas das cepas, qualquer um compreende a influência da geologia. Mais tarde, na adega, no vinho comprova-se.

A aproximação às abas da Serra d’Ossa faz com que a vinha interprete não só a planura de xisto e argila como a influência da serra. A importância da diversidade de rochas e solos e a sua capacidade de retenção de água, com as castas escolhidas, marca o tipo de vinho que a região vai ter. Mais uma vez é a terra que dita as possibilidades de cada vinho cabendo ao enólogo saber interpretá-la na busca do melhor vinho.

A Fig. 9 mostra-nos a perfeita harmonização entre a história, a nossa, e a outra, a da Terra; quase que apetece escrever que a vinha faz a ponte entre as ambas – ou não se confunde a história da humanidade com a história do vinho?

## Ideias finais

Tudo se decide em dois fatores, a qualidade do substrato e o trabalho do enólogo. O sabor do lugar que marca o vinho parece ser a grande tendência do mercado para a diferenciação de vinhos únicos e icónicos. Serão estes os vinhos mais verdadeiros. A arte do enólogo está na sua capacidade de integração de todos os fatores que a natureza lhe dá. O vinho deve ser a forma de expressão dessa natureza, a sua mensagem.

O vinho tem identidade geológica local. Os enólogos acreditam, cada vez mais, que a terra, isto é a rocha, lhes fala de possibilidades (Roca & Puig, 2016). É esta a razão por que, tradicionalmente na Europa as regiões vitivinícolas estabelecem-se em função das características geológicas e geográficas.

A experiência de “a história da Terra num copo de vinho” comprova que pela geobiodiversidade e biofísica do Alentejo, a opção do “vinho do lugar” parece ser justa e acertada. A opção possível para que o vinho seja respeitado com o justo

valor. A fusão entre a vinha e o terreno ficou bem evidente nas vinhas verdadeiramente centenárias da *Terrenus*, onde se torna claro que não é displicente a escolha da “casta do lugar”; há que ir aos clones antigos que eram os que a natureza escolheu com o tempo. A Vidigueira é um excelente exemplo desta verdade. A somar a este favorável contexto natural, há que considerar o saber dos produtores e enólogos alentejanos, e bem assim, as melhores tecnologias disponíveis presentes nas vinhas e adegas alentejanas. Se assim for o presente tem futuro. No fim tudo se resume num triângulo, a *força* (rocha), *beleza* (clima) e a *sabedoria* (casta – homem), (Fig. 9).



Figura 9 – Esquema triangular que resume a relação entre a Terra (lugar) e o Vinho.

## Bibliografia

- Carta Geológica de Portugal à escala 1:500 000. 5.<sup>a</sup> Edição, 01/01/1992. LNEG. <http://geoportal.lneg.pt/metadados/catalog/search/resource/details.page?uuid=2eb2f-088f61446e99ed6f5d6ef97ada2>. <http://www.lneg.pt/download/4648/FolhaSulAmpliada.jpg>
- CUPETO, C. A.; Schnitzer, V.; Machado, I. 2018. Vinho, arte e ciência – Tabernas do Alentejo – a história da Terra num copo de vinho – Enoturismo; 8<sup>th</sup> Iberian Conference on Entrepreneurship, held in Salamanca (Spanish), 15th-16th November.
- ROCA, J. J. & Puig, I. 2016. “Tras las viñas – un viaje al alma de los vinos”. Barcelona, Debate, 580 p. ISBN-10: 8499926045.
- LOPES, L. 2007. O triângulo do Mármore – Estudo Geológico, Revista Monumentos, N.º 27 – Vila Viçosa, pp. 158 – 167. Lisboa: IPPAR/IRHU. ISSN: 0872-8747, Depósito Legal n.º 79253/94.
- MARSHALL, Tim. 2017. Prisioneiros da Geografia. Lisboa, Desassossego, 256 p. ISBN: 9789899987500.
- OLIVEIRA, J.; Oliveira, V. & Piçarra, J.M. 1991. Traços gerais da evolução tectonoestratigráfica da Zona de Ossa-Morena, em Portugal: síntese crítica do estado actual dos conhecimentos – Comun. Serv. Geol. Portugal, (77), 3-26. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RIBEIRO, O & Launtensach, H. 2009. Geografia de Portugal. Vol. I. Edições João Sá da Costa, 338 p. ISBN: 9789729230158.

# As pinturas tardo-medievais da ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila

---

Patrícia Monteiro

## Introdução

A pintura mural do final da Idade Média no Alentejo permanece um capítulo restrito, dentro daquilo que foi a longa fortuna artística que esta técnica decorativa conheceu nesta região do país. Com efeito, a longevidade da pintura mural assentou em distintas premissas, que se revelaram determinantes para o seu sucesso. Desde logo, a existência de condicionantes de natureza física, relacionadas com o próprio contexto geográfico e climatérico, com consequências directas na estruturação da arquitectura local. Por outro lado, a abundância de materiais, como a cal e os pigmentos, decisivos para o desenvolvimento da pintura mural, desde o período romano. Por último, haverá que considerar, também, razões de ordem social, uma vez que coube a distintas facções da sociedade a responsabilidade pela criação dos programas pictóricos, partindo de uma série de funções que, objectivamente, foram reconhecidas à pintura mural.

A recente descoberta de um núcleo de frescos na ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila (Avis) traz, uma vez mais, à discussão o papel único que, desde cedo, esteve consagrado à pintura mural, e que merece, hoje, ser devidamente valorizado no contexto da História da Arte regional.

## Dados de contextualização histórica

O território que se situa na região Norte do Alentejo foi outrora pertença de distintas ordens militares que por aqui exerceram o seu poder administrativo,

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante do projecto *Técnicas Tradicionais Decorativas em Portugal: Património e Herança Cultural*, em curso no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras de Lisboa (CLEPUL) e surge na sequência do projecto de pós-doutoramento intitulado “A engenhosa arte do engano: argamassas decorativas com revestimentos policromados no Alentejo (séculos XVI-XVIII) (SFRH / BPD / 103550/2014)”, que contou com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

<sup>2</sup> A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

radicando, aqui também, as suas respectivas sedes. Graças à acção concertada das ordens militares – ordem do Templo (mais tarde, de Cristo), de S. João do Hospital e, finalmente, de Avis – e do favorecimento que beneficiaram por parte da coroa, se ficou a dever a pacificação deste território, logo após a sua recuperação ao domínio muçulmano, bem como a fixação de populações, processo lento, que se iniciou ainda no século XII<sup>3</sup>.

O actual distrito de Portalegre, construção abstracta, abarca um extenso território cuja definição se começou a delinear em finais do século XIII, com o estabelecimento das povoações de Nisa, Montalvão, Marvão, Castelo de Vide, Portalegre, Crato, Avis e Ponte de Sor, no limite Norte do território, ficando Arronches e Elvas no extremo Sul do mesmo. Durante o século XIV registaram-se outros momentos de instabilidade, decorrentes da crise de 1383-1385, muito sentida na região, e com consequências bastante adversas para a economia local<sup>4</sup>.

Concluído o capítulo das guerras fernandinas e assinado o tratado de Alcáçovas (1497), o desenvolvimento de localidades fronteiriças terá sido célere, com intercâmbios (económicos, demográficos, culturais) permanentes entre os dois lados da fronteira<sup>5</sup>.

No século XVI, as ordens militares tinham já passado a assumir um carácter mais honorífico do que, propriamente, de sentido bélico. Existem registos do período dos pontificados de Leão X (1475-1521) e Júlio III (1487-1555) de cavaleiros que chegaram a recusar o seu envolvimento em conflitos armados sendo, em vez disso, obrigados a sustentar vassalagem que combatesse em seu lugar<sup>6</sup>. Em Portugal as ordens militares perdiam, também, uma grande parte da sua razão de ser. Em finais do século XVI, e após a união das coroas de Espanha e de Portugal, o conceito de “fronteira” ficou, de certo modo, esvaziado de sentido, assim como a necessidade da manutenção de milícias para a sua defesa. Seria necessário aguardar pelo golpe da Restauração da Independência (1 de Dezembro de 1640) para que surgisse uma nova dinâmica em torno das construções de carácter defensivo, muitas delas ainda pertencentes às ordens militares, passando a região da fronteira com a Estremadura espanhola a constituir um ponto nevrálgico durante os conflitos.

No seio desta conjuntura, a ordem de Avis foi uma das instituições de maior relevo para a definição do território em causa, desde o momento em que elegeu, como sede, a vila de onde tomaria o mesmo nome. De facto, data do reinado de D. Afonso II a doação da vila de Avis aos cavaleiros da (então) Ordem de Calatrava, comandados pelo seu mestre, D. Fernão Anes, os quais ali viriam a edificar um castelo, em 1214<sup>7</sup>. A vila de Avis recebeu foral de D. Dinis, já em 1295<sup>8</sup>, vendo ser

<sup>3</sup> COELHO, P. Manuel Laranjo, *A Cristianização do Alto Alentejo e o Culto Mariano nas Lendas, na História, nas Artes e na Poesia*, 1963, p. 26.

<sup>4</sup> PATRÃO, José Dias Heitor, *Portalegre, fundação da cidade e do bispado*, 2002, p. 18.

<sup>5</sup> LIMPO PÍRIZ, Luis Alfonso, *Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza*, 1999, p. 13.

<sup>6</sup> ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p. 148.

<sup>7</sup> REGO, D. Francisco Xavier do, *Descrição Geographica, Chronologica, Historica, & Critica da Villa, & Real Ordem de Avis*, cod. 106, 1730, fl. 5v.-6.

<sup>8</sup> KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Portalegre, 1943, p. 24.

erguido o convento de Nossa Senhora da Assunção, cabeça do mestrado da Ordem de S. Bento de Avis<sup>9</sup>. Em torno da localidade de Avis, a ordem estender-se-ia para Norte (Galveias, Benavila e Seda), Este (Fronteira, Veiros) e ainda Sudeste (Estremoz, Juromenha, Alandroal e Terena).

Em meados do século XVI, a comenda-mor da ordem pertencia à igreja de Santa Maria do Castelo, em Estremoz, sendo administrada pelo rei. O primeiro governador e administrador da Ordem, sucedendo a D. João I, foi o seu filho, o infante D. Fernando. Aquando da redacção do tomo dos *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis* (1556), obra de grande relevância para o presente estudo, o comendador-mor era D. Luís de Lencastre, empossado desse cargo desde 1514 por seu pai, o mestre D. Jorge de Lencastre, entretanto já falecido, sendo o novo comendador neto de D. João II<sup>10</sup>.

Benavila foi elevada a vila pelo rei D. João III, a 21 de Agosto de 1540, data em que ficou separada da vila de Avis e da sua respectiva jurisdição, sob cuja alçada se encontrava até então. O rei ordenara aos seus moradores que “[...] *alevassem e posessem força e pelourinho, e tivessem bandeira, e sello e outras insígnias [...] e que gozassem de todos os privilégios e liberdades que sempre tiveram por ser termo de Avis [...]*”<sup>11</sup>. A jurisdição cível e do crime pertencia, desde tempo imemorial, à ordem de Avis.

Benavila foi, assim, uma localidade com alguma importância, ao ponto de ser sede de concelho, com igreja da Misericórdia, concelho esse que viria a ser extinto em Dezembro de 1836 passando, a partir de então, a integrar o de Avis, bem como o arcebispado de Évora<sup>12</sup>.

Em meados do século XVI Benavila não possuía qualquer castelo, ou fortificação, existindo apenas uma única igreja na vila, “[...] *da invocação de nossa Senhora dantrambalas augoas [...]*”, cujo padroado pertencia ao mestre da ordem de Avis, a quem competia, também a apresentação dos párocos e a sua manutenção, com as rendas da própria ordem. A confirmação dos mesmos párocos pertencia, depois, ao bispo de Évora<sup>13</sup>. À data o prior da igreja de Nossa Senhora de Entre Águas era Frei Nuno Álvares, professo da ordem de Avis, o qual tinha sido apresentado pelo mestre D. Jorge de Lencastre e confirmado pelo infante D. Afonso, filho do rei D. Manuel, na sua qualidade de bispo de Évora, em 1533<sup>14</sup>.

O templo está situado, precisamente, na zona de confluência entre as ribeiras de Sarrazola e de Seda, daí advindo a sua nomenclatura. Este topónimo, não sendo exclusivo de Benavila<sup>15</sup>, é explicado por Frei Agostinho de Santa Maria, na sua

<sup>9</sup> CORTE, Izelina Andrade da, CUNHA, João Pedro Ferreira Gaspar Alves da, POMBO, Hugo Agostinho Baptista, *O Convento de S. Bento de Avis*, 2001, pp. 52 e 85.

<sup>10</sup> LOPES, Jorge, *Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis, Benavila e Benavente e seus termos* (1556), 1950-1953, p. 192.

<sup>11</sup> Idem, *op. cit.*, p. 244.

<sup>12</sup> VASCONCELOS, José Leite de (coord.), *Diccionario da Chorographia de Portugal*, 1884, pp. 28-29.

<sup>13</sup> LOPES, Jorge, *Direitos, bens e propriedades da Ordem....* (1556), 1950-1953, p. 246.

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>15</sup> Existe, em Ovar, na freguesia de Válega, um outro templo, também ele dedicado a Nossa Senhora de Entre Águas, muito embora se trate de uma construção mais recente, já do século



tentativa de justificar a origem etimológica do orago de Nossa Senhora de Entre Águas. O autor fundamenta as suas teorias recorrendo à autoridade das Sagradas Escrituras (Gn 1, 6) assim como ao bispo dominicano, Alberto Magno, o qual identificaria Maria com o próprio firmamento: “[...] *Pos Deos no pincípio do mundo o firmamento entre as aguas. [...] Eis aqui vemos a Senhora figurada no firmamento entre as aguas, porque postas entre humas, & outras, as conserva, & sugeyta, para que se não confundão. As aguas significão as gentes [...]. He Maria firmamento nos seus devotos, que aquelles que por sua fragilidade, como agua corrião para o valle dos vícios, ella os detem & eleva ao alto dos desejos das virtudes, & dos bens eternos. E assim com muyta propriedade impuzerão a Maria Senhora nossa o titulo de Entre as Águas. [...]*”<sup>16</sup>.

Das origens da ermida não existem quaisquer registos. A antiguidade do local foi atestada por vários autores, a partir da identificação de um cipo, embebido no exterior da capela-mor, e que provaria ter ali existido um povoado romano: “[...] *Querem alguns, que pelos annos de Christo de 370 já houvesse aqui freguesia, mas não sei de onde o colherão, não sabendo dizer nada dos princípios deste Santuário [...]*”<sup>17</sup>. Com efeito, o local é sensível em matéria de registos arqueológicos daquele período, ainda hoje muito presentes, não só no edifício, mas também na sua envolvente<sup>18</sup>. De todos, o que tem maior impacto é o troço de parede construída com blocos de granito aparelhados, resultando do aproveitamento de construções pré-existentes, e que constitui hoje o alçado Sul do templo.

A ermida ergue-se, assim, entre as ribeiras de Seda e de Sarrazola as quais, uma vez unidas, acabam por desaguar no rio Sôr e, finalmente, no Tejo. Frei Francisco Xavier do Rego descreve, desta forma, este local: “[...] *Em pouca distancia fôra da cerca há huma bem fabricada Ponte de pedra; e mais abayxo se introduz nesta Ribeyra a de Ceda que não he menor: ao lugar em que se juntão estas duas Ribeyras chamão o Bico de entre as aguas, por fazer alli a terra hua grande ponta, entre hua e outra Ribeyra. [...]*”<sup>19</sup>.

## A ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila

O alcance das ordens militares foi, como é sabido, muito além da finalidade bélica que presidiu à sua génese. Desde logo, teve particular importância a sua acção de implantação e posterior propagação do culto à Virgem Maria, no Norte

---

XVII. Cf. DORDIO, Paulo, “Capela de Nossa Senhora de Entre-Águas”, IPA 00010798, in [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10798](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10798), 2000. (consultado a 20 de Março de 2019).

<sup>16</sup> SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, vol. VI, 1718, p. 135.

<sup>17</sup> Idem, *op. cit.*, p. 136.

<sup>18</sup> Cf. RIBEIRO, Ana Cristina, “Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas” in *IV Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: Salvaguarda Arqueológica*, Évora, 2 e 3 de Maio de 2019 (no prelo).

<sup>19</sup> REGO, D. Francisco Xavier do, *Descrição Geographica, Chronologica...*, 1730, fl. 8v.

Alentejo, com raízes que datam dos princípios do reordenamento territorial. É pois à acção das ordens militares que se ficam a dever as medidas de sentido pacificador, de delineamento dos primeiros povoados, da sua economia e, também, dos princípios reguladores em matéria de culto<sup>20</sup>. Nesse sentido, as primeiras construções de cariz religioso erigidas por iniciativa das ordens foram, naturalmente, erigidas em honra da Virgem, de que são exemplo a igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Arronches (fundada em 1236), e a de Nossa Senhora da Graça, em Nisa (anterior a 1267), dois dos templos de invocação mariana de maior antiguidade no Norte Alentejo<sup>21</sup>. Frei Agostinho de Santa Maria identificou 17 locais, todos eles pertencentes ao antigo bispado de Portalegre, onde era celebrado o culto a imagens milagrosas de Maria.

Neste número inclui-se a imagem de Nossa Senhora de Entre Águas, cultuada na igreja com o mesmo nome, pelo o que se julga saber, desde o século XV, muito embora, como se disse, não existam certezas quanto à data exacta da fundação do templo<sup>22</sup>. A imagem da Virgem é descrita como sendo de “*grande antiguidade*”, de talha, pintada a óleo, com as vestes de “*matizados [...] com estrelas de ouro, & cingida com hum a correa larga [...]. Está tambem cercada de estrelas: em seus braços tem ao Menino Deos, que tem na mão hum a Pombinha [...]*”<sup>23</sup>. Da imagem descrita por Frei Agostinho de Santa Maria não resta mais do que a memória. Em 1758, estaria ainda *in situ*, uma vez que no questionário dirigido ao pároco de Benavila, a imagem de Nossa Senhora de Entre Águas é devidamente identificada: “[...] *em cuja Igreja se conserva ainda hoje [...]*”<sup>24</sup>.

A iconografia da Virgem com o Menino segurando uma pomba diverge ligeiramente de outras representações, em templos da mesma invocação, existentes noutros pontos do país<sup>25</sup>. A devoção a Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila, manteve-se activa durante o século XVIII, com grande afluência de romarias motivadas pelos milagres originados na presença da imagem.

Os dados mais seguros relacionados com este edifício pertencem já a meados do século XVI. Durante algum tempo, o edifício terá sido igreja matriz, com a invocação de Santa Maria, assinalando o local onde se dera o milagre do aparecimento da Virgem. Em 1556 o templo encontrava-se a ser gerido por uma confraria, dedicada a Nossa Senhora, e que assistia à manutenção do edifício<sup>26</sup>. Por essa data é ainda designado como “igreja”, o que demonstra a sua importância, diferenciando-se, assim, das quatro ermidas que também existiam em Benavila, a saber as de

---

<sup>20</sup> COELHO, P. Manuel Laranjo, *A Cristianização do Alto Alentejo e o Culto Mariano...*, 1963, pp. 26 e 33.

<sup>21</sup> Idem, *op. cit.*, p. 29.

<sup>22</sup> KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal...*, 1943, p. 24.

<sup>23</sup> SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano...*, vol. VI, 1718, pp. 135-136.

<sup>24</sup> ANTT, *Dicionário geográfico de Portugal*, “Memórias Paroquiais de Benavila, Avis”, tomo 7, n.º 2, 1758, pp. 723-728.

<sup>25</sup> Em Ovar (Aveiro), a igreja de Nossa Senhora de Entre Águas guardava uma imagem em pedra calcária da Virgem com o Menino, ambos com coroas de prata. Cf. FRAZÃO, Fernanda, *Passinhos de Nossa Senhora – Lendário Mariano*, 2006, pp. 23-24.

<sup>26</sup> LOPES, Jorge, *Direitos, bens e propriedades da Ordem...* (1556), 1950-1953, p. 248.

S. Sebastião (a qual passaria a ser a nova matriz), Santa Catarina (desaparecida já em 1828), S. Pedro e S. Saturnino<sup>27</sup>.

Pouco tempo depois, em 1570, os habitantes de Benavila pediram ao rei que autorizasse a construção de uma nova igreja<sup>28</sup>. Na origem do pedido parecem ter estado as violentas cheias que, durante o Inverno, cobriam as pontes que existiam, então, sobre as ribeiras. Depois disso perdem-se os registos sobre o edifício.

Em 1608, o prior-mor da ordem de Avis era Frei Lopo de Sequeira, a quem pertenceu a acção de reformar “[...] *as obras do Convento, & as Igrejas de Avis, Benavila, & Cabeção, & Santa Margarida* [...]”<sup>29</sup>. Este dado, embora vago, indica que em inícios do século XVII algumas igrejas do mestrado de Avis foram sujeitas a uma intervenção, entre elas, as de Benavila o que é confirmado, também, por outras fontes<sup>30</sup>.

A partir do momento em que foi construída a nova matriz de Benavila, dedicada a S. Sebastião, a ermida de Nossa Senhora de Entre Águas passou, então, a funcionar como Misericórdia, sendo os seus bens e rendimentos anexados e geridos pela mesma instituição<sup>31</sup>. Em resposta ao questionário dirigido a todas as paróquias, o pároco Frei Amaro Coelho Casco, a 8 de Maio de 1758, indica que os rendimentos que pertenciam à Senhora de Entre Águas “[...] *se anexarão a Caza da Mizericórdia, por cuja rezão os administra hoje a mesma Santa Caza* [...]”<sup>32</sup>.

Com excepção da zona da capela-mor, todo o edifício se apresenta rodeado por um alpendre ao centro do qual se rasga um vão, em arco de volta inteira, alinhado com o pórtico da fachada principal. [Fig. 1]



Figura 1 – Ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, Benavila

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>28</sup> COSTA, Alexandre de Carvalho, *Distrito de Portalegre. Avis, suas freguesias rurais*, 1983, p. 42.

<sup>29</sup> COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portuga...* tomo II, 1708, p. 598.

<sup>30</sup> Cf. REGO, D. Francisco Xavier do, *Descripção Geographica, Chronologica, Historica, & Critica da Villa, & Real Ordem de Avis*, cod. 106, 1730, fl. 56. O prior Frei Lopo de Sequeira chegaria, mais tarde, a ser bispo de Portalegre e, depois, da Guarda.

<sup>31</sup> SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano...* vol. VI, 1718, p. 135.

<sup>32</sup> ANTT, *Dicionário geográfico de Portugal*, “Memórias Paroquiais de Benavila, Avis”, tomo 7, n.º 2, 1758, pp. 723-728.

As pinturas tardo-medievais da ermida  
de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila

De cada lado do arco que se encontra no alpendre existem duas placas que atestam distintos momentos nas fases de intervenção neste edifício. Apenas uma delas é, ainda hoje, legível, mais concretamente a da direita, executada através da técnica do esgrafito e onde é possível ler que: “ESTA OBRA MANDOU FAZER O REVERENDO PADRE JOAM FORTIO A CUSTA DA SENHORA HE DOS DEVOTOS NO ANNO DE 1696”. A placa diz respeito a uma intervenção que não se encontra identificada, sendo certo que a estrutura do alpendre já se encontrava referido no tomo de 1556. Este documento descreve com algum pormenor quer o exterior, quer o interior da ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, referindo que o edifício “[...] *tem hum alpendre [...] ho qual cinge toda ha egreja salvante as costas da capella [...] armado sobre collunas de pedra [...]*”<sup>33</sup>.

Existe, ainda, uma terceira placa, junto ao portal da entrada principal, voltado a poente, dando conta de uma intervenção que teve lugar neste templo nos anos 60 do século XX.

Uma pequena escadaria, adossada à fachada principal, dá acesso ao campanário. Para além disso, existe uma outra entrada, rasgada no alçado Sul, ao lado de um pequeno espaço que terá servido, outrora, de alojamento para o sacristão.

Ao nível do interior trata-se de um templo de três naves, com quatro tramos de arcos quebrados assentes em pilares de cantaria, facetados, sendo de notar que o primeiro tramo, junto à porta principal, é mais estreito do que os restantes. Na sua globalidade, o interior mantém-se, ainda, tal como foi descrito no tomo dos *Direitos, Bens e Propriedades*: “[...] *He ha dita egreja toda de canteria, fundada, e edificada sobre seis esteos em arcos de canteria bem guarnecidos e percintados e o tecto bem madeirado de telha só vã. [...] Ha capella he dabobeda dalvenaria. [...]*”<sup>34</sup>. O púlpito de madeira, assim como a pia baptismal, entretanto, desapareceram. [Fig. 2]



Figura 2 – Interior da ermida de Nossa Senhora de Entre Águas

<sup>33</sup> LOPES, Jorge, *Direitos, bens e propriedades da Ordem e mestrado de Avis...* (1556) 1950-1953, p. 247.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*.

À entrada da ermida, encastrada no primeiro pilar do lado direito, sobre um pedestal moderno, encontra-se uma pia de água benta de mármore, com uma figura bifronte em alto relevo. Esculpidos no lado exterior desta peça encontram-se uma torre e um brasão de armas real. O brasão apresenta ainda dois dos cinco escudetes colocados na horizontal, o que significa que esta pia é anterior a 1485, data em que D. João II ordenou a reforma do brasão de armas real, com os cinco escudetes voltados ao alto. Não é possível precisar o local onde a pia originalmente se encontraria, mas ela é um elemento muito relevante que aponta para a antiguidade deste edifício e do seu recheio.

Os alçados não apresentam quaisquer fenestrações ou outros vãos, exceptuando as portas principal e lateral. Em data por determinar foram construídos dois bancos corridos, em alvenaria, junto aos alçados laterais. A ermida apresenta cobertura de madeira, sobre as naves, e de alvenaria na capela-mor, bem como sobre os retábulos colaterais. A capela-mor, com acesso para a sacristia, é a área do edifício que apresenta maiores alterações, fruto da intervenção que teve lugar em finais do século XVIII e que culminaria com a colocação dos três retábulos de perfil neoclássico, de alvenaria policromada e dourada, hoje em dia, todos eles, muito degradados.

## As pinturas murais de Nossa Senhora de Entre Águas

A história da pintura mural no Alentejo pode ser traçada, com maior consistência, a partir de meados do século XVI. Este facto está relacionado com um aumento significativo de núcleos pictóricos a partir dessa data, alguns dos quais associados a dados documentais que permitem uma caracterização histórica e artística coerente. Apesar disso, a prática da pintura mural tem raízes ainda no período do império romano, sendo razoável admitir que tenha permanecido neste território, ao longo dos séculos, embora assumindo outras formas de representatividade<sup>35</sup>.

Em várias localidades alentejanas subsistem exemplares de pinturas de cariz tardo-medieval, concentradas, em grande parte, nos núcleos urbanos. Este facto não constitui surpresa se considerarmos, em primeiro lugar, a demora na ocupação dos espaços periféricos a esses mesmos núcleos (recordemos, neste domínio, e uma vez mais, a acção das ordens militares) e, depois, a sua manutenção em momentos onde se agudizaram os conflitos com Castela. Assim, será essa estabilidade política e social que, embora transitória, atraiu, durante o século XVI, muita da mão-de-obra artística que se viria a radicar nesta região, aqui desenvolvendo a sua actividade nos tempos que se seguiram<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Joaquim Inácio Caetano chama a atenção para os revestimentos cromáticos de elementos escultóricos e de paramentos, os quais, em paralelo com a pintura a fresco, faziam parte do léxico decorativo medieval. Cf. CAETANO, Joaquim Inácio, *Motivos Decorativos de Estampilha na Pintura a Fresco dos Séculos XV e XVI no Norte de Portugal*. Relações entre Pintura Mural e de Cavalete, Doutoramento em História, na especialidade Arte, Património e Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2010, pp. 30-31.

<sup>36</sup> MONTEIRO, Patrícia, *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, Tese de Doutoramento em História, especialidade História

Os conjuntos ainda existentes são bastante díspares entre si, tanto no que toca às suas características estilísticas, área ocupada no edificado e estado de conservação. Através do seu estudo é possível, no entanto, perceber o modo como a pintura mural alentejana evoluiu e se relacionou com a própria arquitectura, à semelhança, aliás, do que sucedeu um pouco por todo o país<sup>37</sup>.

As composições murais mais antigas continuam, todavia, a despertar o maior interesse, tanto por parte de investigadores como do público em geral, uma vez que fazem parte de um grupo relativamente restrito de pinturas, para as quais não existe documentação de suporte, o que obriga, muitas vezes, a uma abordagem quase “cripto-histórica” dos mesmos núcleos<sup>38</sup>.

Neste contexto, o caso de Benavila assume um lugar de destaque, tanto no que respeita à datação das pinturas, como à sua extensão, o que converte o edifício numa verdadeira “pinacoteca” de frescos datáveis de finais da Idade Média.

Após a intervenção que teve lugar no edifício em Outubro de 2018, da responsabilidade da Câmara Municipal de Avis, foram parcialmente colocadas a descoberto várias pinturas que se encontram num dos alçados laterais da ermida<sup>39</sup>. Para além disso, através das sondagens realizadas noutros pontos dos alçados, bem como na área entre os arcos que separam as três naves, foi possível comprovar que a pintura mural se estende, na realidade, a todo o interior do templo. Até então, as pinturas apresentavam-se integralmente cobertas por um reboco, à base de cal, aplicado em data por determinar.

Neste momento, também se encontram sob a cal outros valores ornamentais, como as decorações em esgrafitos no intradorso do arco do retábulo colateral esquerdo e na zona sobre os pilares da nave.

A datação das pinturas levanta várias dificuldades, desde logo, e tal como já se referiu, por ser muito limitado o número de exemplares com os quais possam ser estabelecidas filiações estilísticas. Mesmo para os casos que são conhecidos e que foram já estudados, não é possível, para já, arriscar comparações ficando adiada esta componente da investigação para uma fase onde exista uma leitura mais completa deste núcleo. Do mesmo modo, a escassez de fontes documentais disponíveis para os finais do século XV e inícios do XVI e o seu precário estado de conservação constitui um forte condicionante para uma datação rigorosa<sup>40</sup>.

---

da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

<sup>37</sup> O estudo da pintura mural tardo-gótica no Alentejo aguarda ainda um estudo analítico abrangente, no sentido de se apurarem eventuais oficinas activas para o período em questão, bem como os principais centros de produção que tenham vindo a influenciar outras localidades. Por outro lado, a pintura mural do mesmo período na região Norte do país tem vindo a ser, desde os anos 80, objecto de vários estudos académicos, por parte de autores como Maria Teresa Fernandes, Catarina Valença Gonçalves, Luís Urbano Afonso, Paula Bessa e Joaquim Inácio Caetano.

<sup>38</sup> MONTEIRO, Patrícia, *A Pintura Mural no Norte Alentejo...* vol. I, 2012, pp. 68-69.

<sup>39</sup> A autora agradece ao Pe. Domingos Miguel da Fonseca Coelho, pároco de Benavila e à Dra. Ana Ribeiro, arqueóloga da Câmara Municipal de Avis, pela disponibilidade e pelas informações prestadas e que ajudaram à redacção do presente artigo.

<sup>40</sup> Durante a investigação realizada com vista à preparação deste artigo foram consultados os primeiros livros do fundo composto pelos *Cartórios Notariais de Avis*, datados de 1541,

No caso presente contamos com um tombo da ordem de Avis, de 1556, no qual as pinturas murais surgem identificadas. A partir de então este conjunto deixa de ser referido, o que só poderá significar que, entretanto, as pinturas já estariam tapadas. Também não existem sinais de que as mesmas tenham sido picadas para melhor aderência do reboco aplicado *a posteriori*, circunstância que, sendo invulgar, é da maior importância, uma vez que permitiu que preservassem a sua integridade.

Em 1556 o edifício era descrito nos seguintes termos: “[...] *as paredes da igreja sam todas pintadas de ymagens e na parede onde soya estar ha porta travessa esta hum altar de Sam Bento. [...]*”. Para além das referências às “*imagens*” representadas nas paredes, a ermida possuía também “[...] *dous altares no cruzeiro, ho da banda do Evangelho he da invocação de Santiago, e o da Epistola de Santa Anna ambos pintados a fresco. [...]*”<sup>41</sup>. A descrição corresponde ao que ainda hoje é visível nos alçados da ermida, com excepção dos “*altares*” pintados a fresco, identificados na zona do cruzeiro, ou seja, dois retábulos fingidos, sobre os quais estariam as imagens de Santiago e de Santa Ana<sup>42</sup>. Estas pinturas acabariam por ser destruídas durante a campanha que levaria à colocação dos retábulos de alvenaria com acabamentos polícromos, datáveis da década de 70 ou 80 do século XVIII. As imagens veneradas nestes altares, entretanto, também foram substituídas, passando o retábulo do Evangelho a estar dedicado a Santa Catarina e o da Epistola, a Nossa Senhora da Encarnação<sup>43</sup>.

O revestimento integral do interior dos espaços arquitectónicos com pintura mural é uma circunstância comum no Alentejo. Aliás, o facto de a maior parte das ermidas construídas durante o século XVI obedecer a uma tipologia arquitectónica específica (alçados corridos, praticamente sem vãos, grande robustez dos paramentos), contribuiu em muito para a consagração da pintura mural enquanto técnica decorativa por excelência nesta região. Contudo, é preciso não esquecer que este facto se tornou mais premente nos séculos XVII e XVIII, graças às inúmeras campanhas de renovação de interiores arquitectónicos que tiveram, então, lugar, sob a lógica do “horror ao vácuo”<sup>44</sup>.

---

no entanto, o estado de conservação da documentação consultada inviabiliza, neste momento, quaisquer resultados positivos. No que respeita à localidade de Benavila, os livros de notas são já mais tardios, tendo início apenas em 1662.

<sup>41</sup> LOPES, Jorge, *Direitos, bens e propriedades da Ordem e mestrado de Avis...*, (1556) 1950-1953, p. 247.

<sup>42</sup> Um dos elementos que maior sucesso conheceu enquanto objecto simulado através da pintura mural foi, precisamente, o “retábulo fingido”, facto que pode ser comprovado de Norte a Sul do país, onde a mesma morfologia foi identificada, numa fortuna artística que se estendeu até finais do século XVIII. Cf. MONTEIRO, Patrícia, “Formas e funções da pintura mural do Norte Alentejo: a igreja da Misericórdia de Arez”, in *Comemoração dos 500 anos do Foral de Arez e da Fundação da Misericórdia*, 2018.

<sup>43</sup> MANTAS, Helena; GAMA, Marta (*et alt.*), “Ermida de Nossa Senhora de Entre-Águas / Santuário de Nossa Senhora de Entre-Águas” IPA 00004563, in [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563), 2002 (consultado a 4 de Março de 2019).

<sup>44</sup> MONTEIRO, Patrícia, *A Pintura Mural na Região do Mármore (1640-1750): Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 2007, p. 57.

Neste momento, a leitura possível do programa iconográfico que se encontra nos alçados da ermida é muito limitada, uma vez que existe uma extensão considerável de pinturas cobertas pelo reboco. Através da análise das figuras e/ou cenas visíveis (por enquanto apenas) no alçado do lado do Evangelho é possível perceber que não existe um discurso narrativo sequencial que estabeleça uma ligação entre as várias pinturas. Com efeito, a pintura medieval soube tirar partido, sobretudo, do valor icónico da imagem, enquanto instrumento didático e catequético, prevalecendo essa função à da narratividade dos ciclos dedicados, por exemplo, à vida de Cristo, da Virgem, ou dos santos<sup>45</sup>. Assim, e em vez disso, na ermida de Benavila encontramos quatro painéis com dimensão variável e diferentes tipos de emolduramento, com duas representações de santos e duas cenas distintas.

Em primeiro lugar, é possível identificar uma cena com a presença de figuras orantes, erguendo o olhar para uma outra, situada num plano mais elevado e, muito provavelmente, sentada num trono. [Fig. 3]



Figura 3 – *Juízo Final* (?), primeiro painel no alçado do lado do Evangelho.

Os panejamentos, de cor vermelha, com uma bordadura ocre e pequenas flores no mesmo tom, dispersas por toda a área da pintura, são representados com um traço anguloso e algo rígido, reflectindo o carácter arcaizante da composição. Do mesmo modo, a sobreposição das figuras em primeiro plano, substitui-se à representação da perspectiva que, neste caso, é inexistente. Da imagem central irradiam umas linhas serpenteantes que se perdem, por detrás do grupo no canto inferior direito. Neste momento a área da pintura colocada a descoberto não permite identificar com segurança qual a cena aqui representada. Através daquilo que é possível perceber – as figuras reunidas à direita; os seus gestos de prece dirigindo-se à figura que se encontra em plano destacado – sugere a presença de um *Juízo Final*, ou de um *Julgamento das Almas*, com a presença de Cristo, ao centro, o que, de um ponto de vista estritamente iconográfico, é possível, se considerarmos os elementos acima indicados.

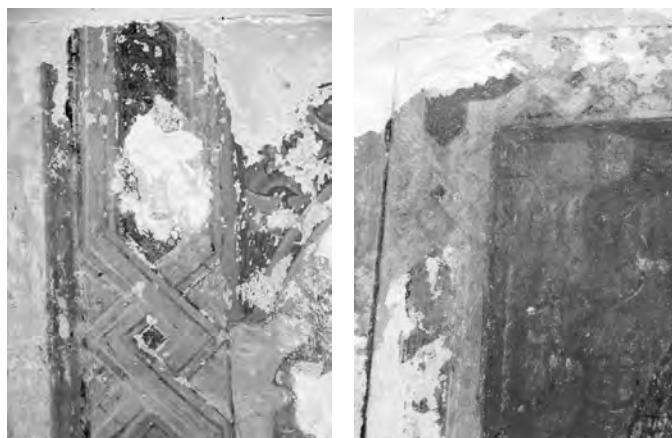
<sup>45</sup> AFONSO, Luís Urbano de Oliveira, *A Pintura Mural entre o Gótico Internacional e o Fim do Renascimento: formas, significados, funções...*, vol. I, 2006, pp. 264-265.



Segue-se um outro painel, do qual apenas se distingue parte da moldura e um pormenor daquilo que será uma cena de interior. Uma estrutura arquitectónica, com enrolamentos, está assente sobre uma coluna (à esquerda), sendo possível perceber a existência de uma decoração em grisalha e, também, daquilo que parece ser um tecto ou cobertura. As linhas que definem esta estrutura ajudam a dar à composição um certo efeito de profundidade. Os motivos em grisalha que aqui se veem integram-se numa linguagem ornamental gótica, ou gótica flamejante, apresentando familiaridades com outros núcleos de pintura quinhentista – em concreto, os da matriz de Idanha-a-Velha – os quais, embora distantes, poderão ter comungado da utilização dos mesmos desenhos ou gravuras<sup>46</sup>.

Embora se trate de um exemplo a considerar com as devidas reservas, é importante recordar que a circulação de modelos de gravados, entre oficinas de pintores, tem vindo a explicar, muitas das semelhanças identificadas em núcleos pictóricos localizados em diferentes pontos do território<sup>47</sup>.

O emolduramento com barras geométricas entrelaçadas, de cor cinzenta, é novamente utilizado, um pouco mais adiante, no painel do primeiro santo. De notar, contudo, alguns pormenores da decoração que, pelo estado de conservação da pintura, são mais visíveis neste local, como o preenchimento dos fundos com delicados motivos vegetalistas a traço negro, sobre uma base de cor vermelha. A repetição do mesmo tipo de molduras em dois painéis no mesmo alçado sugere que, não só deverão pertencer à mesma campanha decorativa, como também poderão ter sido executadas, pela mesma mão-de-obra. [Figs. 4 e 5]



Figuras 4 e 5 – Pormenores de molduras com motivos geométricos.

A próxima pintura corresponde a um santo franciscano, que aponta para uma flactera que traz na mão, cuja inscrição perdeu, entretanto, a sua leitura. O santo

<sup>46</sup> Motivos muito semelhantes podem ser identificados na moldura de um painel, com a representação de *S. Bartolomeu*, na igreja matriz de Idanha-a-Velha, das primeiras décadas do século XVI (c. 1510-1540). AFONSO, Luís Urbano de Oliveira, *op. cit.*, vol. II, 2006, p. 381.

<sup>47</sup> CAETANO, Joaquim Inácio, *Motivos Decorativos de Estampilha na Pintura a Fresco dos Séculos XV e XVI no Norte de Portugal...*, vol. 1, 2010, p. 142.

As pinturas tardo-medievais da ermida  
de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila

apresenta uma postura hierática, numa composição que é totalmente bidimensional, composta por um fingimento de tecido adamascado, drapeado, “suspenso” no limite superior da pintura, num *trompe l’oeil* de reduzido alcance visual. [Figs. 6 e 7]



Figuras 6 e 7 – Santo franciscano e pormenor de filacteria.

A alteração visível na policromia não permite distinguir pormenores do trabalho do fundo. É possível que, neste local, tenha sido realizado um repinte, em data por precisar, o qual, para além de alterar o cromatismo do fundo, tornou ilegível a inscrição presente na filacteria. O emolduramento do painel é, como foi referido, em tudo semelhante ao que se encontra na mesma parede, junto dos painéis anteriores.

Em seguida encontramos uma representação de *S. Pedro*, com a mitra papal, e as chaves do Paraíso, num gesto de bênção, inserido num fundo arquitectónico, no qual são visíveis algumas janelas. Parte da composição perdeu a sua policromia, sendo possível ver o desenho preparatório que deu posteriormente origem a esta pintura. [Fig. 8]



Figura 8 – *S. Pedro*, terceiro painel no alçado do lado Evangelho.

Neste alçado esteve colocada a imagem em madeira de *S. Pedro*, sobre um “*altar improvisado*” que Luís Keil assinalou, em frente à porta lateral da Epístola,

datando a peça de inícios do século XVII<sup>48</sup>. É de admitir que a imagem pudesse ter estado colocada, a dada altura, em frente à própria pintura e que esta tivesse sido, entretanto, tapada pela colocação do reboco.

Marcando uma separação com a pintura seguinte vemos ainda uma moldura com motivos geométricos, de inspiração mudéjar, formando um padrão em forma de estrela, de grande delicadeza de traço, a lembrar, também, elementos decorativos utilizados pela azulejaria hispano-mourisca. [Fig. 9]

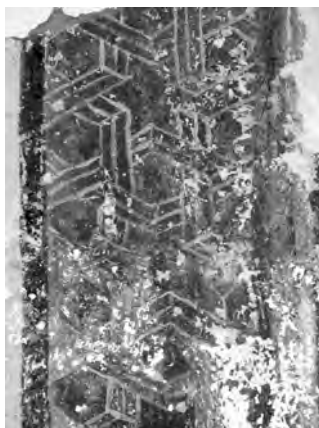


Figura 9 – Pormenor de moldura com motivos mudéjares.

A última composição que ainda é possível identificar foi, em grande parte, destruída aquando da colocação do retábulo de alvenaria do lado do Evangelho, muito embora os elementos presentes na pintura sugiram que estamos perante uma *Anunciação*. [Fig. 10]

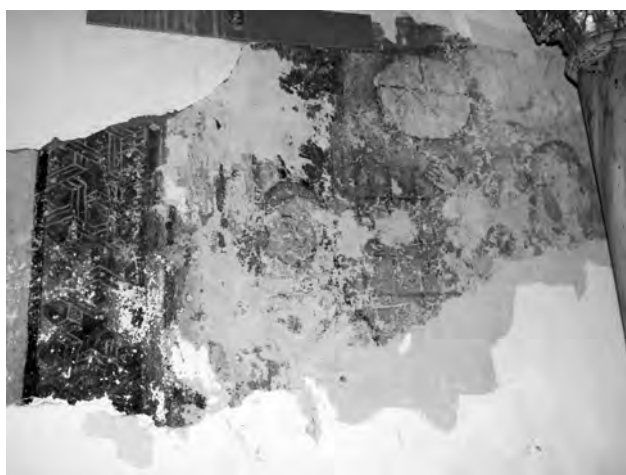


Figura 10 – *Anunciação* (?), quarto painel no alçado do lado do Evangelho.

---

<sup>48</sup> KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal...*, 1943, p. 24.

Na pintura vêem-se ainda duas figuras, uma delas (à esquerda) será a Virgem, que se volta para observar o Anjo Gabriel (à direita), este apontando para o local onde se parece conseguir identificar uma ave (a pomba do *Espírito Santo*). Para além disso, trata-se de uma cena de interior, assinalando-se, ao centro da composição, um janelão circular com vidraças.

Os arcaísmos de estilo que são assinaláveis nas pinturas, associados a pormenores da sua decoração (de que são exemplo os motivos mudéjares) colocam este conjunto pictórico entre finais do século XV ou inícios do século XVI. Qualquer tentativa de aproximação cronológica mais precisa deverá ter em conta outros núcleos pictóricos existentes no mesmo contexto geográfico para o mesmo período. Na verdade, o limitado número de pinturas de finais da Idade Média faz com que permaneçam, ainda, como fenómenos isolados sendo, assim, precipitado, por enquanto, o estabelecimento de paralelismos consistentes em matéria de filiações estilísticas ou identificações de marcas autorais.

Entre os conjuntos pictóricos de maior expressão, e que ultrapassam a condição de meros vestígios, assinalam-se as pinturas do castelo de Amieira do Tejo (talvez ainda de finais do século XIV), as do transepto da matriz do Alvito (c. 1485-1500)<sup>49</sup>, as da igreja de Santa Maria de Marvão (finais do século XV, primeiras décadas do XVI), as dos antigos Paços de Audiência de Monsaraz (início do século XVI), as da ermida de Santo André, em Beja (início do século XVI), as da igreja matriz de Vila Ruiva (c. 1520-1530), as da ermida de S. Pedro da Ribeira, em Montemor-o-Novo (c. 1515-1535)<sup>50</sup>, igreja de S. Jordão, em Évora (1526) ou ainda, as que se encontram nas *Casas Pintadas*, na mesma cidade e, igualmente, datáveis das primeiras décadas do século XVI<sup>51</sup>.

Entre todos estes casos existem diferenças significativas, patentes no que respeita ao tratamento das figuras e da composição, da forma como as pinturas se relacionam com o espaço arquitectónico, da extensão de área que nele ocupam, das referências que aportam (nomeadamente ao nível de gravuras utilizadas ou de inspirações em fontes literárias), da sua qualidade artística, não esquecendo o estado de conservação que cada núcleo apresenta. A ligá-los, contudo, está a sua condição de extrema raridade, sobreviventes improváveis à voragem dos séculos, bem como às dramáticas alterações realizadas nos locais onde, cada um, se encontra.

De todos os modos, o caso de Nossa Senhora Entre-Águas apresenta singularidades que não se encontram em outros exemplares do mesmo período, desde logo

---

<sup>49</sup> Cf. GONÇALVES, Catarina Valença, *A Pintura Mural no Concelho de Alvito, Séculos XVI a XVIII*, 1999.

<sup>50</sup> As datações que aqui apresentamos para cada um dos casos enumerados foram propostas por Luís Urbano Afonso, na sequência da sua aturada investigação de Doutoramento a propósito da pintura mural do final da Idade Média e que permanece, até à data, o estudo mais completo e actual sobre esta temática, aplicado à globalidade do território nacional. AFONSO, Luís Urbano de Oliveira, *op. cit.*, vol. II, 2006.

<sup>51</sup> Haveria ainda que referir as pinturas, já muito degradadas, da ermida de S. Pedro de Almuro, em Monforte, provavelmente já da segunda metade do século XVI, contudo o estado de absoluta ruína em que se encontra este pequeno edifício não permite uma avaliação cabal dos seus revestimentos pictóricos. Cf. MONTEIRO, Patrícia, *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, vol. I, 2012, p. 275.

a sua extensão e o facto de a camada cromática não ter sido coberta por posteriores programas pictóricos, o que torna este núcleo único no contexto geográfico em questão e merecedor de um estudo aprofundado.

## Considerações finais

A extrema raridade de pintura mural datável dos finais do século XV e inícios do XVI faz com que as pinturas murais da ermida de Nossa Senhora de Entre Águas, agora em análise, mereçam uma análise multidisciplinar, que permita não apenas a sua preservação mas, sobretudo, o conhecimento da pintura tardo-medieval na região do Alentejo.

O recurso permanente à pintura mural, neste território, ditou a substituição (e destruição) de campanhas decorativas mais antigas, o que constitui um sério condicionante para o estudo aprofundado da pintura mural deste período.

Importa, por isso mesmo, lembrar aquilo que, sendo evidente, tantas vezes é negligenciado. Estamos perante vestígios de extrema raridade a nível regional, expostos a uma série de factores de risco e que, exigem uma intervenção multidisciplinar de profissionais especificamente habilitados para esse efeito. Não será demais, também, apelar ao envolvimento neste processo da sociedade civil, considerando que, tal como no tempo em que foram realizadas as pinturas, será esse público o último destinatário das mensagens (escatológicas, salvíficas, redentoras, protectoras ou outras) aí presentes.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Porto, Portucalense Editora, 1968.
- AFONSO, Luís Urbano de Oliveira, *A Pintura Mural entre o Gótico Internacional e o Fim do Renascimento: formas, significados, funções*, (col. Textos Universitários de Ciência Sociais e Humanas), vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2006.
- BESSA, Paula Virgínia, *Pintura Mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Área de Conhecimento de História da Arte apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007.
- CAETANO, Joaquim Inácio, *Motivos Decorativos de Estampilha na Pintura a Fresco dos Séculos XV e XVI no Norte de Portugal*. Relações entre Pintura Mural e de Cavalete, Doutoramento em História, na especialidade Arte, Património e Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2010.
- COELHO, P. Manuel Laranjo, *A Cristianização do Alto Alentejo e o Culto Mariano nas Lendas, na História, nas Artes e na Poesia* (conferência proferida no salão nobre dos Paços do Concelho de Castelo de Vide na tarde do dia 25 de Abril de 1954), Lisboa, Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Mota, Lda, 1963.

As pinturas tardo-medievais da ermida  
de Nossa Senhora de Entre Águas, em Benavila

- CORTE, Izelina Andrade da; CUNHA, João Pedro Ferreira Gaspar Alves da e POMBO, Hugo Agostinho Baptista, *O Convento de S. Bento de Avis*, Lisboa, Estar/Câmara Municipal de Avis, 2001.
- COSTA, Alexandre de Carvalho, *Distrito de Portalegre. Avis, suas freguesias rurais*, Avis, Câmara Municipal de Avis, 1983.
- COSTA, Maria Clara Pereira da in Lisboa, “A vila de Avis cabeça de comarca e da ordem, século XVI a XVIII Tombos de direitos, bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia, separata n.º 4 da Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, 1984.
- FERNANDES, Maria Teresa Cabrita, *Pintura Mural em Portugal: nos finais da Idade Média, princípios do Renascimento*, 1982.
- FRAZÃO, Fernanda, *Passinhos de Nossa Senhora – Lendário Mariano*, Lisboa, Apenas Livros, 2006.
- GONÇALVES, Catarina Valença, *Pintura Mural em Portugal: os Casos da Igreja de Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas*, Março de 2001.
- \_\_\_\_\_, *Pintura Mural no Concelho de Alvito, Séculos XVI a XVIII*, Alvito, Câmara Municipal de Alvito, 1999.
- KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Portalegre, Lisboa, Academia de Belas Artes, 1943, p. 24.
- LIMPO PÍRIZ, Luis Alfonso, *Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza*, Olivenza, edición del autor, 1999.
- LOPES, Jorge, *Direitos, bens e propriedades da Ordem e mestrado de Avis, Benavila e Benavente e seus termos*, tomo feito pelo Licenciado Jorge Lopes (1556) (separata da revista *Ocidente*), Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950-1953.
- MONTEIRO, Patrícia, “Formas e funções da pintura mural do Norte Alentejo: a igreja da Misericórdia de Arez”, in *Comemoração dos 500 anos do Foral de Arez e da Fundação da Misericórdia*, Colibri, 2018.
- \_\_\_\_\_, *A Pintura Mural no Norte Alentejo (séculos XVI a XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede*, Doutoramento em História, especialidade História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 2012.
- \_\_\_\_\_, *A Pintura Mural na Região do Mármore (1640-1750): Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.
- PATRÃO, José Dias Heitor, *Portalegre*, Fundação da Cidade e do Bispaço. Levantamento e progresso da Catedral, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média*, O Governo de D. Jorge, (col. Ordens Militares, n.º I) separata do n.º 5 da Revista *Militarium Ordium Anaclea*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002.
- RIBEIRO, Ana Cristina, “Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas” in *IV Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: Salvaguarda Arqueológica*, Évora, 2 e 3 de Maio de 2019 (no prelo).

**Patrícia Monteiro**

## **Fontes manuscritas**

### **Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

ANTT, *Dicionário geográfico de Portugal*, “Memórias Paroquiais de Benavila, Avis”, tomo 7, n.º 2, 1758, pp. 723-728.

### **Biblioteca Nacional de Portugal**

POIARES, Frei Pedro de, *Diccionario Lusitanico-Latino de nomes próprios, de regioens, reinos, províncias, cidades...*, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1667.

REGO, D. Francisco Xavier do, *Descrição Geographica, Chronologica, Historica, & Critica da Villa, & Real Ordem de Avis*, cod. 106, 1730.

## **Fontes impressas**

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares...*, tomo II, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.

SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, vol. VI, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedrozo Galram, 1718.

VASCONCELOS, José Leite de (coord.), *Diccionario da Chorographia de Portugal*, Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.<sup>a</sup> editores, 1884.

## **Recursos electrónicos**

DORDIO, Paulo, “Capela de Nossa Senhora de Entre-Águas”, IPA 00010798, in [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10798](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10798), 2000. (consultado a 20 de Março de 2019).

MANTAS, Helena; GAMA, Marta (*et alt.*), “Ermida de Nossa Senhora de Entre-Águas / Santuário de Nossa Senhora de Entre-Águas” IPA 00004563, in [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4563), 2002 (consultado a 4 de Março de 2019)

# Património cultural imaterial

---





## Religião nas Festas dos Capuchos de Vila Viçosa

---

Carlos Aurélio

1. Quem visite Vila Viçosa sem padecer de vista curta depressa se encanta na harmonia dos nossos largos e praças: essencialmente são cinco dando à urbe panorâmicas folgadas onde apetece passear, pena que os de cá por vezes não disfrutem ou, talvez, nem disso se dêem conta. Dá gosto deambular por ruas e ruelas desembocando suavemente em espaços abertos onde a vista se alarga e a alma se aquieta. Mora cá dentro uma certa síntese de Alentejo.

Os cinco largos em vista de pássaro (ou então de *drone!*) dispõem-se em cruz ou como quinas da bandeira nacional mostrando como os céus sempre divisam mais do que nós: a norte está o Terreiro do Paço e a sul o Rossio; a ocidente o Carrascal e a oriente os Capuchos; a Praça ao centro.

Diziam os nossos patrícios antigos o que hoje já não podemos dizer e só pelo seu legado o sabemos: “*Vila Viçosa tem cinco largos e cada largo três igrejas*”. Revisitemo-las: no Terreiro do Paço são a Capela Real do Palácio, a Igreja das Chagas e o Panteão dos Agostinhos; no Rossio a Igreja da Esperança, a do Convento de S. Paulo (hoje apenas exteriormente assinalada na antiga fábrica da Sofal) e a de S. Sebastião (inexistente, tendo desabado nas Aldeias em 1858); no Carrascal a Igreja da Sr.<sup>a</sup> da Lapa e a ermida de S. João Baptista, sendo que a de S. José foi demolida (zona noroeste da Mata Municipal); na Praça está a Igreja de S. João Evangelista dita de S. Bartolomeu e a do Espírito Santo ou da Misericórdia, enquanto no topo ocidental, da de Santa Luzia resta a carcaça sem miolo; finalmente, no Largo dos Capuchos permanecem todas três, a de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade do Convento de S. Francisco dos Capuchos e duas ermidas, a de S. Luís e a de S. Tiago.

Até 1834, data da extinção das ordens religiosas em Portugal por decreto de Joaquim António de Aguiar, o “Mata-Frades”, havia sete conventos em Vila Viçosa: quatro masculinos, o dos Agostinhos com seu Prior, o dos Paulistas com seu Reitor, o dos Jesuítas no Colégio de S. João Evangelista com seu Prepósito e o Guardião como superior dos Capuchos no Convento de S. Francisco; três outros eram femininos: o de Santa Cruz, o mais popular e de freiras agostinhas, anexo à Igreja do mesmo nome na Rua da Corredoura, o das clarissas na Esperança com

seus hábitos pretos distinguindo-se do azul-escuro arroxeadado ou lóio das irmãs, também da ordem de Santa Clara, no Real Convento das Chagas de Cristo, o das *freiras ricas*. Conventos tivemos muitos, sendo sete, e mosteiros, nenhum. Parece nisto se significar que a religiosidade da Vila nasceu em atmosfera espiritual para unir o disperso, em fraternidade projectando reunião já que no convento ou assembleia, os irmãos ou *fratres*, ainda que muitos, reúnem-se num só, ou seja, “*convenire in unum*”, *conventus* pelo latim. No mosteiro a irmandade tende para o solitário sem decair em solipsismo, o monge interioriza e contempla, aspira ao alto como pássaro meditando céus, é *mono*, ele só e Deus, junto com outros, formando mosteiro ou *monasterion* pelo grego.

Outro ditado antigo arruma lugares conforme os carismas e as ordens de fraternidade espiritual: “*os beneditinos gostam dos montes, os franciscanos das aldeias, os jesuítas das cidades e os cistercienses dos vales*”. Vila Viçosa deu um Alto a S. Bento, fez jus aos jesuítas no cimo da urbe, enquanto os franciscanos se ficaram pela cerca da vila. Breve, destes, agora falaremos.

2. Na segunda metade do século XIV um pio sacerdote calipolense, Álvaro Fernandes, sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade foi viver como ermita a cerca de três quilómetros de Vila Viçosa, no que veio a ser o que é hoje a ruína da ermida de S. Francisco o Velho, a caminho de S. Romão. Terá morrido por volta de 1400. Em 1500 o Duque D. Jaime passando pela corte em Lisboa deu com dois religiosos franciscanos – Frei João da Luz e Frei Pedro Melgar – que, refugiados de Espanha, traziam o empenho da Nova Regra Reformada e o renovado entusiasmo dos que desejavam regressar aos humildes propósitos do Santo de Assis, S. Francisco (1181/2-1226). Vieram estes dois ocupar em nossos arredores o mesmo ermo campestre do já falecido Padre Álvaro, sítio onde flui em aperto de dois outeiros o Ribeiro da Fadraga. Em S. Francisco o Velho passou a haver um cubículo de alvenaria, dito *Oratório do Duque* pois D. Jaime, amiúde visitava o lugarejo sendo dado à mística e de traço algo melancólico.

Ficaram os novos frades por lá até 1547, buscando depois em aproximação à Vila mais terreno salutar e também esmolas e, nesse ano, D. Teodósio I edificou-lhes um pequeno santuário no sopé do socalco onde hoje se levanta o actual convento no rossio do Outeiro do Ficalho, elevação que a oriente entremeia com o Castelo. Deste edifício restam paredes e telhado por *Presépio* outrora conhecido.

Em 26 de Julho de 1606 Teodósio II levou com ele o ainda menino João, seu filho e futuro rei, na colocação da primeira pedra do que hoje conhecemos como Igreja e Convento em suas fachadas acertadas com a tradição da arquitectura religiosa, isto é, voltadas a ocidente, na Vila buscando almas e ofertando preces, vértice de um triângulo entre a ermida de S. Luís, fundada a meio de quinhentos por António de Gouveia, fidalgo brigantino, e a ermida de S. Tiago Maior, provavelmente do século XIV e primeira Matriz de Vila Viçosa. Foi esta a terceira fundação do Convento dos Capuchos.

3. Até 1834 demorou-se activa entre nós a Ordem dos Capuchos e nela o saudável franciscanismo tão enraizado no modo cristão do português: o homem con-

templa Deus meditando-o existencialmente através da natureza, em razão poética e não ao invés de uma certa Europa, qual primado técnico, mecânico e anti-natura. Assim reza o santo humílimo, na humilde Porciúncula em seu *Cântico das Criaturas* (século XIII) aqui transcrito, ainda que fragmentado:

*“Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas,  
especialmente o senhor irmão sol, que clareia o dia  
e que com a sua luz nos ilumina. (...) /  
Louvado sejas meu Senhor, pela irmã lua e pelas estrelas, (...) /  
Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão vento, pelo ar / e pelas nuvens (...) /  
Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, útil e humilde, preciosa e pura.  
Louvado sejas, meu senhor, pelo irmão fogo, com o qual iluminas a noite. (...) /  
Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra,  
Louvado sejas, meu Senhor, pelos que perdoam, por teu amor  
e suportam enfermidades e tribulações.  
Bem-aventurados aqueles que as suportam em paz, (...) /  
Louvado sejas, ó meu Senhor, por nossa irmã a Morte corporal,  
à qual nenhum homem vivente pode escapar:  
Ai daqueles que morrem em pecado mortal!  
Bem-aventurados aqueles que cumpriram a tua santíssima vontade,  
porque a segunda morte não lhes fará mal.  
Louvai e bendizei a meu Senhor, e dai-lhe graças  
e servi-o com grande humildade...”*

E assim, em oração de vida, qual criança entregue ao colo de Deus, pela morte que é porta da verdade eterna, se inicia em singelo o périplo do calipolense religioso em noite dos Capuchos. Por paradoxo, a Festa começa por se encantar tranquilamente na naturalidade do drama da morte à qual ninguém escapa: a *Capela do Trânsito de S. Francisco* é a primeira visita mal se chega ao arraial nocturno. Tudo começa aqui, venerando no quadro do passamento do Santo e em mimetismo antecipado e exterior, a morte de cada um. Depois, no interior da igreja frente ao altar-mor, contempla a belíssima imagem escultórica de Nossa Senhora da Piedade, a *Pietà*, em sua dolorosa face com seu Filho morto nos braços. Mas recuemos mais de um século, muito antes de cada uma das nossas noites de arraial.

4. A Festa ganhou vida em 1861 a partir de um círio instituído por um nosso simples conterrâneo de nome Matias José Reixa, o *Coronho* de anexim, assim se diz alcunha por cá. Ora, diz-se círio de uma romaria religiosa ou procissão de gente peregrina rumando a um santuário, a qual, guiada por pendão alusivo, leva vela ou círio em devoção mediada por santo a Jesus Cristo ou a sua Mãe a Virgem Santíssima. Cá se fez assim nesse ano, de modo a acudir ao estado de abandono progressivo dos conventos mormente este nosso, o mais afastado da Vila, o de S. Francisco dos Capuchos. O abandono devia-se como sabemos não à fuga ou à falta de vocações nas irmandades religiosas, mas à coerciva extinção decretada no início do liberalismo pelo Ministro do Reino Joaquim António de Aguiar em Maio de 1834.

Devemos pois a nossa Festa dos Capuchos à reacção espontânea e aflita do povo calipolense frente a esse evento demolidor e traumático de ataque à Igreja que foi a supressão das Irmandades religiosas com o consequente abandono de conventos e mosteiros, ao caso, traduzindo-se a resposta na romaria ou círio ao Senhor Jesus da Piedade o qual, justamente, se encontrava representado na magnífica escultura da nossa *Pietà* capuchinha. Em simultâneo com o círio, aconteceu que um outro nosso patrício de nome Adrião Olinto da Silva Rainho, sendo “Escrivão da Fazenda e zelador da mordomia do Senhor Jesus da Piedade” era também pirotécnico e aconselhou o seu amigo Matias José Reixa a juntar à procissão um digno arraial com fogo-de-artifício. A aliança deste foguetório à romaria religiosa breve deu “grande estrondo” atraindo locais e forasteiros. Tudo isto se reuniu desde 1863, primeiro ano que marca como paradigma festeiro o essencial de hoje: touros, arraial e fogo-de-artifício, trilogia que nunca pode ficar manca, a ela se unindo o simbolismo religioso de missa e visita à Igreja dos Capuchos, bem como o salutar reencontro entre calipolenses dispersos. Assim se *matam saudades*, expressão coloquial portuguesa que do verbo “matar”, faz viver.

Começaram pois as nossas Festas em 1863 quando tiveram que começar, como auxílio ao abandono dos conventos, pela iniciativa conjunta de dois calipolenses, o Reixa e o Rainho e também, diga-se, pela mão da fantasia com implicações regionais. O Reixa, parece, seria homem de índole religiosa e o Rainho dado a confraria de leigos mas também encarregue da pirotecnia. A estes dois fogos, o da religião e o do foguetório, veio também em auxílio o exemplo de Elvas cujas Festas, antes como hoje, realizavam o seu grandioso círio na terceira semana de Setembro, pelo S. Mateus e, lembremos, em honra do Senhor Jesus da Piedade, a mesma devoção e orago do nosso Convento dos Capuchos. Ora que bela coincidência! Havendo entre nós as festas das *vaquinhas de S. Luís* na ermida correspondente e no primeiro domingo de Setembro, apontámos então a romaria para uma semana depois, no segundo domingo, antecipando a de Elvas e disputando com esta em touros, arraial e fogo, trilogia infalível. Nesse ano de 1863 saiu o pendão da Vila “primeiramente da casa do Juiz da mordomia e depois da Igreja Matriz”, ou seja, a de Nossa Senhora da Conceição.

A Festa dos Capuchos nasceu de uma romaria quase campestre num cenário que os calipolenses sempre tomaram como paradisiaco. O *Presépio* ficava-lhe aliás na parte inferior da cerca e a caminho do Paraíso, sítio onde vivia outro eremita frente a íngremes penedos e à borda da Ribeira do Beijudo. Esse Largo do Outeiro do Ficalho, já Morais Sardinha o considera passeio público de povo e fidalguia, um novo Éden pela sua beleza, isto no século XVI. Esplêndido pois para sítio de *arraial* (= acampamento do rei > real > real), levantado num pequeno planalto acima das águas do Beijudo, no essencial, um *rossio* (ou rocio, terreno roçado em sua vegetação silvestre cortada cerce), um largo que já foi eira para debulha de cereais e hoje é excelente para festejos de largueza sem acanhamentos.

Desde a Vila, no início de cada noite festiva, confluem dois rios de gente, casais e famílias de avós a netos, jovens em cantoria às vezes esganiçada, tudo a desaguar no arraial. Uns entram pelo lado da ermida de S. Luís, o rei e santo francês do século XIII, onde em tempos remotos no primeiro domingo de Setembro se

lhe invocavam bênçãos como “advogado contra doenças das cavalgadas” não faltando esmolas de almocreves e lavradores. No terreiro à ilharga, “*depois da missa cantada, com sermão e Ladainha Lauretana*” faziam-se as ditas *vaquinhãs de S. Luís* com filarmónica e arraial simples, vaquinha à vara larga que afinal era um novilho bem macho toureado à corda. Havia também uma espécie de tómbola e na casa das fogaças, arremates por bom preço de frutos e frangos. Na outra banda, acorrem os que entram pelo lado de S. Tiago em cujo orago do Santo Apóstolo, a 25 de Julho, depois da missa e oração com pompa e “*luzido cortejo de cavaleiros fidalgos*”, em tempos remotos, havia festa com divertimento de cavalhadas.

Estava assim o lugar destinado ao futuro que hoje conhecemos. Ladeando a Igreja e o Convento franciscano uma festa a cada santo, S. Tiago e S. Luís, uma de cada lado do Verão, Julho e Setembro, festas santas e profanas com divertimento, arraial e novilhadas, e bastos festejos eram, pois neles “se diverte o povo sem ofensa da moral pública”, assevera o nosso historiador patricio, o notável Padre Joaquim da Rocha Espanca. Ora, fácil foi preencher o vazio aberto pela extinção das ordens religiosas somando a duas pequenas festas, outra maior. Daqui nasceram as Festas dos Capuchos.

5. Regressemos por fim à entrada da Igreja de Nossa Senhora da Piedade em início de noite de arraial. Levantemos os olhos ao céu de breu e, na fachada iluminada com centenas de luzinhas, daremos com o frontão triangular onde se abrem três nichos de santos franciscanos: no cimo, Francisco de Assis, mais abaixo e à esquerda o nosso Santo António de Lisboa e à direita, S. Bernardino de Siena, ambos já descabeçados pela nossa incúria. Antes, no adro, há dois pilares com os bustos das colunas apostólicas da Igreja, S. Pedro e S. Paulo. E depois, a porta de ferro com o símbolo franciscano: dois braços cruzados por debaixo da cruz, um é o de Cristo, o outro o de Francisco cuja vida tanto quis assemelhar ao Filho do Homem.

Peguemo-nos às grades da Capela do Trânsito de S. Francisco, espreitemos meio alucinados o drama em barro, lancemos ao chão a moedinha como quem lança flores à morte. Ao centro, jaz no *transitus* de quem aqui falece em passamento para acordar na vida eterna, o Santo seráfico de Assis, rodeado por oito *fratelli* ajoelhados em velório, velas ardentes gastas em lágrimas. Nesta capela em cruz grega há quatro cenas em escultura de tamanho natural e em terracota, provavelmente de 1713, obra de barristas locais. A morte do Santo é rodeada de três outras cenas significativas: à esquerda a estigmatização de S. Francisco no Monte Alverne com o serafim de seis asas, esse crucificado que do céu faz descer fitas vermelhas de sangue e luz como as cinco chagas do Senhor. S. Boaventura, outro franciscano, no seu *Itinerário da Mente para Deus* ensina o caminho dos vestígios da natureza, passando pelas potências da alma até à deleitação em Deus. A cena frontal à nossa visão mostra o *Descendimento da Cruz* no Calvário e na da direita é o Papa Gregório IX, o antigo cardeal Hugolino amigo de Francisco, que com o séquito de toda a Igreja beija os pés do Santo humilde na data da sua santificação em 16 de Julho de 1228. Num só olhar abarcamos todo o sentido da vida do pobrezinho de Assis desde que acudiu às palavras com que Cristo o chamou

na ermida de S. Damião: “*Francisco, reconstrói a minha Igreja*”. E de pedras e tijolos começou ele a refazer almas.

Depois de entrar na Igreja dos Capuchos, a da Nossa Senhora da Piedade, todo o calipolense reza, em silêncio breve, um simples Glória com PN-AM. Aí se recolhe um instante que seja, o zumbido do arraial deixado lá fora. Se se demora, admira ainda os altares laterais: à esquerda a imagem do Senhor Jesus chamado também dos Passos ou dos (Pobres) Aflitos carregando a cruz e, à direita, S. Pedro de Alcântara, místico promotor da Reforma Franciscana. Mas em frente, em moldura de talha dourada, a admiração sobe a maravilhamento: ergue-se, acima do sacrário, um camarim recolhido com a imagem esculpida em tamanho natural de Nossa Senhora da Piedade, entronizada em 1767, obra de monge leigo, talhada em nogueira, dada e criada na cerca do convento. Nem a galopante destruição que se vê na madeira carcomida pelo bicho e pela nossa imperdoável incúria lhe retiram, por enquanto, a beleza que impressiona. Não sei se por olvido, ligeireza ou criticismo exacerbado nem os nossos historiadores locais lhe renderam elogio merecido. O rosto da Virgem apela em silêncio, sofre e pede lágrimas pelo seu Filho. Quem lhas recusa?

Em duas mísulas suportadas por atlantes esta imagem era ladeada por duas figuras de madeira, hoje apeadas, para protegê-las de queda iminente: S. Francisco de Assis à esquerda, Santo António à direita.

Finda a visita orante o calipolense devoto regressa ao arraial. Espera-o a noite, o fogo preso e o solto, no artifício a rasgar o negro do céu, a banda no coreto e o convívio matador das saudades dos patrícios dispersos. Também se come e bebe, dança-se ou compram-se rifas na quermesse. O tempo, todo o tempo com mais de um século, funde-se numa repetição que nunca sabe ao mesmo.

Entretanto, é bem possível que o mesmo cristão piedoso tenha estado na eucaristia um pouco antes de jantar na barraca dos frangos, ou mesmo na procissão que em tempos partia da Matriz e hoje, quando há, se limita a sair da Igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade em visita às duas ermidas vizinhas e, depois, regressa à casa de partida como no antigo *jogo da glória*! As imagens que saem nos andores costumam ser a dita de N.<sup>o</sup> Sr. Jesus dos Passos com as dos oragos da vizinhança, a de S. Luís e a de S. Tiago. Em vez de humildade, hoje é mais pobreza envergonhada, pois há duas imagens *esquecidas* que os festejos futuros deveriam suprir: a da Sra. da Piedade e a de S. Francisco de Assis, pois ambas dão sentido essencial ao lugar. E quem sabe, se também o nosso Santo António? É muito santo para pouco empenho? Talvez. Faça-se então no cenário do altar-mor da Igreja um quadro votivo, com imagens escultóricas e flores, similar àquele que em noite de Sexta-Feira Santa e com gente de carne e osso antecede em Nossa Senhora o Enterro do Senhor.

Assegurada estará a vertente profana no tripé sustentador das Festas com touros, arraial e fogo. A este triângulo faltará sempre a alma do saudável convívio entre patrícios e forasteiros, a humanidade que dá sentido à vida e, não de somenos, antes irradiante em espírito, o símbolo do religioso e do sagrado. Só assim a tríade profana sobe a estrela ... e de cinco pontas. Como a do Natal!

## Religião nas Festas dos Capuchos de Vila Viçosa



Arraial da Festa dos Capuchos, 1983.



Largada de touros na Praça, Festa dos Capuchos, 1998.



Igreja de Nossa Senhora da Piedade e antigo Convento de S. Francisco dos Capuchos, 2018.





Capela do Trânsito de S. Francisco, início do século XVIII.



Imagem escultórica de Nossa Senhora da Piedade, século XVIII.

## Bibliografia

*DICIONÁRIO HISTÓRICO DAS ORDENS E INSTITUIÇÕES AFINS EM PORTUGAL*  
– Gradiva, 2010.

ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha – *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983-1992, 36 números.

ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha – *Notícias de Villa Viçosa*, 1892.

ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora. Lisboa, Academia de Belas Artes, 1978.

SÃO BOAVENTURA – *Itinerário da Mente para Deus* – Coleção Textos Franciscanos, Porto, 2009.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano*, Edição Fac-Símile, Alcalá, 2007, Tomo VI.

Fotos de Carlos Aurélio: a P/B fotos de 1998 e 1983; a Cores, de 2018.

# Capuchos: festa de um povo

---

Inês Palma Borrões\*

**Resumo:** A Festa dos Capuchos, que se iniciou em 1863, marcou e continua a marcar o segundo fim-de-semana do mês de Setembro, constituindo um acontecimento relevante na identidade de Vila Viçosa. Os dias festivos são de congratulação e de alegria. A festa denominada dos Capuchos nunca mudou de nome. Com mais ou menos diferenças, com mais ou menos desvios do curso por onde inicialmente se pôs a correr e com mais ou menos adequação aos tempos, é sempre o mesmo que se festeja: o reforço dos vínculos da coesão social e da identidade de Vila Viçosa. O presente artigo demonstra a importância que esta festa continua a ter, atraindo um grande número de visitantes.

**Palavras-Chave:** Festa, Harmonia, Convívio, Juventude, Povo.

**Abstract:** The Capuchos Festival, which started in 1863, is a festival that happens every year during the second weekend of September; a hallmark event in the identity of Vila Viçosa. These memorable days are full of happiness and joy. The festival has never once changed its name or identity – despite any differences, modernizations or course deviations, it has and always will celebrate the same value: the connections, social cohesion and identity of the town. The present article, shows the lasting importance of the festival, which continues to attract a large number of visitors.

**Key-words:** Festival, Harmony, Connection, Youth, People.

## 1. Contextualização das Festas Populares

Para compreender o que quer que seja sobre esta problemática, é indispensável prestar atenção ao contexto e à realidade sociológica, antropológica e histórica, que na sua articulação, implícita ou explícita, procura sempre conexões com âmbitos

---

\* Licenciada em História e Arqueologia, vertente de História, pela Universidade de Évora. Por decisão pessoal, a autora deste texto não escreve segundo o Acordo Ortográfico.

culturais e temáticos mais amplos, que são muito apropriados para alcançar uma plena explicação.

Começo por realçar que é mais ou menos consensual que as festas populares são, em rigor, formas de sociabilidade e de compromisso social, rituais de identidade e um elemento definidor e característico das especificidades da expressão genuína do povo; de um povo que durante muitos séculos ainda não tinha voz, excepto para transmitir de pais a filhos as histórias que moldam a nossa existência.

De pais a filhos, de boca em boca, chegaram até nós as velhas histórias e imagens dos Capuchos. Neste caso, como noutros, é sempre importante não subestimar a lição das idades, autêntica memória colectiva donde se acumulam os saberes. Este último aspecto situa-nos numa perspectiva chave para compreender uma outra vertente desta questão. Ou seja, um povo que ignora a sua prosápia, que renúncia ao poder da memória e que despreza os rituais e os mitos rompe a cadeia entre o passado e o presente.

Uma das principais características das festividades populares e, das sociedades em geral, são os contrastes. Essas pessoas que muitas vezes permanecem nas suas casas passam rapidamente, sem transição, do previsível e da rotina convencional da vida diária à exuberante alegria e ao imprevisível tumulto da Festa.

Merece a pena reflectir um pouco mais sobre a vertente do equilíbrio entre o tempo laboral e o tempo festivo. A festa é, ainda, uma celebração cíclica e anual que permite aplicar à vida uma tabela de critérios e uma hierarquia de rotinas e rituais, muito distinta dos valores que ordinariamente se aplicam à vida quotidiana. Como paradigma de uma nova organização dos tempos lúdicos, as comunidades necessitam da festa para equilibrar e manter a dualidade do tempo entre trabalho e ócio, para abrir as portas a uma ruptura da continuidade do calendário laboral e do quotidiano, onde o pessoal e o social são duas categorias indissociáveis.

Contudo, para compreender este tema e levar mais longe as ilações anteriores, haveria que começar pela lúcida afirmação de Francisco Ramos, “a festa é a ruptura total com a prática quotidiana. Momento de escape institucionalizado, ela corta e ultrapassa as barreiras formais e rígidas do controlo social, nega o peso estrutural das coisas organizadas na óptica do dever ser, permite o desvio da norma e mete no bolso os interditos habituais.”<sup>1</sup>

O autor refere ainda que “nos dias de festa abandonam-se as actividades laborais habituais. É uma paragem no tempo que tudo encobre e desculpa. É um hiato temporal, limite dos limites.”<sup>2</sup>

Percebe-se agora que a festa, onde quer que seja, fascina porque representa a ruptura com a regra e o quotidiano, ao mesmo tempo que oferece a possibilidade de imaginar, sem condições ou restrições, outras formas de viver e novos momentos de evasão.

---

<sup>1</sup> RAMOS, Francisco Martins (2006). *Breviário Alentejano*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Edição e Artes Gráficas, SA., p. 57.

<sup>2</sup> RAMOS, (2006), p. 58.



Figura 1 – Iluminação que representa a “porta de entrada” da Festa dos Capuchos.  
© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2018.

## 2. Vila Viçosa e a Festa dos Capuchos

O Verão é tempo de inúmeras festas e romarias, repartidas por toda a geografia nacional. Também em Vila Viçosa, o segundo fim-de-semana de Setembro marca a hora da Festa dos Capuchos, em Honra de Nossa Senhora da Piedade dos Capuchos, a maior expressão popular do nosso município. *Piedade*, nome mais bonito para advocação da festa calipolense, tendo, por isso, um valor cimeiro, acrescido sobre qualquer outro. Impossível não recordar ao ouvi-lo o episódio da Paixão de Cristo em que a Virgem Maria ampara o corpo do seu filho, quando este descende da Cruz, imortalizado numa das representações escultóricas mais importantes do Mundo: a mítica Pietà, de Miguel Ângelo (1475-1564).

Hoje quero falar, de forma necessariamente rápida, de vários laços históricos, sociais e culturais que unem a Festa dos Capuchos que, desde mais jovem, têm dado que fazer à minha imaginação e que com grande atrevimento aspiro a comentar com alguma novidade. A minha intenção não é fazer um guia turístico ou sentimental deste acontecimento festivo, apenas pretendo situar o ambiente e o clima, numa perspectiva jovem e não só, que se respira durante os dias desta Festa. Vou pois, simplesmente, falar das suas singularidades, da sua génese embrionária, das suas vicissitudes e da sua possível razão de ser. Enfim, pretendo somente oferecer-lhes a minha paixão por esta terra, que é a minha e, pela Festa dos Capuchos.

O Verão, com as suas centenas de festas populares, tem o inconfundível sabor a casa. Com a Festa, a “vila ducal renascentista”, candidata a Património Mundial da UNESCO, retoma o seu ciclo festivo anual e, como de costume, regressa a tradição. Trata-se de uma Festa de larguíssimo percurso cultural e histórico na sociedade calipolense. De facto, o mais interessante é que se trata de um festejo que, segundo as crónicas, remonta a 1863, mas que se foi enriquecendo ao longo das décadas seguintes e que muitas gerações de calipolenses herdaram e continuaram num movimento incessante de imaginação.

Não será demais, elaborar aqui um pequeno enquadramento, para explicar a origem desta grande Festa de Vila Viçosa, tomando o nome de *Festa dos Capuchos*. É o que o Padre Joaquim José da Rocha Espanca tão bem expressa nas suas Memórias, quando diz que “A origem da mesma festa foi assim. Em 1861 instituiu Matias José Reixa, o Coronho, um círio ou romaria guiada por um pendão com o fim de honrar o Senhor Jesus da Piedade de Elvas e por haver ali muita concorrência de romeiros, resolveu com outros devotos dirigir a romaria ao Senhor Jesus da Piedade que descansa (morto) nos braços da Virgem do mesmo título na tribuna da capela-mor do convento dos Capuchos. Esta lembrança foi do referido Rainho<sup>3</sup>, meu discípulo, prematuramente falecido em Montemor-o-Novo no ano de 1881, segundo me disse ele mesmo. Inaugurou-se, pois, a dita festa votiva no ano de 1863, saindo o pendão da vila – primeiramente da casa do juiz da mordomia e depois da Igreja Matriz acompanhado pelo Pároco e pelo Tesoureiro.”<sup>4</sup>

De este pequeno núcleo, que constituiu o seu ponto de partida, passou gradualmente para um plano muito mais amplo e mais concentrado em si, impregnando-se no imaginário da comunidade local. O notável cronista calipolense insiste nos rasgos evolutivos da Festa, quando afirma que “nos anos seguintes foi crescendo tanto o esplendor do arraial com iluminação, música e fogo de véspera, e tourada à tarde, que se tornou o primeiro arraial da nossa vila pelo extraordinário concurso de romeiros de fora e do bom efeito do mesmo arraial. Costumava esta festividade ter lugar no domingo segundo de Setembro e neste ano de 1867 já dava estrondo. Como o sítio dos Capuchos é subúrbio da vila, ficaram os nossos patrícios olhando para a dita festa como coisa campestre ou romaria para fora da terra e assim foram tomando à sua conta uma ou mais celas do convento para seu aposento, havendo tal família que se transporta para ali na véspera e só regressa na segunda-feira dormindo lá duas noites. Para este fim construíram-se alguns fogões de propósito e têm-se reparado as ruínas do convento que aliás padeceria tão cruelmente como os dois infelizes de S. Paulo e da Esperança.”<sup>5</sup>

Como já referi anteriormente, é uma tradição que, segundo as crónicas, remonta ao ano de 1863. Trata-se, curiosamente, do mesmo ano em que foi inaugurado o primeiro troço até Évora da Linha Férrea do Alentejo, cuja extensão posterior permitiu a ligação ferroviária entre Estremoz e Vila Viçosa, através do antigo Ramal de Vila Viçosa. Também o ano de 1863 ficou marcado por outro acontecimento importante, tal como o nascimento do Rei D. Carlos, que nasceu a 28 de Setembro de 1863. Foi Rei de Portugal de 1889 até ao seu assassinato, em 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, em Lisboa. Seguiu de Vila Viçosa, onde costumava passar temporadas de caça, no inverno.

---

<sup>3</sup> O Padre Espanca, anteriormente, faz referência a Adrião Olinto da Silva Rainho, como calipolense e que foi uma das pessoas que mais contribuiu para o engrandecimento da Festa dos Capuchos. p. 96.

<sup>4</sup> ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1984). *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 18. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, p. 97.

<sup>5</sup> ESPANCA, (1984), p. 97.

Como é evidente, 156 anos são muitos e, em conjunto com a contínua e crescente adesão popular, permitiram a sua plena consolidação, no âmbito local e regional. A devoção dos calipolenses à Festa é, pois, demonstrada de ano para ano.

E aqui me vem à memória o artigo de Joaquim Saial, intitulado “Alguns programas significativos das Festas dos Capuchos”<sup>6</sup> através do qual é-nos possível comparar os festejos do 1º Centenário (1863-1963) da Festa com os dias de hoje e apercebemo-nos que se mantêm diversas tradições, tais como, os típicos espectáculos taurinos, tanto as largadas de touros como corridas, ambas mantidas no mesmo dia da semana, respectivamente; as salvas de morteiros que simbolizam o iniciar da Festa dos Capuchos; os espectáculos musicais como o concerto da Banda Filarmónica Calipolense e, por último, mas não menos importante, o soberbo espectáculo de pirotecnia, que actualmente ainda continua a fazer brilhar o céu no Largo dos Capuchos.

Uma análise advertida mostra que a temporada da Festa é maior do que os dias oficiais da sua celebração. Nas semanas que a antecedem aumenta a limpeza e a decoração dos espaços e dos edifícios públicos, para embelezar sobretudo os locais onde têm lugar as cerimónias e cresce a azáfama e a preparação das inúmeras tarefas, individuais e colectivas, para que nada falte nos dias certos. Por essa altura, a vila está engalanada e nas suas ruas, calcetadas de mármore, passeiam inúmeros festeiros.

Em cada ano, no mês de Setembro, voltarão a estalar no céu da bela Callipole os foguetes que anunciam a actividade festiva que faz esquecer diferenças, distâncias e preocupações durante quatro dias, constituindo um importante cultivo do espírito. Serão, como sempre, as festas do povo. Muitos jovens, naturais ou visitantes, repetirão o gesto de vários anos: ir ao Largo dos Capuchos para ouvir música, conviver, comer, beber e dançar.

E quando nos dirigimos para o centro nevrálgico da festividade, pelo caminho, o castelo artilheiro, que se ergue dominador no alto de uma pequena elevação, que se encontra intimamente unido nas suas recordações à Restauração, que viu tragédias e guerras, que ouviu os gritos das gentes despavoridas, mas que albergou também entre os seus muros a lealdade e o patriotismo, adverte-nos que estamos a chegar ao adro dos Capuchos. É um constante fervilhar de gentes que vão em direcção ao imenso recinto, ou que regressam de desfrutá-lo. São aos milhares.

No sopé do Outeiro do Ficalho, no designado Largo do Capuchos, onde se impõe o recinto da Praça de Touros, encontra-se a Igreja do Convento de Nossa Senhora da Piedade, dos frades capuchos, que irão dar o nome ao largo onde se localiza o arraial e decorrem as celebrações. A Igreja, o Convento e a Cerca de Nossa Senhora da Piedade, estão classificadas como Monumento de Interesse Público. A construção da igreja teve lugar em 6 de Junho de 1606 e foi concluída em 1610 e a primeira pedra tinha inscrito o nome de D. Teodósio II, 7.º Duque de Bragança. Na cerimónia de lançamento da igreja estiveram presentes o titular da corte ducal de Vila Viçosa e o seu filho primogénito, D. João, futuro rei da Restau-

---

<sup>6</sup> SAIAL, Joaquim (2017). *Alguns programas significativos das Festas dos Capuchos*, in Folheto das Festas dos Capuchos, 2017. Câmara Municipal de Vila Viçosa.



Figuras 2 e 3 – Espectáculos musicais no Largo dos Capuchos.  
© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2018.

ração. Estes factos permitem entender o que esta igreja e este local significaram para a história de Vila Viçosa. Nas proximidades, situa-se a capela de São Luís, classificada como Monumento de Interesse Municipal.

Não me parece possível, todavia, tipificar apenas nestas características a Festa popular, pois há outras, de índole tão especial, que importa referir.

Ao vermos circular pelas típicas ruas, avenidas e praças de Vila Viçosa, vários milhares de pessoas, que nem sempre convergem numa mesma direcção, não sentimos vontade nem necessidade de lhes perguntar pelas suas distintas origens ou crenças. Sentimos apenas satisfação por saber que está aberta a via para dar uma oportunidade ao convívio e à tolerância, sem distinções políticas, sociais, estéticas e etárias.

Afigura-se absolutamente convincente a tese de Francisco Caeiro, que é clara e suficiente: “Mesmo que algum troço do caminho possa estar mal iluminado e não nos deixe ver os rostos de quem passa, é certo que ninguém vem ao Alentejo e permanece órfão de um ‘boa noite’ ou de um ‘olá’.”<sup>7</sup>

Acresce que temos o testemunho insuspeito de Francisco Ramos que afirma que “(...) a festa une os habitantes da vila e até da freguesia (parentes, vizinhos, amigos e conhecidos) como um elemento aglutinador que faz esquecer quezílias, diferenças e distâncias. Tal é o caso extremo das festas tradicionais. A comunidade revê-se na festa e elege-a como o momento mais alto da sua identidade colectiva.”<sup>8</sup> Por isso, é de sublinhar que dado o seu carácter integrador e intergeracional, a juventude também se revê na festa e escolhe-a como um momento relevante de diversão, de evasão, de sociabilidade e de encontro de pessoas amigas.

Os dias festivos são diversificados nas suas formas de animação. Uns preferem o programa taurino, materializado em corridas, garraizadas e largadas de touros. Outros, dão primazia ao fogo-de-artifício, no Largo do Capuchos, junto ao recinto da Praça de Touros. Outros, porém, gostam mais dos concertos musicais. Outros, contudo, preferem viver a noite das “discotecas” que cada bar apresenta, enquanto,

<sup>7</sup> CAEIRO, Francisco (2017). *Enquanto existir Setembro e um Calipolense...* in Folheto das Festas dos Capuchos, 2017. Câmara Municipal de Vila Viçosa.

<sup>8</sup> RAMOS, (2006), p. 57.

outros, preferem ficar independentes e equidistantes. Pela pluralidade de gostos e de ideias, todos se respeitam.

Não será certamente demais referir que actividade festiva é, sobretudo caracterizada pela sua natureza global, que a todos envolve sem excepção e que faz de cada um, actor de corpo inteiro. É lícito dizer que a Festa dos Capuchos é hoje uma realidade vivida e percebida pelos calipolenses.

Neste pano de fundo, é pertinente não só falar do ambiente festivo, como do seu conceito de festa total, aberta, acessível e inclusiva, e não exclusiva ou selecta. Uma festa para todos os públicos. Nada de adornos e nada de emblemas, mas uma profunda transfiguração que dá livre curso à exuberante alegria da Festa.

São, sobretudo, relações de vizinhança e de conjunto que se estabelecem. É dessa matéria que é feita a Festa. Com o decorrer dos anos, tornou-se menos restrita a austeridade e a dimensão do seu programa, que caracterizou os seus inícios, mas nunca abdicou da sua expressão popular, sem a qual perde o melhor da sua direcção.

A festa é para os cidadãos, um sentimento colectivo e uma tradição cultural, social e espiritual. Dito doutro modo, é esta mensagem da cultura integral do colectivo face ao institucional e ao individual que a festa nos oferece e que lhe imprime o seu corpo e a sua alma. Há mais de cento e quarenta anos, Eça de Queiroz (1845-1900), deixou palavras que ainda ecoam com clareza “As festas decretadas, impostas por lei, nunca se tornam populares”. Tinha razão.

Todos sentimos que a Festa dos Capuchos se ilustra pela liberdade, pelo civismo e pela tolerância. Pela sintonia, convivência e confraternização. Pela sua humanidade e, algumas vezes, pelo espírito insubmisso e irreverente. Mas, no estrito respeito das regras de vida em liberdade e pela consideração devida aos outros, comprovado na escassez de incidentes.

Quando há 30 anos, se perguntava aos jovens qual o momento festivo mais importante na vida de Vila Viçosa, a resposta era imediata: a Festa dos Capuchos! Hoje, certamente, obtemos a mesma reacção. Isto apesar da evolução dos tempos e de hoje vivermos numa sociedade dominada por novas relações sociais, que seriam irreconhecíveis naqueles tempos. Contudo, a realidade mostra que desde então, algo mudou neste processo, que é também uma superação. Há mais de século e meio de distância, as inquietudes e a participação dos jovens também evoluíram. Hoje, os festeiros já não têm que enfrentar rijas caminhadas em vagarosos e grosseiros carros de madeira e já não se dirigem a Vila Viçosa de comboio. Afinal, é isso que importa: que, enquanto formos vivos e, pela nossa acção, o mundo esteja sempre a mudar, não parando nunca de se transformar.

Não muito longe do centro histórico de Vila Viçosa, o Largo dos Capuchos à noite ganha uma nova vida com a grandeza e a luz do arraial que o ilumina e transforma no verdadeiro núcleo central da Festa. A iluminação, associada a uma variedade de ornamentos, permite embelezar o ambiente e brilha sem fim durante as noites de Festa.

O programa da Festa está sempre acompanhado do seu alicerce: a música. No palco principal ou no coreto ouvem-se acordes dos concertos pelas bandas de música e de filarmónicas, que rasgam o silêncio das noites.





Figura 4 – Figura 4 – Arraial no Largo dos Capuchos.  
© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2018.

Espectáculo habitual em todas as festividades, o festival pirotécnico, que em tempos já foi fogo preso, é também uma componente popular da festividade com presença assídua. É um momento alto das celebrações que hoje faz as delícias de todos os calipolenses e visitantes, concorrendo enormemente para o aumento do seu esplendor.

O som vibrante e ruidoso dos foguetes é uma forma tradicional de despertar a população para os acontecimentos festivos, cujo programa se estende ao longo de quatro dias bastante completos e variados.



Figura 5 – Espectáculo pirotécnico, no Largo dos Capuchos.  
© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2018.

Mas olhando para lá da poeira levantada por tanta diversão, é possível ver que o ambiente fervilha nas enormes aglomerações junto do local dos bares. Apesar de

alguma intranquilidade, sabemos que chegará a nossa vez. Os bares são imprescindíveis para dar livre curso ao convívio da noite de Capuchos ainda mais agitada que a anterior e, que dura por essa madrugada adiante, tudo isto acompanhado pela música. Mesmo quase sem tempo para descansar, isso pouco importa, porque é uma parte importante da Festa e é também o destino apreciado pelos jovens.

Também nunca faltam as largadas de touros, durante a Festa dos Capuchos, que permitem atrair muitos aficionados oriundos não só da vila, mas também dos arredores. Ouve-se o som do foguete, desgarrado e penetrante. Salta o touro em desenfreada correria na Praça da República e na Avenida Bento de Jesus Caraça e tem início a tão esperada largada de touros.

Nestes dias de Festa o nosso sorriso é alegre. O tempo festivo passa muito depressa, mas nunca temos pressa para chegar a nenhum sítio, que é uma boa forma de dizer que queremos ir a todos.

Mas, afinal o que faz da Festa dos Capuchos uma celebração tão participada, apreciada e animada? É no convívio, no verdadeiro espírito de família e no encontro com o outro que se encontra a resposta. É ela, ainda, que permite o impulso de nos libertarmos dos muros da casa ou das rotinas da prática quotidiana.



Figura 6 – Largada de touros, na Praça da República e Avenida Bento de Jesus Caraça.  
© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2018.

Apesar da facilidade de encontro e de diversão habitual, o interesse por estes rituais festivos, que consideramos tradicionais, corresponde a uma velha função ancestral: a condição de tempo de mútuo entendimento e de reafirmação do sentimento de colectividade de quem neles participa. Os numerosos caminhos que vêm dar a esta vila alentejana, permitem reencontrar pessoas que se conhecem, que nestes dias se abraçam e que se dispõem a recordar incidências e acontecimentos das suas vidas, afinal não tão afastadas como supunham. Na verdade, todos temos a ocasião de criar uma comunicação afectuosa, de partilhar todo um universo de histórias e de acontecimentos de uma etapa de vida que, de Setembro a Setembro, acabámos de cumprir.

No fundo de tanta palavra, de tanto contar, de tanto escutar, late sempre a esperança de que em algum momento ocorra o feliz, ansiado e, por vezes, inesperado reencontro dos que cá vivem com os que regressam, numa verdadeira demonstração de amor à terra. É dessa matéria que é feita a Festa, que nesses dias passará a ser a casa de todos.

O nosso roteiro de férias de verão até pode incluir uma viagem aos festivais de música, que de Norte a Sul do país motivam milhares de jovens, uma visita familiar, uns dias de descanso na praia e uma viagem turística e cultural, mas assinala como rumo inevitável um regresso a Vila Viçosa, para a Festa dos Capuchos, onde durante quatro dias temos encontro marcado com as nossas raízes e os nossos amigos.

Por estes motivos, nunca, como hoje, houve tanta gente a participar no ritual festivo. E tantas vezes. Esta realidade cultural que ocorre na Vila-Museu provoca o que podemos considerar como um contínuo fluxo e refluxo de visitantes e de turistas. Todos aparecem massivamente nos acontecimentos festivos de sexta-feira, nos divertimentos de sábado, no programa de domingo e na despedida de segunda-feira. Aqui as multidões são instintivamente alegres; sem qualquer sinal de tristeza.

Nunca, como hoje, houve literalmente milhares de pessoas que guardam pelo menos uma fotografia ou uma imagem em companhia dos amigos, da família, ou simplesmente de um visitante.

Regresso agora ao trabalho de Francisco Caeiro justamente pelo que lá se adianta sobre a importância da Festa para a vida local, que resumiu na sua descrição “Os Capuchos são e serão sempre conjugados no presente, preenchendo de festa tudo aquilo que o tempo faz de nós e nos cola a vida.”<sup>9</sup>

Estou plenamente convencida de que a única coisa que nos mantém em marcha é o amor à nossa terra e o firme desejo de nos divertirmos, que é compensado pela força da nossa juventude e que nos permite desfrutar de cada dia festivo como se fosse o último. Enfim, ter o espírito de Capuchos todos os dias. Todos os anos sentimos a ligeireza de sermos de novo um principiante, cada vez com mais vontade de participar num dos momentos mais importantes da vida da nossa terra.

Francisco Caeiro fala-nos claramente sobre a fórmula viva e esplêndida do ideal festivo ao afirmar “(...) que enquanto existir Setembro e um Calipolense, os Capuchos jamais ficarão em silêncio e às escuras. Porque esta festa, somos nós, e tudo, e todos aqueles que nunca deixaremos morrer no coração e na memória, sob arcos coloridos no redesenhar de um céu muito próximo. Um céu que quase conseguimos tocar com os braços esticados.”<sup>10</sup>

## **Considerações finais**

Terminado o trabalho de investigação, análise e conseqüente produção textual, importa agora retirar algumas conclusões. Como vem sendo costume, Vila Viçosa

---

<sup>9</sup> CAEIRO, Francisco (2017).

<sup>10</sup> *Idem, Ibidem.*

recebe no segundo fim-de-semana do mês de Setembro, a Festa dos Capuchos em Honra de Nossa Senhora da Piedade dos Capuchos. Enquanto jovem calipolense, falar sobre a Festa dos Capuchos, é falar sobre uma das festas mais carismáticas da região.

Os dias desta Festa são dias de muita alegria, do “vale tudo” para uma boa disposição que queremos que se prolongue indefinidamente até ao último dia, no mais puro esquecimento das rotinas académicas, bem como de todas as rotinas inerentes a todos nós no quotidiano. É como se apenas houvesse o “dia de amanhã”. É como se apenas houvesse a Festa dos Capuchos no nosso horizonte.

Nestes dias, não menos que a diversão noturna, é também o reencontro e confraternização com familiares e amigos que aproveitam esta altura do ano para regressar a Vila Viçosa e com eles trazem uma quantidade de histórias para contar.

Em suma, não restam dúvidas de que a Festa dos Capuchos constitui uma referência inevitável no contexto da vida social e cultural de Vila Viçosa e exerce uma influência indiscutível em matéria de festividades populares na nossa região.

Por tudo isto, não admira que, a Festa dos Capuchos, seja nos nossos dias, cada vez mais referenciada na agenda cultural local e regional, para o que contribui, certamente, a *Declaração de interesse municipal do evento “Festas dos Capuchos, em Vila Viçosa” – Início de Procedimento*, aprovada na Assembleia Municipal de Vila Viçosa, realizada a 21 de Novembro de 2013. Na sequência deste processo, o Aviso n.º 11106/2013, de 5 de Setembro de 2013, expressa que a “Festa constitui uma expressão do sentimento mais profundo da vida de um Povo, uma manifestação genuinamente popular e da consciência histórica. Aglutina os membros de uma mesma família, reúne famílias distintas, junta amigos e atrai visitantes. Enfim, o momento favorável de encontro, de alegria, de confraternização e do abraço familiar, amigo e solidário.”<sup>11</sup>

Constitui um verdadeiro tratado sobre a construção da memória colectiva e da identidade da comunidade calipolense, mas também do que ela tem de tolerante e de generosa. É, ao mesmo tempo, um espaço privilegiado de sociabilidade, de permissividade social, de tolerância e de representação da vida humana. Um momento cimeiro da sua identidade colectiva que fortalece ainda mais a ligação dos jovens à terra onde nasceram e que comprova a adesão da juventude à tradição local e às suas raízes identitárias. Ou, por outras palavras, um livro sobre a vida. Este é o mérito dos Capuchos.

Apesar de não se tratar de uma afirmação que prime pela originalidade e que, aliás, já foi mencionada neste estudo, esta manifestação popular é sinónimo de ambiente e de alegria. Estas palavras adquirem, em Vila Viçosa, a sua máxima expressão.

No entanto, os momentos capuchais não são só a nossa Festa e a nossa voz, mas também o nosso orgulho. Cada ano, entre ruas, avenidas, praças e largos, que se convertem em espaços humanizados, continuamos a desfrutar da sua herança gloriosa!...

---

<sup>11</sup> Aviso n.º 11106/2013 de 5 de Setembro de 2013. *Diário da República*, 2.ª Série – N. 171. Declaração de interesse municipal do evento “Festas dos Capuchos, em Vila Viçosa” – Início de Procedimento.

## Inês Palma Borrões

Com ela, antes de receber dias mais frios, podemos terminar as férias de verão em alegria, rejuvenescidos e com boas memórias no coração. Aceitamos com uma mistura de tristeza e de resignação o seu final. Mas, imediatamente depois, reivindicamos ao tempo que acelere até aos dias em que temos o privilégio de nos reencontrarmos novamente com a Festa da nossa terra.

A sequência discursiva é de resumo breve e imediato: no futuro, voltaremos sempre aqui onde somos felizes, em Vila Viçosa, na *Festa dos Capuchos*.

## Bibliografia

- CAEIRO, Francisco (2017). *Enquanto existir Setembro e um Calipolense...* in Folheto das Festas dos Capuchos, 2017. Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- ESPANCA, Joaquim José da Rocha (1984). *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 18. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense.
- ESPANCA, Túlio (1978). “*Inventário Artístico de Portugal, vol. IX, Distrito de Évora (zona sul), Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*”, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, vol. I.
- RAMOS, Francisco Martins (2006). *Breviário Alentejano*. Casal de Cambra: Caleidoscópico\_ Edição e Artes Gráficas, SA.
- SAIAL, Joaquim (2017). *Alguns programas significativos das Festas dos Capuchos* in Folheto das Festas dos Capuchos, 2017. Câmara Municipal de Vila Viçosa.

## Legislação

- Aviso n.º 11106/2013 de 5 de Setembro de 2013. *Diário da República, 2.ª Série – N. 171*. Declaração de interesse municipal do evento “Festas dos Capuchos, em Vila Viçosa” – Início de Procedimento.

# Produção de Figurado em Barro é Património Cultural Imaterial da Humanidade

---

Hugo A. Guerreiro\*

**Resumo:** *A Produção de Figurado em Barro de Estremoz* foi inscrita a 07 de Dezembro de 2017, na *Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade* pela UNESCO, no decurso da 12.<sup>a</sup> Reunião do Comité Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que decorreu na Ilha Jeju, Coreia do Sul. Neste artigo pretende-se, de modo sumário, descrever o processo que conduziu à inscrição, bem como os motivos da candidatura e como se vai efetuar a salvaguarda e valorização deste património.

## Razões de uma candidatura

O Museu Municipal de Estremoz desde a instalação no imóvel onde atualmente se explanam as suas coleções, tem feito um trabalho de valorização da arte popular local em geral, mas muito particularmente do Figurado de Estremoz. Pela especificidade do Saber-Fazer desta arte no contexto nacional e internacional, dado que é emblemática para Estremoz e porque ainda há um conjunto alargado de artesãos a trabalhar, considerou-se que estavam reunidas as condições para se avançar no longo processo que conduzia à apresentação à UNESCO da proposta de inscrição da *Produção de Figurado em Barro de Estremoz na Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade*.

Mais ainda, depois de estudados todos os processos de inscrição na área da Lista de Salvaguarda e Lista Representativa, verificou-se que não havia nenhum património na área da produção de Figurado registado pela UNESCO. Situação que permitia, entendíamos nós, uma maior abertura por parte deste organismo das Nações Unidas, à candidatura da *Produção do Figurado em Barro de Estremoz*.

---

\*Responsável do Museu Municipal Prof. Joaquim Vermelho. Responsável Técnico da Candidatura à UNESCO.

## Processo de candidatura

A Câmara Municipal de Estremoz, através do Museu Municipal, iniciou o processo em Outubro de 2012. Foi formada uma equipa de trabalho, composta pela Vereadora do Pelouro da Cultura Márcia Oliveira, o Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara António Serrano e pelo diretor do Museu Municipal de Estremoz Hugo Alexandre Nunes Guerreiro, sendo que este último ficou como responsável técnico da candidatura.

Avançou-se então no processo de investigação e de diálogo com os artesãos, para que estes fossem participantes ativos no processo e contribuíssem com o seu testemunho para o reunir de dados que se estava a efetuar.

O primeiro resultado efetivo deu-se a 26 de Março de 2014, quando a Assembleia Municipal de Estremoz, por proposta do Museu Municipal, reconheceu por unanimidade a *Produção de Figurado em Barro de Estremoz*, como *Património Cultural de Interesse Municipal*. Após a “conquista” dos barristas, era de facto absolutamente vital este reconhecimento unanime por parte de todas as forças políticas com assento na Assembleia, para unir o concelho de Estremoz neste objetivo.

A partir deste momento intensificaram-se as ações de valorização dos artesãos e sua produção de Figurado, incrementando-se as exposições temporárias em Estremoz e fora do concelho, ações educativas junto de adultos e público escolar (em Estremoz e fora do concelho), e a realização de conferências para apresentação do projeto de candidatura e para dar a conhecer o Boneco de Estremoz onde havia pouco reconhecimento do mesmo.

Entretanto deu-se início junto da Direção Geral do Património Cultural, Departamento de Património Cultural Imaterial, aos primeiros contactos que visavam a inscrição no *Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial* da *Produção de Figurado em Barro de Estremoz*<sup>1</sup>. Esta inscrição era condição essencial para que a Comissão Nacional da UNESCO pudesse aceitar a proposta de candidatura de qualquer património à Lista Representativa, ou de Salvaguarda da UNESCO.

Após um processo bastante intenso, a 20 de Abril de 2015, no Anúncio n.º 83/2015 da DGPC, concretizou-se o registo da *Produção de Figurado em Barro de Estremoz* no Inventário Nacional, segundo publicação na 2.ª série do Diário da República de 07 de Maio de 2015. O processo pode ser visto em [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt). Este passo foi muito importante, dado que estabelecia as bases sólidas do que futuramente o processo de candidatura à inscrição na UNESCO.

A valorização e salvaguarda do Saber-Fazer do Figurado de Estremoz alcançou ainda outro objetivo em termos de notoriedade, quando a 26 de Junho de 2015, foi fundado no Museu Municipal de Estremoz o *Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz*, o qual teve por objetivos dar maior visibilidade ao Figurado na esfera UNESCO, mas também criar um espaço onde a sociedade civil pudesse dar o seu contributo para a salvaguarda deste artesanato.

Faltava então o passo final, após todo um trabalho de investigação, valorização, proposta de salvaguarda e criação dos meios necessários para bom acolhimento

---

<sup>1</sup> De salientar o apoio muito relevante do Doutor Paulo Costa, então chefia do Departamento.

## **Produção de Figurado em Barro é Património cultural Imaterial da Humanidade**

da candidatura final. Depois de tratada a componente burocrática e de apresentação de estudos, o Município de Estremoz, tendo por parceiros a *Direção Regional da Cultura do Alentejo* e o *Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz*, entrega a 22 de Março de 2016 à Comissão Nacional da UNESCO o processo final<sup>2</sup> de candidatura à inserção na *Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO*.

### **A inscrição**

A 07 de Dezembro de 2017 na 12.<sup>a</sup> Reunião do Comité Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que decorreu na Ilha Jeju, na Coreia do Sul, a Produção de Figurado em Barro de Estremoz é inscrita na respetiva Lista Representativa.

De salientar que todo este processo de candidatura foi desenvolvido recorrendo apenas a recursos técnicos e humanos do Município de Estremoz, em estreita colaboração com a DGPC-Departamento de Património Cultural Imaterial e Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da UNESCO, através do Comité para o Património Cultural Imaterial.

### **O Plano de Salvaguarda e Valorização**

O futuro da inscrição na Lista Representativa passa pela implementação no terreno de um Plano de Salvaguarda e Valorização. Para seu desenvolvimento, foram propostas à UNESCO um conjunto de medidas que visam essencialmente promover o reconhecimento dos artesãos como detentores de um Saber-Fazer inestimável, mas também como o garante do futuro deste património.

Pretende-se também proteger a produção de desconformidades com a tradição da modelação e da estética.

Por fim, há o grande objetivo de criar as condições ideais para que surjam novos barristas, para que deste modo se assegure a continuidade geracional desta arte multiseccular.

Assim, fazem parte do Plano que vai ser colocado em prática nos próximos anos, os seguintes grandes elementos:

#### **Medidas Educativas**

- Reforço de iniciativas de educação não formal para jovens de Estremoz, com o apoio dos barristas, de modo a criar-lhes o gosto e a apetência pelo Figurado

---

<sup>2</sup> O contributo da Doutora Clara Cabral neste processo foi muito relevante.



local. É objetivo desta ação envolver as novas gerações de estremocenses na salvaguarda da tradição, por intermédio do melhor conhecimento do modo como se produz.

- Desenvolvimento de atividades extra curriculares nas Escolas Básicas, para que os alunos identifiquem os elementos constituintes da identidade local e tradições (nomeadamente Figurado de Estremoz). Deste modo, pretende-se que os alunos reconheçam e valorizem os artesãos e o seu trabalho. Quer-se também potenciar a descoberta de vocações. A iniciativa terá a participação de Escolas, professores, artesãos, Câmara Municipal de Estremoz e do Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz.

### Medidas de Valorização e Salvaguarda

- A Câmara Municipal de Estremoz em colaboração com o Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz e a Direção Regional da Cultura do Alentejo vão trabalhar para a fundação de um Centro Interpretativo dos Bonecos de Estremoz, o qual terá uma forte componente educativa, com workshops de educação não formal e uma incubadora de jovens barristas que queiram iniciar um trabalho nesta área. O objetivo passa por providenciar oficinas, onde os jovens possam evoluir nesta arte, com o apoio dos barristas



## Produção de Figurado em Barro é Património cultural Imaterial da Humanidade

em atividade e dar início a uma carreira na modelação de figurado. As oficinas serão disponibilizadas por um período de cinco anos.

- Criação da Rota do Boneco de Estremoz através de uma colaboração entre o Museu Municipal de Estremoz, o Posto de Turismo e os barristas com oficina aberta ao público. O objetivo passa pela participação dos artesãos na explicação da sua produção.
- Para assegurar a visibilidade do Boneco de Estremoz e reconhecimento dos seus produtores, vão ser organizadas exposições temporárias no Museu Municipal e em outros museus fora do concelho de Estremoz. Apoio à participação dos barristas em eventos nacionais e internacionais.
- A Câmara Municipal de Estremoz, com o apoio técnico do Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz, bem como do Museu Municipal de Estremoz, vai promover a certificação do Boneco de Estremoz. O objetivo passa por salvaguardar e proteger a produção dos barristas, de eventuais intromissões industriais que deturpem a modelação e a estética tradicionais.
- A Câmara Municipal de Estremoz pretende organizar Jornadas de Património Cultural Imaterial do Alentejo, com temas associados às cerâmicas, olaria e barrística desta região



### **Medidas para publicação, documentação e investigação**

- Produção de um filme em suporte digital acerca das técnicas de modelação e da estética das 90 Figuras que constituem o núcleo base dos Bonecos de Estremoz. O filme será disponibilizado ao público no Museu Municipal de Estremoz e no sítio da Câmara Municipal de Estremoz.
- Apoio à investigação com participação dos barristas, do Museu Municipal de Estremoz, centros de investigação, investigadores e Universidades, de modo a assegurar um melhor conhecimento, visibilidade, reconhecimento e valorização do Boneco de Estremoz.
- Produção de uma obra monográfica acerca do Boneco de Estremoz.

### **Entidades envolvidas no Plano de Salvaguarda e Valorização**

Estão envolvidas em espírito colaborativo neste Plano de Salvaguarda e Valorização a Câmara Municipal de Estremoz, os barristas, a Câmara Municipal de Estremoz, o Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz, o Museu Municipal de Estremoz e a Direção Regional de Cultura do Alentejo.

### **Nota de conclusão**

A inscrição na *Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade* é somente o princípio de um processo que vai ser efetivamente de longa duração. Só quando se der o rejuvenescimento dos barristas em atividade, é que a geração atual pode dar por concluído o seu contributo para a salvaguarda desta arte. Contudo deve também a próxima geração desempenhar um papel semelhante, para que a perpetuação seja uma realidade.

E este não é um trabalho destinado somente às instituições. Todos os estremocenses e entusiastas do Figurado devem ter um papel ativo na salvaguarda e valorização do modo de produção do Boneco de Estremoz. É um trabalho de toda a sociedade e só assim se conseguirá o grande objetivo de dar continuidade, mas também reconhecimento e visibilidade, a um tipo tão singular de confeção de Figurado como é o de Estremoz.

# Estudos literários

---



# A dor e a morte na obra poética de Florbela Espanca – perdição ou encontro

---

Kateřina Ritterová

*E se um dia hei de ser pó, cinza e nada, que seja minha noite  
uma alvorada, que eu saiba me perder para me encontrar...*

**Resumo:** O presente estudo pretende mostrar as várias possibilidades da representação do tópico da dor e da morte na poesia de Florbela Espanca. A dor e a morte têm na poesia de Florbela Espanca as conotações positivas, a dor leva o sujeito ao aperfeiçoamento, ao entendimento da vida e do mundo. Só aquele quem sofre, pode perceber o sofrimento dos outros e os versos da poetisa (de maneira muito semelhante com Bernardim Ribeiro). A dor representa uma certa autocontemplação, até autoconfirmação e resulta muitas vezes em autoconhecimento final. A dor é um meio de aperfeiçoamento interno, pode ser entendida também como uma substância essencial, uma característica única dum ser, como uma maldição e no mesmo tempo um feitiço que causa o enaltecimento e simultaneamente a isolamento do sujeito. Por isso a poetisa constrói os seus conventos ideais, as suas torres de marfim de maneira semelhante como Sá Carneiro ou António Nobre e descreve o seu sujeito como uma princesa dos países orientais que ninguém entende ou como uma monja – uma personagem logicamente isolada, solitária a falar consigo mesma. A morte é aqui mostrada quase como um momento de epifania, como um despertar iniciático, com a imagem da morte como uma solução, uma explicação e também um remédio ao todos os males tanto físicos como mentais. No outro lado a morte é as vezes ligada, através do soneto paralelístico com as conotações duma canção de embalar, com um adormecimento duma criança como se a morte fosse entendida como uma renascença.

**Abstract:** This study aims to show various possibilities how to represent the topic of pain and death in the poetry of Florbela Espanca. Pain and death have in the poetry of Florbela Espanca positive connotations, the pain leads the subject to improvement, to understanding of life and the world. Only the one who suffers can realize the suffering of others and the verses of the poet (very much like Bernardim Ribeiro does). Pain means a certain self-contemplation even self-confirmation and often results in self-

---

\* Kateřina Ritterová, Ph.D. Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade Palacký. República Checa.

-awarwness. Pain is a means of internal improvement, it can also be understood as an essential ingredient, the unique feature of a human being, as a curse and at the same time a spell that brings the enhancement and simultaneously isolation of the subject. That is why the poet builds her ideal convents, her ivory towers in a similar many as Sá Carneiro and António Nobre and describes her subject as a princess from Far East, that nobody understands, or as a nun – character, that lives logically in isolation, lonely talks to herself.

Death is here shown almost as a moment of epiphany, as an initiatory awakening, with the image of death as a solution, an explanation and also a remedy to both physical and mental pain. On the other hand, death is sometimes linked via parallelistic sonnet with the connotations of a lullaby, with a falling asleep of a child as if death was understood as a re-birth.

## 1. Nota introdutória – mito de Florbela Espanca

A obra de Florbela Espanca surgiu no tempo da moda das damas a poetizar. Por volta dos anos 1915-1930 aparece um grande número das poetisas, cujos poemas saíam mais ou menos regularmente nas revistas e jornais e eram na altura submetidas à crítica severa e até derisão dos escritores e críticos literários. O poetizar era tomado por um passa-tempo das damas do meio burguês tal como bordar ou tricotar.

A poesia de Florbela Espanca era já então um caso particular. A obra dela, apesar de sair dos moldes neo-românticos, encontrava-se *no diferente registo estético-literário de um esteticismo entre decadentista e paramodernista*<sup>1</sup> e mostrava uma singularidade poética incontestável. Para incluir a obra florbeliana num contexto literário achamos melhor recorrer a um dos teóricos florbelianos mais famosos, José Carlos Pereira Seabra que a caracteriza no seu estudo *A Face Bela do Impulso Estranho: Florbela não deve ser lida como um epígono do Decadentismo ou do Simbolismo. Florbela é, desde cedo, uma escritora do séc. XX, com os condicionamentos, as ambiguidades e os entrechoques do campo literário português na segunda e na terceira décadas desse século-mais afim da hegenomia neo-romântica, mas apontando para a tentativa presencista da síntese com os vectores não-vanguardistas do Modernismo, que a morte prematura não a deixou acompanhar*.<sup>2</sup>

A poesia de Florbela Espanca não cabia nem no grupo das poetisas feministas da época como Carolina Michaelis de Vasconcelos ou Ana de Castro Osório. A obra de Florbela, apesar de ser muito feminina, é longe de ser feminista. O feminino é antes entendido como um lado pagão do sujeito lírico, unido à natureza e esta união é nos poemas exprimida pelas personificações e imagética vitalista. Mas no outro lado a poesia desta poetisa escandalizava na época pelo seu amoralismo e até hoje mostra uma emancipação perfeita no que se trata o direito a uma vida e a

---

<sup>1</sup> Seabra Pereira, Carlos José, *A Face Bela do Impulso Estranho*, in *Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009, p.33.

<sup>2</sup> Seabra Pereira, Carlos José, *A Face Bela do Impulso Estranho*, in *Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009, p. 32.

um amor livre de todas as regras que sociedade da época impunha. A inconciliação destas ideias com a realidade resultou na fuga para os conventos e torres de marfim construídas na poesia que até hoje é uma das mais lidas em lusomundo.

## 2. Dor – um convento ideal

A dor representa na literatura portuguesa uma categoria sem par desde Bernardim Ribeiro e na obra de Florbela Espanca representa um tipo de autocontemplação, até autoconfirmação, e resulta muitas vezes em autoconhecimento final. A dor é um meio de aperfeiçoamento interior, pode ser entendida também como uma substância essencial, uma característica única do ser, como uma maldição e ao mesmo tempo um feitiço que causa o enaltecimento e simultaneamente a isolamento do sujeito. Dor tanto como Morte, mas também por exemplo Amor ou Sonho é uma categoria quase alegorizada, que está escrita sempre com maiúsculas. A dor e a morte são frequentemente personificadas, são categorias amigas do sujeito. A dor pode se tornar até uma característica da personalidade, de maneira semelhante como a crucificação, sinónimo de sacrifício e no mesmo tempo metáfora da incompreensão total e da solidão no meio de pessoas:

*Eu sou a que no mundo anda perdida,  
Eu sou a que na vida não tem norte,  
Sou a irmã do Sonho e desta sorte  
Sou a crucificada... a dolorida...<sup>3</sup>*

Por isso a poetisa constrói os seus “conventos ideais” e as suas “torres de marfim” similarmente como Mário de Sá Carneiro ou António Nobre e descreve o seu sujeito poético como uma princesa dos países orientais que ninguém entende mas que continua orgulhosa e desdenhosa.

*“Átiva e couraçada de desdém,  
vivo sozinha em meu castelo: a Dor!...”<sup>4</sup>*

ou podemos ver o sujeito como uma monja – personagem logicamente isolada, solitária a falar consigo mesma, refugiada para o seu sossego ao convento:

*“A minha Dor é um convento ideal...”<sup>5</sup>*

De mesma maneira como no Bernardim Ribeiro na Menina e Moça, o sujeito aqui também acha que só o ser que é capaz de sofrer, pode entender o sofrimento do outro. E nem só, pode também entender a poesia e o livro cheio de dor, Livro de Mágoas.

---

<sup>3</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicações Dom Quixote, Portugal, 1992, p.61.

<sup>4</sup> Idem, ibidem.

<sup>5</sup> idem, p. 67.



O elemento muito importante, através de que o sofrimento entra e se partilha com as almas amigas são os olhos, de mesmo como na *Menina e Moça* de Bernardim.

*“...irmãos na Dor, os olhos rasos de água,  
chorai comigo a minha imensa mágoa,  
lendo o meu livro só de mágoas cheio!...”*<sup>6</sup>

Ao contrário da dor que é retratada como um meio de aperfeiçoamento interior, então como um processo, um caminho à perfeição, a morte personalisa um colo consolador, o descanso, o sono tranquilo.

A Dor podemos encontrar também no diálogo com a Morte, como se fossem duas faces da mesma moeda, ou duas amigas, ou às vezes, ao contrário, adversárias. No poema *Dizeres* íntimos abaixo citado podemos ler o diálogo no enterramento do sujeito:

*E os meus vinte e três anos... (Sou tão nova!)  
Dizem baixinho a rir: – Que linda a vida!  
Responde a minha Dor: – Que linda a cova!*<sup>7</sup>

### 3. Morte – Dona Morte dos dedos de veludo

De mesma maneira como falamos da dor nobre aqui também falaremos da morte nobre. Da nobreza da morte. A própria aniquilação, autonegação e até autodestruição que podemos encontrar na poesia de Florbela Espanca (como diz Joaquim Manuel de Magalhães:

*“Penso que este auto-esmagamento que ela confessa: sou nada, sou morta, este auto-esmagamento é pura afirmação, a radical afirmação de uma interioridade, fala de um esmagamento que vem de fora, e que é o esmagamento... não vou dizer da mulher; vou dizer: de todos os que não obedecem as formas simbólicas do poder.”*<sup>8</sup>

Nuno Júdice considera o esmagamento um processo do recurso do poeta ao tempo normal que o afasta da genialidade mas no mesmo tempo representa também um certo tipo de queda do mundo paradisíaco, um regresso da alma ao corpo, como se fosse uma queda do Ícaro. Esse autosmagamento representa uma distância entre o poeta como ser real e do poeta espiritual.

Numa das cartas que Florbela escrevia ao seu amigo Guido Battelli, confia as suas senções e sentimentos que revelam as qualidades que ela atribue à morte:

---

<sup>6</sup> Obras completas de Florbela Espanca, volume II, Poesia, Publicações Dom Quixote, 1992, p. 54.

<sup>7</sup> *Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009, p. 64.

<sup>8</sup> Magalhães, Joaquim, “Demasiado poucas palavras sobre Florbela”, in *Rima Pobre – Poesia Portuguesa de Agora*, Lisboa, Presença, 1999, pp. 18-30, p. 29.

## A dor e a morte na obra poética de Florbela Espanca – perdição ou encontro

*“Às vezes sinto em mim uma elevação de alma, o vôo translucido duma emoção em que pressinto um pouco do segredo da suprema e eterna beleza, esqueço a minha miserável condição humana, e sinto-me nobre e grande como um morto. É um instante...”<sup>9</sup>*

*Morte, minha Senhora Dona Morte,  
Tão bom que deve ser o teu abraço!  
Lânguido e doce como um doce laço  
E como uma raiz, sereno e forte.<sup>10</sup>*

A morte não é nunca entendida como qualquer coisa assustador ou triste. Ao contrário, é abraço amical ou materno, é alívio, abrigo, sabe remediar todos os sofrimentos.

*Não há mal que não sare ou não conforte  
Tua mão que nos guia passo a passo,  
Em ti, dentro de ti, no teu regaço  
Não há triste destino nem má sorte.<sup>11</sup>*

A morte surge muitas vezes como uma personificação, como uma figura feminina delicada, quase mondena, não tendo nada de comum com as imagens de morte populares:

*Dona Morte dos dedos de veludo,  
Fecha-me os olhos que já viram tudo!  
Prende-me as asas que voaram tanto!<sup>12</sup>*

Nalgumas poesias a morte aparece como uma boa fada que tem o poder de quebrar uma maldição. A sensação da isolamento e da incompreensão a poetisa reforça-a pela colocação do sujeito – a princesa ao país desconhecido, cuja língua não conhece.

*Vim da Moirama, sou filha de rei,  
Má fada me encantou e aqui fiquei  
À tua espera... quebra-me o encanto!<sup>13</sup>*

*Deixai entrar a Morte, a Iluminada,  
A que vem para mim, pra me levar.  
Abri todas as portas par em par  
como asas a bater em revoada.<sup>14</sup>*

---

<sup>9</sup> Obras completas de Florbela Espanca, cartas volume VI. Dom Quixote, Portugal, 1992, p. 152.

<sup>10</sup> *Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009, p. 116.

<sup>11</sup> Idem, ibidem.

<sup>12</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicações Dom Quixote, Portugal, 1992, p.

<sup>13</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicações Dom Quixote, Portugal, 1992, p. 61.

<sup>14</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicações Dom Quixote, Portugal, 1992, p. 61.

A morte é aqui mostrada quase como um momento de epifania; como um despertar iniciático, uma solução, uma explicação e também um remédio a todos os males tanto físicos como mentais.

Além das poesias onde o sujeito fala com a morte com a apostrofe concreta, existem também poesias que falam sobre a morte através dum diálogo com um moribundo, onde podemos ler uma sensação do calmo e do alívio que espera uma pessoa a morrer. Seguinte soneto caracteriza-se pela forma paralelística, acrescida pela epifora da última estrofe como refrém. A poesia assim ganha uma característica duma canção de embalar, evoca um adormecimento duma criança, traz alívio, calma, paz, o colo materno. É uma volta ao início, ao útero seguro, sendo a morte entendida como a renascença.

*Não tenhas medo, não! Tranquilamente,  
Como adormece a noite pelo Outono,  
Fecha os teus olhos, simples, docemente.  
Como, a tarde, uma pomba que tem sono ...*

*A cabeça reclina levemente  
E os braços deixa-os ir ao abandono,  
Como tombam, arfando, ao sol poente,  
As asas de uma pomba que tem sono ...<sup>15</sup>*

No outro lado, os dois tercetos são muito dinâmicos, até inquietantes com estas perguntas sem resposta gradeadas numa resposta resignada.

*O que há depois? Depois? ... O azul dos céus?  
Um outro mundo? O eterno nada? Deus?  
Um abismo? Um castigo? Uma guarida?*

*Que importa? Que te importa, ó moribundo?  
– Seja o que for, será melhor que o mundo!  
Tudo será melhor do que esta vida! ...<sup>16</sup>*

O desejo de parar um momento representa um motivo frequente na poesia de Florbela Espanca e na maioria dos casos é esta ânsia ajudada ou finalmente resolvida pela morte:

*Ser uma pobre morta inerte e fria,  
Hierática, deitada sob a terra,  
Sem saber se no mundo há paz ou guerra,  
Sem ver nascer, sem ver morrer o dia.  
...*

---

<sup>15</sup> idem, p. 171.

<sup>16</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicacoes Dom Quixote, Portugal, 1992, p. 171.

## A dor e a morte na obra poética de Florbela Espanca – perdição ou encontro

*Ah, fixar o efêmero! Esse instante  
Em que o teu beijo sôfrego de amante  
Quiema o meu corpo frágil de ambar loiro.*<sup>17</sup>

Apesar de que o motivo da ânsia de parar o momento fosse aqui o amor e a sua aparente continuação, é no fundo a morte que finalmente resolve tudo. Traz um alívio, um homem já não sofre com o mundo, única coisa importante que fica e dura é o amor.

Como se o sujeito tivesse a impressão que só assim fosse possível conservar o seu eu verdadeiro. Na filosofia existencialista chama-se esta ânsia “*mumificação do self*” – *representa na obra uma ânsia do artista captar o seu eu na aparência em que quer ser entendido pelos leitores também depois da sua morte. Podemos dizer que assim se auto-reconstrói dentro da obra artística com o fim de petrificar o self, torná-lo estático.*<sup>18</sup>

Assim também podemos explicar a tendência ao suicídio – é uma ânsia de petrificar, paradoxalmente eternizar o seu eu.

*Deus! como é triste a hora quando morre ...  
O instante que foge, voa, e passa ...  
Fiozinho d'água triste... a vida corre...*<sup>19</sup>

Neste caso o sujeito lírico não tem o poder de parar o momento, só pode chorar aquilo que foge. Na personificação deixa a hora morrer e na gradação *foge, voa, e passa* acentua o momento inevitável. O verso final *Fiozinho d'água triste... a vida corre...* é somente uma resignação.

Além das poesias puramente subjectivas, onde a morte representa um abrigo do sujeito, ou uma petrificação do tempo, podemos encontrar também alguns poemas onde a morte é utilizada antes como uma metáfora para a natureza. A imagem do enterro do sol com o mar em luto é uma das mais belas metáforas do pôr do sol:

*O Sol morreu.. e veste luto o mar...  
E eu vejo a urna de oiro, a balouçar,  
À flor das ondas, num lençol de espuma.*<sup>20</sup>

Só nalgumas poucas poesias encontramos a conotação da morte negativa ou pelo menos triste. São as poesias do tempo da mocidade da poetisa, onde o desejo de descançar nos braços da morte ainda não era assim tão forte:

---

<sup>17</sup> Idem, p. 247 .

<sup>18</sup> Kodrlová, Ida, Čermák Ivo, Sebevražedná triáda, Academia, Praha 2009, p. 193 “*mumifikace self*” – *je v díle výrazem touhy umělce zachytit své Já v podobě, v níž chce, aby bylo vnímáno čtenáři i po jeho smrti. Dochází pak k jakési sebekonstrukci uvnitř uměleckého díla, jejímž účelem je „petrifkovat“ self, učinit jej statickým.*

<sup>19</sup> Obras completas de Florbela Espanca, Publicacoes Dom Quixote, Portugal, 1992, p. 154.

<sup>20</sup> Obras de Florbela Espanca – Obra Poética, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009., p. 65.

*É tão triste morrer na minha idade!  
E vou ver os meus olhos, penitentes  
Vestidinhos de roxo, como crentes  
Do soturno convento da Saudade!*<sup>21</sup>

Num único caso observamos na poesia da Florbela Espanca uma imagem da morte terrível, espantosa, talvez até horrorosa, evocando um enterro em vivo. A imagem da boca enchida pela terra e cinza nem faz pensar na decadência, é para nós antes uma imagem pós-moderna. E o verso final que pode parecer mais leve falando sobre a mocidade em flor, ressona ironia mortal:

*Fecha os teus olhos bem! Não vejas nada!  
Empalidece mais! E resignada,  
Prende os teus braços a uma cruz maior!*

*Gela a mortalha que te encerra!  
Enche a boca de cinzas e de terra,  
Ó minha mocidade toda em flor!*<sup>22</sup>

#### 4. Observações finais

Na evolução do tópicus da morte na poesia florbeliana podemos observar um certo acalmamento, um ao contrário das paixões que causou a própria morte da poetisa. Florbela Espanca morreu dia 8 de Dezembro de 1930, em Matosinhos, depois de ter tomado demais comprimidos calmantes, tendo sido apresentada como causa da morte, oficialmente, um edema pulmonar.

A morte de Florbela Espanca podemos-la considerar o último passo para a construção do mito florbeliano. Depois das várias tentativas a poetisa suicidou-separa conseguir a petrificação do self, para conseguir eternizar-se. Todas as tentações de negar este facto (Celestino David, Guido Battelli, António Ferro entre outros) só conseguiram ainda mais divinizar Florbela.

A desmitificação da morte da poetisa aconteceu só mais tarde nas obras literárias como por exemplo o romance *Bela* de Ana Cristina Silva. Aqui é a morte da personagem principal descrita muito prosaicamente até com conotações medicinais, a utilização das expressões como disseminação, vias respiratórias, pulmões, cérebro, etc. muda o estilo literário quase para o técnico-científico: “*No interior do vidro apinham-se minúsculos comprimidos brancos. Parecem rebuçados, pílulas doces que, depois de tomadas, poderiam fincar o seu espírito ao apaziguamento. ... A sua disseminação pelas vias respiratórias, pelos pulmões, pelo cérebro até a imagem real depende apenas de alguns comprimidos brancos. Agarra nos fras-*

---

<sup>21</sup> Idem, p. 64.

<sup>22</sup> Obras de Florbela Espanca – Obra Poética, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009., p. 122.

## A dor e a morte na obra poética de Florbela Espanca – perdição ou encontro

*cos e regressa a cama, gozando um instante de triunfo pleno. Não acabava ali, recomeçava ao lado de seu irmão.*<sup>23</sup>

Assim a morte ganha significados mais neutros, quase técnicos, perde toda a carga sentimental. É simplesmente uma mudança muito natural, uma mudança de estado de matéria.

Como observamos neste estudo, a dor e a morte têm na obra de Florbela Espanca um valor predominantemente positivo. A dor se mostra como uma característica e até a essência do sujeito, como a maldição e no mesmo tempo uma magia que enaltece um ser, que ajuda com o autoconhecimento. Na poesia florbeliana é uma característica dos seres nobres, é um signo dum ser invulgar, excepcional.. Esta dor não resulta só dum amor não correspondido, antes é uma dor de insustentável desconhecimento da vida, do próprio eu, de impossibilidade de mudar o seu destino, é essencialmente a dor existencial.

A morte é um remédio que sarre todos os males, físicos como psíquicos, é única certeza no caminho da vida, É um abraço materno, é um abrigo, alívio. Paradoxalmente, pode ser procurada como o meio de eternização dum momento, dum amor ou do próprio sujeito. A morte na obra de Florbela Espanca não representa o fim, nem uma tragédia. É antes um novo início, uma reconstrução do eu, uma possibilidade duma nova vida sem sofrimento.

## Bibliografia

### Obras de Florbela Espanca

*Obras completas de Florbela Espanca*, Publicações Dom Quixote, Portugal, 1992.

*Obras completas de Florbela Espanca*, volume II, Poesia, Publicações Dom Quixote, 1992.

*Obras completas de Florbela Espanca*, cartas volume VI. Publicações Dom Quixote, 1992.

*Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009.

*Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. II, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2010.

### Bibliografia secundária

Battelli, Guido, “Florbela Espanca”, in *Correio de Coimbra*, Coimbra, 20/12/1930, p. 4.

Battelli, Guido, “O Alentejo na Poesia de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, N.º 25-26, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1951, pp. 289-298.

David, Celestino, “Florbela Espanca, poetisa alentejana”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 14/12/1930, p. 15.

David, Celestino, “Charneca em flor”, in *Diário de Notícias*, Lisboa, 25/01/1931, p. 13.

---

<sup>23</sup> Silva, Ana Cristina, *Bela*, Lisboa, Ambar, 2005., p.

## Kateřina Ritterová

- David, Celestino “O Romance de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, n.º 15-16 (1948) e n.º 17-18 (1949), pp. 41-435.
- Klobucka, Anna, “On ne Naît pas Poétesse: a Aprendizagem Literária de Florbela Espanca”, in *Luso-Brazilian Review*, n.º 29, 1992, pp. 51-61.
- Klobucka, Anna, *O Formato Mulher: A Emergência da Autoria Feminina na Poesia Portuguesa*, Coimbra, Angelus Novos, 2009.
- Klobucka, Anna, *O formato mulher: as poéticas do feminino na obra de Florbela Espanca*, Sophia de Mello Breyner Andresen, Maria Tereza Horte, Luiza Neto Jorge, tese de doutoramento, Havard, University of Havard, 1993.
- Kodřlová, Ida, Čermák Ivo, Sebevražedná triáda, Academia, Praha 2009.
- Magalhães, Joaquim, “Demasiado poucas palavras sobre Florbela”, in *Rima Pobre – Poesia Portuguesa de Agora*, Lisboa, Presença, 1999, pp. 18-30.
- Seabra Perreira, Carlos José, “A Face Bela do Impulso Estranho”, in *Obras de Florbela Espanca – Obra Poética*, vol. I, introdução e organização de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Presença, 2009.
- Silva, Ana Cristina, *Bela*, Lisboa, Ambar, 2005.

## Recensão crítica

---





## ***Vila Viçosa: uma viagem de memórias, de António Espiga Pinto***

---

**Ana Rita Aurélio Ramos | Tiago Passão Salgueiro**

A obra *Vila Viçosa: uma viagem de memórias* é, tal como o nome indica, uma viagem de memórias a Vila Viçosa, não só ao passado, mas uma viagem que nos leva a percorrer os caminhos do presente, fazendo memória para o futuro.

O autor, António Espiga Pinto, filho de José Godinho Pinto e de Catarina Anão Espiga Pinto, nasceu em Vila Viçosa a 1 de Fevereiro de 1946, na antiga Rua da Corredoura. Formou-se como Engenheiro Técnico Agrário e foi professor do Ensino Secundário e do Ensino Profissional. Além de ser Especialista em Sanidade Vegetal e em Gestão Empresarial, sempre se interessou por fotografia e arte.

O livro divide-se em 42 capítulos/ partes que se desenrolam em 207 páginas. Trata-se de uma obra profusamente ilustrada a cores, de capa dura. Foi editada em Setembro de 2018, pela editora Vieira da Silva, sob o patrocínio da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

A obra, resultante de uma exaustiva pesquisa em muitos arquivos privados, trouxe à luz uma Vila Viçosa desconhecida para uma larga maioria. Este trabalho representa um contributo muito importante para o conhecimento da evolução do território calipolense, nas suas diversas vertentes.

Nesse sentido, testemunha de forma muito significativa a singularidade da identidade calipolense, ao enaltecer momentos, histórias e episódios que refletem a importância do nosso património. Muitas das vivências que sociologicamente são referências incontornáveis para Vila Viçosa estão narradas neste livro, através da viagem que o autor se propôs fazer.

Uma proposta inédita, ousada e repleta de sentimentos. Foi sem dúvida essa ligação afetiva a Vila Viçosa que motivou o autor a avançar por este caminho. Este desafio foi assumido e encarado como um estímulo, que teve como consequência um árduo trabalho de terreno e com uma forte componente antropológica. Não se resumiu a uma mera descrição das imagens, mas procurou a essência da “alma calipolense”.

O autor assume, desde o início, que pretendia deixar aos seus descendentes um conjunto de fotografias que retratassem o passado e o presente da sua terra. Refere que, não sendo escritor, quis acompanhar essas imagens de memórias que permitissem tal jornada. Para isso, começa a obra, que autodenomina – e bem – de *Roteiro*, *entrando* por uma das entradas de Vila Viçosa e vai descrevendo a terra como se caminhasse, percorrendo as suas artérias principais e esgueirando-se para outras menos conhecidas. Chama a cada praça, ou largo, “sala de visita” e demora-se em cada uma o tempo necessário para falar da História e das suas *histórias*. Em certos casos há algumas imprecisões históricas que poderão apanhar desprevenidos leitores mais incautos, ou menos conhecedores da história Calipolense, mas não se pretendia uma obra de carácter técnico.

Vila Viçosa sofreu, ao longo dos séculos, várias transformações no seu tecido urbano, uma delas quase contemporânea do autor, e que muito marcou os calipolenses da altura, a grande abertura da actual Avenida Bento de Jesus Caraça, projecto coordenado por Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas da época, que surge bem documentada na nesta obra.

A quantidade de fotografias antigas de Vila Viçosa que são apresentadas, algumas inéditas, é um dos principais pontos fortes da obra. Destaque para uma das mais antigas fotografias do Terreiro do Paço, ainda sem a estátua equestre do rei D. João IV, e outras do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia na Tapada e até das Festas dos Capuchos, datada de 1882.

Para além de várias fotografias do próprio autor, este reuniu um conjunto de fotografias de colecionadores particulares ou detidas por entidades culturais, que permitem traçar a história e a evolução urbana da vila, juntando num mesmo “espaço” imagens que viviam dispersas. Contudo, podemos apontar que a composição das páginas poderia estar melhor concebida, no que se refere à distribuição entre texto e imagens, assim como a qualidade de reprodução de algumas fotografias, sem desmérito dos seus autores. O texto apresenta, também, algumas gralhas que de nenhum modo atrapalham a sua qualidade, mas cuja correcção permitiria um engrandecimento da obra. Não há obras perfeitas e os benefícios que esta obra traz a Vila Viçosa superam em larga escala qualquer defeito que se lhe possa apontar.

O pulsar de vários quotidianos, os rituais sagrados e profanos e a labuta entre o mármore e os campos estão perfeitamente descritos nesta obra, através de diversas imagens, que nos remetem para um tempo distante, quase apagado da nossa memória colectiva.

A obra não se cinge apenas à sede do concelho, o autor faz um périplo pelas freguesias destacando o que têm de mais notável. Apresenta também algumas tradições e saberes do campo, como a ferra de animais, a fauna e a flora da Tapada Ducal. Contribui ainda com imagens das celebrações religiosas, de destacar a festividade da Imaculada Conceição, as celebrações da Quarema e as Festas dos Capuchos. Há uma parte dedicada à extracção do mármore, indústria que, a partir de meados dos anos 50 do século passado, se tornou o cerne da actividade económica calipolense.

Em poucas palavras, podemos dizer que esta é uma obra a ser lida por aqueles que tão bem conhecem Vila Viçosa, e que se podem rever nestas páginas e até

surpreender, e para aqueles que não a conhecem, sendo que é uma oportunidade de visitarem a vila com um *guia* natural da localidade, acompanhando a visita com pequenas histórias e curiosidades.

Ressalvam-se como pontos fortes: a originalidade da forma (roteiro acompanhado de “histórias” de memórias), as imagens inéditas ou pouco conhecidas, bem como o facto estarem reunidas numa mesma publicação e ao longo do tempo, o testemunho importante para a memória histórica do património calipolense e da memória popular (com as histórias mais pessoais que ajudam a caracterizar uma época e um lugar), o facto de ser mais uma obra que engrandece Vila Viçosa e que engrossa, assim, a lista de referências dignas de contribuir para a Candidatura de Vila Viçosa a Património da UNESCO.

Para os menos conhecedores, este trabalho revela a importância que Vila Viçosa sempre teve e que resiste ainda, apesar das mudanças e das vicissitudes. Trata-se portanto de um contributo essencial, que se assume como um “retrato fiel” de uma época de alterações sociais, políticas e culturais.

Nesse sentido, assume-se como um legado documental que valoriza a história local, promovendo o gosto pela descoberta e pelo que é genuíno, no que à herança patrimonial diz respeito. É também um excelente contributo para a divulgação de Vila Viçosa enquanto referência fundamental da pátria lusitana.



## Notícias culturais

---



## **O Instituto da Padroeira de Portugal para o Estudo da Mariologia – primeira etapa**

---

**Carlos Filipe**

Constituído em dezembro de 2017, na cidade de Elvas, um grupo de pessoas, movidas pelo sentimento de colmatar uma necessidade, constituíram uma associação sem fins lucrativos que designaram por IPPEM – Instituto da Padroeira de Portugal para o Estudo da Mariologia, com sede em Vila Viçosa.

Em torno de um projeto cultural que pretende corresponder a uma necessidade real: conhecer mais e melhor a cultura portuguesa e a devoção à Virgem Mãe de Deus, Rainha e Padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

O IPPEM dará prioridade ao impulso, numa perspetiva interdisciplinar, de estudos em torno da mariologia e da Padroeira de Portugal, desenvolvidos principalmente a partir de Vila Viçosa e da região do Alentejo, e estendendo-se depois a nível nacional, mas também em articulação com instituições internacionais desta especialidade.

Terá ainda, entre outros objetivos: promover eventos culturais e científicos, nomeadamente colóquios, congressos, encontros, concertos, exposições e roteiros turísticos e ações de valorização e divulgação patrimonial; angariar recursos e criar bolsas de estudo para promover o ensino e a investigação sobre a mariologia e a Padroeira de Portugal.

A criação do Instituto Português da Padroeira para o Estudo da Mariologia, D. José Francisco Sanches Alves, Arcebispo Emérito de Évora lembrou sobre a importância desta nova instituição: “É ele o instituto que nos faltava. Espero que seja ele a preencher essa grave lacuna no nosso panorama cultural e religioso e a colocar o estudo da Mariologia no lugar a que tem direito no contexto do nosso país, que, ao longo de oito séculos de história, tem professado a sua profunda devoção mariana, adoptando o nome de Terra de Santa Maria”.

Presidente da Direção do IPPEM



